

Desafios do Ensino e da Pesquisa na Pós-Graduação em Tempos de Pandemia

Brenda Gonçalves de Sales Costa
Fernanda Gomes Duarte Cavalcante Anselmo
Lívia Kelly da Silva
Maria Juliana Soares
Organizadoras

Ed
UECE



MASS
Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



**DESAFIOS DO ENSINO
E DA PESQUISA NA
PÓS-GRADUAÇÃO EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA



ORGANIZADORES(AS)

BRENDA GONÇALVES DE SALES COSTA
FERNANDA GOMES DUARTE CAVALCANTE ANSELMO
LÍVIA KELLY DA SILVA
MARIA JULIANA SOARES

**DESAFIOS DO ENSINO
E DA PESQUISA NA
PÓS-GRADUAÇÃO EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

1º edição

EdUECE
FORTALEZA, 2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Vice-Reitor

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

Editora da UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

Conselho Editorial

<i>Antônio Luciano Pontes</i>	<i>LuciliGrangeiro Cortez</i>
<i>Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes</i>	<i>Luiz Cruz Lima</i>
<i>Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso</i>	<i>Manfredo Ramos</i>
<i>Francisco Horácio da Silva Frota</i>	<i>Marcelo Gurgel Carlos da Silva</i>
<i>Francisco Josênio Camelo Parente</i>	<i>Marcony Silva Cunha</i>
<i>Gisafran Nazareno Mota Jucá</i>	<i>Maria do Socorro Ferreira Osterne</i>
<i>José Ferreira Nunes</i>	<i>Maria Salete Bessa Jorge</i>
<i>Liduina Farias Almeida da Costa</i>	<i>Sílvia Maria Nóbrega-Therrien</i>

Conselho Consultivo

<i>Antônio Torres Montenegro (UFPE)</i>	<i>Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)</i>
<i>Eliane P. Zamith Brito (FGV)</i>	<i>Maria Lírida C de A e Mendonça (UNIFOR)</i>
<i>Homero Santiago (USP)</i>	<i>Pierre Salama (UNIVERSIDADE DE PARIS VIII)</i>
<i>Iêda Maria Alves (USP)</i>	<i>Romeu Gomes (FIOCRUZ)</i>
<i>Manuel Domingos Neto (UFF)</i>	<i>Túlio Batista Franco (UFF)</i>

Comitê Editorial do Selo Serviço Social, Trabalho e Questão Social

<i>Cristiane Maria Marinho (UECE)</i>	<i>Mônica Duarte Cavaignac (UECE)</i>
<i>Laura Maria Cunha (UECE)</i>	<i>Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra (UECE)</i>

Conselho Editorial do Selo Serviço Social, Trabalho e Questão Social

<i>Alba Pinho de Carvalho (UFC)</i>	<i>Joana Maria Pedro (UFSC)</i>
<i>Andrea Pires Rocha (UEL)</i>	<i>Mauro Iasi (UFRJ)</i>
<i>Andréa Pacheco de Mesquita (UFAL)</i>	<i>Marcelo Dias Carcanholo (UFF)</i>
<i>Adriana Delbô (UFG)</i>	<i>Mathias SeibelLuce (UFRJ)</i>
<i>Daniele Maia Cruz (UNIFOR)</i>	<i>Maria Lúcia Duriguetto (UFJF)</i>
<i>Elaine Behring (UERJ)</i>	<i>Maria J Cantinho (UNIVERSIDADE DE LISBOA)</i>
<i>Elias Ferreiras Veras (UFAL)</i>	<i>Lalo Watanabe Minto (UNICAMP)</i>
<i>Ernani Pinheiro Chaves (UFPA)</i>	<i>Luzia Margaret Rago (UNICAMP)</i>
<i>Eveline Medeiros Pereira (UFPE)</i>	<i>Mirla Cisne Álvaro (UERN)</i>
<i>Fernanda Marques de Queiroz (UERN)</i>	<i>Odílio Alves Aguiar (UFC)</i>
<i>Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)</i>	<i>Olegna de Souza Guedes (UEL)</i>
<i>Giovanni Alves (UNESP)</i>	<i>Reginaldo Ghiraldelli (UNB)</i>
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo (UERN)</i>	<i>Salyanna de Souza Silva (UFES)</i>
<i>Hayeska Costa Barroso (UNB)</i>	<i>Tatiana Brettas (UFRJ)</i>
<i>Jaime Osório (UAM-X)</i>	<i>Yolanda Guerra (UFRJ)</i>

Desafios do ensino e da pesquisa na pós-graduação em tempos de pandemia

© 2021 Copyright by *Brenda Gonçalves de Sales Costa, Fernanda Gomes Duarte Cavalcante Anselmo, Livia Kelly da Silva e Maria Juliana Soares*

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilização para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi
Reitoria - Fortaleza - Ceará
CEP: 60714-903 - Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece - e-mail: eduece@uece.br



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**
Coordenação Editorial
Cleudene de Oliveira Aragão

Capa

André Menezes

Diagramação

Editora Terra sem Amos

Revisão de Texto

Rosseane Ribeiro Lima

Os capítulos aqui contidos foram aprovados pela seguinte banca avaliadora:

<i>Adriana de Oliveira Alcântara (UFPI)</i>	<i>Kelly Maria Gomes Menezes (UFC)</i>
<i>Ana Samilly Alexandre Moreira (UECE)</i>	<i>Lorena Lotiola Batista (USAL)</i>
<i>Ângela de A Araripe Pinheiro (UFC)</i>	<i>Paulo Júnior Barbosa da Silva (UECE)</i>
<i>Bárbara C Branco Monte (Unichristus)</i>	<i>Poliana Machado Gomes da Silva (UFC)</i>
<i>Evelyne Medeiros Pereira (UFPE)</i>	<i>Régia Maria Prado Pinto (UERJ)</i>
<i>Iara Vanessa Fraga de Santana (UFPE)</i>	<i>Rogério Santos de Castro (UECE)</i>
<i>Idevaldo da Silva Bodião (UFC)</i>	<i>Sandra Maria da Costa Lima (IFRN)Yashmin Michelle</i>
<i>Ingrid Lorena da Silva Leite (UFC)</i>	<i>R. de Araújo (UECE)</i>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desafios do ensino e da pesquisa na pós-graduação
[livro eletrônico] : em tempos de pandemia /
organização Brenda Gonçalves de Sales Costa...
[et al.]. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Editora
da UECE, 2022.
PDF.

Outros organizadores: Fernanda Gomes Duarte
Calvacante Anselmo, Livia Kelly da Silva, Maria
Juliana Soares.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7826-850-3

1. COVID-19 - Pandemia 2. Ensino - Pesquisa -
Metodologia 3. Ensino superior 4. Pós-graduação
I. Costa, Brenda Gonçalves de Sales. II. Anselmo,
Fernanda Gomes Duarte Cavalcante. III. Silva,
Livia Kelly da. IV. Soares, Maria Juliana.

22-128031

CDD-370.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino : Pesquisa educacional 370.72

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO.....	17
AUTORAS E AUTORES.....	29

EIXO 1: PROTEÇÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E FAMÍLIA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS: REDESENHOS E PERSPECTIVAS.

Livia Kelly da Silva e Mônica Duarte Cavaignac 39

SEGMENTOS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Ana Célia Araújo Santiago e Lara Abreu Cruz..... 63

SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: DEMANDAS E IMAGEM PROFESSIONAL NA PANDEMIA

Brena Kécia Sales Guedes..... 89

NEGLIGÊNCIA COMO MOTIVO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Fernanda Gomes Duarte Cavalcante Anselmo e Emilie Fonteles Boesmans..... 105

CONTEXTO DAS ADOÇÕES TARDIAS E DE CRIANÇAS NEGRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Soleane Mazza e Estênio Azevedo 127

POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS NEOLIBERAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA

José Everton Silva Rodrigues e Luiz Fernando de Sousa Martilis 151

A LUTA ANTIMANICOMIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: o forum cearense da luta antimanicomial como instrumento de resistência no Ceará

Gicelia Almeida da Silva..... 177

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS RESIDENTES NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM PEDIATRIA.

Fernanda Alves Farias e Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos..... 203

EIXO 2: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO SUPERIOR

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Darliane Maria Holanda Costa e Ana Rochelly Silva Costa Cavalcante 233

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE FORTALEZA-CE

Luciana Pinheiro Alencar e Kelyane Silva de Sousa... 255

MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL (MASS): LIMITES E
POSSIBILIDADES ENFRENTADOS PELOS DISCENTES

*Rafael Ferreira Barroso e Jéssica Cleophas
do Carmo Lima..... 285*

SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: ANÁLISE DESSA RELAÇÃO
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA UECE

Maria Juliana Soares..... 303

METODOLOGIA DIALÉTICA NO ENSINO SUPERIOR:
SOBRE O USO DA LITERATURE EM AULAS DE ECONOMIA
POLÍTICA

*Epitácio Macário, Richelly Barbosa, Tainara Alexandre,
Amanda Vitoria e Beatriz Nascimento..... 332*

EIXO 3: GÊNERO, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

AS REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DO COVID-19 NO
CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
MULHER

*Brenda Gonçalves de Sales Costa e Milena
Freitas de Souza..... 355*

COVID-19 E MULHERES PESQUISADORAS: UMA
ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS POSTOS ÀS MULHERES
NO EXERCÍCIO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SERVIÇO
SOCIAL

*Nara Jéssica Laurentino de Sousa, Luana Maria Rocha da
Silva e Sibebe Lino Caetano 277*

QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: DIÁLOGO COM
O SERVIÇO SOCIAL

Íris Luz Landim Alcântara 399

JUVENTUDES PERIFÉRICAS, QUESTÃO ÉTNICO-
RACIAL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

Karízia Edwiges Silvestre Milhome 421

MÃES DO CURIÓ: LUTO E LUTA DIANTE DAS
CIRCUNSTÂNCIAS DE VIOLÊNCIA

*Letícia Sampaio Pequeno e Maria Zelma de Araújo
Madeira*..... 441

PREFÁCIO

DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA, livro em formato de e-book, é produto de um esforço de articulação entre discentes e docentes componentes do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS - UECE), cujo objetivo é tornar, de domínio público, os imensos desafios impostos ao ensino e a pesquisa acadêmica, em tempos de pandemia, por meio de artigos sobre a COVID-19, quando o mundo apareceu pleno de incertezas e de buscas de explicações.

A pandemia, da COVID-19, conseguiu empalidecer a “luz” dos mercados e arrancou, enfim, as vestimentas das desigualdades. Nenhuma dimensão da sociabilidade contemporânea, expressas no mundo do trabalho, da educação, da economia, do consumo, do comércio, das relações sociais, da saúde, da segurança pública, do emprego, das relações internacionais, da mídia, da religião, do meio ambiente, da política, da cultura, do gênero e das relações de gênero, das sexualidades, enfim, da morte e da vida, conseguiram ficar incólume aos efeitos da COVID-19.

Desde o declínio da experiência comunista na União Soviética, parece que nada atrapalhou tanto o capitalismo como o coronavírus. Essa pandemia, indubitavelmente, expôs as fragilidades da economia neoliberal e está lhe causando muitos estragos. Escancarou as desigualdades, ao mesmo tempo em que institui novas desigualdades. Contraditoriamente, mostrou que a sociedade e o Estado existem e que são indispensáveis para as pessoas sobreviverem. Despejou luzes sobre a ciência e tem deixado claro que os direitos sociais, não podem mais

se exprimirem fundados na condição de subalternidade das pessoas excluídas.

A noção do direito, portanto, não poderá mais continuar apartada dos parâmetros da justiça e da igualdade, enquanto a pobreza esteja se tornando, cada vez, mais inevitável. O neoliberalismo não tem mais argumentos teóricos para reverter os problemas que ele próprio criou e que a pandemia tem desmascarado.

Assim, com o aprofundamento das expressões da questão social, nesse contexto, de fato, os desafios postos ao Serviço Social se avolumaram. Seja no âmbito da formação profissional, do ensino, da pesquisa, da extensão e da convivência universitária, seja em nível das práticas profissionais.

Sim, essa realidade certamente afetou, em muito, a turma do MASS no ano de 2020, um mês após o início das aulas desta turma, impactada pelas necessidades de atender às medidas sanitárias de isolamento social e de, conseqüentemente, enfrentar o novo modelo do ensino remoto.

Se, por um lado, as/os discentes tenham se sentido muito afetadas/os pela nova situação, por outro viram acender, nesta turma, o espírito da resiliência, o senso da solidariedade e do diálogo afetivo entre suas/seus componentes na busca de novas formas de convivência e de estratégias possíveis para superar os desafios de forma saudável, psicológica e fisicamente, como expressam as organizadoras, na apresentação desta obra.

Nada mais salutar e oportuno do que encontrar, como produto dessa resistência, uma produção bibliográfica que pretende contribuir com questões situadas nos eixos: Proteção Social, Políticas Públicas e Família; Formação Profissional e Ensino Superior; Gênero, Violações de Direitos e Questão Étnico-Racial., imprescindíveis ao Serviço Social em tempos de pandemia e acentuadas desigualdades.

Percebo que o intento da obra é expandir as discussões do significado, desses eixos, para além do ambiente de um curso de pós-graduação estrito senso na área do Serviço Social para alcançar, igualmente, discentes e professores da graduação, além de profissionais desta e de outras áreas afins no âmbito das Ciências Sociais, brindando, esta comunidade, com dezoito artigos que retratam as contribuições intelectuais de seus autores na labuta de suas pesquisas teóricas e de campo

Reconheço plenamente o esforço coletivo dos/as autores/ autoras e organizadoras pela produção e publicação deste e-book, constituído inteiramente durante os momentos mais difíceis da pandemia do coronavírus. São iniciativas como essa que nos levam a crer que, na contramão do modelo neofascista, adotado por aqueles que assumem o poder central, na realidade brasileira contemporânea, existem muitas ideias sobre a sociedade que se quer, além de se imaginar que outro mundo é possível. Nesse sentido, torna-se oportuno destacar que não haverá Estado democrático que se afirme sem cidadania ativa e sociedade participante.

Deixo, enfim, aos leitores a justeza desta conferência.

Fortaleza, 29 de junho de 2022,
Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne

APRESENTAÇÃO

Em 2022 publicamos o presente livro em formato de e-book, intitulado *DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA*, mediante o Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, da Universidade Estadual do Ceará (MASS - UECE), vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA). O objetivo deste e-book é divulgar os desafios do ensino e da pesquisa em tempos de pandemia, por meio de artigos relacionados aos estudos e pesquisas vivenciados no período histórico da pandemia do COVID-19.

A possibilidade de se publicar o presente e-book surgiu por meio do recurso do PROAP, destinado à turma do MASS de 2020, a qual foi a idealizadora deste trabalho e da qual a comissão organizadora fez parte. O ano de 2020 foi de muitos desafios, principalmente no que se refere à pandemia do novo Coronavírus. Pandemia essa que, no Brasil, findou mais de 600 mil vidas, além das sequelas de médio e longo prazo nas áreas física e mental, na vida de toda a população. Ademais, nota-se o aprofundamento das expressões da questão social devido a essa grave doença, que nos últimos meses, felizmente, tem sido combatida com a aplicação das vacinas.

Essa realidade afetou diretamente a turma do MASS de 2020, que no seu percurso acadêmico teve que enfrentar logo como um mês após o início das aulas do mestrado a necessidade de se atender às medidas sanitárias de isolamento social, passando a ter o ensino remoto. Tal fato marcou profundamente esse processo, mas também gerou a aproximação entre os discentes, por meio do diálogo afetivo, a fim de encontrar-

mos meios e estratégias para superarmos tais desafios de uma forma íntegra e saudável psicológica e fisicamente.

Nesse intuito, como forma de contribuir com essas discussões que são tão atuais e importantes, bem como a fim de expandir as discussões para além do MASS, publicamos o presente e-book, composto por dezoito artigos que apresentam as contribuições intelectuais de pesquisadores do corpo discente do MASS, além de diversas outras áreas, desde a graduação até a pós-graduação. A presente coletânea foi organizada em três eixos, que são eles: Proteção Social, Políticas Públicas e Família; Formação Profissional e Ensino Superior; Gênero, Violações de Direitos e Questão Étnico-Racial.

No primeiro eixo, Proteção Social, Políticas Públicas e Família, o qual é composto por oito artigos, socializamos produções acerca de pesquisas teóricas e de campo, que abrangem temas sobre a proteção social básica e a proteção social especial da política de Assistência Social transversalmente contemplando os segmentos de população em situação de rua, crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional, além de trabalhos na área da saúde que, por sua vez, discutem questões relacionadas à imagem da profissão, enquanto outro na mesma área discute sobre a luta antimanicomial. Há também um trabalho sobre residência multiprofissional, e, por fim, outro artigo deste eixo aborda a temática das adoções tardias, ocupando-se do recorte de classe de crianças e adolescentes. Abaixo expomos os resumos.

Abrindo o primeiro eixo do e-book, temos o artigo “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIAM DO NOVO CORONAVÍRUS: REDESENHOS E PERSPECTIVAS”, onde as autoras Livia Kelly e Mônica Cavaignac fazem uma análise da política de assistência social no cenário contemporâneo, marcado pela pandemia do novo Coronavírus, buscan-

do apreender os redesenhos da proteção social brasileira de acordo com as precípua do capital internacional e do ideário neoliberal. Nesse sentido, tem como eixo central de discussão a compreensão do campo socioassistencial a partir do desvelamento da crise estrutural do capital, que reordena profunda e significativamente as tramas da política em foco na sociedade brasileira. Para tanto, as autoras fazem usos de alguns documentos/marcos legais específicos, a saber: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), indispensáveis nesta discussão.

O artigo de Ana Célia Araújo e Lara Abreu, intitulado “SEGMENTOS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL”, intentou por meio dos serviços ofertados no âmbito da Proteção Social Básica, a saber, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), realizado em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), no município de Fortaleza/CE, de modo a identificar os segmentos sociais mais atingidos socioeconomicamente durante os dois primeiros anos da pandemia do COVID-19. Junto a isto, também buscaram verificar quais expressões da questão social mais vulnerabilizaram esses segmentos sociais e exigiram uma maior atuação da equipe multiprofissional do CREAS entre os anos de 2019 a 2021. Revelando, assim, que as categorias questão social, pobreza e família estão diretamente imbricadas no cotidiano dos usuários da política de assistência social, expondo-os a situações cuja gravidade os deixam desprotegidos socialmente, inatingíveis pelas políticas públicas de cunho neoliberal.

Em “SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: DEMANDAS E IMAGEM PROFISSIONAL NA PANDEMIA” a autora Brena Kécia procura refletir sobre as demandas e a imagem profissional do Assistente Social no campo da saúde, em especial no campo hospitalar,

diante do contexto da pandemia do COVID-19. Os resultados evidenciados nesta pesquisa sugerem o reaçamento de antigas demandas profissionais, de caráter conservador, e que no período pandêmico são aguçadas. Com base nisso, pontua-se a necessidade de dialogar com a categoria profissional de Assistentes Sociais sobre a imagem social propagada pelo Serviço Social, no intuito de fortalecer as reais atribuições e competências nos campos de trabalho.

As autoras Fernanda Anselmo e Emilie Fonteles, no artigo “NEGLIGÊNCIA COMO MOTIVO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”, apresentam os principais motivos que ocasionam casos de medida protetiva de acolhimento institucional, contextualizando o termo “negligência” frente aos demais motivos que ocasionam medida de acolhimento institucional e contexto da pandemia do COVID-19. Para tanto, as autoras fizeram uma análise do perfil das famílias de crianças e adolescentes do Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) no contexto da pandemia do COVID-19, além de pesquisa documental e de campo junto à Promotoria de Infância e Juventude (MPCE), com recorte temporal dos anos de 2020, 2019 e 2018.

No artigo “CONTEXTO DAS ADOÇÕES TARDIAS E DE CRIANÇAS NEGRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA”, Soleane Mazza e Estenio Azevedo, analisaram de que forma avanços legais do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), contribuem positivamente para a superação de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, inclusive no contexto da adoção. Evidenciando no decorrer de suas análises os obstáculos que se apresentam nas práticas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças em situação de acolhimento institucional, sobretudo no que concerne aos processos de adoção de crianças maiores e negras. Apontando por fim os impactos da pandemia provocado pelo

Coronavírus nos processos de adoção, justamente neste momento em que o ECA completa seus 30 anos.

Os autores José Everton e Luiz Fernando de Souza, no artigo “POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS NEOLIBERAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA”, abordam sobre a Política Nacional para a população em situação de rua - PNNR, aprovada em 2009 e como foi se constituindo a rede socioassistencial que atende esse público. Assim, o objetivo do referido artigo foi investigar quais são as intervenções públicas do município de Fortaleza voltadas para as condições de vida da população em situação de rua, logo, para responder tal objetivo, os autores recorrem a uma pesquisa bibliográfica e documental que dão sustentação aos argumentos apresentados.

No artigo da autora Gicélia Almeida, “A LUTA ANTIMANICOMIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O FÓRUM CEARENSE DA LUTA ANTIMANICOMIAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA NO CEARÁ”, a mesma apresenta um recorte do trabalho dissertativo apresentado em junho de 2021, para a aquisição do título de mestre em Serviço Social, pela UECE. A autora objetivou compreender os processos de construção da política pública de saúde mental sob a ótica dos usuários e dos trabalhadores em sua vertente política. Para tanto, se fez necessário conhecer as estratégias de construção dos enfrentamentos entre usuários, trabalhadores e gestores na construção do viés antimanicomial na política de saúde mental.

No artigo “COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS RESIDENTES NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM PEDIATRIA” as autoras Ana Paula Silveira e Fernanda Alves buscam identificar as competências profissionais da/o Assistente Social residente que atua nos diversos cenários de prática da ênfase de Pediatria, da Residên-

cia Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará/ESP-CE, levando em consideração o período pandêmico e suas repercussões no processo formativo da Residência Multiprofissional. Os dados desse estudo revelaram que dentre os desafios neste espaço sócio-ocupacional pode-se destacar as diversas demandas que são apresentadas à/ao Assistente Social e que não são competências deste profissional.

Já no segundo eixo, “Formação Profissional e Ensino Superior”, o qual é composto por cinco artigos que versam acerca da formação profissional dos assistentes sociais, do estágio supervisionado em Serviço Social durante o período de pandemia e da vivência de discentes de mestrado, além de um artigo que discute sobre metodologia utilizada em uma disciplina do ensino superior. Dessa forma, apresentaremos abaixo os resumos dos artigos.

No artigo “ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL”, as autoras Ana Rochelly Silva e Darliane Maria analisam os impactos da pandemia por COVID -19 na formação profissional dos assistentes sociais, situando a precarização do ensino e a imposição do ensino remoto como forma de atender os interesses do mercado. O estudo se fez a partir de revisão bibliográfica e documental e os elementos evidenciados fundamentam-se na prática docente realizada em uma instituição de ensino superior privada. Conclui-se que diante do aprofundamento das desigualdades sociais o compromisso com uma educação crítica é um imperativo ético.

No artigo “ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE FORTALEZA-CE”, as autoras Luciana Pinheiro e Kelyane Silva discutem sobre os desafios do estágio supervisionado em Serviço Social

durante a Pandemia do COVID-19 em uma instituição privada em Fortaleza-CE. Metodologicamente, o objetivo proposto foi respondido a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, bem como um relato de experiência docente das autoras, através da técnica de observação participante. Para tanto, as categorias delimitadas no referido artigo foram: estágio supervisionado em Serviço Social, precarização do trabalho docente, ensino superior, e pandemia do COVID-19.

No trabalho “MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL (MASS): LIMITES E POSSIBILIDADES ENFRENTADOS PELOS DISCENTES”, Rafael Ferreira e Jéssica Cleophas objetivaram compreender os atuais desafios enfrentados no processo de formação profissional dos discentes na pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), discutindo para isso a Universidade no contexto do capitalismo dependente e como esses processos ecoam na formação profissional, por meio do perfil socioeconômico dos estudantes. Compreendendo, assim, que este olhar sobre o curso possibilita a construção do aperfeiçoamento no âmbito do ensino e aprendizagem, e os limites e possibilidades enfrentados por estes discentes para concluir o caminho do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS).

Com o artigo “SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: ANÁLISE DESA RELAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA UECE” a autora Juliana Soares apreende de que forma o Serviço Social tem se aproximado das discussões de gênero, considerando como recorte a experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O caminho metodológico traçado foi a partir do uso da pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica. Com o estudo, aponta-se que, apesar de ser uma aproximação lenta e gradual, o Serviço Social tem aderido às discussões de gênero no seu processo formativo e a UECE

tem seguido esse caminho. Os avanços observados denotam a preocupação dessa formação profissional com essas temáticas, as quais devem estar presentes no processo formativo, considerando a majoritariedade de mulheres no quadro formativo, bem como no público atendido.

Com o artigo intitulado *METODOLOGIA DIALÉTICA NO ENSINO SUPERIOR: SOBRE O USO DA LITERATURA EM AULAS DE ECONOMIA POLÍTICA*, os autores Epitácio Macário, Richelly Barbosa, Tainara Alexandre, Amanda Vitoria e Beatriz Nascimento objetivam apresentar a experiência com literatura que fora implementada com uma turma de estudantes matriculados na disciplina de Economia Política, do curso de Serviço Social da UECE. Para tanto, a metodologia da referida pesquisa foi de tipo bibliográfica, somada à aplicação de formulário eletrônico juntos aos(as) discentes que cursaram a referida disciplina, visando coletar suas impressões e aprendizados sobre o experimento. Por sua vez, na análise dos resultados, os autores tomaram como referência o materialismo histórico-dialético.

Por fim, o terceiro e último eixo, “Gênero, Violações de Direitos e Questão Étnico-Racial” é composto também por cinco artigos, os quais abordam temas relacionados à violência doméstica contra mulher, questões étnico/raciais, juventudes periféricas, mulheres pesquisadoras e a resistência e movimento de mães que perderam seus filhos em contexto de violência. Os resumos de tais artigos estão expostos abaixo.

O artigo “AS REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DO COVID-19 NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER” elaborado pelas autoras Brenda Gonçalves e Milena Freitas objetivou trazer a discussão sobre o aumento da violência doméstica e dos casos de feminicídio no Ceará no contexto da pandemia. Nesse sentido, as autoras realizaram um estudo bibliográfico acerca, bem como um estudo

quantitativo referente aos dados do feminicídio no Ceará dos anos de 2018 a 2021. Assim, entende-se que o isolamento social não é o único fator que estimula o crescimento da violência doméstica, no entanto, ele é utilizado como estratégia para o fortalecimento da opressão contra as mulheres. Por isso, se faz necessário fortalecercotidianamente a luta pela superação das diversas formas da violência de gênero e da opressão.

No artigo intitulado “COVID-19 E MULHERES PESQUISADORAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS POSTOS ÀS MULHERES NO EXERCÍCIO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL”, as autoras Nara Jéssica, Luana Maria e Sibeles Lino analisam os desafios postos à realidade dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais frente à pesquisa científica, em uma conjuntura de reestruturação produtiva e aprofundamento da precarização do trabalho. As autoras apontam como resultados da discussão a ausência de políticas públicas que viabilizem a pesquisa às mulheres, assim como investimento no campo supracitado.

O artigo “QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: DIÁLOGO COM O SERVIÇO SOCIAL” de autoria de Íris Alcântara, busca relacionar questão social e questão racial, juntamente, com o Serviço Social, na qual a compreensão sócio-histórica da realidade brasileira é primordial para fundamentar a atual conjuntura do Brasil, principalmente, no que se refere a desigualdade racial e social. O estudo evidencia que as mudanças nas manifestações da questão social, cujo racismo está incluso, aparecem com novas roupagens com a transição da escravidão no desenvolvimento do modo de produção capitalista. O Serviço Social, por sua vez, tem atuação precípua de modo direto entre a mediação da população mais empobrecida e a viabilização de conhecimento e acesso aos direitos civis, políticos e sociais.

O artigo JUVENTUDES PERIFÉRICAS, QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PÚ-

BLICAS escrito pela autora, Karízia Silvestre, apresenta como objetivo compreender as juventudes periféricas articulando-as à discussão do recorte étnico-racial, bem como reflete sobre a importância de políticas públicas para esse segmento. Portanto, a autora tece seus argumentos a partir das seguintes categorias: Juventudes Periféricas; Questão étnico-racial; Políticas Sociais Públicas. Para contemplar o objetivo proposto, o estudo parte de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa.

No artigo intitulado “MÃES DO CURIÓ: LUTO E LUTA DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE VIOLÊNCIA”, as autoras Letícia Pequeno e Zelma Madeira buscam evidenciar o movimento de mães que se organizou em virtude da chacina que ocorreu no ano de 2011, em Fortaleza/CE, que acabou vitimando seus filhos. O estudo em questão revelou que estas mães desenvolveram resistências plurais, movimentando-se em atos públicos, eventos acadêmicos, firmando parcerias com movimentos sociais, com partidos políticos e com grupos de familiares vítimas da violência do Estado.

Ademais, gostaríamos de reconhecer o esforço coletivo dos/as autores/autoras e organizadoras na produção e publicação do presente e-book, processo que se desenvolveu inteiramente durante os picos de crise da pandemia do Coronavírus. Além disso, gostaríamos de agradecer todos os pesquisadores/professores que colaboraram com o e-book compondo a nossa comissão avaliadora, os quais desenvolveram um trabalho de excelência, em cada área específica de estudo, e contribuíram imensamente com essa construção coletiva. O nome de cada membro da comissão avaliadora consta à parte, mas fica aqui o nosso registro e gratidão.

Importante destacar que para a realização desta publicação, foi fundamental o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Cea-

rense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), por meio de financiamento de algumas das pesquisas aqui apresentadas, sendo a primeira agência citada também responsável pela disponibilização dos recursos financeiros necessários à produção deste livro, advindos do convênio 88881.591881/2020-1 PROAP/CAPES.

Por fim, nós, discentes do MASS, agradecemos a participação de todos/as os/as docentes, discentes, pesquisadores/as e assistentes sociais que contribuíram com o presente trabalho. Desejamos que este e-book seja amplamente divulgado e possa contribuir nos debates e na produção de conhecimento sobre as expressões da questão social, no contexto da pandemia do COVID-19, e que possamos esperar dias melhores para a ciência e a população brasileira como um todo! Avante sempre!

ORGANIZADORAS

Brenda Gonçalves de Sales Costa

Fernanda Gomes Duarte Cavalcante Anselmo

Lívia Kelly da Silva

Maria Juliana Soares

AUTORAS E AUTORES

AMANDA VITÓRIA é graduanda em Serviço Social (UECE) com bolsa pelo Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: amanda.vitoria@aluno.uece.br.

ANA CÉLIA ARAÚJO SANTIAGO é especialista em Serviço Social, Trabalho e Ética Profissional pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Pótere Social. Assistente Social graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha na Prefeitura Municipal de Fortaleza nas Políticas Públicas de Assistência Social e de Saúde, no Centro de Referência da Assistência Social (CREAS) Rodolfo Teófilo e Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Infantil Estudante Nogueira Jucá.

ANA PAULA SILVEIRA DE MORAIS VASCONCELOS é Assistente Social, mestra em Serviço Social e professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Faculdade Cearense. Conselheira do CRESS-CE e Membro do Fórum Nacional de Tutoras/es e Preceptoras/es (FNTP).

ANA ROCHELLY SILVA COSTA CAVALCANTE é bacharela em Serviço Social (UECE), especialista em Saúde da Família (UNILAB), mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE), atuação como docente da Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), técnica do departamento de regulação e procuradoria institucional da FMB. Experiência na área da política de assistência social.

BEATRIZ NASCIMENTO é graduanda em Serviço Social (UECE) com bolsa pelo Programa de Monitoria Acadêmica (PROMAC). Pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: beatriz.nascimento@aluno.uece.br.

BRENA KÉCIA SALES GUEDES é Assistente Social, mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará.

BRENDA GONÇALVES DE SALES COSTA é bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em caráter de residência multiprofissional em Neonatologia e Obstetrícia pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP) e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: brenda.salesec@gmail.com.

DARLIANE MARIA HOLANDA COSTA é bacharela em Serviço Social (UECE), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (UVA), Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE), atuação na docência do curso de Serviço Social da Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), técnica da Secretaria de Infraestrutura, Desenvolvimento e Controle Urbano da Prefeitura de Maracanaú-Ce. Experiência na área da política de assistência social, sistema sociojurídico e política de habitação.

EMILIE FONTELES BOESMANS é psicóloga, mestra em Psicologia e doutoranda em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social, em Unidade de Acolhimento Institucional para Adolescentes em Fortaleza. E-mail: emilieboesmans@hotmail.com.

EPITÁCIO MACÁRIO é pedagogo, doutor em Educação (UFC) e professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro fundador e pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: epitacio.macario@uece.br.

ESTÊNIO ERICSON BOTELHO AZEVEDO é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2008) e Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2005). Professor do Mestrado Acadêmico em Filosofia e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

FERNANDA ALVES FARIAS é Assistente Social graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Concludente da Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará, com ênfase em Pediatria.

FERNANDA GOMES DUARTE CAVALCANTE ANSELMO é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Políticas Públicas (PLUS), cursando Especialização em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IF SUL DE MINAS), Discente do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS-UECE); Fortaleza-CE. E-mail: fernanda.duarte@aluno.uece.br.

GICELIA ALMEIDA DA SILVA é graduada em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; Especialista em Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde do Sistema Único de Saúde, pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Gestão da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Especialista em Saúde Mental, pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, da Universidade Estadual do Vale do Acaraú e Escola de Saúde da Família Visconde de Saboia; Pós - graduanda em Serviço Social, pelo Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - UECE, com experiência profissional nas áreas da assistência social, habitação, saúde e educação. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, campus IFCE Fortaleza

e do Fórum Cearense da Luta Antimanicomial - FCLAM. Conselheira da gestão “Ver Cores nas Cinzas e a Vida Reinventa” (Triênio 2020-2023) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/CE -3ª Região). E-mail: gicelia.almeida@hotmail.com.

IRIS LUZ LANDIM ALCÂNTARA é graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi estagiária da Secretaria de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) e do Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS). Atualmente estuda população em situação de rua, assistência social e questão social.

JÉSSICA CLEOPHAS DO CARMO LIMA é mestra pelo Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2019). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (2016). Atua como professora no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Vinculada ao Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS/UECE).

JOSÉ EVERTON SILVA RODRIGUES é formado pelo Centro Universitário Ateneu - UNIATENEU. Assistente Social da Política de Habitação. Pós-graduação em Legislação Social, Políticas Públicas e Trabalho Social. Monitorias acadêmicas nas áreas de Fundamentos do Serviço Social; Políticas Sociais, Trabalho e Sociabilidade; Seminário Temático e Direitos Sociais. E-mail: evertonserçosocial@gmail.com

KARÍZIA EDWIGES SILVESTRE MILHOME é bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO) - E-mail: karizia.silvestre@aluno.uece.br.

KELYANE SILVA DE SOUSA é Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará- UECE, Mestre em Sociologia pela UECE e estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UECE. Professora universitária e supervisora acadêmica.

LARA ABREU CRUZ é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS/UECE). Especialista em Gestão em Saúde Pública pela Uninassau. Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida/UECE). Docente nos cursos de pós-graduação da Pótere Social.

LETÍCIA SAMPAIO PEQUENO é graduada em Serviço Social (UECE), Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE), Doutoranda em Serviço Social e Política Social (UEL). Assistente social Judiciária do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

LÍVIA KELLY DA SILVA possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE). Atualmente participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE/UECE). E-mail: livia.kelly@aluno.uece.br.

LUANA MARIA ROCHA DA SILVA é Assistente Social graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Mes-tranda no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: luana.rocha@aluno.uece.br.

LUCIANA PINHEIRO ALENCAR é Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Gestão Estraté-

gica de Pessoas pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Mestranda no Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS), Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atuou como professora universitária, coordenadora de estágio e supervisora acadêmica. Experiência profissional na gestão de pessoas em empresas privadas e públicas.

LUIZ FERNANDO DE SOUSA MARTILIS é formado pela Universidade Estadual do Ceará. Assistente Social das categorias de base do Ceará Sporting Club e do Recanto Psicopedagógico. Pós-graduado em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte/MG. E-mail: fernandomartilis@gmail.com.

MARIA JULIANA SOARES é bacharela em Serviço Social pela UECE e mestranda do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS), UECE. Foi estagiária da Defensoria Pública da União (DPU/CE).

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991), Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1998) e Doutorado em Sociologia pela UFC (2009). Assessora Especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais do estado do Ceará - ASEMOV (2020). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (2004). Professora do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Coordenadora do NUAFRO- Laboratório de Afrobrasilidade, gênero e família da UECE.

MILENA FREITAS DE SOUZA é bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: milenafreitasdesouza@gmail.com.

MÔNICA DUARTE CAVAINAC possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Direito pelo Centro Universitário Estácio de Sá. É mestra em Educação e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da UECE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE/UECE). Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UECE). Pró-reitora de Políticas Estudantis da UECE. E-mail: monica.cavaignac@uece.br.

NARA JÉSSICA LAURENTINO DE SOUSA é Assistente Social graduada em Serviço Social pela Faculdade de Tecnologia do Nordeste. Pós-graduanda na Faculdade do Maciço de Baturité (Pótere Social). E-mail: narajesica@hotmail.com.

RAFAEL FERREIRA BARROSO é graduando em Serviço Social, Ex-bolsista de Iniciação Científica (IC/UECE) pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), entre os anos 2017 à 2019.

RICHELLY BARBOSA é Assistente Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Doutoranda em Educação (UFC). E-mail: richellybarbosa@ufc.br.

SIBELE LINO CAETANO é Assistente Social graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Instrumentalidade e Técnicas-operativas do Serviço Social pela Unifuturo. E-mail: siblecaetano7@gmail.com.

SOLEANE MAZZA NUNES BEZERRA é Assistente Social, possui Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2014). Especialização em Gestão de Recursos Humanos (2011) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2005).

TAINARA ALEXANDRE é Assistente Social e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE) com bolsa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: tainaraalexandre2@gmail.com

EIXO 1:
**PROTEÇÃO SOCIAL,
POLÍTICAS PÚBLICAS E
FAMÍLIA**

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDE- MIA DO NOVO CORONAVÍRUS: redesenhos e perspectivas

LÍVIA KELLY DA SILVA
MÔNICA DUARTE CAVAINAC

Introdução

O presente capítulo busca fazer uma análise da política de assistência social no cenário contemporâneo, marcado pela pandemia do novo Coronavírus, tendo em vista apreender os redesenhos da proteção social brasileira conforme as precípuas do capital internacional e do ideário neoliberal. Nesse sentido, tem como eixo central de discussão a compreensão do campo socioassistencial a partir do desvelamento da crise estrutural do capital, que reordena profunda e significativamente as tramas da política em foco na sociedade brasileira.

O capítulo tem por base pesquisa de natureza qualitativa, envolvendo estudos bibliográfico e documental. Assim, entre os autores estudados para a compreensão da temática abordada numa perspectiva histórico-crítica, destacam-se Alves (2007), Antunes (2020) Raichelis (2011), Sposati (2008), Mészáros (2009), Harvey (2020), entre outros. E para uma melhor análise da política de assistência social, foco de nosso estudo, utilizamo-nos de alguns documentos específicos, a saber: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), indispensáveis nesta discussão.

Salientamos que analisar a política de assistência social presuppõe um olhar crítico acerca das particularidades da formação

sócio-histórica da sociedade brasileira, marcada por valores elitistas e autoritários, e suas implicações no processo de construção da referida política pública nas últimas décadas, assim como em suas configurações atuais no contexto de crise estrutural do capital. Em meio a esta crise, escancarada pela pandemia do Coronavírus, agrava-se o quadro de desigualdades sociais no Brasil, com o crescimento alarmante do desemprego, da pobreza e de outras expressões da questão social, atingindo diretamente os(as) usuários(as) da política de assistência social, ao passo em que estes(as) encontram cada vez mais obstáculos e dificuldades para a efetivação de seus direitos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garantiu à assistência social o *status* de política pública de direito, na perspectiva da cidadania social. Em conjunto com esse marco legal, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, regulamenta esta política, na medida em que estabelece critérios e normativas para a sua materialização. São igualmente importantes a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005), responsáveis por fornecerem bases para a objetivação da política em todo o território nacional, articulando-a com outras normativas e legislações, que também são fundamentais para a sua operacionalização.

No mais, ressaltamos que, com a Lei de nº 12.435/2011, a LOAS foi complementada em aspectos importantes na organização do SUAS, especialmente nas funções de proteção social, por meio dos serviços socioassistenciais, defesa de direitos e vigilância socioassistencial; primazia do Estado na execução da política com a participação complementar de entidades da sociedade civil; garantia da participação popular em conferências e conselhos; ruptura com o modelo assistencialista e clientelista; gestão compartilhada entre os entes federativos (União,

Estados, Distrito Federal e Municípios); integração entre os benefícios, serviços, programas e projetos (SPOSATI, 2008).

Todavia, ressaltamos aqui que, apesar do alargamento do viés democrático inaugurado com a Constituição Federal de 1988, face à onda redemocratizante que permeava a sociedade brasileira e ampliava o campo social e a noção de direito, a realidade do país vem enfrentando sérias dificuldades que colidem e colocam em questão essa perspectiva democrática de direito. Isso se deve ao fato de as ideias neoliberais terem avançado e tomado grande magnitude no Brasil, sobretudo após a década de 1990 (ALVES, 2007).

Para Fiori (1997), o neoliberalismo no País se efetiva por meio de governos que não mascaram sua vinculação com os princípios neoliberais. Sendo assim, os ganhos obtidos a partir da implementação do sistema de seguridade social, por meio da chamada Constituição Cidadã, sofrem profundas clivagens, as quais fazem com que as políticas que integram esse sistema assumam características de assistencialização da proteção social (BEHRING, 2008).

Por essa razão, como aponta Sposati (2008), no que concerne às respostas dadas à questão social¹ na cena contemporânea, um dos maiores desafios colocados à efetivação das políticas públicas sociais é a superação da naturalização das desigualdades sociais como processos perenes, individuais e insuperáveis, os quais descaracterizam sua dimensão política.

1 A questão social, como apontam Iamamoto e Carvalho (2013), diz respeito ao conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais que eclodem com a consolidação do capitalismo monopolista. Somado a isso, tem-se o protagonismo da classe trabalhadora e o espaço que ela ganha na sociedade, na medida em que começa a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Esse ingresso dos trabalhadores no cenário político, por sua vez, exige reconhecimento do Estado e da classe burguesa na forma de direitos.

De acordo com a referida autora, esse “novo” desenho da proteção social brasileira traz grandes consequências para a materialização da política de assistência social. Se a política em foco foi pensada na perspectiva de direito, com o predomínio do modelo de acumulação flexível e com o avanço do ideário neoliberal, seu campo passa a ser demarcado por ações focalizadas, emergenciais e de caridade à população mais pobre, remetendo, assim, ao retorno de antigas práticas assistencialistas.

A política de assistência social na cena contemporânea: reflexos das ideias neoliberais na sociedade brasileira

Considerando seu objetivo central, qual seja a análise da política de assistência social no cenário contemporâneo, tendo como “pano de fundo” de nossa análise a crise estrutural do capital, o presente capítulo está organizado em dois tópicos: o primeiro tópico intenta contextualizar a realidade brasileira a partir da referida crise, situando-a no contexto da pandemia do COVID-19, que traz significativos rebatimentos no campo socioassistencial, foco de nosso estudo. O segundo tópico traz uma análise sobre a proteção social no Brasil, com ênfase na política de assistência social, a partir do reordenamento da sociedade brasileira conforme as ideias neoliberais, que cada vez mais ganham forças no cenário contemporâneo.

Crise do capital, pandemia e intervenção estatal

Para compreender a crise que atinge a sociedade capitalista mundial nos tempos atuais, marcados pela pandemia do novo Coronavírus, é preciso situá-la no contexto mais amplo e complexo da crise estrutural do capital. Afinal,

A frequência sempre crescente com que “distúrbios e disfunções temporárias” aparecem em todas as esferas de nossa existência social, e o completo fracasso das medidas e instrumentos manipuladores concebidos para enfrenta-los são uma clara evidência de que a crise estrutural do modo capitalista do controle social assumiu proporções generalizadas. (MÉSZÁROS, 2009, p. 71).

Para Harvey (2020), há uma ligação metabólica entre natureza, cultura, economia e cotidiano. Conforme afirma o autor, as mudanças climáticas, por exemplo, mesmo não sendo intencionais, são consequências das modificações que o capital opera nas condições ambientais de sua própria reprodução. O que existe atualmente, portanto, não é um verdadeiro desastre natural, pois, embora o vírus mude o tempo todo, “[...] as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas” (HARVEY, 2020, p. 16).

De acordo com Jappeet *al.*, (2020), a crise global atual, comumente chamada de crise do Coronavírus, é uma crise sem precedentes na história do capitalismo, seja pela rapidez com que o COVID-19, se alastrou pelo planeta, seja pelas reações que a doença suscitou, tais como o bloqueio da economia mundial e a imposição de medidas de confinamento populacional por parte dos Estados nacionais, os quais foram chamados a assumir o papel de administradores da crise, de modo a salvarguardar, ao mesmo tempo, a vida da população e a economia.

Da necessidade de administrar a crise, surge, pois, o conflito entre a razão sanitária e a razão econômica, além dos conflitos internos que marcam uma crise política de características peculiares no Brasil, cujo atual presidente, Jair Bolsonaro, chegou a classificar o COVID-19 como uma “gripezinha”, resistindo fortemente à estratégia de confinamento social. Ainda de acordo com os autores, o “[...] conflito dentro de seu próprio

governo foi tanto que levou à queda sucessiva de dois ministros da Saúde em dois meses, deixando na pasta sem nenhum encarregado oficial no exato momento em que o país se tornava o epicentro da pandemia em escala mundial” (JAPPE *et al.*, 2020, p. 62).

Entre as estratégias de combate à crise, os Estados passaram a implementar medidas emergenciais de ajuda às empresas, às famílias, aos desempregados e aos trabalhadores informais. Assim, “[...] mesmo no Brasil, onde as medidas sociais foram escassas, um “coronavoucher” de seiscentos reais foi concedido aos trabalhadores informais, inicialmente durante três meses” (JAPPE *et al.*, 2020, p. 79). Quanto à ajuda às empresas, deve-se atentar para o fato de que: “[...] os bilhões injetados na economia não são destinados a salvar vidas, mas a reiniciar uma máquina econômica que se encontra profundamente “gripada” (JAPPE *et al.*, 2020, p. 134).

As medidas de isolamento social estabelecidas pelos governos de vários estados do Brasil em combate à propagação do coronavírus implicaram a paralização de atividades industriais, comerciais e de serviços, o que levou ao aumento do desemprego e da pobreza, bem como da necessidade de intervenção do Estado no processo de reprodução socioeconômica de milhões de pessoas sem qualquer renda para garantir sua própria sobrevivência e de suas famílias. Nesse contexto, revela-se claramente não apenas o fracasso do neoliberalismo como modelo de regulação social, mas também a crise estrutural do capital, a qual, como afirma Mészáros (2007, p. 62), “[...] é a reveladora manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”².

2 Para Mészáros, sob o capitalismo, “[...] a grande ironia da tendência real do desenvolvimento [...] é que o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de trabalho supérfluo” (2007, p. 145).

Como as causas da crise estrutural do capital não podem ser tratadas, o que pode ocorrer nesses tempos de emergência pública decorrente da pandemia é a concessão de benefícios - já há muito limitados e focalizados -, à complexa, fragmentada e heterogênea classe que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver (ANTUNES, 2000). Emerge, assim, a necessidade de uma certa “ajuda exterior” do Estado, que, embora fundamental para garantir a sobrevivência de uma considerável parcela da população, mostra-se insuficiente para assegurar a estabilidade permanente do sistema. Logo, a “[...] contínua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capital globalizante não é uma verdadeira opção” (MÉSZÁROS, 2007, p. 63).

Nesse contexto histórico em que “[...] o desemprego se coloca como um traço dominante no sistema capitalista como um todo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 145), a pressão os salários para baixo, há, também, um constante retrocesso dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, ao passo que, as empresas e instituições empregadoras, em busca da redução dos custos com o trabalho, passam a flexibilizar as relações trabalhistas. A flexibilidade, todavia, não impulsiona os empregos, como alegam os defensores do neoliberalismo, pelo contrário, estimula a busca incessante pelo aumento dos lucros, dispensando mais trabalhadores e intensificando a exploração do trabalho daqueles que permanecem empregados. De fato, a flexibilidade equivale à precarização da força de trabalho acompanhada por uma legislação antitrabalho neoliberal, principalmente sob o comando de governos conservadores e autoritários.

Observamos que cada vez mais o desemprego e a precarização do trabalho atingem a totalidade dos trabalhadores, até mesmo os mais qualificados de diversos setores da economia, incluindo profissionais liberais e trabalhadores por conta própria que, no período pandêmico, não puderam trabalhar de

forma remota e se tornaram potenciais beneficiários do auxílio³ de 600 reais concedido pelo governo federal para trabalhadores autônomos e informais. Diante da complexidade dessa categoria, o presidente Bolsonaro insistiu na volta ao trabalho para não ter de fazer mais concessões.

Durante a pandemia, a força de trabalho da sociedade capitalista mundial, dos países de capitalismo avançado aos países de capitalismo dependente, foi atingida pelo desemprego. Milhões de pessoas perderam seus empregos e outros milhões de pessoas perderam qualquer possibilidade que tinham de sobreviver pelo próprio trabalho, ainda que precário. Ademais, fraudam-se as estatísticas do desemprego, porque os trabalhadores informais e envolvidos nas diversas formas de trabalho precário compõem o número de ocupados.

Em decorrência do desemprego, agrava-se a situação de pobreza e de extrema pobreza de milhões de pessoas que passam a depender do Estado, por meio da participação nos programas de transferência de renda, ou, ainda, da ajuda da sociedade civil, por meio da caridade social.

No Brasil, a fase crítica da pandemia mal acabou e ainda não se sabe de onde virão os recursos para pagar seus custos, inclusive os benefícios concedidos à crescente população em situação de vulnerabilidade social. Com a extinção do Programa Bolsa Família (PBF) em razão da criação do Programa Auxílio Brasil (PAB), instaura-se um clima de insegurança e incerteza quanto à cobertura da política de assistência social e às condições de vida de seus usuários.

3 De acordo com a matéria do Jornal o Globo, com o fim do Auxílio Emergencial, em novembro de 2021, mais de 22 milhões de pessoas ficarão sem nenhum auxílio do governo federal, pois muitos dos beneficiários do referido Auxílio também não serão contemplados pelo Auxílio Brasil, novo programa do governo que substituirá o Bolsa Família.

Trata-se de cidadãos, sujeitos de direitos, que não têm sequer como assegurar sua própria subsistência e que não conseguem se inserir ou reinserir no mercado de trabalho. Este último tem sido historicamente caracterizado pelo trabalho precário e pela informalidade social, com um “[...] amplo contingente de trabalhadores urbanos e rurais pobres sem proteção social em contraste com o contingente de operários e empregados assalariados urbanos inseridos no mercado de trabalho formal com vínculo empregatício por tempo indeterminado e cobertos pela legislação trabalhista” (ALVES, 2013, p. 147).

Proteção social brasileira: os rumos da assistência social na atualidade

Como citado anteriormente, a criação e a implementação do modelo de gestão da política de assistência social buscam romper com os traços históricos que permeiam seu campo e que reiteram características do assistencialismo, da cultura do favor, da tutela e da subalternidade das ações profissionais e de seus(as) usuários(as). Portanto, faz-se necessário reiterar a perspectiva de direito e de cidadania inaugurada em 1988 para efetivar a concepção de política pública de direito e de cidadania social.

A gestão trabalho da política de assistência social prevê e assegura a participação de todos(as) nela envolvidos(as), considerando os(as) usuários(as) da assistência social como os(as) reais protagonistas desta política. Entretanto, a partir do reordenamento do sistema de proteção social brasileiro, face às clivagens provocadas pelas ideias neoliberais, percebemos que a fragilização das funções públicas e o desaparecimento do Estado rebatem negativamente no campo socioassistencial (RAICHELIS, 2011).

Notamos, também, que além de atingir a proteção social brasileira, as tendências neoliberais atacam fortemente o mundo do trabalho. Assim, mudanças no mundo do trabalho se configuram a partir do processo de reestruturação produtiva⁴ e de acumulação flexível⁵, que conferem às relações de trabalho novos formatos, os quais trazem consequências negativas para a classe trabalhadora, na medida em que intensificam os níveis de exploração e precarização do trabalho e destituem essa classe de seus direitos sociais, interferindo, assim, nas suas formas de mobilização e organização política (ANTUNES, 2020).

Logo, esse cenário impacta diretamente nas condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as) do SUAS na atualidade, considerando-os(as) como trabalhadores(as) assalariados(as), que se inserem nas relações de compra e venda da força de trabalho. As ações desses(as) trabalhadores(as) na política de assistência social estão voltadas para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social via políticas sociais. Contudo, a partir da implementação de políticas neoliberais, as expressões da questão social se acentuam e, por conseguinte, o trabalho social é diretamente atingido, ao passo que cada vez mais são comuns contrarreformas⁶ do Estado em relação às políticas sociais, campo de atuação profissional desses(as) trabalhadores(as).

4 Por meio da reestruturação produtiva, há uma incorporação tecnológica no processo produtivo na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, e em contrapartida, o trabalho vivo é substituído cada vez mais pelo trabalho morto, levando ao desemprego estrutural e à precarização do trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

5 Para Netto e Braz (2012) na lógica da acumulação flexível, a produção se realiza para atender às necessidades do consumidor, variando, assim, conforme as determinações de mercado.

6 Sinalizamos, aqui, a diminuição de recursos no campo social, a focalização das políticas públicas e a transferência dos serviços estatais para o mercado e para o terceiro setor.

Assim, como parte da classe trabalhadora, os(as) trabalhadores(as) do SUAS vendem a sua força de trabalho aos agentes empregadores e também sujeitam suas ações às relações de poder que se estabelecem no cotidiano profissional, sendo atingidos(as) diretamente pelos desmontes dos direitos trabalhistas e pelas diversas formas de precarização do trabalho. Percebemos que as consequências das mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade não incidem somente nas relações e nos contratos de trabalho, mas também na própria organização política dos trabalhadores, em especial dos(as) trabalhadores(as) do campo socioassistencial, ao passo em que fragilizam suas formas de organização política face ao desmonte e retrocesso de direitos. Logo, se as formas de organização política das classes subalternas ratificaram a dimensão coletiva, atualmente, com a materialização do modelo neoliberal, essa dimensão vem perdendo força, uma vez que as várias formas de despolitização e fragmentação permeiam as instâncias de organizações coletivas e os interesses individuais acabam se sobrepondo aos interesses comuns.

Não podemos deixar de mencionar, também, as consequências trazidas pela pandemia do COVID-19 no cenário brasileiro, em especial em relação às políticas públicas sociais. Além da crise sanitária, da crise socioeconômica e do avanço cada vez maior da precarização do trabalho, inclusive por meio do trabalho remoto, a pandemia revela outras faces da crise estrutural do capital. Como vimos anteriormente, estas faces, de acordo com Santos (2020), podem ser visualizadas a partir da degradação do meio ambiente, uma vez que a população atingiu um alto nível de esgotamento dos recursos naturais. O autor ressalta que o contexto pandêmico acirra ainda mais essa questão, ao conduzir a população à catástrofe ecológica. Logo, percebemos que o sociometabolismo do capital devasta e degrada todas as instâncias da vida, ao comprometer e in-

viabilizar a própria sobrevivência humana, causando uma crise humanitária em escala global.

Esse atual cenário favorece, cada vez mais, o Estado mínimo de direito, colaborando, assim, para uma prática descompromissada, sobretudo, com o setor (NETTO, 1996). O atual contexto de implementação de políticas públicas - em especial da política de assistência social, foco de nosso estudo - por parte do Estado, ancoradas em fundamentos neoliberais, acaba despolitizando a questão social, rebatendo, assim, tanto no campo das políticas sociais, como no trato das expressões desse fenômeno, uma vez que aliena os(as) profissionais da área social. Esse cenário transforma a vida como um todo, evidenciando a lógica conservadora que rege a realidade social do País, face ao aumento desordenado das desigualdades em suas múltiplas instâncias (BEHRING, 2008).

Diante do apanhado, notamos que no atual contexto pandêmico, o desmantelamento⁷ do SUAS se torna ainda mais evidente, e suas insuficiências⁸ são escancaradas. Dessa forma, percebemos a precarização da política de assistência social e o desmonte dos direitos sociais, uma vez que há uma significativa regressão do campo público no que concerne, sobretudo, ao seu financiamento e à precarização do trabalho neste setor. Sendo assim, embora a política de assistência social seja reconhecida como essencial na realidade brasileira, e, sobretudo, no contexto pandêmico, os recursos destinados a ela não conse-

7 A fragilização do SUAS reverbera na execução de ações emergenciais e preventivas na política de assistência social, além da garantia de condições mínimas no trabalho executado. Essa situação reconfigura as formas e os sentidos das políticas públicas e do sistema de proteção social na realidade brasileira (YAZBEK et al., 2020).

8 Entre tais insuficiências destacam-se: equipes desfalcadas, equipamentos deficitários, contratos de trabalho precarizados, ausência de política de educação permanente, incapacidade de gestão da própria política de assistência social (CRESS/SC, 2020).

quem sanar, minimamente, as demandas da população usuária, que tem sua realidade permeada pela crise estrutural do capital, pelo desemprego e pela desigualdade social (CRESS/SC, 2020).

A flexibilização da legislação trabalhista permite novas formas de exploração da força de trabalho sob o argumento de combater a informalidade e o desemprego, traços estruturais da formação social brasileira. Ademais, ela contribui para o aumento da terceirização na indústria e nos serviços, tanto no setor privado, como no setor público, e aumento da rotatividade da força de trabalho, dada a facilidade de dispensa dos trabalhadores (empregados e servidores públicos). É o que ocorre, por exemplo, com trabalhadores(as) da política de assistência social, que atuam em diversos equipamentos sociais de proteção básica e especial, por meio de seleções públicas e contratos temporários, baixos salários, poucos direitos sociais assegurados e alta instabilidade e insegurança. São esses(as) trabalhadores(as) que prestam serviços à população usuária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Dentre essa população, estão os coletivos sociais que, segundo Santos (2020), são os que mais têm sofrido com a atual pandemia e com as formas de dominação do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, entre os quais o autor destaca: as mulheres, os trabalhadores precários e informais, os trabalhadores da rua, os sem-abrigo ou populações de rua, os moradores nas periferias pobres das cidades, os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente, além das pessoas com deficiência e os idosos.

Pelo princípio da matricialidadesociofamiliar, presente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), entende-se que é no espaço familiar que os processos de exclusão sociocultural e as transformações socioeconômicas acontecem, e por vezes,

agudizam as contradições e fragilizam os laços familiares. Assim, este princípio compreende a família como principal núcleo social e basilar para a materialização de todos os serviços e ações socioassistenciais, ao passo em que concebe a matricialidadesociofamiliar como espaço privilegiado na política de assistência social (BRASIL, 2004).

Ademais, também compreendemos, a partir do princípio da matricialidadesociofamiliar, a importância e a centralidade das mulheres, visto que são elas as principais responsáveis pela administração dos benefícios. Sendo assim, diante de uma sociedade capitalista patriarcal, a política de assistência social compreende a figura feminina como responsável pelo ambiente familiar e a principal responsável pelo acesso de sua família ao leque de direitos socioassistenciais que lhes são garantidos (BRASIL, 2004).

Conforme observa Santos (2020), as mulheres são predominantes na prestação de cuidados dentro e fora das famílias, estando elas na linha de frente de combate ao coronavírus, no exercício de profissões como enfermagem, por exemplo, que não podem entrar em quarentena para garantir a quarentena de outras. Além do estresse do trabalho, recai sobre elas o estresse causado pelo confinamento familiar, uma vez que crianças e outros familiares permanecem em casa durante vinte e quatro horas, e as atividades domésticas continuam recaindo sobre elas. O autor ressalta que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise, e tem vindo a aumentar no período pandêmico, sobretudo no espaço doméstico.

Outro coletivo social fortemente atingido pela pandemia e que se constitui público-alvo da política de assistência social são os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos, que dependem de um salário diário e gozam de pouco ou nenhum

benefício contratual, os quais já vinham sofrendo ataques das políticas neoliberais aos direitos trabalhistas e sociais. Com a quarentena, a situação desses trabalhadores se agravou, pois, para muitos, é impraticável trabalhar em casa. Desse modo, afirma Santos (2020, p. 17): “[...] morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção”.

Ainda segundo o autor, compõem o grupo de trabalhadores precários os trabalhadores da rua, como os vendedores ambulantes, para quem a subsistência depende exclusivamente da rua, de quem nela passa e da sua decisão, de parar e comprar alguma coisa. Também se encaixam os uberizados⁹ da economia informal, que entregam comida e encomendas em domicílio, que garantem a quarentena de muitos, mas, para isso, eles não podem proteger-se com ela, pois “o seu ‘negócio’ vai aumentar tanto quanto o risco” (SANTOS, 2020, p. 17). Os uberizados fazem parte do grupo de trabalhadores informais beneficiados com o auxílio emergencial concedido pelo governo federal durante alguns meses do período pandêmico.

Há, ainda, os sem-abrigo ou populações de rua, que passam as noites nos viadutos, nas estações de metrô, nos túneis de águas pluviais ou túneis de esgoto em tantas cidades do mundo. Santos (2020) questiona se essas populações não teriam passado toda a vida em quarentena. A política de assistência social dispõe dos serviços especializados que se voltam para o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou sociais dessas populações. Tais serviços buscam promover o acesso a alguns

⁹ De acordo com Antunes (2020, p. 40), trata-se de trabalhadores e trabalhadoras que, “[...] com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o ‘aplicativo’ - na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado - apropria-se do mais valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora”.

direitos, tais como à documentação civil, à higiene pessoal, à alimentação, entre outros (BRASIL, 2004).

Neste caso, citamos especificamente o papel do Centro Especializado para a população em situação de rua (Centro Pop), que se volta para jovens, adultos, idosos e famílias que se utilizam das ruas como seus espaços de convivência e/ou moradia. Esse serviço é desenvolvido por uma equipe de profissionais de diversas áreas de atuação e pode ser acessado de forma espontânea. Seu objetivo principal é possibilitar a acolhida do(a) usuário(a) na rede socioassistencial, construir e/ou resgatar seus projetos de vida, conforme suas singularidades, ao passo que também busca resguardar a autonomia e integridade da população em situação de rua, visando sua reintegração social e/ou familiar (BRASIL, 2004).

São também coletivos sociais atingidos pela pandemia e usuários da política de assistência social os moradores das periferias pobres das cidades, favelas, bairros sem infraestrutura nem saneamento básico, sem acesso aos serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade, que vivem em espaços onde se aglomeram famílias numerosas. Dadas as condições de habitação, essas pessoas não podem cumprir as regras de prevenção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como o distanciamento interpessoal e a lavagem das mãos com frequência. Para os moradores destes locais, a atual emergência sanitária junta-se a muitas outras emergências, como a emergência da fome, a emergência da violência doméstica e a permanente emergência da violência policial (SANTOS, 2020).

Santos (2020) ressalta que os idosos são um dos grupos mais vulneráveis à pandemia, mas a vulnerabilidade não é indiscriminada, pois, enquanto uns pertencem a famílias economicamente favorecidas, boa parte deles acaba sendo “depositada” em lares, casas de repouso, asilos. Segundo as posses

próprias ou da família, os alojamentos de idosos podem ir de cofres de luxo para joias, até depósitos de lixo humano. Ressalta-se que, em muitas famílias pobres, se os avós morrerem, as crianças correm um risco muito alto de desnutrição e fome, e, finalmente, de morte. Assim, “[...] a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam.” (SANTOS, 2020, p. 21).

Os idosos constituem grande parte da população beneficiária da política de assistência social, sobretudo por meio do benefício de prestação continuada (BPC), regulamentado pelo Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. O benefício consiste na concessão de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com idade igual ou superior a 65 anos, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e/ou de tê-la provida por sua família (MDS, 2010).

Os idosos também estão entre a população cadastrada no Cadastro Único (CadÚnico)¹⁰, a ser contemplada por um conjunto de ações específicas voltadas para “[...] pessoas idosas (maiores de 60 anos), em situação de vulnerabilidade social, com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços, oportunidades de convívio familiar e comunitário, cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço de proteção social básica (o CRAS)” (BERZINS et. al, 2006).

Em termo de recursos, além do BPC, tinha-se também o Programa Bolsa Família, extinto após 18 anos de sua criação

¹⁰ O Cadastro Único (CadÚnico) é um sistema que permite ao governo reunir informações sobre as famílias brasileiras que vivem situação de pobreza e extrema pobreza, auxiliando, assim, a oferta de serviços e benefícios, neste caso, socioassistências, às pessoas em estado de vulnerabilidade social (BRASIL, 2004).

em virtude do Programa Auxílio Brasil. O Programa Bolsa Família foi criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) no ano de 2003, por intermédio da Portaria nº 132, posteriormente convertida em lei, a saber, a Lei 10.834/2004. Constituindo-se como uma grande novidade na política social brasileira, redesenhando-a e reordenando-a, o PBF buscou garantir o acesso de todas as famílias pobres a direitos sociais, baseando-se não apenas em critérios de renda, mas na perspectiva de cidadania social, sendo considerado uma referência internacional no que concerne aos programas de enfrentamento da extrema pobreza¹¹ (CAMPELLO; NERI, 2013).

De acordo com a matéria do Jornal Municipal (2021), intitulada Programa Auxílio Brasil, as ações do então presidente da República, Jair Bolsonaro, ensejam a criação do PAB, mediante a reformulação do programa social Bolsa Família e sua unificação com benefícios¹², a partir da junção de várias políticas em um programa só, a saber, as políticas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Assim, esse programa busca abarcar todas essas outras políticas sociais, abre o leque das abrangências das ações do PBF e fornece subsídios para que o(a) beneficiário(a) garanta qualidade de vida e autonomia, mediante incentivos, sobretudo, aos jovens e adultos, face a entrada na economia formal e reforço ao empreendedorismo, por meio ações de inclusão produtiva.

11 Consideramos aqui os indivíduos e/ou grupos sociais que estão em situações que comprometem seu desenvolvimento físico e/ou social, ao passo que vivenciam situações de privação de liberdade e/ou violência, que interferem diretamente na sua independência (BRASIL, 2004).

12 De acordo com a matéria do Jornal Municipal “Auxílio Brasil”, os benefícios “acessórios”, assim chamados, poderão se somar ao valor pago no Programa Auxílio Brasil (PAB), quais sejam: Auxílio Gás Social 2021, Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar, Benefício de Superação da Extrema Pobreza, Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, e por fim, Benefício Compensatório de Transição.

Salientamos aqui que a materialização do Programa Bolsa Família pode ser considerada como um marco na história das políticas sociais brasileiras e do sistema de proteção social. Nunca, na história do País, houve um programa tão bem organizado, no que concerne à gestão e execução, numa perspectiva intersetorial, de modo a articular todos os entes federativos e também contando com o forte compromisso e empenho dos(as) profissionais nele envolvidos(as) para a sua operacionalização (CAMPELLO; NERI, 2013).

Todavia, a extinção do PBF face a implementação do Auxílio Brasil segue na contramão da luta histórica da sociedade brasileira pelo reconhecimento da assistência social como política de Estado no sentido do enfrentamento das desigualdades sociais no País. Tal feito do atual governo federal se dá justamente num contexto em que só cresce o mapa da fome e da miséria no Brasil, o qual está diretamente associado ao desemprego estrutural e aos cortes dos gastos públicos nas políticas sociais. Desse modo, atinge-se, de maneira latente, parcela cada vez maior da população, que, por conseguinte, constitui-se no público-alvo da política de assistência social.

Considerações finais

A análise aqui apresentada, levando em consideração o atual cenário contemporâneo de regressão dos direitos e das políticas sociais, não se finda, mas provoca reflexões acerca dos parâmetros aos quais estamos submetidos na sociabilidade capitalista. De acordo com a proposta deste capítulo, apesar de todas as resistências e dificuldades encontradas nas tramas históricas envoltas da política de assistência social referentes a sua materialização, sobretudo, face à efetivação das ideias neoliberais na realidade brasileira, retrata a luta e a vontade política de todos(as) nela envolvidos(as): gestores(as), conselhei-

ros(as), trabalhadores(as) e usuários(as), como via de estratégia política de combate à extrema pobreza no Brasil, e, assim, de afirmação e fortalecimento da perspectiva cidadã e de direito inaugurada com a Constituição Federal de 1988 (BEHRING, 2008; SPOSATI, 2008).

Nesses tempos sombrios, entretanto, a política de assistência social e, conseqüentemente, todos os programas e benefícios a ela associados, inclusive aqueles aqui citados, encontram-se ameaçados pelo avanço das ofensivas neoliberais e neoconservadoras no Brasil, causando ansiedade e insegurança aos usuários e aos trabalhadores da política. Estes enfrentam a ameaça de descontinuidade de tais programas e benefícios, com impactos diretos em suas condições de sobrevivência, ao passo que, significativamente, elevam-se os níveis de desemprego, inflação e pobreza da população brasileira.

Logo, percebemos que, nestes tempos, mais do que nunca, devemos reforçar as pautas históricas da esquerda para denunciar que a austeridade e o corte de gastos nunca foram uma saída para a classe trabalhadora (BRETTAS, 2020). Faz-se necessário investir e apoiar a intervenção máxima do Estado nos serviços públicos, sobretudo no campo das políticas sociais. A atual conjuntura aponta para a intensificação da disputa pelo fundo público e pelo fortalecimento do sistema de seguridade social brasileiro, com o intuito de articular e fortalecer as políticas que o compõe, o que é primordial nessa luta.

Referências

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie. Florianópolis/SC: **Katálisis**, v. 7, n. 1, p. 31-44, 2004.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

Auxílio Emergencial. **O Globo**, 2021. Disponível em <<https://tinyurl.com/2p8p2jh4>>. Acesso em: 19 de novembro de 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista econ. contemp.** v. 21, n. 2, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** democratização do Estado e perda de direitos. - 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BRETTAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. **Em tempos de pandemia:** propostas para a defesa da vida e direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social, 2020. p. 11-18.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

CAMPELLO, Teresa.; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília, IPEA, 2013.

CRESS/SC, Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina. **Coronavírus:** e quem trabalha na política de assistência social? Florianópolis/SC: 20 de junho de 2020.

FIORI, José. Ajustes e milagres latinoamericanos. In: **Os Moedeiros Falsos:** 65-78. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JAPPE, Anselm; AUMERCIER, Sandrine; HOMS, Clément; ZACARIAS, Gabriel. **Capitalismo em quarentena**: notas sobre a crise global. Tradução de João Gaspar, Pedro Henrique Resende, Pedro Pereira Barroso, Rachel Pach e Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Elefante, 2020. (Crise e crítica).

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social**. 2 ed. Brasília, 2010.

MEDEIROS, Moísa Siberia Silva de. **Primeiro-damismo no Ceará**: Luíza Távora na gestão do social. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará: Centro de Estudos Sociais e Aplicados. Fortaleza, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo, Boitempo, 2007. (Mundo do trabalho).

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Programa Auxílio Brasil. **Municipal**, 2021. Disponível em <<https://tinyurl.com/yc2rnwc8>>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

RAICHELIS, Raquel (et al.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: disputas e resistências em movimento. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita (et al.). Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020.

SEGMENTOS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: violações de direitos e proteção social especial

ANA CÉLIA ARAÚJO SANTIAGO

LARA ABREU CRUZ

Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, preconiza um conjunto de direitos sociais, tais como saúde, educação, trabalho, segurança, previdência social, entre outros. Entretanto, o acesso a esses direitos não se dá em sua plenitude, pois a trajetória de vida de grande parcela da população brasileira é permeada por profundas desigualdades sociais e violências que geram dificuldades para se acessar as políticas públicas. Acrescenta-se, ainda, a perspectiva de Estado que se faz mínimo para o social e máximo para a acumulação capitalista, numa clara adoção dos pressupostos neoliberais, repercutindo no trabalho, com sua crescente precarização, através da informalidade e da desregulamentação das relações trabalhistas e o aumento do desemprego.

Tal contexto aprofunda as desigualdades sociais e representa situação de risco para o acesso aos direitos sociais dos usuários que sobrevivem em situação de incertezas sociais e econômicas, expondo-os a condições de vida, não raro, sub-humanas. Embora existam precedentes históricos, a Pandemia do COVID-19 surpreendeu o mundo, se convertendo na mais grave crise sanitária da atualidade. Segundo balanço disponibi-

lizado pelo consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de saúde estaduais, o Brasil já contabiliza 638.449 mil óbitos pelo COVID-19 e mais de 27 milhões de casos de coronavírus registrados desde o início da pandemia, conforme dados de fevereiro de 2022¹.

As camadas mais afetadas são as de menor poder aquisitivo, posto que precisam trabalhar para sobreviver, não possuindo condições de habitação digna que lhes possibilite o necessário isolamento social, e agrava-se o fato de que não há uma política social de amparo amplo às populações que tiveram e têm sua subsistência ameaçada, relegando-as a um repasse pecuniário mínimo que não supre as suas necessidades e nem às de suas famílias.

Conforme pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), durante o contexto de pandemia do COVID-19 de 2020, 44,8% dos domicílios pesquisados possuíam segurança alimentar; 55,2% conviviam com a insegurança alimentar; 9% passavam por privação de alimentos; e na zona rural esse percentual famélico aumentou para 12%. Portanto, de um total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões vivem em grau de insegurança alimentar e destes 43,4 milhões não tinham acesso a alimento suficiente e 19 milhões enfrentam a fome². Com isso, percebe-se que se em 2014 celebrávamos a saída do país do mapa da fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), passados apenas sete anos, vê-se o gritante desmonte das políticas

1 Cf. Mortes e casos conhecidos de coronavírus nos estados. Disponível em: <<https://tinyurl.com/6he4ps7n>>. Acesso em: 14/02/2022.

2 Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VigiSAN. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yedw9ren>>. Acesso em: 26/10/2021

públicas no geral e em especial a de segurança alimentar, a fragilização do controle social e o ajuste fiscal às medidas neoliberais de mercado, contribuindo, substancialmente, para que retornássemos ao grau de insegurança alimentar e nutricional.

No caso específico das regiões Norte e Nordeste, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 25% dos domicílios vivem com rendimentos abaixo de 1/4 do salário mínimo per capita, o que realmente não garante a sobrevivência digna, somando-se a isso os níveis de desemprego involuntário, 14,4 milhões e de trabalho informal, este último diretamente afetado pelas medidas de isolamento social vigentes³.

No Ceará, ainda segundo o IBGE, a segurança alimentar inclui apenas 4,5 milhões de pessoas, já os níveis de insegurança alimentar são de leve, 2,7 milhões; moderado, 1,3 milhões; e grave, 590 mil pessoas atingidas. O problema maior não se resume ao fator fome, mas se espalha na repercussão deste, ou seja, no também aumento das diversas formas de violência doméstica contra crianças, idosos e mulheres, negligência e maus-tratos às esferas mais vitimizadas e que repercutem nas demandas postas à proteção social de média complexidade nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

Nesse sentido, este trabalho busca identificar os segmentos sociais mais atingidos socioeconomicamente durante o primeiro ano da pandemia do COVID-19 através dos atendimentos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) do Centro Especializado em Assistência Social (CREAS). Com isso, podemos também verificar quais expressões da questão social mais vulnerabilizaram esses segmentos sociais e exigiram uma maior atuação da equipe multiprofissional do CREAS.

³ Disponível em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE disponível em: <<https://tinyurl.com/2rxe6sxx>> Acesso em 14/03/2021.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa quali-quantitativa, realizada por meio de uma análise documental comparativa dos dados colhidos no Relatório Mensal de Atividades (RMA) do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI) da assistência social do Centro de Referência Especializado (CREAS) dos anos de 2019, 2020 e 2021 ou seja, por meio do relatório, buscamos identificar como se deu a atuação do CREAS em um ano não pandêmico (2019) e durante os dois primeiros anos da pandemia do COVID-19 (2020 e 2021).

Ressaltamos que esses dados são compilados e informados à gestão municipal de forma a alimentar o Relatório Mensal de Gestão enviado à esfera estadual e federal, por meio da plataforma de dados oficiais da Gestão de dados do Sistema Único de Assistência Social (GSUAS). O acesso a esse Relatório foi permitido pela coordenação do CREAS, que também nos incentivou à prática dessa pesquisa, por entender que somente nos debruçando sobre as demandas trazidas é que poderemos conhecer a realidade e propor intervenções mais assertivas dentro do movimento de uma práxis social transformadora, contribuindo, assim, cada vez mais, para a construção de políticas públicas baseadas em evidências.

Família, pobreza e violação de direitos no contexto de um estado mínimo

Com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e os posteriores governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, os estratos sociais menos favorecidos estão sendo duramente atingidos, pois há uma clara redução da atuação do Estado nas políticas públicas, como o congelamento dos investimentos nas políticas de seguridade social, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, a qual determina um novo regime tributário para as áreas sociais. Essas foram

duramente atingidas com o caráter ainda mais reducionista, focalista e excludente da lógica neoliberal que atinge de forma incisiva essas camadas sociais.

Segundo o relatório “Panorama Social da América Latina 2021”⁴, produzido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a região da América Latina experimentou um retrocesso na sua luta contra a pobreza em 2020, devido a pandemia do COVID-19, sendo considerada a região mais vulnerável do mundo. O relatório afirma que a extrema pobreza aumentou pelo 6º ano consecutivo, passando de 81 milhões de pessoas para 86 milhões em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar. Ainda, conforme o relatório, a situação nos países da América Latina poderia ter sido pior, caso os Estados não tivessem investido em medidas para mitigar os efeitos da crise, como transferências emergências de renda.

No Brasil, Rede Penssan, em seu Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do COVID-19, divulgado em 2021, revelou que 55,2% dos brasileiros vivem em um cenário de insegurança alimentar, ou seja 116,8 milhões de brasileiros, um aumento de 54% em relação a 2018, quando esse percentual era de 36,7%. Para a nutricionista Sandra Chaves, vice-coordenadora da Penssan, “a pandemia revelou a fome que já se apresentava para parcelas significativas da população brasileira”, mas não foi sua causa imediata, e sim um conjunto de ações que pioraram as condições de vida dos brasileiros, tais como: a reforma trabalhista e a paralisia de políticas sociais, conforme a vice coordenadora⁵.

4 Cf. Pobreza extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da Covid-19. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdezp27x>>. Acesso em: 14/02/2022.

5 Cf. “Como o Brasil chegou ao atual cenário de fome?”. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yahp2j56>>. Acesso em: 14/02/2022.

Para Sposati (1989), é somente com o advento da Constituição Federal de 1988 que as camadas socialmente desfavorecidas vão ser alvo do amparo Estatal, sendo essa mesma Carta Magna a que sufraga os “mínimos sociais”. Para a autora, essa perspectiva entrou em confronto substancial com os interesses do Banco Mundial, credor internacional capitalista, em sua política monetária, pois para este o necessitado é aquele incapacitado para o trabalho e que não tem renda própria, devendo recorrer à política de assistência social como uma substituição ao seu salário, que não é pago com dignidade e que não lhe proporciona acesso a uma qualidade de vida.

Sobre o que se convencionou como “mínimos sociais” (já constitucionalizados), Pereira (2011) faz um contraponto crítico, propondo a reflexão de que a falta de balizadores leva a política de assistência social a confundir necessidades socialmente sentidas com preferências individuais e absolutamente subjetivas, e tal fato acaba por desresponsabilizar o Estado no seu papel de garantia da provisão social pública, uma vez que dá vazão à visão de utilidade do mercado, constituindo, assim, um cidadão-consumidor.

Em relação à Lei nº 8.742/1993, mais conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), faz-se necessário destacar que há, conforme Pereira (2011), uma diferença primordial entre os requisitos mínimos e básicos, pois essa lei destaca em seu artigo primeiro que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Como política não contributiva e afiançada pela seguridade social, ela provê os mínimos sociais ligados a um conjunto de ações de iniciativa do Estado e que visa ao atendimento das necessidades básicas, necessidades de quem não necessariamente contribuiu para ter acesso a elas.

É preciso frisar, conforme a autora, que mínimo e básico são diferentes. O primeiro tem um alcance pequeno, ínfimo,

e se relaciona com os patamares daquilo que é a desproteção social, os desvalidos do sistema, aqueles que nada têm para si, a não ser a própria vida, por mais miserável que seja. Já o que se convencionou como básico é algo que está como fundamento, como base primordial para o que é digno e indispensável ao ser humano.

Percebe-se, ainda, uma mercantilização das necessidades do social e privatização das políticas públicas. Os serviços sociais deixam de ser direitos e se metamorfoseiam em produtos que não são acessados, mas consumidos, transformando o sujeito de direitos em consumidor de um produto conforme sua necessidade. O Assistente Social é chamado a cumprir o papel técnico de conceder “benefícios” em vez de viabilizar o acesso aos direitos, escolhendo entre o pobre e o indigente.

Ao abordarmos a pobreza enquanto parte do sistema capitalista faz-se necessário discorrer sobre o segmento humano, no qual ela se espraia, ou seja, a unidade, multidiversa, da “família”. A família atual se configura de forma diferente da antiga família nuclear, é hoje uma família menor, tem um componente matricializado, com novos arranjos familiares monoparentais, reconstituídas, homoafetivas e muitas passando por um processo de empobrecimento crescente e necessitando do amparo estatal.

A família é o espaço privilegiado do cuidado e proteção humana, é a sua primeira socialização e como tal tem influência sobre o desenvolvimento dos seus membros. Porém, é preciso evitar a perspectiva familista, que responsabiliza tão somente a família por seus problemas e a culpabiliza por seu não ajuste a parâmetros e modelos pré-concebidos. É necessário transcender a essa visão e enxergar a família como unidade de proteção que precisa ser também protegida através da responsabilização do Estado e via políticas públicas inclusivas.

No caso específico de um momento de pandemia mundial e do necessário isolamento social para que as redes hospitalares não cheguem ao colapso, é condição primordial que se tenha amplo acesso ao auxílio emergencial abrangente, inclusive, que garanta a sobrevivência digna às pessoas, que empresas tenham acesso a crédito e aos auxílios em folha de pagamento para que não demitam e que segmentos comprometidos como o de eventos, academias e similares tenham o necessário apoio do Estado. Afinal, é também para essa proteção necessária que se arrecada impostos tanto de trabalhadores, de consumidores e de empresários, sendo justo que esses impostos federais, municipais e estaduais voltem para a sociedade como forma de proteção social. E é justamente oposto que temos tido em tempos de exacerbada polarização política.

Mioto (2003) nos aponta que a vulnerabilidade à pauperização é multifacetada, tanto se denota pelo fator econômico, de qualificação para o mercado de trabalho e afins, os tipos de famílias e os arranjos familiares e os ciclos de vida. Há ainda o agravante de que na sociedade brasileira, dada a desigualdade da sua estrutura social, essa vulnerabilidade tem aumentado e demandado dessas famílias arranjos e rearranjos que visem a sua sobrevivência. Essas estratégias têm sido dificultadas por que, apesar de serem menores, as famílias dependem de um trabalho e de uma renda que nem sempre é possível, de um mercado cada vez mais competitivo e excludente e por serem formadas por pessoas que simplesmente não atendem às demandas mercadológicas e tem que muitas vezes empreender “na marra”, trabalham de forma informal, sem suporte, sem segurança, em condições aviltantes e sujeitos à toda sorte de vicissitude que possa vitimar e quando vitimado, não tem a proteção previdenciária devida para si e para sua família.

Quando relacionamos esses núcleos familiares às políticas públicas disponíveis, vemos que essas últimas são insuficientes

em sua proteção, percebe-se um quadro de mães que se desdobram para sustentar o lar, de filhos que cedo deixam a escola e adentram no trabalho infantil e juvenil ilegal, precário, insalubre e usurpador da infância e da adolescência, ou ainda de segmentos que cada vez mais cedo enveredam pelo tortuoso mundo das facções, do crime e do tráfico de drogas, tais fatores levam ao exaurimento dessa família e na desproteção de seus membros.

A política pública de assistência social tem um papel de articulação em relação às demais políticas, seja saúde, educação, habitação, emprego e renda, determinantes para que as famílias assistidas tenham sua capacidade protetiva aumentada.

Os aspectos até aqui tratados estão de tal forma presentes no cotidiano dos usuários da política de assistência social que se materializam justamente na falta de acesso aos direitos socioassistenciais e a consequente violação desses direitos. Tal fato nos mostra que há uma diferença entre o que está na letra da Lei Magna do país e a negação na vida das pessoas, em especial dos segmentos etários mais marginalizados.

Estudo sobre os atendimentos prestados pelo PAEFI em tempos de pandemia

A pesquisa documental aqui apresentada aconteceu na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, que registrou, conforme dados do IBGE 2020, a população de 2.686.612 habitantes, sendo a quinta maior capital do Brasil. O índice do produto interno bruto, PIB *per capita* é de R\$ 25.356,73, o que contrasta com um índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,754, dados que demonstram que há uma desigualdade social na capital e uma expressiva concentração de renda.

A categoria pobreza tem estreita relação com o fazer profissional do Assistente Social, uma vez que o maior empregador desse profissional é o Estado e uma de suas áreas de atuação

é, justamente, o campo das políticas públicas, destacando-se a de seguridade social. É matéria de intervenção do Assistente Social a viabilização do acesso das camadas pauperizadas aos benefícios e serviços que essas políticas públicas trazem e que tem como pressuposto o acesso aos direitos sociais.

Assim, o CREAS é um equipamento municipal que exerce as atividades de atenção a essa média complexidade, destacando-se nele o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), Serviço de Proteção a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Constam, ainda, na tipificação, mais dois serviços: Serviço de proteção especial para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias e serviço especializado para pessoas em situação de rua, que são prestados à população em ambiente fora do referido equipamento e no Centro Especializado para pessoas em Situação de Rua (Centro POP), respectivamente (NOB-RH, MDS, 2011).

O território de abrangência do referido CREAS compreende 22 bairros que são atendidos por cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). A equipe do CREAS é composta por profissionais de nível superior e médio, possuindo 01 coordenadora, 02 assistentes sociais, 02 psicólogas, 03 pedagogas e 07 profissionais de nível médio distribuídos entre as funções de equipe técnica de nível superior, administrativo, serviços gerais, portaria e vigilância patrimonial.

Os dados apresentados foram coletados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) dos anos de 2019, 2020 e 2021. Esse documento é um relatório técnico de periodicidade mensal que contém as informações do trabalho executado pela equipe técnica dos CREAS. Com as informações coletadas no RMA do período já citado, fizemos o recorte dos dados relativos ao ser-

viço PAEFI, objetivando identificar semelhanças e diferenças entre os casos atendidos em um ano sem pandemia e um ano de pandemia.

Os primeiros dados mensurados dizem respeito aos novos casos que chegaram ao PAEFI de 2019 a 2021, os atendimentos presenciais e remotos (telefone, *WhatsApp*, vídeoconferência) e as visitas domiciliares realizadas. O número de novos casos contabilizados no PAEFI se refere a denúncias que são encaminhadas ao serviço por diversas fontes: denúncia anônima, presencial, por órgãos da rede de serviços socioassistenciais (Direitos Humanos DDH, Disque 100, Ouvidorias, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Serviços de Abordagem Social, Centros de Referência da Assistência Social/CRAS e de outros CREAS, municípios do Estado do Ceará através de suas secretarias e assistência social e pelo Poder Judiciário de outras comarcas), serviços de saúde (hospitais, unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento/UPAS) e órgãos do poder judiciário (Vara de Família, Ministério Público, Defensoria Pública) e do sistema de segurança pública (Delegacias da Mulher, do Idoso e da Criança e Adolescente).

Em 2019, foram atendidos 132 novos casos. Em 2020, durante o auge da pandemia e devido as severas medidas de isolamento social, o número de novos casos teve uma pequena queda, com 128 novos atendimentos, e, por fim, em 2021 houve um aumento, com 164 novos casos sendo atendidos. O número de famílias que recebem o acompanhamento é em média de 30 a 50 famílias por técnico, independente dos anos estudados. Esse acompanhamento se dá por meio de visitas domiciliares a cada 3 meses, ou antes, dependendo da urgência, reuniões e atendimentos familiares para mediação no CREAS, contatos telefônicos e por *WhatsApp* e audiências jurídicas, nos casos em que há processo de judicialização dos casos.

Os atendimentos totalizaram em 2019, 1.709; em 2020 esse número aumentou para 1.928, 219 a mais; e em 2021 esse número chegou a 3.240 atendimentos, quase o dobro do ano anterior, significando que, embora ainda estejamos em um período pandêmico, o avanço da vacinação resultou em uma maior demanda pelos serviços de proteção social de média complexidade. Esses atendimentos se referem aos casos já acompanhados, aos atendimentos de demandas presenciais, à denúncias feitas por telefone, informações sobre os serviços do CREAS e dos CRAS, orientações sobre outros órgãos e serviços públicos das redes de apoio socioassistencial ou de outras políticas públicas municipais ou estaduais.

A visita domiciliar é o recurso técnico que pode visualizar a situação da existência ou não da violação de direitos ao usuário, sendo que se o caso for encaminhado por outro órgão essa violação já deverá estar devidamente caracterizada, uma vez que não é atribuição do CREAS a verificação de denúncia, porém, isso pode ocorrer de forma excepcional, no caso de recebermos denúncia anônima ou presencial e que seja necessário que o técnico analise se há indícios que apontem para uma violação de direitos. Em 2019, foram realizados 794 eventos e em 2020 esse número caiu para 550, 244 a menos, porém, isso se justifica pelo tempo de *lockdown* em Fortaleza, entre março e abril/2020 e pela redução das visitas mediante os protocolos sanitários de segurança que visam resguardar as vidas dos usuários e dos técnicos, nesse caso estão sendo priorizadas as visitas emergenciais e cuja gravidade enseje esse evento. Já em 2021 as visitas domiciliares totalizaram 744 eventos, valor ainda inferior ao ano de 2019, mas bem aproximado.

O acompanhamento familiar se deu por contatos telefônicos e de *WhatsApp*, por atendimentos presenciais no CREAS com uso de equipamento de proteção individual pelos técnicos e usuários, além das salas com proteção acrílica que resguarde o

momento de interlocução, além das audiências jurídicas virtuais as quais somos convocados pelo poder judiciário, destacando-se a Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

Quanto ao número de pessoas vitimadas, no ano de 2019 temos 170 pessoas. Em 2020, registrou-se 166 e em 2021 esse quantitativo saltou para 224 pessoas vitimadas, totalizando 560 pessoas nos três anos. Ao dividirmos as vítimas por sexo, nos dois primeiros anos, 2019 e 2020, 42,26% eram do sexo masculino e 57,74% do sexo feminino. Já em 2021, último ano analisado, o percentual foi de 45,53% do sexo feminino e 54,46% do sexo masculino, havendo nos anos de 2020 e 2021 um aumento na vitimização do sexo masculino. Percebemos que houve um aumento das violações de direitos que chegam ao CREAS em relação aos homens, o que é um fenômeno a ser avaliado em estudos posteriores.

TABELA 1 - PESSOAS VITIMADAS - DIVISÃO POR SEXO

Sexo	2019	2020	2021
Sexo masculino	66	76	122
Sexo feminino	104	90	102
Total:	170	166	224

FONTE: elaboração das autoras a partir do Relatório Mensal de Atividades 2019-2021 do CREAS Rodolfo Teófilo

Quanto aos segmentos vitimados por faixa etária temos: 0-12 anos: 23,22%; 13-17 anos: 12,50%; 18-59 anos: 21,13% e + 60 anos: 43,15%. Percebemos que na faixa etária de 00-12 anos e de 13-17 anos não houve uma mudança tão significativa no número de atendimentos nos anos de 2019 e 2020, sendo 4 atendimentos para mais e para menos, respectivamente. Já para faixa etária de 18-59 anos foram atendidos 15 casos a mais, enquanto na faixa etária com +60 anos houve uma queda de 19 atendimentos a menos em 2020 quando comparado ao ano anterior. Acreditamos que essa queda se deveu às próprias

dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus às vítimas restritas em suas casas.

Ao incluirmos os dados de 2021, averiguamos que foram atendidas 224 pessoas, distribuídas nos segmentos etários. Constatamos que na faixa etária de 0-12 anos foram atendidos 39 crianças, menos que 2020, percentual de 17,4% do total de atendimentos; já na faixa de adolescentes de 13 a 17 anos houve um aumento expressivo, saltando de 19 casos em 2020 para 74 vítimas, percentual de 33%, o que chama a atenção para o aumento da violência nesse segmento, tanto violência familiar, como comunitária ou institucional, dado também o avanço da atuação criminosa de facções que engrossam as fileiras de iniciados, posto que nas visitas muitas famílias relatam episódios que ilustram essa situação. A falta de perspectivas, de oportunidades e de um projeto de vida, propiciando a sedução desses adolescentes em ingressar no tortuoso caminho da infracionalidade. O segmento de jovens e adultos respondeu por um discreto aumento, totalizando 54 vítimas, 11 a mais que 2020, percentual de 24,10%. Já o segmento idoso decresceu 06 pessoas, perfazendo 24,44% das pessoas vitimadas em 2021.

TABELA 2 - PESSOAS VITIMADAS - DIVISÃO POR FAIXA ETÁRIA

FaixaEtária	2019	2020	2021
00 - 12	37	41	39
13 - 17	23	19	74
18 - 59	28	43	54
+ 60	82	63	57

FONTE: elaboração das autoras a partir do Relatório Mensal de Atividades 2019-2020 do CREAS Rodolfo Teófilo

Os dados nos revelam que houve um aumento significativo nos atendimentos voltados aos adolescentes, seguido, discretamente, por jovens e adultos, ou seja, segmentos que preten-

samente são os que configuram como economicamente ativos, mas que estão sendo vitimados em suas condições de vida pauperizada e marginalizada.

Quanto aos tipos de violações de direitos contra o segmento criança e adolescente, o RMA estabelece as seguintes tipologias: violência intrafamiliar; abuso sexual; exploração sexual; negligência e abandono, e trabalho infantil.

TABELA 3 - TIPOS DE VIOLAÇÕES E DIREITOS - SEGMENTO CRIANÇA/ADOLESCENTE.

Tipo de violação de direitos	2019	2020	2021
Violência intrafamiliar	17	12	10
Abuso sexual	10	04	04
Exploração sexual	2	-	-
Negligência e abandono	18	30	13
Ocorrência de trabalho infantil	14	02	30

FONTE: elaboração das autoras a partir do Relatório Mensal de Atividades 2019-2020 do CREAS Rodolfo Teófilo

Em 2020, percebemos uma queda no número de atendimentos em todas as tipologias, com exceção nos casos de negligência e abandono, o qual foram atendidos 12 casos a mais. Acreditamos que essa queda tem como principal causa as dificuldades para se acessar os serviços públicos durante o auge da pandemia do COVID-19, para atendimentos nos grupos, oficinas e terapias. Em contraposição, o aumento nos casos de negligência e abandono é reflexo do crescimento da vulnerabilidade nas famílias e da violência doméstica durante o período de maior acirramento da crise econômica e sanitária gerada pelo COVID-19.

No ano de 2021, a redução nos atendimentos se manteve, exceto para os casos de abuso sexual, o qual o índice foi mantido, e para os casos de trabalho infantil, onde houve um

aumento considerável nos atendimentos quando comparados aos anos de 2019 e 2020. Essa arremetida da mão de obra pueril é justificada pelas famílias abordadas como um “reforço” no orçamento familiar, e que como muitos estão sem aulas ou impedidos de acompanhar de forma garantida as aulas *on-line*, a atividade laboral acaba sendo recorrente, mesmo sendo uma atividade notadamente ilegal, penosa e insalubre. Ressaltamos, ainda, que o ideário do senso comum de que “é melhor estar trabalhando, do que roubando (sic)” reverbera numa infância e adolescência não desfrutada plenamente.

O fato é que para enfrentar uma pandemia de forma minimamente segura é preciso que as políticas públicas estejam à serviço da população empobrecida, garantindo os mínimos sociais constitucionais, mas o que vimos foi um repasse emergencial a quem do valor digno para sustentar uma família, que se não tem a segurança alimentar, tampouco terá a segurança sanitária. Essa ausência de comprometimento estatal penalizou os segmentos mais frágeis da sociedade civil, entregues à própria sorte ante a insensibilidade e inoperância personificada pelo poder político, econômico e social vigente no país.

Em relação aos dados de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, percebemos a nulidade dos atendimentos nos anos de 2020 e 2021, especialmente devido à disseminação do trabalho realizado pela Rede Aquarela⁶, da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), órgão pertencente à Prefeitura de Fortaleza, para o atendimento específico dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes,

⁶ A Rede Aquarela tem sido responsável pelos atendimentos psicossociais, demandando da rede de proteção os serviços necessários para cada caso, como o acompanhamento familiar dentro do território e atuando sobre questões de sua pertinência, em especial a possível fragilização dos vínculos familiares, bem como o encaminhamento a serviços socioassistenciais da rede territorial, na perspectiva da ampliação dos direitos sociais da família.

nos âmbitos intra e extrafamiliar. Existe, atualmente, um fluxo de atendimento aos casos denunciados na Delegacia de Defesa da Criança e do Adolescente (DECECA), os quais já são diretamente encaminhados para a Rede Aquarela, Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) e outros órgãos necessários ao processo judicial. Ressaltamos ainda, que os casos graves e aqueles em que as crianças e os adolescentes continuam com seus direitos violados, mesmo com o acompanhamento familiar prestado, são notificados ao Conselho Tutelar competente, mediante relatório técnico e solicitação das medidas de proteção cabíveis por parte desse conselho de direitos.

No que diz respeito à violência contra idosos, em 2019, registramos 70 eventos de violência contra idosos quantificados, já em 2020 esse número decresceu para 59 eventos e em 2021 registramos uma queda ainda maior, 44 casos notificados.

TABELA 4 - TIPOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS - SEGMENTO IDOSO

VIOLAÇÃO DE DIREITOS	2019			2020			2021		
	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	6	20	26	6	10	16	4	9	13
NEGLIGÊNCIA / ABANDONO	13	31	44	20	23	43	9	22	31
TOTAL GERAL	70			59			44		

FONTE: elaboração das autoras a partir do Relatório Mensal de Atividades 2019-2021 do CREAS Rodolfo Teófilo

Acreditamos que esse decréscimo no número de atendimentos em 2020 tem como causa o impacto da pandemia no menor número de visitas domiciliares possíveis de realizar, seja pelo fator de risco de contaminação da equipe técnica e dos usuários, seja pela redução da equipe PAEFI no referido

CREAS. Já em 2021, as violações contra esse segmento caíram pela possibilidade plausível de subnotificações em relação a esses dois segmentos, uma vez que os mesmos têm um acesso ao ato de denunciar maus-tratos limitado em razão das peculiaridades de faixa etária e de comorbidades.

É necessário percebemos um movimento de retração no número de casos de violência intrafamiliar e negligência/abandono de idosos nos atendidos realizados pelo CREAS durante os anos pandêmicos (2020 e 2021), quando comparados ao ano não pandêmico de nossa análise (2019). Isso não significa que as violações não existiram, mas que o isolamento social deixou as vítimas mais suscetíveis a seus agressores no ambiente doméstico e sem mobilidade e/ou oportunidade de fazer a denúncia, uma vez que o meio mais utilizado é o DISQUE 100. Assim, o decréscimo de violações contra o sexo feminino e o aumento contra o sexo masculino não significa que os eventos necessariamente diminuíram, mas que as denúncias podem não ter chegado aos canais de referência e disseminação da rede de proteção social.

O BPC do(a) idoso(a) é muitas vezes a única fonte de renda familiar assegurada e em determinadas situações o beneficiado não detém a autonomia para gerir seu dinheiro, e não raro fica à mercê de familiares ou pessoas próximas que praticam o abuso patrimonial, sendo essas violações informadas à instância jurídica competente pela equipe do CREAS, quando não se consegue a mediação desse conflito por meio do estabelecimento e cumprimento de um acordo familiar ou da rede de apoio ao usuário.

Em termos percentuais, evidencia-se a maior ocorrência de eventos para idosos do sexo feminino. Em 2019, respondem a 72,85%, enquanto os idosos do sexo masculino perfazem 27,14%. Em 2020, foram vitimados 55,93% de idosos do sexo

feminino e 44,06% do sexo masculino. Já em 2021, chega-se a um percentual de 70,45% das idosas vitimadas, contra 29,5% dos idosos homens, persiste a feminização da violência contra idosas. As vítimas preferenciais são mulheres, evidenciando-se uma das vertentes da violência de gênero que vitima aquelas em idade avançada.

Nos casos em que a violação de direitos do idoso (a) persistir, notifica-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMPDI), caso este último já não faça parte do processo, uma vez que é um dos conselhos de direitos que mais demandam as intervenções do CREAS, se não tivermos êxito na intervenção, faz-se necessário dar ciência à Promotoria de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, que tem o poder de intervenção judicializada da questão, recorrendo-se a audiências *on-line* para tratar de casa caso.

No caso das pessoas com deficiência, notamos que são recorrentes os casos de abuso financeiro, pois as vítimas recebem o BPC e como são, em alguns casos, incapazes de gerir o próprio benefício ficam dependentes de familiares, curadores e tutores que muitas vezes usam a quantia recebida de forma indevida e não em prol das necessidades do beneficiado. A ocorrência desses casos é alvo de intervenção técnica e mediação, caso não surta efeito a instância legal cabível é acionada, no caso do Ministério Público, notificando o Conselho de Direitos Municipal do segmento.

TABELA 5 - TIPOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS - SEGMENTO
PESSOA COM DEFICIÊNCIA PCD

Violação de direitos	2019			2020			2021		
	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.	TOT.
Violência intra familiar	5	3	8	2	3	5	2	5	7
Negligência / abandono	5	6	11	4	8	12	9	3	12
Total Geral		19			17			19	

FONTE: elaboração das autoras a partir do Relatório Mensal de Atividades 2019-2021 do CREAS

Em 2019, tivemos 19 eventos de violência contra pessoas com deficiência (PCD) quantificados, já em 2020 esse número decresceu para 17 eventos, e em 2021 esse número subiu para 19 eventos, levando em consideração os anos de pandemia COVID-19, que impactou no maior número de atendimentos PAEFI. Destaca-se nas formas de violência contra PCD os casos de negligência e abandono, por serem os de maior percentual apresentado nos dados anuais, inclusive no período pandêmico. Acreditamos que durante a pandemia os usuários tiveram de ficar mais tempo isolados em suas casas, com prejuízos à sua socialização, desenvolvimento saudável e qualidade de vida.

Em termos percentuais, evidencia-se a maior ocorrência de eventos em 2019 para PCD do sexo masculino; em 2020, o número de PCD do sexo masculino vitimados decresceu, enquanto PCD do sexo feminino obtiveram um percentual de atendimento maior, quase o dobro em relação aos homens nesse ano. Acreditamos que tal fato evidencia um aumento da violência contra mulheres em diversas idades. Em 2021 chegamos aos valores de 19 ocorrências anuais, retornando ao padrão visualizado em 2019, em que os homens eram as maiores víti-

mas. É importante, ainda, destacar que os casos de negligência e/ou abandono superam os casos de violência intrafamiliar em todos os anos analisados, mantendo um pequeno aumento nos anos pandêmicos.

Por fim, salientamos que dado o número reduzido de profissionais na equipe e a forma precarizada de contratação por tempo determinado, via seleção pública, há uma demanda reprimida nos serviços de mais de oitocentos casos que não tem iniciado seu acompanhamento técnico, efetuando-se uma triagem e priorizando os casos já judicializados e que envolvem acolhimentos institucionais⁷.

Considerações Finais

No momento atual do país, em tempos de pandemia, de isolamento social, desemprego, trabalho inseguro e insegurança alimentar, é imprescindível um Estado que seja provedor dessas necessidades humanas, não na perspectiva de mínimos sociais, mas numa visão que os amplie e afiance cidadania, segurança e proteção social e econômica. O necessário isolamento social é diretamente proporcional ao recebimento do auxílio emergencial em valores dignos e que propiciem a sobrevivência dos que dele necessitarem. Não é, pois, uma benesse, é um direito social essencial, em tempos onde trabalhar é inseguro, propicia maior contaminação e o ficar em casa é mais do que nunca uma maneira de salvar vidas, uma vez que não há até o momento (dezembro de 2020) garantido o amplo acesso à vacinação contra o COVID-19 e há o risco recorrente de os serviços de saúde, públicos ou não, serem sobrecarregados.

⁷ Dados do Relatório R.M.A. 2019/2020/2021 do CREAS RODOLFO TEÓFILO da Prefeitura Municipal de Fortaleza/Ceará - Proteção Social Especial de Média Complexidade reportados mensalmente ao relatório de Gestão dos dados do Sistema Único de Assistência Social (GSUAS).

As famílias pobres vivenciam mais fortemente essas dificuldades, experimentam as mazelas da pobreza e veem-se marginalizadas, com sérias repercussões para todos os seus membros, principalmente para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, público da política de assistência social. É mais do que vital que a renda familiar seja garantida, que a segurança alimentar seja efetiva para que as populações pauperizadas não pereçam de fome ou vitimadas pelo COVID-19, por terem que sair de casa para trabalhar, sobreviver e não raro mendigar alimentos.

No caso da população atendida pela equipe multiprofissional que compõem o CREAS Rodolfo Teófilo, foi percebido que os rebatimentos da pandemia se traduziram fortemente nas demandas familiares por acesso aos benefícios eventuais, notadamente cesta básica, aluguel social e kit enxoval para gestantes, fazendo com que esses itens fossem ofertados pelo equipamento via disponibilização da célula gestora, porém em quantidade inferior à procura. Tal fato repercutiu nas visitas domiciliares onde pudemos perceber a insegurança alimentar das famílias, bem como que ela se espalha em núcleos familiares chefiados por mulheres-mães e mantenedoras do lar. A ausência do componente masculino em algumas famílias pode repercutir nas determinações sociais as quais estão expostos. Há uma sobrecarga de responsabilidade sobre as mulheres, numa clara repercussão da desigualdade de gênero e penalizando filhos cuja figura paterna faz-se inexistente. Tal fato que não determina o futuro da criança, mas que pode gerar consequências em maior ou menor grau de dificuldades na vida desses filhos.

O trabalho social com essas famílias sempre foi espaço de primazia dos assistentes sociais, e se nos primórdios da profissão tinha-se um trabalho pautado pela visão positivista-funcionalista, culpabilizando os usuários, percorreu-se um processo histórico de amadurecimento acadêmico e profissional que se

aproximando da teoria social crítica de Marx, mudou as bases do fazer profissional e se legitimou como direção hegemônica da profissão, como também se constituíram as bases de um projeto ético-político, que é comprometido sobretudo com uma nova ordem social. Foi esse amadurecimento que levou a categoria a construção de um fazer profissional que enxerga que nenhuma família é totalmente autossuficiente e nem completamente dependente de sua rede de auxílio e da proteção estatal, mas quando essa é necessária é preciso que seja assegurado a essa unidade multidiversa familiar o amparo, proteção e apoio, somando-se a isso uma opção pela emancipação humana e que sabemos não encontra concretude na atual sociedade de cunho capitalista e ultraneoliberal.

A pandemia COVID-19 nos mostrou de forma irrefutável que estamos sem exceção expostos às suas mazelas, mas que a forma como somos atingidos é desigualmente social. Há extratos sociais mais penalizados que outros e tal fato desmascara uma sociedade apartada social e economicamente. E é nesse momento que as dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social precisam materializar-se em uma ação da dimensão técnico-operativa do Assistente Social que seja comprometido (a) com os onze princípios que regem o seu código de ética profissional, onde a defesa dos direitos humanos seja incansável, que se recuse veementemente o autoritarismo, que defenda a democracia como valor societário, cuja ação desse profissional esteja comprometida, sobretudo, com uma nova ordem societária (Lei 8662/1993). O Assistente Social, como profissão eminentemente interventiva e que busca no seu fazer profissional o acesso dos usuários aos seus direitos sociais, têm um papel de fundamental importância, de comprometimento e respeito às necessidades humanas que se apresentem e que precisam de uma resposta efetiva por parte do poder público e da sociedade civil.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

_____. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. (org.). **Norma Operacional Básica**: NOB/SUAS. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate A Fome, 2005.

_____. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. (org.). **Política Nacional de Assistência Social**: pnas 2004. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate A Fome, 2004.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**., Brasília, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2004.

_____. **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 215 p.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” lula da silva. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 111, n. 1, p. 430-449, set. 2012.

_____. **Questão Social**: particularidades no Brasil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 272 p.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013. 319 p.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990**. São Paulo: Cortez, 1989.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 183-194, dez. 2018.

SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: demandas e imagem profissional na pandemia

BRENA KÉCIA SALES GUEDES

1. Introdução

A pandemia do COVID-19 que assola o mundo e perdura há mais de dois anos nos impõe desafios diários. No Brasil, a crise sanitária que tomou conta do país trouxe consigo a responsabilidade e a importância que um sistema público de saúde universal e equitativo têm para uma população. Os holofotes, mesmo estando direcionados prioritariamente para o gerenciamento da crise, também evidenciaram outras problemáticas, como, por exemplo, o cotidiano de trabalho dos profissionais de saúde, como é o caso dos assistentes sociais.

A história do Serviço Social é envolta grandes transformações, embates metodológicos, posicionamentos políticos, e pela escolha de um projeto profissional vinculado ao desejo de uma nova ordem societária, nos termos de Yamamoto (2015) mais justa e igualitária. Enquanto profissão, essa é fortalecida por um projeto ético-político, que atualmente é contrário ao governo negacionista que comanda o país, um governo que nega a existência da doença e segue deteriorando as já então fragilizadas políticas públicas existentes no Brasil, dentre elas a política de saúde.

No cotidiano profissional, o trabalho dos assistentes sociais testemunha o realçamento de velhas problemáticas, como é o caso de acentuadas demandas de viés conservador, ou seja, apartadas dos posicionamentos hegemônicos da profissão.

Nesse contexto, pontuamos que o Serviço Social, enquanto profissão, é fruto da história, e é essa mesma história que solidifica o fazer profissional perante o trato com as expressões da questão social nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Diante disso, é possível apontar que, por muito tempo, fomos impulsionados a visualizar os profissionais de Serviço Social através de algumas representações, como, por exemplo, pelas características profissionais da ajuda, do favor e da caridade.

Tendo em vista tal apontamento, é preciso dialogarmos sobre essas características do passado profissional, que ainda englobam a prática dos assistentes sociais por requisições não condizentes com suas atribuições e competências profissionais. Isso se dá pelo fato que no campo da saúde, por exemplo, onde se pode viver no limiar da vida, nós assistentes sociais somos chamados a atuar na linha de frente da pandemia do coronavírus - *Corona Virus Disease* (COVID-19), em um momento onde os campos de trabalho se tornam palco de grande responsabilidade, comoção e resistência.

Os espaços de atuação podem trazer tanto a alegria do viver como também a tristeza do morrer, estando a prática dos profissionais de saúde nesse período, por si só, também se operando no limite. Fato que não poderia diferir do trabalho dos assistentes sociais, perpassado pelas complexidades cotidianas que apontam muitas vezes o imediatismo, o cotidiano atarefado, burocratizado, sem tempo para reflexões coletivas, com solicitações de intervenção profissional meramente administrativas, policialescas, psicologizantes, conservadoras, que aqui são entendidas como possibilitadoras de uma imagem social determinada da profissão.

Diante disso, de modo a esboçar um pouco mais sobre esse contexto colocamos como objetivo deste escrito refletir sobre as demandas e a imagem profissional do Assistente Social no

campo da saúde, no período da pandemia, ainda em curso. Partimos dessa maneira de uma revisão bibliográfica inicial sobre o assunto, constituindo uma pesquisa de caráter eminentemente qualitativo.

É importante pontuarmos que a explanação sobre esse assunto deriva ainda de observações preliminares da pesquisadora sobre o seu objeto de estudo e suas categorias, enquanto discente do curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará, o que possibilitará o fortalecimento e desenvolver do trabalho final, a dissertação.

2. Desenvolvimento

Para o desenvolvimento deste trabalho nos embasaremos nas seguintes categorias: COVID-19, Serviço Social na saúde e imagem profissional. Para isso, aproximações com os escritos de Matos (2020), Castro (2000), Bravo (2013), Ortiz (2007), Calil (2021) se tornam essenciais.

O relato se dará por subseções enumeradas em 2.1; 2.2; 2.3 e considerações finais. Na primeira subseção, intitulada - *A política de saúde e o enfrentamento à COVID-19*, trataremos o diálogo em torno da política de saúde no enfrentamento à COVID-19, pontuando a realidade governamental brasileira em torno dessa problemática que assola o mundo e que no Brasil já dizimou mais de 600.000 mil pessoas (*DADOS DE 23/11/2021*).

Mais adiante, na subseção 2.2 - *Atribuições e competências do Assistente Social no campo hospitalar: as marcas de origem da profissão*, abordaremos o cenário de complexidade em torno do cotidiano de trabalho do Assistente Social no campo hospitalar, ressaltando o desafio diário em torno da afirmação das

atribuições e competências profissionais, pontuando como estas podem trazer embutidas demandas de viés conservador.

Na subseção seguinte, 2.3 - *As demandas e as estratégias frente ao ressurgimento de uma imagem conservadora em tempos de pandemia* é a oportunidade de problematizarmos as solicitações profissionais em tempos de pandemia do coronavírus, que em nossas pesquisas possuem forte ligação com as demandas conservadoras do passado profissional, refletindo ainda quais as principais estratégias devem alçar para ir de encontro a uma prática condizente com os projetos profissionais hegemônicos da categoria.

E por fim, damos pernas para a continuidade das discussões, nas considerações finais, reafirmando a necessidade de espaços coletivos para o debate e a pesquisa.

2.1 A política de saúde e o enfrentamento à COVID-19 no Brasil.

A discussão sobre a política de saúde nos contornos do COVID-19, aponta para um quadro de complexidades tangenciado pelos posicionamentos políticos do Governo Federal. A política de caráter genocida adotada pelo governo de Jair Bolsonaro nega e fecha os olhos para as evidências científicas, provocando um quadro duplo de extrema gravidade no que concerne ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e no reconhecimento do mais alto poder brasileiro sobre a importância de combate a pandemia.

Como aponta Calil (2021) o governo Bolsonaro executa uma estratégia bem definida em relação ao trato com a pandemia no país, em suas ações se utiliza de distintos instrumentos para estimular a intensificação, a propagação de dados incorretos, que disseminam e desqualificam a pandemia, ao abordar a problemática mundial como “gripezinha”, “histeria” e “neurose”.

Essas informações oportunizam atitudes que acabam por acelerar o processo de contaminação, visto que cria um universo entre a população de que as ações adotadas pelo SUS são ineficazes, inverídicas e falaciosas. Somado a isso, temos a forte instabilidade na condução do Ministério da Saúde, iniciado com a demissão do então ministro Luiz Henrique Mandetta, logo no início das primeiras infecções, o que percorreu nas oscilações entre os demais ministros escolhidos para ocupar a pasta da saúde posteriormente.

Como aborda Silva e Ruiz (2020) o governo Bolsonaro ao criar crises políticas artificiais nega a gravidade dos efeitos da pandemia priorizando uma hipotética retomada da economia, aproveitando o momento para defender o desmonte do sistema de proteção social, bem como colocar em pauta nesse período drástico ações de privatizações, flexibilização da legislação trabalhista, redução de salários com base na pandemia, entre outras questões.

E nesse contexto, outra problemática que se esboça é justamente a difícil aceitação de parte da população, para com a realidade pandêmica, fato que agrava o estado de calamidade pública, bem como dificulta a efetivação de ações do SUS, que além de administrar uma pandemia em números alarmantes, com falta de insumos, com desfinanciamento por parte do governo, ainda tem que operar em torno de ideologias e posicionamentos políticos que negam os embasamentos científicos e as medidas de emergência postas pelos organismos internacionais da saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nas palavras de Bousquat et al. (2021), ao pontuar as atitudes sobre a pandemia, o autor esboça que

Embora esse fato tenha um robusto fundamento em conhecimentos científicos, é bem difícil sua aceitação por parte de pessoas que não admitem

restrições, senão as determinadas pela lei, do pleno exercício de sua autonomia e liberdade de ir, vir e agir, preservando ao máximo a expressão das individualidades (BOUSQUAT, et al, 2021, p.18).

Isso nos leva a refletir que a negação da pandemia se opera num patamar ainda mais grave, no nível da individualidade e do egoísmo. A crise sanitária por si só não consegue se colocar como motivo e circunstância para a população atuar em coletividade, pela saúde pública, exceto se ações de contingenciamento preteridas por lei, decretos restritivos sejam pautados.

Diante disso, as discussões que buscamos pontuar aqui, de forma alguma se esgotam nestas poucas linhas, no entanto, é contundente a necessidade de ampliarmos esse debate. A pandemia do COVID-19 evidencia a importância de termos uma política de saúde estruturada, um governo atuante e condizente com as evidências científicas, pois até aqui em meio a tantas mortes e situações dramáticas, foi o SUS o responsável por sustentar a pandemia.

Logo, é fulcral uma política de saúde e um SUS ainda mais forte, que ultrapasse os evidentes obstáculos governamentais, que resista à ideologia de cunho ultra neoliberal e conservador, bem como e ainda mais importante uma população usuária que entenda essa importância.

Dito isso, a discussão seguinte abordará como o Serviço Social, enquanto profissão da saúde, se equilibra diante desse quadro pandêmico e quais estratégias os assistentes sociais se utilizam para afirmar suas reais atribuições e competências profissionais nos diversos campos de atuação na política de saúde.

2.2 Atribuições e competências do Assistente Social no campo hospitalar: as marcas de origem da profissão.

O cenário de complexidades em que o mundo se instalou diante da pandemia do COVID-19 reverberou em muitos aspectos da vida em sociedade. No trabalho do Assistente Social isso não se deu de modo diferente. A profissão, impactada pelos processos societários, é chamada a atuar na linha de frente da pandemia, tendo os seus profissionais, os assistentes sociais, o objetivo de identificar “os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais que atravessam o processo saúde-doença para assim mobilizar recursos para o seu enfrentamento” (MATOS, 2020, p.3).

Entretanto, a crise sanitária mundial traz para a atuação dos assistentes sociais brasileiros fortes desafios, visto que rodeada em um mundo novo, o mundo pandêmico, esses profissionais precisam se adaptar a esse novo momento. O trabalho dessa categoria que se particulariza pelo trato com as mais variadas expressões da questão social, como já diria Yamamoto (2015), é marcado na política de saúde pelo tensionamento de demandas cuja orientação são de viés conservador, de cunho biomédico, que se seguram na situação emergente da pandemia e acabam comprometendo uma atuação profissional articulada e condizente com o projeto ético-político profissional.

Diante desse contexto, para um melhor entendimento do que temos hoje enquanto Serviço Social, é necessário transportar o diálogo para a gênese dessa profissão na saúde, que como expõem Castro (2000) e Matos (2017) esteve condicionada a uma prática subalternizada haja vista que na América Latina, por exemplo, essa profissão assume em sua origem a função de auxiliar as práticas médicas, ajudando o profissional médico

em seu processo de aperfeiçoamento e exercendo um papel de complementaridade de suas ações.

No Brasil, essa profissão surge na década de 1930 sob uma forte influência moralizante, que alicerça suas práticas e imagem por longos anos. Não diferente da prática na América Latina, o Serviço Social no serviço de saúde brasileiro também foi tecido sob a influência da medicina, como explica Bravo (2013), ao pontuar o Serviço Social Médico, em que cabia ao profissional conhecer a situação dos pacientes e repassá-las ao médico.

Matos (2017) argumenta que

A inserção do Serviço Social nos serviços de saúde se deu por meio de uma busca de construção do exercício profissional a partir do modelo médico clínico. Assim, o Assistente Social foi identificado (em conjunto com outras profissões, no contexto da cooperação vertical) como aquele que podia contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho do médico. A relação era pautada numa perspectiva de complementaridade, onde o gestor era o médico. Daí muito ter se usado, à época, a categoria de paramédico para definir os outros profissionais não médicos que trabalhavam na saúde (MATOS, 2017, p. 59).

À vista disso, é possível revelar quais eram as principais atribuições dos assistentes sociais perante a sociedade àquela época. Bravo (2013) explica que o Assistente Social nesse período atuava em atividades como: distribuição de auxílios financeiros, elaboração de fichas informativas (com o intuito de auxiliar a prática médica), ações de vacinação, injeção, rotinas de higiene pessoal, entre outros. As atribuições e competências profissionais eram pautadas pelo profissional médico, que ditava a rotina de trabalho daquele profissional em prol da facilitação de sua própria prática.

Essas ações foram ao longo dos anos sofrendo influências de variadas perspectivas metodológicas, influências teóricas, políticas, que juntas construíram o que hoje temos por Serviço Social. O chamado Movimento de Reconceituação, um movimento que teve uma extensão latino-americana que adentrou ao Brasil para questionar as bases tradicionais do Serviço Social, foi um dos movimentos expoentes de um novo direcionamento profissional, renovado, que busca a defesa da democracia, da justiça social e da equidade.

Apoiado nesse movimento de reconceituação, o Serviço Social pactua um compromisso profissional, com uma classe específica da qual é parte integrante, a classe trabalhadora. Nesse sentido, defende-se um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade, algo bem mais amplo, em que os profissionais assistentes sociais fazem parte de uma luta coletiva em prol da transformação da sociedade brasileira.

É bem verdade que a profissão, após esse período de reformulação, se põe sob novas bases profissionais. Diferentemente dos percursos anteriores que reforçaram e propagavam condutas conservadoras, agora a profissão, embasada em um projeto ético-político, busca se desvencilhar das “marcas de origem da profissão” como bem pontua Ortiz (2007). Para tanto, conforme o documento, parâmetros para Atuação do/da Assistente Social na Saúde, formulado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para orientar o cotidiano de práticas, os assistentes sociais na saúde passam a atuar com base em quatro eixos principais, quais sejam: o “atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional” (CFESS, 2010, p.41).

Esses eixos são o norte de cada profissional Assistente Social, que integra os demais espaços e regiões de saúde. En-

tretanto, emaranhado entre eles, ainda é possível identificar demandas que ressurgem tecidas sob o viés funcionalista e apartadas de qualquer perspectiva crítica profissional. Por isso, é importante reafirmar as reais atribuições e competências da profissão no campo da saúde, embora isso seja uma constante.

Diferente do que se exigia, atualmente, conforme orientação do CFESS (2010), nos serviços de saúde cabe aos assistentes sociais: democratizar informações, construir o perfil socioeconômico dos usuários de modo a formular estratégias de intervenção, conhecer a realidade do usuário, enfatizando os determinantes sociais da saúde, de modo a possibilitar e garantir o acesso dos usuários aos serviços de saúde, fortalecer os vínculos familiares, entre outros.

No próximo tópico será possível identificar como essas atribuições são perpassadas no cotidiano de trabalho pelos assistentes sociais, pontuando como a condição pandêmica se torna palco e circunstância do reaparecimento de determinadas “marcas de origem” da profissão.

2.3 As demandas e as estratégias frente ao ressurgimento de uma imagem conservadora em tempos de pandemia

Para dialogarmos neste tópico, é importante pontuar que muitos assistentes sociais no campo da saúde, assim como nos diversos campos de trabalho, têm a difícil tarefa de se expropriar das relações de viés conservador, em prol de uma prática profissional que democratize as ações e os serviços públicos. Essa luta árdua e rotineira pela compreensão do que é mínimo à profissão, suas atribuições e competências, transformam o campo de trabalho num verdadeiro emaranhado de conflitos.

Com a pandemia do COVID-19, que se iniciou em 2020 e se estende até os dias atuais, a necessidade de afirmação profissional se ampliou. Isso pelo fato de ser o Serviço Social uma profissão que, não diferente das outras profissões do campo da saúde, é chamada a atuar na linha de frente da pandemia, momento que reergueu ou mesmo aguçou uma imagem de caráter tradicionalista, manifestada em requisições contrárias ao que defende o projeto ético-político hegemônico da profissão.

É instigante como períodos de incertezas, como a pandemia, traz para profissões como o Serviço Social o ressurgimento de uma imagem conservadora, mesmo após anos de afirmação profissional nesse campo. E não é possível pensar aqui que o reencontro dessas demandas ao fazer profissional esteja apartado da política de governo que se opera atualmente no Brasil. O governo genocida pontua claramente seus posicionamentos contrários ao fortalecimento do SUS, fechando os olhos para a pandemia e para a gravidade que se alastra pelo país.

Nessa linha também se fortalecem condutas e posicionamentos tradicionalistas. Pelo próprio caráter da situação, de saúde-doença, é visível um favorecimento do campo biomédico em detrimento ao campo social. No entanto, é fundamental pontuar que a cura do corpo é apenas um dos patamares, pois é no campo social um dos seus principais determinantes.

Como pontua Matos (2017) apud Costa (2000) o modelo biomédico, ou médico hegemônico, acaba por secundarizar e desqualificar as ações e atividades profissionais não vinculadas a essa prática privilegiada pelo modelo assistencial, como é o caso de profissões como o Serviço Social, que promovem a educação em saúde e tem suas atividades profissionais voltadas para a assistência.

Para demonstrar de maneira clara como essas demandas, que ressurgem no período da pandemia, é possível evidenciar

algumas requisições, observadas preliminarmente em nossa pesquisa, como é o caso: da emissão de declaração de comparecimento, de atendimentos com viés psicologizante e determinante de condutas, convocação de familiares ou responsáveis para indicar alta hospitalar, comunicação de boletins médicos e o mais comum nesse período de pandemia, o chamamento à comunicação de óbitos.

Claramente são demandas que não condizem com as reais atribuições e competências profissionais, tão bem pontuadas e delimitadas pelo conjunto CFESS/CRESS, e vistas anteriormente. No entanto, é verdade que estas situações não se configuram como algo novo, são velhas questões que ressurgem, que caminham junto da profissão diariamente e às quais os assistentes sociais buscam ultrapassar. Como aponta Ortiz (2007, p.28)

[...] a imagem social construída para [e reproduzida por] uma determinada profissão ao longo de sua trajetória sócio-histórica não é algo abstrato, não está descolada da realidade; ao contrário, constitui-se de um conjunto de determinados traços e características, os quais encontram-se intrinsecamente implicados por condições materiais de existência historicamente determinadas[...] (ORTIZ, 2007, p.28, grifo nosso).

Esse fato evidencia a urgente necessidade de fortalecer a categoria profissional, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, especialmente na saúde, no que tange a imagem social da profissão, ainda vista nas unidades como um apêndice à prática médica, relacionado a práticas conservadoras e de ordem tecnicista. Como diz Matos (2017) saúde é historicamente o maior campo de atuação dos assistentes sociais, entretanto, por ser uma profissão atuante em diversos espaços e políticas sociais, têm sido sistematicamente questionada sobre suas

competências, seja no campo da saúde ou em outros campos de atuação.

Como argumenta e fortalece os parâmetros de atuação dos/das assistentes sociais:

O Assistente Social tem tido, muitas vezes, dificuldades de compreensão por parte da equipe de saúde das suas atribuições e competências face à dinâmica de trabalho imposta nas unidades de saúde determinadas pelas pressões com relação à demanda e à fragmentação do trabalho ainda existente (CFESS, 2010, p.47).

Em vista disso, é fundamental o trabalho coletivo em torno de estratégias que impeçam tais demandas conservadoras no cotidiano de trabalho. Primeiramente, é preciso que os próprios assistentes sociais reiterem suas reais atribuições e competências nos campos de trabalho, se utilizem das normativas e posicionamentos do conjunto CFESS/CRESS, bem como agucem sua capacidade crítica no cotidiano, refletindo em conjunto seu exercício profissional e pactuando entre equipe o projeto profissional da categoria.

Isso se faz necessário para que, mesmo diante de situações como essa, de calamidade pública, em que o Assistente Social também é chamado a atuar, não se fortaleça o discurso, posto por Matos (2020), de que por ser uma profissão de caráter generalista seja endossado o discurso de que ao Serviço Social cabe tudo, cabe qualquer demanda.

Muito pelo contrário! Como pontua o autor supracitado, isso não nos impede de pensarmos particularidades ao nosso fazer profissional (Ibidem, 2010). Diante disso, é preciso refletir as experiências profissionais, de modo a contribuir com o desafio de se desvincular da condição de subalternidade, através da potencialização da autonomia profissional, da reflexão

coletiva sobre o papel do Assistente Social nos espaços profissionais, sobre a imagem que se quer propagar para essa categoria profissional.

3. Considerações Finais

Diante do exposto, é possível percebermos como a profissão de Serviço Social sofre os rebatimentos da conjuntura histórica, e no caso da pandemia, tem sua imagem ainda mais colocada em debate. Vivenciamos a atualidade rodeados de desafios, de aguçamento das demandas, de necessidades cada vez mais urgentes, de afirmações profissionais cada vez mais necessárias.

A atmosfera que permeia o fazer profissional do Assistente Social coloca a necessidade de irmos mais a fundo. Enquanto categoria, somos chamados a atuar na linha de frente da pandemia, como é o nosso dever. Entretanto, é preciso parar e refletir nossas experiências profissionais, para além do imediatismo que nos assola. Para isso, é fundamental ampliar as discussões, de modo a contribuir com o desafio que é desvincular a profissão a sua condição de subalternidade, por uma prática que potencializa a autonomia profissional e a reflexão coletiva sobre o papel do Assistente Social nos espaços profissionais.

As dificuldades que permeiam os cotidianos de trabalho devem se transformar em impulsionadores de debate coletivo, de fortalecimento da categoria via participação nas decisões profissionais. Para isso, é fulcral o entendimento correto sobre as reais atribuições e competências profissionais, seja na saúde ou em qualquer outro campo de trabalho.

Entender o que fazemos, como fazemos, refletir sobre a imagem que a profissão construiu nos campos de trabalho nos últimos anos, como essa, se esboça na contemporaneidade, e constituiu um dos primeiros passos para ultrapassarmos os ditames e condutas conservadoras.

Referências

BOUSQUAT, A. AKERMAN, M., MENDES, A., LOUVISON, M., FRAZÃO, P., & NARVAI, P. C. (2021). **Pandemia de COVID-19: o SUS mais necessário do que nunca**. *Revista USP*, 1(128), 13-26. <<https://tinyurl.com/59329mfv>>

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio históricos**/ Maria Inês Bravo. - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista**. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140 [Acessado 23 Novembro 2021] , pp. 30-47. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3psna7yj>>. Epub 22 Feb 2021. ISSN 2317-6318. <<https://tinyurl.com/3psna7yj>>.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina** / Manuel Manrique Castro; tradução de José Paulo Netto e BalkysVillalobos. 5. ed. revista. - São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, CFESS, 2010.**

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** / Marilda Villela Iamamoto. - 26. ed. - São Paulo: Cortez. 2015.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional** / Maurílio Castro de Matos. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2017.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**/ Fátima da Silva Grave Ortiz; orientadora: Yolanda Guerra - Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007.

SILVA, Welison Matheus Fontes da e RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 30, n. 03 [Acessado 23 de novembro de 2021], e 300302. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y8p3tnd7>>.

NEGLIGÊNCIA COMO MOTIVO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FERNANDA GOMES DUARTE CAVALCANTE ANSELMO
EMILIE FONTELES BOESMANS

Introdução

A lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê nove possibilidades de medidas protetivas, entre estas está o deferimento da medida de Acolhimento Institucional, como medida que deve ter cariz breve e excepcional, isto é, o acolhido não deve ultrapassar 1 ano e 6 meses de permanência na instituição, bem como deve ser a última medida a ser acionada em decorrência dos prejuízos do afastamento da criança ou adolescente de sua família de origem, extensa e da comunidade. Assim, o afastamento de crianças e adolescentes ocorre devido a situações de violência cometidas pela família ou por terceiros, deferida por membro do sistema de justiça, o juiz da vara responsável ou pelo Conselho Tutelar. É, portanto, sobre os variados motivos que ocasionam a medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes que trataremos neste artigo.

O deferimento de medida protetiva de acolhimento institucional envolve diversas expressões da questão social na vida da criança ou adolescente e seus familiares. Trata-se de expressões da questão social permeadas por fatores de negação de direitos geracionais, ausência de acessos, recortes de classe e étnico-racial. Diante deste panorama geral, nos debruçamos prioritaria-

mente sobre o termo negligência, termo esse deveras recorrente nas guias de acolhimento de crianças e adolescentes acolhidos.

Do ponto de vista conceitual, o termo negligência significa: falta de cuidado, de aplicação, de exatidão, de interesse, de atenção; desleixo, descuido, falta de atenção; descuido, displicência, desatenção, desleixo, desmazelo, preguiça. Desse modo, questionamos: o que representa o termo negligência nos casos de deferimento de medida protetiva de Acolhimento Institucional? Ademais, também são questões fundamentais para este trabalho: 1. Quais são os principais motivos que ocasionam casos de medida protetiva de acolhimento institucional? 2. Como situa-se o termo negligência frente aos motivos de deferimento da medida protetiva de acolhimento?

Por conseguinte, apresentamos a seguir os objetivos deste artigo, quais sejam: Apresentar os principais motivos que ocasionam casos de medida protetiva de acolhimento institucional; Contextualizar o termo negligência frente aos demais motivos que ocasionam medida de acolhimento institucional e contexto da pandemia do COVID-19; Analisar o perfil das famílias de crianças e adolescentes do Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) no contexto da pandemia do COVID-19.

Pretendemos responder metodologicamente os objetivos acima por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para tanto, os dados sobre os principais motivos de acolhimento institucional foram observados a partir de informações concedidas pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), precisamente, através das inspeções que são realizadas tomando como base um roteiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo promotor de justiça responsável.

Assim, contemplamos dados sobre os acolhimentos institucionais de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará, Prefeitura de Fortaleza de gestão direta ou indireta dos anos de

2018, 2019 e 2020 no que se refere aos principais motivos de acolhimento, dando atenção ao aparecimento do termo negligência. Os dados mencionados em tela são resultados de uma pesquisa mais ampla sobre SAIs, que envolve conselheiros tutelares, equipes dos acolhimentos institucionais e a Promotoria de Justiça. O levantamento deu-se por meio de entrevista semiestruturada, que dentre as questões direcionadas ao Promotor de Justiça, contemplou as seguintes indagações: A Promotoria possui algum levantamento, pesquisa ou conteúdo similar sobre as situações que culminam na medida protetiva de acolhimento institucional? Se sim, quais são as situações (violações de direito e violências) mais recorrentes? As perguntas quantitativas do roteiro de entrevista semiestruturada foram respondidas em momento posterior por uma técnica do MP. Precisamente, a tabela dos dados de 2020 e os anos de 2019 e 2018, foram levantados presencialmente por uma das pesquisadoras.

Adiante, delinearemos uma discussão geral sobre o que é o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI), além de passarmos pela problematização e conseqüente busca da compreensão do que trata o termo negligência.

Serviço de acolhimento institucional (SAI) e os principais motivos de deferimento

O Serviço de Acolhimento Institucional é uma medida protetiva que decorre, portanto, de um trabalho social com as famílias que culmina na decisão judicial final pelo acolhimento, sempre excepcional e provisório. Historicamente, esse serviço se organizou de forma a refletir a visão da sociedade sobre o papel do Estado e da família frente à proteção e cuidado com as crianças.

Antes do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, a proteção à infância se dava não pela doutrina da

proteção integral, mas pela noção de situação irregular: órfãos, infratores, pedintes, abandonados eram todos menores, termo que designava a irregularidade da criança diante da família, e as colocava sob a tutela do Estado. Neste momento, compreendia-se que as crianças cujas famílias não podiam cuidar seriam encaminhadas a educandários, instituições de caráter total (GOFFMAN, 2008) que excluíam e segregavam um contingente de crianças até sua maioridade. Essa realidade muda com o ECA.

A partir de 1990, a proteção passa a ser integral, e o acolhimento institucional um serviço voltado a atender crianças e adolescentes com seus direitos violados. Com a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ele passa a ser um serviço socioassistencial, no qual as crianças devem permanecer por período breve, sempre tendo seu caso acompanhado pelo poder judiciário. Trata-se de um serviço que está na interface entre a assistência social e o judiciário, sob o paradigma da convivência familiar e comunitária, além da provisoriedade e excepcionalidade. Estes paradigmas mantêm íntima relação com os motivos do acolhimento, que são diversos. Passamos a apresentá-los a seguir, tanto no âmbito nacional quanto local.

Em documento publicado em 2013, fruto das inspeções do Ministério Público aos serviços de acolhimento em todo o país, verificou-se os seguintes motivos:

[...] - negligência dos pais e/ou responsável (mais de 80%); - dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável; (mais de 80%); - abandono dos pais e/ou responsável (em torno de 77%); - violência doméstica; (próximo a 60%); - abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em torno de 45%) (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p.43).

Em 2012, foi divulgado levantamento pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, CEDECA, do Ceará, no qual aponta 17,14% de acolhidos por abandono ou orfandade, 11,43% por violência doméstica, 10% por situação de rua, 10% por drogadição, 10% por abuso e exploração sexual e 10% por carência de recursos materiais ou pobreza, além de outros motivos menos recorrentes. Chamamos atenção para este último motivo, cuja ocorrência é explicitamente vedada no ECA em seu art. 23 “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990).

O NECA (Associação de Pesquisadores e Formadores da área da Criança e do Adolescente) e o FICE Brasil (Federação Internacional das Comunidades Educativas do Brasil), em parceria com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar Comunitária elaborou relatório sobre os casos de acolhimentos durante a pandemia do COVID-19, precisamente, entre os meses de abril, maio, junho e julho de 2020. Refere-se a um relatório que abrangeu todos os estados brasileiros, chegando em alguns desses a contemplar a totalidade dos serviços nos municípios.

Na região Nordeste, a pesquisa abrangeu 401 serviços, dos quais 12 foram de municípios do Ceará. Assim, a referida pesquisa teve como objetivo

[...] oferecer elementos [...] para instrumentalizar ações práticas de cuidado, proteção e educação pertinentes ao cotidiano dos serviços de acolhimento na situação de isolamento social, auxiliando os profissionais a exercerem seu trabalho com maior segurança e tranquilidade durante e após a pandemia pelo COVID-19,. (BERNARDI, 2020, p. 14).

Além disso, consideramos pertinente enfatizar que foram pesquisadas distintas modalidades de acolhimento, entre elas a principal foi o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) com 870 respondentes, seguida dos Serviços de Casa-Lar com 260, bem como o Serviço Família Acolhedora com 163 respondentes e outros com 34 respondentes¹.

Assim, também tomamos como fundamentação o relatório produzido pela Organização Não Governamental, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, e pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância em convênio com a PUC-Rio (CIESPI/PUC-Rio), coordenado respectivamente por Manoel Torquato e Irene Rizzini (2020), que objetivou “[...] elaborar recomendações para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua” (p.11). Neste trabalho, nos chamou atenção o recorte étnico-racial das crianças e adolescentes acolhidos sob medida protetiva de acolhimento que estavam em situação de rua. “No Acolhimento Institucional, 49% se declararam negros; 40% se declararam pardos; 10%, brancos; e 1%, indígenas. São 89% de crianças e adolescentes que se auto-declararam negros ou pardos nas instituições de acolhimento pesquisadas por todo o país.” (Idem, p. 31).

O relatório contemplou dezessete cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Guarulhos, Campinas, São Luís, São Gonçalo e Maceió. O perfil dessa última pesquisa abrangeu outros equipamentos além do SAI, contudo, nos interessa sinalizar o serviço objeto de nosso es-

¹ O termo “outros” abrangeu os respondentes da pesquisa de casas de passagem, fundações do sistema socioeducativo, repúblicas, instituições para homens adultos, instituições para pessoas com deficiência e acolhimentos conjuntos para mães/filhos, além do Conselho Tutelar. Esse último estava na condição de gestor de um dos serviços de acolhimento.

tudo. Para tanto, o perfil incluiu “[...] crianças e adolescentes com idades entre 7 e 18 anos incompletos, em acolhimento institucional, e que tinham trajetória de vida nas ruas. Foram identificados [...] sujeitos com trajetória recente de vida nas ruas e que tivessem sido acolhidos por esse motivo a menos de 12 meses” (Idem, p. 26)

O leitor poderá se perguntar, por que os dados das pesquisas acima nos interessam? Qual a articulação da pesquisa realizada pelo NECA/FICE com o uso do conceito negligência nos casos de acolhimento? Qual a importância de perceber o recorte étnico-racial de crianças e adolescentes acolhidas e articulá-lo ao uso do conceito negligência? Retornaremos a ambas as pesquisas, mas alertamos que a pesquisa do NECA/FICE abordou os principais motivos de acolhimento durante a pandemia e compreendemos previamente o recorte étnico-racial como uma dimensão de desigualdade sócio-histórica do Brasil, latente no referido serviço, situada nos marcos do capitalismo financeirizado e na desfinanceirização da Política de Assistência Social.

Os principais motivos que culminaram pelo deferimento da medida de acolhimento emergencial durante a pandemia do COVID-19, encontrados na pesquisa do NECA/FICE entre os meses de maio, junho e julho de 2020 foram os seguintes: 525 casos por negligência dos pais ou responsáveis; 425 não se aplica; 203 por abandono; 155 casos por violência física; 99 por violência sexual intrafamiliar; 91 devido ao uso de substância psicoativa por parte da criança ou adolescente, 87 por violência psicológica; 70 por outros motivos; 28 por violência sexual fora da família; 14 por orfandade e 13 por trabalho infantil.

Em porcentagem, os casos de acolhimento devido à negligência chegaram a 30,7%, porcentagem que, se comparada ao Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em

Serviço de Acolhimento (BRASIL, 2012), permanece como o principal motivo para o deferimento da medida protetiva. No ano de 2012, 33,2% correspondiam ao acolhimento devido à negligência.

Portanto, indagamos: o que está sendo caracterizado como negligência? Será que corresponde àquilo que é a negligência mesmo (e o que é a “NEGLIGÊNCIA MESMO”)? Longe de buscar respostas estanques, observamos os dados sobre a realidade do município de Fortaleza em comparação aos dados gerais apresentados. No tópico a seguir tratamos mais sobre o termo negligência, buscando entendê-lo além da aparência.

Negligência: o que este termo nos diz?

A negligência é explicitamente citada no Art. 5º do ECA, que afirma que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Embora distinga negligência da violência, podemos entendê-la como uma violência também. Ademais, consideramos importante salientar que antes do ECA, o termo negligência já constava no art. 227 da CF 1988.

No documento do Ministério da Saúde (2006) Violência faz mal à saúde, a negligência é definida como o termo “[...] para se nomearem as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança ou adolescente, quando esses adultos deixam de prover necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social” (p.25). Consoante ao que se preconiza no Código Penal Brasileiro (DECRETO-LEI Nº 2.848 de 1940), a negligência é um crime culposo, onde não está presente a intenção de realizar o ato criminoso, mas que acaba cometido pela falta de uma ação. Além da com-

preensão da negligência como falta de diligência, entende-se o aspecto intencional, ou seja, mesmo sabendo das consequências, o sujeito incorre naquele erro.

Berberian (2015) aponta o aspecto moralista que se apresenta na caracterização da negligência, que associa a ação das famílias ditas negligentes à condutas e qualificativos negativos. Além disso, aponta que, apesar de ser um conceito utilizado por diversas áreas, tais como Psicologia, Direito, e acrescentamos a Medicina e a Enfermagem no campo da saúde, não há uma definição fechada e explícita sobre o que seria negligência, recaindo novamente no aspecto moral e apontando para um estereótipo: “suja, maltrapilha, destratado, ignorante, despreparado, ruim, incapaz, sem noção de nada, respondona” (BERBERIAN, 2015, p. 11).

Apesar de apontar a falta de critérios objetivos, é possível identificar um índice que define alguns critérios a serem considerados. O ChildNeglect Index (TROCMÉ, 1996), que especifica tipos e grau de gravidade da negligência, elenca seis aspectos para avaliar a existência da negligência (tradução livre): supervisão, nutrição, vestuário, higiene e cuidados com a saúde física, cuidados com a saúde mental, cuidados com o desenvolvimento e educação.

A existência de um instrumento que oriente a avaliação sobre a prática ou não da negligência, reforça a compreensão de que, no contexto brasileiro, ela está perpassada por um aspecto de parecer individual, daquele que avalia, em relação aos cuidados prestados por aquele grupo familiar.

O instrumento existente não descreve objetivamente um padrão a ser avaliado. Por exemplo: não delimita o que seria um padrão “correto” de cuidados com a saúde. Tal abertura é interessante, pois permite avaliar a prestação dos cuidados com base no que a sociedade capitalista delimita como adequado.

Por outro lado, pode-se recair numa avaliação pautada na ciência que, bem sabemos, pretende-se neutra, entretanto, preserva o lugar de dominação das classes dominantes em detrimento da classe trabalhadora.

Assim, compreende-se que a avaliação sobre a negligência só pode ocorrer quando entendemos de forma aprofundada o contexto daquela família no sistema de proteção e desproteção que o Estado engendra. Desconsiderar esse contexto social é fadar a família pobre a ser culpabilizada individualmente pela sua pobreza. Numa sociedade capitalista, o mercado organiza as ofertas de proteção de modo paliativo. Diante da fragilidade da oferta pública, a classe média e alta busca na rede privada o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, a família pobre, diante da carência de recursos econômicos, sociais e simbólicos, não alcança esses serviços privados, e fica à mercê dos serviços públicos, insuficientes em abrangência e oferta, logo, pode vir a deixar de prover os cuidados necessários, não porque não queira oferecê-los, mas por não os acessar adequadamente².

Aprofundando este debate, recorremos a Nascimento (2012) que nos lembra que “[...] em nome da proteção e do cuidado, implantam-se movimentos de controle e de aprisionamento da vida, apoiados pela prática jurídica” (p.39), movimento que se ancora em modelos hegemônicos de infância e família. Ou seja, além de um movimento de culpabilização individual que recai sobre a família pobre, vemos se apoiar sobre a negligência o controle sobre os modos de vida.

Nessa tensão entre negligência e proteção da família em relação aos seus filhos, precisamos lembrar que aquilo que recebe

2 Sabemos que casos de negligência com crianças e adolescentes podem ocorrer em famílias ricas e famílias pobres, entretanto, a vasta literatura a respeito das medidas protetivas de acolhimento institucional atesta que é comum casos de negligência virem acompanhados de ausência de acesso aos serviços de saúde, educação, dentre outros.

o nome de negligência é, por parte das famílias, em muitas ocasiões, estratégia de cuidado e proteção que a família opera sobre a criança. Nascimento (2012) também nos relembra que, ao mesmo tempo, do ponto de vista institucional “a proteção é, pois, uma prática de governo que controla as famílias pelos dispositivos da segurança e da prevenção” (Idem, 2012, p.42).

Cisne, Cantalice e Araújo (2020) apresentam uma crítica complementar à concepção de Nascimento (2012), porém, mais contundente à respeito da compreensão das famílias na condição de usuárias das políticas públicas. As autoras sublinham que o entendimento da família como a base social, diz respeito a uma compreensão conservadora e neoconservadora, fincada num cariz positivista, logo, de uma consequente responsabilização da família pelo bem-estar social, pelo desequilíbrio e as mazelas sociais. Acrescida a esta crítica, ainda apresentam que o termo família encobre o debate de gênero, ou seja, são fundamentalmente as mulheres/mães que respondem por seus filhos.

Nesse sentido, as autoras entendem que “há um familismo patriarcal na organização neoliberal e conservador dos sistemas de proteção social [...]” (CISNE, CANTALICE E ARAÚJO, 2020, p.316). É neste sistema de proteção social que são atendidas as famílias de crianças e adolescentes dos SAIs, portanto, podemos situá-las no atravessamento das marcas de formação elitista e patriarcal do Estado brasileiro. A partir desse movimento dialético em nossa elaboração, que contempla o movimento de ida e volta, passamos ao tópico seguinte a respeito do perfil destas famílias.

Famílias de crianças e adolescentes do sai: o que dizem os dados dos tempos da pandemia do COVID-19

A pandemia do COVID-19 foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. Trata-se de doença respiratória causada pelo novo coronavírus, e que teve início na China, ainda no ano de 2019. A principal orientação para a contenção do vírus foi o isolamento social e o distanciamento social, além do uso de máscaras.

Tal isolamento foi implementado no Brasil com mais ou menos força, de forma descentralizada, já que as ações implementadas a nível nacional foram contraditórias e inconsistentes. Segundo o Boletim Epidemiológico Especial, na semana 46 (14/11/2021 a 20/11/2021) em novembro de 2021, o Brasil somou 612.587 óbitos ocasionados pelo COVID-19 e 22.012.150 de infectados no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Para um país que já vivia uma crise institucional, política e econômica desde o Golpe de 2016, a implementação de isolamento e distanciamento social sem o devido suporte social e econômico elevou a pobreza, a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar a patamares superados há mais de uma década.

Segundo o Relatório Anual Panorama Social da América Latina 2020, publicado pelas Nações Unidas, a taxa de extrema pobreza na América Latina foi de 12,5% e de pobreza chegou a 33,7%. São 209 milhões de pessoas em situação de pobreza, sendo 22 milhões a mais que em 2019. O relatório ainda destaca que a pobreza avançou mais em áreas rurais, entre crianças e adolescentes, população indígena e afrodescendentes e pessoas com menor índice instrução. Indica, ainda, que a pandemia afetou diretamente o crescimento da pobreza nessa região, ressaltando as desigualdades sociais já existentes,

e que sem os programas implementados pelos governos para a superação da pobreza, o impacto da pandemia teria sido maior.

No Ceará, diversos programas foram implementados, visando alcançar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A nota técnica nº 70 do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), publicada em maio de 2020, quando o Governo do Estado do Ceará anunciou a entrega de 200 mil botijões de gás, traz dois dados importantes. O primeiro é o número de beneficiários do Programa Bolsa Família alcançando 997.726 famílias em março de 2020. Foram identificadas no Estado do Ceará o total de 216.093 famílias com renda familiar per capita inferior a R\$89,34, sendo R\$89,00 per capita o valor de corte que separa a pobreza da extrema pobreza.

Retomamos esses dados para alertar sobre o cenário de pobreza que se avolumou no Estado, além da fragilização da oferta da política de assistência social, devido ao isolamento social, que suspendeu diversas atividades essenciais para a população em vulnerabilidade, como, por exemplo, os grupos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Básica, o qual crianças e adolescentes dos SAIs são públicos prioritários. Partindo da discussão geral apresentada no preâmbulo deste tópico, apresentamos a seguir o perfil dos familiares de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente com o objetivo de elucidar a compreensão do leitor. Desse modo, recorreremos novamente à pesquisa do NECA/FICE (2020), que detalhou os motivos de acolhimento com relação aos pais. Vejamos abaixo:

47,6% dos pais apresentavam problemas de saúde mental e uso de substâncias psicoativas; 14,3% apresentaram problemas de saúde ligados ao COVID-19; 14,3% apresentaram falta de moradia e vulnerabilidade social; 9,5% estavam realizando

tratamento médico em outro município; 9,5% apresentaram conflitos familiares; 4,7% estavam presos por tráfico.

Ainda de acordo com a referida pesquisa, “[...] O uso de substâncias psicoativas pelos pais ou responsáveis é o segundo motivo de acolhimento no Brasil antes da pandemia e se enquadra nas questões de saúde mental [...]” (p. 108). O mote de nosso trabalho objetiva discutir o uso do termo negligência com relação a crianças e adolescentes acolhidos no SAI, mas ao observar os dados levantados pela pesquisa acima e compreender que o uso de substância psicoativas já se apresentava como um dos principais motivos para o deferimento dessa medida, indagamos: não estariam as famílias dessas crianças e adolescentes sendo negligenciadas pelo poder público? Não queremos recair numa perspectiva tutelar do Estado, mas situar os sujeitos de nosso estudo como sujeitos de direitos, que, para isso, precisam acessar políticas públicas intersetoriais.

Dessa forma, compreendemos a importância da função protetiva da família em diferentes modelos de sociedade, contudo, há vários estudos que já apontaram que a função protetiva da família foi algo socialmente construído, logo, a particularidade das famílias de crianças e adolescentes sob medida protetiva desperta questionamentos sobre o funcionamento da intersetorialidade da rede de atendimento; a articulação dos diferentes níveis de proteção social da política de assistência social; leia-se, a articulação entre proteção social básica e proteção social especial. Ademais, para que as famílias exerçam sua função protetiva, requisitada pelo poder público, são necessárias condições objetivas e acessos historicamente negados a essas populações.

Motivos de acolhimento no município de Fortaleza-CE

Os dados apresentados são resultados das inspeções realizadas por uma Promotoria da Comarca de Fortaleza em todos os acolhimentos institucionais de Fortaleza- CE, nos anos de 2019, 2020 e 2021, que apresentam dados de 2018, 2019 e 2020 respectivamente. As inspeções nos SAIs são ações previstas pela Resolução nº96/2013 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), documento que detalha de forma concisa o que deve ser observado no ato das inspeções. Além disso, as inspeções realizadas pelo MP também estão vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que elabora o roteiro a ser aplicado pelos promotores de justiça. Entre as perguntas objetivas estão os principais motivos que ocasionaram a medida de acolhimento naquele ano. Vejamos os dados abaixo por ano nos SAIs de Fortaleza:

TABELA 1: MOTIVOS DO ACOLHIMENTO POR ANO EM FORTALEZA.

MOTIVOS DO ACOLHIMENTO	2018	2019	2020
Abandono dos pais ou responsáveis	19	18	17
Vivência de rua	15	12	11
Pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas	14	14	14
Negligência	18	19	20
Ausência dos pais por prisão	10	6	2
Pais ou responsáveis com transtorno mental	7	8	4
Órfão por morte dos pais ou responsáveis	5	6	4
Submetido a exploração do trabalho, tráfico ou mendicância	7	8	6
Pais ou responsáveis portadores de deficiência	1	0	1
Violência doméstica	10	9	10
Abuso Sexual praticado pelos pais	8	7	9

Submetido a exploração sexual	5	5	5
Carência de recursos materiais	1	5	6
Pais ou responsáveis sem condição para cuidar de criança e adolescente com questão de saúde específica	3	2	2
Ausência dos pais ou responsáveis por doença	1	1	0
Outra	1	2	-

Os dados são referentes aos acolhimentos situados em Fortaleza, seja de gestão municipal, de Organização da sociedade Civil e também de gestão estadual. Os de gestão estadual atendem majoritariamente crianças e adolescentes oriundos do interior do Estado Ceará. Na inspeção ministerial, os acolhimentos indicam os motivos que levaram as crianças e adolescentes ao acolhimento. Existiam 20 SAIs funcionando em 2018, 19 em 2019 e 21 em 2020. Aqui apresentamos a quantidade de Serviços em que haviam acolhidos por cada motivo. Enquanto o abandono decresceu levemente, sendo apontada, respectivamente, em 95%, 94,73% e 80,95% dos serviços nos anos de 2018, 2019 e 2020, a negligência aumentou: foi apontada como um dos motivos do acolhimento em 90% dos serviços em 2018, 100% em 2019 e 95,23% em 2020.

Também chama atenção que a carência de recursos materiais não somente apareça como um motivo do acolhimento, mas tenha aumentado: apontado por 5% dos Serviços em 2018, passa a ser apontado por 28,6% (6 Unidades) em 2020. Esse aumento reflete não somente o aumento da pobreza no país, mas também a deterioração da proteção básica em especial para as famílias mais pobres. Conforme já indicamos, em um modelo de sociedade centrada no capital, quem pode pagar pelos serviços recebe alguma assistência, enquanto quem não pode pagar pelos serviços fica impossibilitado, inclusive, de receber a assistência básica, ficando de fora da proteção

social. Famílias que vivem na zona rural, que moram distante do CRAS e CREAS que as atende, que não podem arcar com os custos mínimos de deslocamento para o acompanhamento, terminam taxadas de negligentes, por, por exemplo, não comparecem nos atendimentos agendados. Com a virtualização do atendimento em decorrência da pandemia, o acesso aos serviços socioassistenciais ficou ainda mais comprometida.

O aumento desses casos relaciona-se com os dados sobre aumento de extrema pobreza e pobreza apresentados anteriormente, além de contrapor frontalmente as normativas na área da infância e da política de Assistência Social, que preconizam sobre o não afastamento de crianças e adolescentes em decorrência de pobreza dos responsáveis. Utilizamos o termo pobreza, pois entendemos que o termo carência de recursos materiais é um eufemismo para pobreza.

Voltemos ao termo Negligência como motivo de acolhimento. O achado sobre o quão recorrente foi o deferimento em decorrência deste motivo dialoga com a realidade dos dados nacionais levantados pelo NECA/FICE. Retomamos a problematização feita ao longo de todo este trabalho, mas, agora, subsidiada pelos dados do uso do termo negligência e sua imprecisão por não haver uma padronização em nem uma das políticas públicas sobre o entendimento dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre o que é e como compreendem negligência ao aplicar a medida protetiva. Portanto, negligência nos parece um termo que imediatamente nos dá ideia do que pode envolver o caso e também pode ser um termo que nada nos diz.

Nesse sentido, distante de perspectivas que se pretendem generalistas, que, por sua vez, fugiriam do cariz científico, sabemos que famílias de classes ricas podem negligenciar crianças e adolescentes, todavia, o recorte deste artigo dedica-se às

crianças e adolescentes do SAI, que, massivamente, são sujeitos pobres, por isso nossos achados encontram sustentação.

Isto posto, passamos às considerações finais deste trabalho.

Considerações finais

Diante do exposto, percebemos como o uso do termo de negligência é recorrente, chegando num dos anos a ser apresentado como motivo que levaram à determinação da medida de acolhimento em 100% dos SAIs. Concluímos este trabalho com a indagação que nos moveu desde o início, isto é, o persistente questionamento do que representa o termo negligência, quando os integrantes do SGD aplicam a medida protetiva, sob o argumento deste motivo, por nós, considerado um grave motivo.

O crescimento da negligência está em articulação com avanço da pobreza e do retraimento das políticas públicas, agravado pela pandemia. Não é mais admissível que, após 31 anos de ECA, a pobreza, sob a alcunha de negligência, seja motivo para o acolhimento. Além disso, precisamos estar atentos que esta denominação de significado tão amplo foi admitida por agentes do poder público e, ao longo dos anos, não tem sido revista. Assim, evidenciamos essa importante questão, pois o uso do termo negligência de modo indevido pode ocasionar o deferimento de medidas de acolhimento, além de ir contra o maior interesse da criança e do adolescente.

Compreendemos a aplicação da medida sob o motivo de negligência, entretanto, indagamos sobre a imprecisão de um instrumento, tanto na política de assistência social quanto na política de infância, bem como no sistema de justiça, que padronize o entendimento do juiz, conselheiro tutelar ou profissional da equipe de saúde ou assistência social, que venha requisitar o afastamento da criança ou adolescente em situação de risco pressupondo ser uma negligência.

Nesse sentido, compreendemos que os achados encontrados nas distintas áreas de pesquisa podem subsidiar a elaboração de políticas públicas de forma qualificada, assim, nos debruçamos sobre os achados explicitados acima, que apontam a negligência como um dos principais motivos da medida de acolhimento, que, portanto, precisa de nitidez quanto a sua compreensão, como temos consenso sobre o que é a violência sexual, por exemplo.

Entendemos ser importante a elaboração de um instrumental próprio de uso pelo SGD, que caracterizasse os critérios para uma criança ou adolescentes estar sendo alvo de negligência ou não, levando em conta os aspectos sociais, culturais, econômicos e subjetivos. Esse instrumento evitaria, consideravelmente, o uso do termo negligência para famílias pobres, que não conseguem prover cuidados materiais e emocionais devido as suas parcas condições de subsistência. Paralelamente a um orientador objetivo que servisse de parâmetro, também é necessário que os operadores do SGD, os operadores dos direitos, aqueles que aplicam a medida protetiva ou subsidiam sua aplicação, rompam com a lógica manicomial que se camufla nos SAIs, lógica da segregação e controle. É preciso romper definitivamente com a compreensão higienista de que o Estado deve substituir a família nos cuidados e na proteção das crianças e adolescentes: é necessário sustentar o paradigma da convivência familiar, da proteção integral, no qual o Estado é organizador de políticas públicas que protejam essa família e lhe restitua a capacidade protetiva

Por fim, nossos apontamentos objetivam articular os achados deste artigo a uma compreensão de totalidade, que percorre o caminho de volta numa pretensa aproximação com o método de Marx, percorrendo as condições de vida dos sujeitos estudados, em outras palavras, as particularidades e singularidades de suas vidas, alinhadas a sociedade capitalista

financeirizada com políticas públicas paliativas, que devem ser constantemente disputadas.

Referências

ASSIS, S.G.; FARIAS, L.O.P. (org) **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BERBERIAN, T.P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2015, v. 00, n. 121 [Acessado 22 em Novembro 2021] , p. 48-65. Disponível em: <<https://tinyurl.com/twycpvks>>. ISSN 2317-6318.

BERNARDI, Dayse. **Levantamento Nacional sobre Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em tempos de COVID-19**. São Paulo. NECA/FICE/MNPCFC, 2020. 209 p.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/28f927yf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdebzkyf4>>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

CEDECA. **Relatório de Monitoramento das Unidades de Acolhimento Institucional de Fortaleza**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. Renovação do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 307 -327, jul. / dez. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina 2020**, (LC/PUB.2021/3-P). Santiago, 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DF). Resolução nº96/2013. **Altera a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ydy5rmhp>>. Acesso: 22 nov. 2021.

DICIONÁRIO DE LINGUA PORTUGUESA. **Negligência**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4mk22pmt>>. Acesso em: 10 de nov 2021.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8; ed. São Paulo: Perspectiva, 2008

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. Nº 70-**Identificação das famílias elegíveis para o programa de Distribuição social de gás**. Ceará: Ipece, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL - Doença pelo Novo Coronavírus - COVID-19. **Semana Epidemiológica 46** - 14/11 a 20/11/2021. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO. 2013. **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país - Relatório da resolução nº71/2011**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/d4ajr74k>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

NASCIMENTO, M.L. do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de Judicialização. **Psicologia e Sociedade** [online].

2012, v. 24, n. spe [Acessado 22 Novembro 2021] , pp. 39-44. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3r3yvy3d>>.17 Jan 2013. ISSN 1807-0310..

RIZINNI, Irene; SOUZA, Manoel Torquato Carvalho de. Projeto Conhecer para Cuidar. **Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em Acolhimento Institucional como medida protetiva à situação de rua**, 2020. Rio de Janeiro, CIESPI/PUC-Rio

TROCMÉ, N. Development and preliminary evaluation of the Ontario Child Neglect Index. **Child Maltreatment**. 1996. 1(2), 145-155. doi:10.1177/1077559596001002006

CONTEXTO DAS ADOÇÕES TARDIAS E DE CRIANÇAS NEGRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

SOLEANE MAZZA NUNES BEZERRA

ESTÊNIO ERICSON BOTELHO AZEVEDO

Introdução

A concretização do direito à convivência familiar de crianças e de adolescentes por intermédio da adoção vem sendo praticada há muito tempo pela nossa sociedade, mas não da maneira como observamos hoje em dia. Dentre os diversos avanços, a aprovação da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há mais de 30 anos, desponta-se com relevância central, trazendo conquistas efetivas,² das quais destacamos primordialmente a prioridade do bem-estar das crianças e dos adolescentes, inserindo-os num sistema de proteção integral.

1 Uma versão preliminar e reduzida deste artigo foi apresentada e publicada nos anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas - Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade, 2019, São Luís. Anais da IX JOINPP 2019. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019. v. 1. Após o esse evento, o artigo foi melhor desenvolvido, atualizado, ampliado e contextualizado, trazendo as contribuições dos 30 anos do ECA em tempos de pandemia.

2 Ferreira (2010) expressa outro marco legal na história da infância brasileira: a criação do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002), que traz algumas mudanças para o cidadão brasileiro, como a menoridade civil, a qual termina aos 18 (assim como a penal) e não mais aos 21 anos, como tem sido desde 1916. Relativamente à adoção de crianças abandonadas, manteve as diretrizes do Estatuto, com poucas inovações, como a regulamentação de adoção para maiores de 18 anos, a idade do adotante e a adoção por concubino. Ressaltamos o ECA como a mais significativa por sua amplitude e instrumentos de materialização nele previstos.

Desde a criação do ECA e dos demais dispositivos legais que orientam as ações de defesa dos direitos e proteção à infância e à adolescência, muitos têm sido os questionamentos a estas legislações e ao princípio que as sustenta: a compreensão das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos (BRASIL, 1990). Tais questionamentos são alinhados a um processo de sobressalto do conservadorismo no Brasil, que aponta para um retrocesso no campo dos direitos, ao passo que amplia a abertura para posicionamentos preconceituosos de cunho racista, homofóbico, misógino e de defesa de um único modelo de família considerada “normal”.

Deve-se considerar que a legislação brasileira que trata da adoção como modalidade de constituição familiar sofreu diversas transformações ao longo dos anos e, nos dias atuais, tem como principal referência o ECA. Este sofreu alterações, no que se refere à adoção, através da Lei Nº 12.010/2009 e mais recentemente a Lei Nº 13.509 /2017³. Assim, a adoção é definida pelo ECA como uma modalidade excepcional e definitiva de colocação em família substituta, sendo irrevogável. Em princípio, uma vez concretizado, permite ao adotado usufruir de todos os direitos e deveres pertinentes à relação parental (BRASIL, 1990).

A centralidade na manutenção do vínculo familiar biológico pode, muitas vezes, se constituir como um dos entraves para a desinstitucionalização de crianças, mantendo-as afastadas da convivência familiar. Cabe destacar que das mudanças ocorridas, sobressaltam-se justamente as que se referem à necessida-

3 Essa lei Nº 13.509 de 2017 altera para o tempo de 90 dias para que os casos de crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional ou familiar sejam reavaliados pela equipe de profissionais, a inserção nesses programas passará de dois anos para um ano e seis meses. Outro ponto é que após trinta dias de acolhimento os recém-nascidos, crianças e adolescente acolhidos que não forem procurados por suas famílias serão incluídos no cadastro nacional de Adoção. Disponível em adocao brasil.com.br. Acesso em 20 de Julho de 2020.

de de um maior acompanhamento dos processos no sentido de garantir a menor permanência possível das crianças no âmbito institucional, inclusive com tempo definido para a insistência na manutenção do vínculo da família biológica.

Mesmo diante das mudanças referidas, ainda há um significativo número de crianças institucionalizadas e com perspectivas cada vez menores de serem adotadas, configurando um elevado perfil de crianças maiores disponíveis para adoção, compondo o que se habituou chamar de adoção tardia.

Considerando as questões acima colocadas, este artigo tem como objetivo conhecer e destacar os limites e avanços nas efetivações de adoções tardias, considerando o recorte étnico-racial. Isto porque se entende que além da insistência para com o vínculo biológico, a idade e a cor da criança são também elementos dificultadores nos processos de adoção, que não se isentam do preconceito, sobretudo racial, vivo e ativo em nossa sociedade brasileira e que têm por isso forte impacto nos processos de adoção.

Esta questão nos chamou a atenção quando verificamos em pesquisa anterior a dissonância entre as características físicas das crianças desejadas pela maioria dos pretendentes à adoção e as características daquelas passíveis de um processo de adoção nas instituições de acolhimento, principalmente, em relação à idade e à cor das crianças. A maioria dos pleiteantes demonstram preferência por crianças menores, brancas, meninas e saudáveis, entretanto, reunir todas essas características nem sempre é possível.⁴ Cabe dizer que a mencionada pesquisa identifica uma discreta abertura desse perfil, ainda insuficiente.

4 Tais observações partem da pesquisa realizada no mestrado por uma das autoras no ano de 2016, que versava mais particularmente sobre o trabalho de seis profissionais, três com formação em Serviço Social e três em Psicologia, da equipe interdisciplinar do Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza - Ceará, órgão responsável pelos trâmites legais da adoção, bem como por outros

Procuraremos aqui também pensar estes processos no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19,) que modificou diversos setores da vida em sociedade, inclusive os processos de adoção, desafiando a luta pela garantia de direitos desses sujeitos, e deixando clara a necessidade dessa luta se reinventar para contemplar a dinamicidade da realidade. Na medida em que foram suspensas as atividades presenciais por recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e estabelecido o isolamento social como forma de controle da pandemia, houve paralisação de algumas etapas do processo, bem como a necessidade de ações de prevenção e proteção nas instituições de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo vírus.

Para a composição da reflexão aqui presente, utilizamos uma metodologia baseada nos tipos de pesquisa bibliográfica, documental e em ferramentas virtuais. A primeira ocorreu através de uma revisão de bibliografia acerca da temática, para maior aprofundamento teórico e jurídico sobre o objeto de estudo. Em seguida, foram analisados documentos oficiais como Leis, portarias e os dados do Cadastro Nacional de Adoção. Na última, foi enviado por e-mail um questionário para o Setor de Cadastro do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza - Ceará, com o intuito de entender os impactos da pandemia do coronavírus para os processos de adoção, em que recebemos resposta da chefe do Setor e a partir do qual destacamos alguns aspectos referentes ao novo contexto.

Buscamos aqui contribuir com o necessário debate sobre esse tema tão vasto e complexo e de grande relevância para

procedimentos relativos à política dos direitos da infância e adolescência. Cabe dizer que parte destes dados foram atualizados, considerando a permanente atualização do Cadastro Nacional de Adoção. Algumas informações obtidas nesta pesquisa, foram fundamentais para esta reflexão e, algumas delas, aparecem diretamente indicada.

a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de muitas crianças e adolescentes, sobretudo os preteridos em razão da idade ou da cor da pele. Pretendemos refletir sobre as nuances manifestas num contexto tão complexo e desafiador para profissionais, pretendentes à adoção e para as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento institucional.

O advento do estatuto da criança e do adolescente e os avanços no contexto da adoção

A década de 1980 foi marcada por certa efervescência de um novo pensamento social internacional e nacional. Este contexto no Brasil, a partir de lutas organizadas por diversos setores sociais, culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, e, posteriormente, outras legislações que se conduzem pela garantia dos direitos e da defesa dos segmentos minoritários. No âmbito da infância e da adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), passa a se constituir como a principal referência, que juntamente com a Constituição redefiniu uma nova fase do tratamento do Estado e da Sociedade voltado para a infância e a adolescência brasileiras (PEREZ, PASSONE, 2010).

Essa nova fase da história traz explicitamente o direito a ter uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado e, somente no caso de ruptura desses vínculos familiares, o Estado intervirá como o responsável legal das crianças e dos adolescentes, mediante a inclusão no desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que possam levar à constituição de novos laços familiares e comunitários, dentre os quais o acolhimento institucional.

Segundo Baptista (2012), a ideia de estruturação de um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes foi pleiteada pela primeira vez em 1992, por Wanderlino Nogueira, no III Encontro Nacional da Rede de Centros de Defesa, realizado no Recife. Nesta mesma direção, no ano 1995, com o intuito de colaborar com a formação de operadores do sistema, o Centro Dom Helder Câmara (CEDHC), no Recife, iniciou um programa de capacitação e treinamento de pessoal na área dos direitos e lançou um livro, intitulado “Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral”, em 1999 (BAPTISTA, 2012).

Para a mencionada autora, a ideia desse sistema foi sendo amadurecida no decorrer dos anos e em abril de 2006, entrou em vigor a Resolução de número 113, do CONANDA, que aprova os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Esta Resolução define que o SGDCA se constitui da articulação e integração, em rede, das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, com suporte em três eixos estratégicos de ação na área dos direitos humanos: defesa, promoção e controle, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2006).

De acordo com essa resolução, as instituições públicas e as organizações da sociedade civil integrantes desse Sistema deverão exercer suas funções em rede, com base nos eixos estratégicos definidos no referido documento legal. É válido ressaltar que o Conselho Tutelar e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (municipal, estadual, distrital e federal) são órgãos cuja criação é orientada pelo ECA (artigos 88, 89 e do 131 ao 140). Os referidos conselhos são encarregados de zelar e defender os direitos conquistados para este segmento social, inseridos no SGDCA.

Das modificações sofridas pelo ECA, destacamos aqui as referentes à adoção, como as Leis Nº 12.010/2009 e Nº 13.509/2017, ambas buscam descomplicar e facilitar o acesso ao direito à convivência familiar através da adoção, alterando prazos e outras deliberações. A última Lei citada, traz nova redação do artigo 19 do ECA, na qual a reavaliação da situação de crianças e dos adolescentes passa a acontecer a cada três meses e que a permanência nos programas de acolhimento institucional não poderá ultrapassar dezoito meses, com a exceção dos casos que comprovem real necessidade.

É também acrescido ao artigo 19 A do ECA a questão da entrega legal de uma criança para adoção. O texto diz que a genitora que manifestar interesse em entregar o filho deve ser encaminhada para a Justiça da Infância e da Juventude, onde será ouvida pela equipe multidisciplinar. Ela poderá ser encaminhada para programa de atendimento de saúde e assistência. Em princípio, ocorrerá a busca pela família extensa, observando-se o prazo de noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período. Não encontrando genitor e nem membro da família extensa disposto a acolher a criança, a autoridade judiciária decretará a extinção do Poder Familiar e a inserção com a guarda provisória para pessoa habilitada no Cadastro Nacional de Adoção ou para Instituição de Acolhimento Institucional.

No entanto, o ECA traz no parágrafo 3º (terceiro) do artigo acima mencionado que a família de origem terá preferência em relação a qualquer outra providência, devendo a família ser incluída em serviços e programas de apoio, promoção e proteção, seguindo o disposto no artigo 23 que ressalta que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990). Na contramão desse documento legal, a pesquisa de Boesmans (2015) apresenta a pobreza, em sua dimensão social e econômica, como um dos principais motivos de acolhi-

mento institucional de crianças e adolescentes em Fortaleza - Ceará. Fato que, para a autora, demarca a valorização da classe social da família de origem, muitas vezes em proporção maior do que o vínculo afetivo existente entre a família e a criança/adolescente, no processo de manutenção do vínculo e de destituição do Poder Familiar.

Outras possibilidades são apresentadas, tais como o apadrinhamento para crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional ou familiar, com prioridade para aquelas com improvável retorno à família natural e remota chance de adoção. Essa alteração no artigo 19 B do ECA, ocorreu com a Lei 13.509 de 2017 (BRASIL, 2017). Segundo a mencionada legislação, os padrinhos e madrinhas precisam ter acima de dezoito anos e não possuírem inscrição no Cadastro Nacional de Adoção. Também é permitido o apadrinhamento por pessoas jurídicas a fim de contribuírem para o desenvolvimento dos afilhados.

Outra inovação que merece destaque está no artigo 50 do ECA, no seu parágrafo 15: a garantia da primazia no cadastro aos pretendentes com interesse expresso em adotar criança ou adolescente com problemas de saúde, com deficiência e grupos de irmãos (BRASIL, 2017). Tal fato é uma das tentativas de incentivar essas adoções necessárias, com o bônus de prioridade na fila, no entanto, desacompanhada de ações mais efetivas.

Ademais, a Lei Nº 13.509 (BRASIL, 2017) altera alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, assegurando o direito à licença-maternidade à empregada adotante e o direito a descansos especiais de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar o filho adotivo com até seis meses de idade (BRASIL, 2017). A nosso ver, esse é um ponto positivo para a construção do vínculo afetivo entre a família e o novo membro, desde os primeiros dias.

Muitas foram as alterações que buscam garantir o melhor interesse da criança e do adolescente. Apesar disso, ainda há muito a ser feito, pois são inúmeros os desafios impostos diariamente para a concretização desses direitos.

Panorama da situação de crianças, adolescentes e pretendentes à adoção no Brasil: a interface idade e cor

Anteriormente, os dados das crianças e dos pretendentes eram alimentados no Cadastro Nacional de Adoção (CNA)⁵, que foi lançado em 2008, a partir de alterações no artigo 197 do ECA, que trata da habilitação dos candidatos à adoção. Era, assim, de competência da autoridade judiciária a responsabilidade de manter registro de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e de pessoas interessadas em adotar.

Em agosto de 2018 a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lança um novo modelo para essa ferramenta, baseado em um já utilizado no Espírito Santo, inicialmente expandido para outros Estados como São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia. De acordo com o site do CNJ, as alterações visam garantir a prioridade da criança em todo o processo de adoção. Após onze anos do surgimento do CNA, é implantando em 2019, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) que consolida os dados do CNA de pretendentes e de crianças, e busca aprimorar esse banco de dados, no intuito de facilitar a adoção no Brasil.⁶

A inclusão dos pretendentes à adoção no banco de dados do Sistema Nacional continua sendo precedida de apresentação

5 Os dados do Cadastro Nacional de Adoção podem ser acessados através do site: <<https://tinyurl.com/bdcmxskx>>.

6 Informação obtida no site do Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br.

de documentação inicial e preenchimento de uma planilha/formulário com dados pessoais dos interessados e dados da criança “desejada”. Sobre o perfil, os principais pontos desse instrumental dizem respeito a quantas crianças os pretendentes pensam em adotar; se aceitam grupo de irmãos; ou gêmeos; qual a idade da criança pretendida; a cor; o sexo; se aceitam crianças com doenças tratáveis, não tratáveis, deficiência/s, etc (CAVALCANTI, 2014).

Outro aspecto da habilitação é a preparação psicossocial e jurídica, por meio de um curso e troca de experiências com outros interessados, ministrado por equipe técnica da Justiça, com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. A convocação para adoção ocorrerá seguindo a ordem cronológica de habilitação e de disponibilidade das crianças pretendidas, sendo levado em conta o perfil indicado.

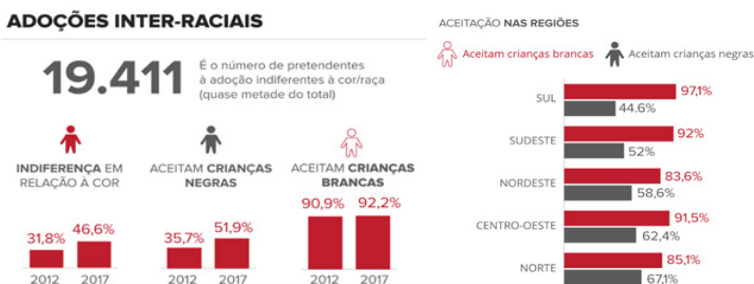
De acordo com o mais recente Relatório de Diagnóstico do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), publicado em maio de 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pudemos observar alguns dados estatísticos referentes à situação da adoção no Brasil. O referido relatório registra a inscrição de 34.443 pessoas pretendendo adotar, 2.008 pessoas em processo de adoção e 9.887 que já adotaram alguma criança ou adolescente.

Segundo o mesmo documento, acima referido, existem 5.006 crianças e adolescentes disponíveis para adoção, ou seja, destituídos do Poder Familiar e aptos para constituírem uma nova família. 69% (3.458) destes estão vinculados a algum pretendente e 31% (1.548) ainda não se encontram vinculados. Logo, percebemos que as contas não fecham. Os dados revelam que existem mais pessoas buscando a adoção do que crianças disponíveis para tal processo.

Então, por que muitas destas crianças ainda permanecem institucionalizadas? Entendemos que esta é uma questão relativamente complexa e perpassa diversas questões. O mesmo documento apresenta que 93,8% desses pretendentes não estão vinculados automaticamente a nenhuma criança ou adolescente, isso quer dizer que o sistema não encontrou nenhuma criança ou adolescente aptos à adoção com o perfil desejado por eles. Em termos deste artigo, pretendemos pensar sobre dois dos que consideramos fatores de destaque neste contexto, sem pretensão de culpabilizar pretendentes ou as crianças/adolescentes, mas sim discutir esses aspectos importantes.

É relevante que se diga que, de fato, ocorreram mudanças no perfil dos pretendentes, conduzindo-os a uma maior abertura e flexibilidade dos perfis. Ainda em 2017, uma matéria divulgada no site do G1 chama atenção justamente para esta mudança. A referida reportagem destaca, conforme demonstra a imagem abaixo retirada do referido site, uma significativa mudança entre os anos de 2012 e 2017.

IMAGEM1 - ADOÇÕES INTER-RACIAIS. - FONTE: SITE G1⁷



Nota-se, com base nestas informações, que tanto o número de pretendentes à adoção que se manifestam indiferentes à cor

⁷ Disponível em: <<https://tinyurl.com/vtjajb85>>. Último Acesso em 01 de maio de 2019.

quanto o número de pretendentes que aceitam crianças negras cresceu, 14,8% e 16,2% respectivamente. Este crescimento é apontado pela reportagem como resultado do trabalho realizado pelos grupos de apoio à adoção. Todavia, é necessário que se entenda que este crescimento, embora importante, não é suficiente para superar a imensa diferença e distância existente nos perfis - pretendentes e crianças - elemento que incide no impedimento da adoção de inúmeras crianças. Vale salientar ainda, que de acordo com a mesma matéria,

Apesar da queda no preconceito, ainda há discrepâncias regionais. No Norte, por exemplo, 67% dos pretendentes dizem aceitar uma criança negra. O percentual cai para 44,6% no Sul - índice que já foi muito menor: 29,4%, em 2012. **Dados do CNJ** mostram ainda que neste ano apenas 10% das crianças e dos adolescentes adotados eram negros (IDEM)

Segundo Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), a cor da pele é um marcador identitário de crianças que traz os resquícios da formação histórica do Brasil, na qual a figura do negro foi construída relacionada à escravidão, resistências e discriminação, disseminando no imaginário popular a ideia de inferioridade dessa raça.

Rafael (2016) apresenta no seu estudo duas maneiras de discriminação que se manifestam na sociedade. A primeira acontece de maneira direta, correspondendo a um tratamento diferenciado. A segunda de forma indireta, por meio de gestos e olhares, ou mesmo disfarçada com tom de brincadeiras. Para essa autora não há como negar a existência do preconceito racial em vários setores sociais, inclusive na adoção, sendo expresso na preferência por crianças e adolescentes brancos.

Ainda segundo tal autora algumas pessoas se disponibilizam em acolher crianças negras, mas no decorrer do processo desistem devido ao preconceito e ao despreparo em lidar com ele. Nesses casos, a cor da pele e a aparência física parecem contar mais do que os vínculos afetivos entre pais e filhos adotivos (RAFAEL, 2016).

Essa modalidade de adoção na qual existe diferença étnico-racial entre o requerente e a criança adotada denomina-se de adoção inter-racial. Segundo Ferreira (2010), esse tipo de adoção apresenta elementos que permitem visualizar claramente a discriminação e o preconceito racial vigentes na sociedade. No entanto, traz ainda que esse fato é perfeitamente passível de sucesso, basta que essa constituição familiar seja firmada no respeito às diferenças, na dignidade da pessoa humana e no amor.

Outra classificação também permeada de preconceito e que interfere na escolha da criança/adolescente para adoção é a idade. Sobre a idade da criança disponível para adoção, o Relatório do Diagnóstico do SNA (2020) traz que a média das crianças aptas e vinculadas a alguma família adotiva é de 6 (seis) anos e 3 (três) meses. Já a média dos que não estão vinculados é de 10 (dez) anos e 5 (cinco) meses. Há no cadastro o percentual de 77% de adolescentes cadastrados e não vinculados a pretendentes. De acordo com os dados é possível constatar que quanto mais a criança cresce, menos ela é desejada por uma família adotiva.

Para Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007) essa categorização de crianças e adolescentes disponíveis para vivenciar um processo de adoção precisa ser analisada com cautela pois:

pode remeter a uma série de outras classificações que, quando naturalizadas, essencializam identidades ou diferenças, tornando invisíveis suas condi-

ções de emergência e as relações de poder que se dão no campo da cultura, implicadas em sua constituição. Universalizamos marcadores identitários e a eles reduzimos os sujeitos, tendendo a engessar determinadas características sobre a facilidade ou a dificuldade da adoção (GUARESCHI; STRENNEL; BENNEMANN, p. 169, 2007).

De acordo com o pensamento das autoras mencionadas, ao universalizar essas características como marcos identitários dos sujeitos, corremos o risco de tornar rígidas as características que tanto podem facilitar quanto dificultar a realização de uma adoção. No entanto, mesmo com todo esforço de inovação na busca pela prioridade da criança e do adolescente em todo o processo, o novo modelo de banco de dados da adoção ainda realiza a categorização desses sujeitos.

Na literatura, o conceito de adoção tardia é delimitado pela idade das crianças envolvidas no processo. Assim, é considerada adoção tardia aquela que trata do ato de paternar e/ou maternar uma criança com idade mais avançada. Vargas (1998) e Weber (1999) consideram tardias as adoções de crianças, com idade superior a dois anos. Como já dito, esse ato envolve uma complexidade maior por conta do preconceito, tanto pelo próprio ato de adotar, como no que diz respeito à idade das crianças.

Há ainda uma diferenciação da idade que caracteriza a adoção tardia entre meninos e meninas. Como as meninas são as preferidas, pelos requerentes, há na concepção de profissionais que atuam na área a ideia de que uma idade mais elevada, de 5 anos, pode ser considerada como indicador de adoção tardia. Esta concepção se baseia no fato de, geralmente, nas instituições de acolhimento, existirem poucas meninas menores de cinco anos destituídas do poder familiar. Já com o menino ocorre o contrário. Por não ser muito procurado, tende-se a considerar que 4 anos já seja idade muito avançada. Perce-

bemos assim, a diferenciação de gênero na caracterização da adoção tardia (BEZERRA, 2016). Cabe dizer que esta questão específica de gênero, se articula a questão étnico-racial já apresentada. Considerando-se a interface gênero e etnia, a maior permanência de crianças menores que as idades indicadas, sejam meninas ou meninos, é uma realidade.

É possível assinalar que tais profissionais entendem a questão conceitual, mas identificam o fato de que a realidade mostra o conceito teórico não abarcando as particularidades de cada caso de adoção tardia. É necessário ampliar os horizontes teóricos e práticos em relação à idade definidora de uma adoção tardia. Portanto, nesse estudo, consideramos adoções tardias aquelas que envolvam crianças com idade igual ou superior a quatro anos. Considerando este perfil, e analisando-o a partir dos dados do Relatório de Diagnóstico do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2020) indicados acima, percebe-se que apenas 42% dos pretendentes indicam a possibilidade de uma adoção tardia.

Algumas reflexões são realizadas pelas autoras Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), apresentando elementos que permeiam este limite de idade. Para as autoras, a idade aparece como um marcador identitário que revela um corpo vivido com marcas biológicas, sociais e culturais na história de cada criança. Pensando assim, a busca por crianças com idades menores ocorre, na percepção de parte dos pretendentes, com o intuito de apagar ou minimizar tais marcas.

Nesse sentido, Silva (2011) afirma que crianças maiores possuem uma história de vida, desde o abandono inicial, a vivência nas instituições de acolhimento e até experiências de adoções anteriores fracassadas. Essas são particularidades da adoção tardia que fortalecem os preconceitos e dificuldades.

Entretanto, é correto afirmar que esta também é uma questão que tem mudado. A pesquisa anteriormente mencionada demonstrou isto. Notou-se que tem crescido o número de pretendentes que optam por crianças com mais de dois anos, ao passo que reduz, ainda que de modo mais tímido, o número de pretendentes que querem adotar bebês (BEZERRA, 2016).

As profissionais inquiridas na referida pesquisa atribuem essa flexibilização em relação à idade das crianças pretendidas como uma consequência positiva do encontro de preparação dos casais pretendentes, exigido pela nova Lei de Adoção (Nº 12.010/2009) que deve preceder a habilitação para o processo de adoção. Observou-se nesta pesquisa que, segundo a informação das profissionais, após o encontro de preparação para adoção, no qual é discutido vários fatores que envolvem a adoção, inclusive alguns aspectos dos processos envolvendo crianças maiores e negras, muitas pessoas se dirigem ao setor de cadastro e ampliam a idade e outras características da criança desejada (BEZERRA, 2016).

Alguns elementos para pensar a adoção na pandemia do novo coronavírus

Como já visto, a adoção de crianças e adolescentes é permeada de grandes desafios, especialmente quando estão envolvidas crianças maiores e negras. Novos obstáculos despontam no atual contexto da pandemia do coronavírus que causa a doença COVID-19, que, desde os fins de 2019, trouxe danos sanitários, econômicos e sociais aos diversos países no mundo. Desse modo, é preciso refletir sobre as ações voltadas para a garantia de direito de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento neste contexto de pandemia. Uma das questões é, por exemplo, a proliferação ampliada por situações de aglomeração:

As evidências disponíveis atualmente apontam que o vírus causador do COVID-19 pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. § As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar o COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos. Para evitar o contato com essas gotículas, é importante manter-se a pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas, lavar as mãos com frequência e cobrir a boca com um lenço de papel ou cotovelo dobrado ao espirrar ou tossir. Quando o distanciamento físico (a um metro ou mais de distância) não é possível, o uso de uma máscara de tecido também é uma medida importante para proteger os outros (OPAS/OMS, 2020, s/p).

Pensando nessa questão, o CNJ publicou a Resolução de Nº 313 de 19 de março de 2020 que tratou da garantia do acesso à justiça na fase da pandemia e a padronização do funcionamento dos serviços judiciários. Nessa perspectiva, a Recomendação Conjunta N º 1, de 16 de abril de 2020 do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministro de Estado da Cidadania e da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, instituiu os cuidados com as crianças e com os adolescentes em medida de acolhimento institucional, bem como para com os profissionais que atuam nessas instituições, no contexto de transmissão comunitária do coronavírus, determinando algumas medidas e procedimentos emergenciais.

O referido documento trouxe a orientação, no seu artigo primeiro, de conceder a guarda provisória aos pretendentes à adoção previamente habilitados, no caso de crianças e adolescentes vivenciando estágio de convivência para adoção, com base em relatório da equipe técnica. Nesse período de isolamento social, a reintegração à família de origem ou extensa também foi prevista, desde que oferecesse ambiente seguro e existisse vínculo entre os envolvidos. Outras providências que objetivaram a proteção à infância e à adolescência foram descritas nessa recomendação conjunta, contudo, nem sempre existiram condições objetivas de acontecerem na prática.

Desse modo, a situação tornou-se realmente preocupante. Uma reportagem do jornal de grande circulação no Ceará⁸ apresentou uma matéria no mês de maio/2020 sobre os prejuízos sofridos pelos processos de adoção durante a pandemia, devido à suspensão das visitas dos pretendentes vinculados às crianças institucionalizadas, das visitas dos profissionais às residências dos pretendentes para estudo psicossocial.

Outras reportagens mais animadoras circularam nas redes sociais e na mídia digital, abordando o esforço no sentido de acelerar tais processos. Entretanto, isso ocorreu para os pretendentes que já estavam numa fase mais avançada do processo de adoção, que puderam ter a sentença judicial definida virtualmente durante a quarentena. Outras famílias obtiveram a guarda que permitiu a liberação de crianças e adolescentes para a convivência familiar de possíveis pretendentes à adoção⁹.

De acordo com dados colhidos por questionário via e-mail encaminhado ao Setor de Cadastro de Adoção, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, em junho de 2020, os processos de adoção em Fortaleza - CE continuaram no mesmo ritmo de

8 <https://tinyurl.com/2p8nfmzr>

9 <https://tinyurl.com/2p98j9k4>

antes da pandemia. As inscrições, os cursos de preparação de pretendentes e novas habilitações foram realizados de forma *on-line*, utilizando recursos tecnológicos como programas de videoconferência, *WhatsApp* e *e-mail*.

A exceção está relacionada às visitas domiciliares, suspensas a partir da publicação do Decreto Estadual que regulamentou o isolamento social rígido na cidade. Assim, as novas habilitações aguardaram o fim do isolamento social, para a realização das visitas pela equipe multiprofissional às residências dos pretendentes. Os outros procedimentos continuaram de forma *online*.

Segundo a fonte mencionada, entre os meses de março e junho (até dia 13/06) de 2020, foram realizadas 12 habilitações. Ocorreram 13 aproximações entre crianças / adolescentes e pretendentes, ainda em estágio inicial e 41 processos de adoções julgados na comarca de Fortaleza, por meio virtual.

Apesar dos números significativos da realidade cearense em relação aos processos adotivos apresentados acima, existiram limitações e desafios agravados com a pandemia e com uma série de restrições impostas para as relações sociais, familiares, institucionais e profissionais, isso sem aprofundar o contexto econômico, de saúde e educacional, todas essas relações, agora, mediadas por protocolos de biossegurança.

Considerações finais

É certo que o ECA trouxe avanços e alguns desafios para a questão da adoção. Contudo, os aspectos que envolvem a adoção tardia e a inter-racial são complexos e demandam um maior esforço de aprofundamento. Não foi a pretensão deste artigo esgotar toda a reflexão a respeito, mas sim contribuir com a instigante construção teórica sobre a temática. Destaca-se que a interseção entre o preconceito em relação à idade e à discriminação étnico-racial influenciam no momento da es-

colha de uma criança ou adolescente na adoção, sendo reflexo do preconceito fortemente encontrado na sociedade brasileira.

O antigo Cadastro Nacional de Adoção, passou por algumas adequações, foi inserido no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, contemplando num único sistema o Cadastro de crianças e de pretendentes à adoção, entretanto, continua trabalhando com a categorização de crianças e adolescentes. Como defende Cavalcanti (2014), essa ferramenta permanece etiquetando as crianças e os adolescentes conforme suas características físicas, por exemplo, a idade e a cor da pele. Não se pode esquecer o esforço de parte da sociedade civil e dos órgãos de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, os quais vêm buscando maneiras de organização e lutas, no intuito de debater esses preconceitos.

Para Cavalcanti (2014) tanto a delimitação da idade quanto da cor da pele, ocasiona o etiquetamento desses indivíduos, favorecendo previamente uma cultura discriminatória e preconceituosa no decorrer do processo judicial de adoção, rotulando as crianças e os adolescentes que serão facilmente adotadas, daqueles que não serão. Tudo isto, para a autora, implica no fortalecimento de obstáculos à concretização do direito à convivência familiar, no desrespeito aos direitos humanos desses sujeitos e tornando difícil o encontro recíproco entre adotantes e adotados.

Cabe dizer que são observadas importantes mudanças seja com relação ao perfil pretendido pelos requerentes no que se refere à cor/raça da criança, seja no que se refere à idade. Todavia, consideramos que ainda é preciso avançar na eliminação destes indícios de preconceito, trabalhar firme na preparação das famílias pretendentes à adoção, preparar também as crianças e os adolescentes e ampliar, assim, as possibilidades de

inserção em família para todas as crianças e adolescentes institucionalizados.

Por fim, trazendo para o debate contemporâneo da temática, é válido destacar que a pandemia do novo coronavírus / COVID-19, e o eminente discurso conservador, de modo geral, trouxeram novos desafios para as adoções e para a situação das crianças e dos adolescentes em medida de acolhimento institucional. Despertando a necessidade de uma ponderação que direcione ações capazes de responder às novas demandas postas, com vistas a fortalecer a luta pelo direito à família de crianças e de adolescentes que esperam nas Instituições de Acolhimento.

Referências

BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

BOESMANS, EmilieFonteles. **O Acolhimento Institucional**: o paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da psicanálise. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia. UFC. Fortaleza, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal. N. 8069, julho 1990.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. **Resolução Nº 113**, DE 19 DE ABRIL DE 2006. Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

_____. **Nova Lei de Adoção**, Lei Federal N. 12.010, de 03 de agosto de 2009.

_____. Lei Federal 13.509, de 22 de novembro de 2017.

_____. Recomendação Conjunta Nº 01, de 16 de Abril de 2020.

_____. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/ Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2020

BEZERRA, Soleane Mazza Nunes. **Adoção tardia e direito à convivência familiar na perspectiva dos profissionais do juizado da infância e da juventude de Fortaleza - Ceará.** Dissertação do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. UECE, Fortaleza, 2016.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O pardo como dilema político.** In: *Insigth Inteligência*. Ano XVI, Nº 63. Outubro, Novembro e Dezembro, 2013.

CAVALCANTI, Gabriele Guimarães. Os Direitos da criança e do adolescente e o Cadastro Nacional de Adoção: Reflexões interdisciplinares sobre os efeitos da matriz bioparental. In: **Veredas Favip**. V. 07. N. 02. Ano 10. 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Adoção e o direito constitucional do afeto.** Disponível em: <<https://tinyurl.com/mvjmv5a>>. Acesso 15 em Julho de 2020.

_____. **Adoção ou reprodução assistida?** 2015. disponível em: <<https://tinyurl.com/2sbr2w9x>>. Acesso em 15 de julho 2020.

MACHADO, Antônio Luis Ribeiro. O novo Código de Menores - Lei N. 6.697, de 10 de outubro de 1979 - Comentários. In: **Justitia**, 42 - 297-316. Outubro-dezembro. São Paulo, 1980. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2f49pcjd>>. Acesso 5 julho de 2020.

FERREIRA, Luis Antônio Miguel. **Adoção: guia prático doutrinário e processual com as alterações da Lei n. 12010 de 03/08/2009.** São Paulo: Cortez, 2010.

GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. BENNEMANN, Thais. STRENZEL, Janaina Cláudia. Quem está apto? A prática da adoção e marcadores identitários. **Aletheia**, n. 25, p. 163-176, 2007.

OPAS/OMS, Folha informativa - COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). *Atualizada em 30 de julho de 2020*. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3mc5fxnk>>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

PEREZ, José Roberto Rus. PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

RAFAEL, Luana Galetti. **Adoção de Negros**. Monografia do Curso de Direito. Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, SP. 2016.

SILVA, Ceris Salete Ribas da. **Preconceitos e restrições no processo de adoção de crianças no país**. In: Preconceito contra filiação adotiva. São Paulo: Cortez, 2011.

VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, Lúcia N.D. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.

_____ et al. **Filhos do coração: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do PR, 1996.

POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS NEOLIBERAIS E INTERVENÇÕES JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA

JOSÉ EVERTON SILVA RODRIGUES
LUIZ FERNANDO DE SOUSA MARTILIS

1. Introdução

Na sociedade capitalista contemporânea, há dados crescentes do aumento da população em situação de rua nas grandes cidades e nos centros urbanos. Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (NATALINO, 2016), contidas até o ano de 2015, o número de pessoas em situação de rua, em diferentes municípios, passava os 48.351. Já no ano de 2017, houve um considerável aumento, contabilizando 101 mil pessoas vivendo em condições precárias em vias públicas das grandes metrópoles.

A partir da realidade brasileira, o presente artigo pretende discutir as intervenções estatais voltadas para a população em situação de rua diante da realidade de vida tão massacrante e excludente dessas pessoas. Desse modo, a partir de uma análise crítica da realidade de uma sociedade permeada por contradições, a pesquisa busca conhecer como se deu a consolidação da Política Nacional para a população em Situação de Rua - PNPR, aprovada em 2009, e como foi se constituindo

a rede socioassistencial que atende esse público em tempos de pandemia do COVID-19.

Isto posto, é importante apontarmos a aprovação da PNPR (2009) como um dos marcos legislativos mais importantes para esse segmento populacional. Regulamentada pelo Decreto nº 7.053/2009, também prevê a organização do Comitê Inter-setorial de Acompanhamento e Monitoramento das ações do Estado junto à população em situação de rua, estabelecendo ação intersetorial entre os ministérios para a criação de estratégias e monitoramento de suas ações.

De acordo com a PNPR (2009), o conceito de população em situação de rua refere-se a uma classe de indivíduos que vive em situação de pobreza e em condições de precariedade, que se encontra com os vínculos familiares rompidos e ausência de moradia habitual, que utilizam as ruas como espaço de convivência, de maneira provisória ou regular. Uma das principais questões que perpassam essa população em situação de rua é o rompimento dos vínculos sociais, comunitários e familiares.

A compreensão do motivo pelo qual as pessoas se encontram em situação de rua, de maneira provisória ou regular, passa necessariamente pela compreensão de fatores ligados ao atual contexto do sistema capitalista e as mudanças no mundo do trabalho, ocasionando o desemprego estrutural e acarretando nestes indivíduos um conjunto de fragilidades que os privam de ter acesso a bens e serviços para sua sobrevivência. Diante dessa situação, essas pessoas se encontram em um processo de exclusão social¹ tanto pela sociedade, como pela omissão e ausência de ações governamentais do Estado.

¹ “[...] exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Dessa forma, [...] pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (BRASIL, 2008, p. 5).

O Estado contemporâneo, de vertente neoliberal, enquanto regulador principal das relações sociais de produção, não assegura de forma eficaz a garantia e o acesso aos direitos sociais desses indivíduos, ou seja, o investimento nas políticas públicas no contexto capitalista tem como principais características a seletividade, a descentralização e a focalização de suas ações e seus investimentos (IAMAMOTO, 2014).

Em vista disso, a população em situação de rua vivencia cotidianamente um processo de invisibilidade frente à sociedade, sendo os indivíduos considerados delinquentes, agressivos, marginais, dentre outros termos pejorativos utilizados e que, invariavelmente, naturalizam esse fenômeno. É neste cenário que tal população é excluída e discriminada, tanto pela sociedade como pela conjuntura política atual, ocasionando sentimentos de angústia, tristeza, insegurança, incerteza e violência.

Portanto, vivemos numa conjuntura capitalista cujo Estado defende o máximo para o capital e o mínimo para o social. Não há um devido investimento nas políticas públicas, como saúde, educação e habitação para atender as necessidades de todos os indivíduos, principalmente aqueles que vivem em situação degradante nas vias públicas, como a população em situação de rua.

Desse modo, as políticas públicas refletem as relações contraditórias, próprias do capitalismo, nas quais o Estado está imerso, ou seja, ambas correspondem às demandas sociais de forma focalizada, mas buscam também atender os interesses do capital, mantendo suas práticas de controle e repressão. De controle, porque suas ações ainda se voltam para essa população com intuito de controlar e inibir os movimentos que se manifestam pela luta de seus direitos, e de repressão, pois a polícia usa da autoridade de forma violenta para coibir e subjugar esses sujeitos.

Desta forma, esse artigo tem como objetivo geral analisar as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua na contemporaneidade e como objetivos específicos: apresentar a gênese da população em situação de rua no Brasil; compreender a consolidação da Política Nacional para a população em situação de rua - PNPR; descrever a PNPR no cenário capitalista e especificar os equipamentos socioassistenciais voltados para este segmento em Fortaleza - CE em tempos de pandemia.

A aproximação com essa temática se deu a partir dos estudos e pesquisas sobre as diversas expressões da questão social ao longo da graduação em Serviço Social, na qual passamos a observar, a partir da vivência do cotidiano em locais públicos, como praças e viadutos, a presença de pessoas vivendo em situação de rua. Desde então, acentuou-se a inquietação de aprofundar esse conhecimento, de nos debruçarmos perante a temática que envolve essa população que se apresenta invisível e discriminada frente ao Estado e à sociedade, ou seja, a finalidade da pesquisa é quebrar as barreiras do senso comum acerca do que a sociedade expressa no seu cotidiano. Logo, ao nos debruçarmos sobre a temática da população em situação de rua, apontamos como pergunta norteadora, a seguinte indagação: quais as estratégias de funcionamento da rede socioassistencial voltada para a população em situação de rua em tempos de pandemia e no contexto de um governo ultraneoliberal?

A pesquisa ainda justifica-se pela importância em contribuir teoricamente com o debate acerca da temática, alcançando os profissionais assistentes sociais, bem como outras categorias, que de forma interdisciplinar atuam no atendimento desses usuários; acadêmicos que estudam essa temática e outros profissionais e autoridades competentes que atendem à demanda da população que vive em situação de rua.

O referido estudo tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, considerando a conjuntura atual de pandemia do COVID-19. A fundamentação teórica terá como base a discussão a partir das seguintes categorias que também revelam a estrutura dos tópicos do artigo: Capitalismo, crise e desemprego, tendo como base os estudos dos autores José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), que abordam o modo de produção capitalista e sua dinâmica de crise. Sobre o desemprego foi utilizada a obra de Ricardo Antunes (1995), que discute as metamorfoses no mundo do trabalho que aprofundam o desemprego estrutural. Em seguida, para compreender o contexto de precarização das políticas sociais partimos dos estudos de Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2008), que explicitam acerca dos impactos sofridos nas políticas sociais diante dos processos de ofensiva neoliberal e de reestruturação produtiva do capital. Por fim, para compreendermos os processos de consolidação da Política Nacional para população em situação de rua - PNPR (2009), a pesquisa documental se debruçou sobre a leitura dessa política, assim como da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Para abordagem das intervenções atuais, no contexto de pandemia do Coronavírus junto à população em situação de rua, buscamos suporte nos documentos legais do Governo do Estado do Ceará a fim de apresentar os equipamentos socioassistenciais para o atendimento e acolhimento dos usuários que se encontram residindo nas ruas.

2. Desenvolvimento

2.1 Capitalismo, crise e desemprego: contexto histórico da população em situação de rua

Diante da emergência do capitalismo avançado, estruturado no atual contexto, acompanhado de intensas metamorfoses no mundo do trabalho em decorrência das crises típicas do próprio modo de produção capitalista, as transformações provenientes da década de 1970 levou o capitalismo a se reerguer a partir de uma reestruturação produtiva que impulsionou a produção e teve repercussões imediatas na vida da classe trabalhadora pobre. De acordo com Marx (1988, p. 263), “com a subsunção real e formal do trabalho ao capital”, o mundo do trabalho passa a ganhar novas roupagens nas suas condições de gestão e produção do trabalho. Essas novas condições de trabalho, impostas de maneira extremamente precarizadas e fundadas na desregulamentação dos direitos afetam fortemente a classe trabalhadora.

Segundo Silva (2009) e Costa (2005), as mudanças ocorridas trazem consigo a desregulamentação das políticas sociais, o desemprego, a precarização do trabalho, os progressivos retrocessos nas bases dos direitos sociais e trabalhistas dos cidadãos, dentre outros impasses que permeiam o seio dos fundamentos do neoliberalismo. Nesse contexto, temos o agravamento da desigualdade social e da pobreza que conforma a sociabilidade. O fenômeno da população em situação de rua surge nessa conjuntura permeado por contradições e suas múltiplas determinações da relação capital-trabalho.

Empenhada a todo custo em superar a crise, a classe burguesa buscou novos meios para organizar o trabalho e a produção, de modo a superar o cenário de perdas, como também retomar a aquisição de lucro (ANTUNES, 1995). Assim, o trabalho vivo torna-se cada vez mais explorado e alienado, novas formas de organização da produção passam a adentrar nas indústrias e, então, novas características da fase capitalista baseadas na mundialização da economia e orientadas pela lógica neoliberal são instauradas mundialmente (NETTO; BRAZ,

2006). A partir da implantação desse sistema produtivo, as indústrias automobilísticas, com a chegada das máquinas robóticas, passaram a exigir trabalhadores mais qualificados, não mais ligados a só uma tarefa, mas sim um trabalhador flexível, ou polivalente, voltado para o conhecimento de todo o processo da produção.

Desse modo, com um Estado Mínimo socialmente, a mundialização do capital passa a repercutir nas políticas públicas a partir da privatização, da focalização, da descentralização, da falta de financiamento e da regressão de direitos para uma parcela da sociedade que se encontra em vulnerabilidade e risco social (IAMAMOTO, 2008, p.118).

O capital em meio as suas crises, portanto, busca se reerguer mantendo suas características na propriedade privada, no lucro, na economia de mercado e na divisão de classes. É então por meio da propriedade privada, com a concentração de poder nas mãos da classe dominante, que o modo de produção focado no lucro ganha força na economia e avança no seu desenvolvimento, na produção e na apropriação dessa riqueza produzida (BEHRING, 2008). O crescimento do capital, em seu processo de acumulação, conseqüentemente, gera também a produção da miséria. Tal processo afeta fortemente a sociedade dando substância à consolidação de uma superpopulação relativa, ou seja, aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho e passam a compor a população em situação de rua.

O fenômeno social da população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas (SILVA, 2009, p. 91).

Alguns dados são importantes para compreendermos o perfil e as características dessa população imersa em contradições fundadas a partir da relação capital-trabalho. Segundo o documento Política Nacional para a Inclusão Social da população em situação de rua, os moradores de rua, em sua maioria, são homens alfabetizados e jovens que passaram a fazer da rua seu lar por conta do desemprego, do álcool e/ou das drogas (BRASIL, 2008). Evidencia-se que 82% da população de rua é formada por homens. Mais da metade (52%), têm entre 25 e 44 anos de idade. Quanto à raça, 39,1% se declararam pardos, 29,5% se disseram brancos e 27,9% se identificaram como negros.

O cenário de vida da população em situação de rua evidencia condições precárias, sem moradia convencional regular, além de estar diante da fragilidade das políticas sociais e exposta ao preconceito e à violência por parte da sociedade. No entanto, torna-se necessário ressaltar que não se trata de escolha desses sujeitos residirem nas ruas, circunstâncias os levaram a viver em tal situação. De maneira geral, há vários fatores que levam à reincidência da população a sobreviver nas/das ruas. Dentre eles podemos destacar: a perda de vínculos familiares e comunitários, o uso de álcool e drogas, a perda de vínculo empregatício, conflitos familiares, a ausência de moradia, adoecimento mental, abandono. Outra questão latente é o preconceito disseminado pelo senso comum, nas suas múltiplas determinações, responsabilizando e criminalizando os indivíduos pela situação em que vivem (ROSA, 2005).

Dessa forma, o fenômeno população em situação de rua tem sua gênese no seio do contexto capitalista pelo aprofundamento das desigualdades sociais, tendo como característica principal a exclusão social que atinge fortemente a maioria da classe trabalhadora pobre. Esses aspectos são oriundos principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do pa-

pel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

2.2 As políticas sociais em tempos neoliberais

Conforme já reforçado no tópico anterior, o capitalismo contemporâneo, marcado pela mundialização do capital, traz em si o agravamento da questão social em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008). Assim, a expansão do capital gera a reprodução ampla da riqueza produzida e nega a apropriação desta para a classe trabalhadora. Desse modo, a mundialização do capital fortalece a competitividade do mercado nas organizações e corporações empresariais de níveis globais, ocasionando a precarização, flexibilização das relações de trabalho e, principalmente, a fragilidade das políticas sociais nos países de capitalismo periférico.

A pobreza e a desigualdade, portanto, são fenômenos que permeiam outras formas de sociabilidade, contudo, na ordem burguesa capitalista, caracteriza-se como um aspecto fundamental, por ser resultante da propriedade privada dos meios de produção e da riqueza, que não é repartida de maneira igualitária, conformando-se, assim, como uma expressão das desigualdades. Desse modo, as desigualdades presentes na atual conjuntura fortalecem as características fundamentais do modo de produção capitalista, no qual o Estado passa a ser um mediador das relações sociais, com a função de manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, a exploração da classe que vive do trabalho.

Segundo Montañó (2012, p. 279) “Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital)”, isto é, não é a insuficiência que reproduz a pobreza. Desse modo, partindo

do ponto de vista das relações de exploração entre capital e trabalho e das reformulações pelas quais o Estado passa, compreendemos que a origem das políticas sociais e as bases de fundamentação dos padrões de proteção social se propõe ao enfretamento das desigualdades sociais postas pelo contexto capitalista nas tensões entre capitalistas e trabalhadores.

No Brasil, devido à sua particularidade histórica, a trajetória das políticas sociais ocorre de forma diferente dos países de capitalismo central. Emergem no país a partir dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, direcionadas ao controle, disciplinamento e ajustamento da classe trabalhadora ao processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro. As ações do Estado eram fundamentadas nas ideias de tutela e favor (BEHRING; BOSCHETTI 2008).

A partir da organização das lutas sociais no processo de redemocratização do Brasil foi possível retomar e consolidar as pautas da classe trabalhadora. Os anos 1980 demarcam o período de generalização das políticas sociais no país, tendo em vista que nesse momento vivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que pauta os direitos sociais sob uma ótica universal. Desde então, materializar esses direitos sociais têm sido pauta dos movimentos sociais no Brasil diante da ofensiva neoliberal e, atualmente, ultraneoliberal.

Vale ressaltar que até antes desse período de consolidação das políticas sociais no Brasil, as intervenções junto à população em situação de rua eram realizadas prioritariamente pela caridade e pela filantropia, demarcadas por ações descontínuas e individuais, que não expressam uma análise das particularidades que levam as pessoas a esta condição (NOGUEIRA, 2014). Soma-se a isso, o processo de criminalização da pobreza que sempre relegou às camadas populares a características

de classes perigosas, levando a uma intervenção feita como caso de polícia.

Portanto, a implantação das políticas sociais no Brasil se dá no contexto da organização e mobilização das lutas da classe trabalhadora, dada as contradições fundantes do sistema capitalista. É nessa contradição inerente ao capital que surge a expectativa do Estado como mediador das relações capital-trabalho, de maneira a minimizar as expressões da questão social e garantindo a proteção social. Entretanto, o Estado atua como um instrumento do capitalismo para manter o controle do proletariado e dos conflitos deste com a burguesia.

Mediante o exposto, as políticas sociais e o Estado se encontram na linha de frente da ideologia neoliberal que contribui para diversas reformas estruturais no Brasil nesse século XXI, como as reformas da previdência, trabalhista e a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por vinte anos. Essas ações implicam o fortalecimento e o controle do capital. Seguindo-se essa ordem, iremos destacar o cenário das políticas sociais no governo Lula (2003-2008), Dilma (2009-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores - PT, teve início no dia 1º de janeiro de 2003. Seu partido, de esquerda, trouxe mudanças significativas no decorrer de seu mandato. Inicialmente, suas intervenções se voltaram para a gestão das políticas sociais voltadas para as políticas de transferência de renda e para proteção social da classe mais pobre, repercutindo num quadro social e econômico significativo para o Brasil.

De fato, o principal objetivo do governo Lula consistia em reduzir a dimensão da pobreza e desigualdade, promovendo a retomada de crescimento do capital. Assim, surgem projetos voltados para a área social, de maneira a efetivar programas e

ações para o público de menor renda. Dentre eles destacam-se os programas Fome Zero e Bolsa Família, sendo este último o grande destaque da política social, iniciado no ano de 2004.

O governo Dilma, se esforça para manter esses programas e os avanços que trouxeram em termos de assistência para famílias e indivíduos abaixo da linha da miséria, contudo, o contexto de crise econômica, agravado pela intensa instabilidade política, sucessivos escândalos de corrupção e a escalada da extrema direita no mundo, culminaram no golpe político-jurídico que resultou no impeachment da presidenta.

Cabe aqui fazer a crítica dos governos petistas no que tange a sua incapacidade de romper alianças escusas com o capital, permitindo que se pudesse aprofundar a lógica mercadológica e, por sua vez, o avanço do capitalismo sob as políticas sociais. O exemplo mais contundente dessa permissividade pode ser perfeitamente ilustrado pela reforma previdenciária promovida no primeiro mandato do governo Lula que permitiu a legalização da previdência privada complementar no Brasil. Atitudes de caráter dúbio como essa podem ser encontradas em diversos momentos ao longo dos treze anos de mandatos petistas, o que obviamente não mascara ou desmerece todos os avanços e conquistas já mencionados anteriormente.

Após o *impeachment* de Dilma, o Brasil é comandado por seu vice-presidente, Michel Temer, a partir do segundo semestre do ano de 2016. O governo de Michel Temer, com base ultraneoliberal, retomou profundos retrocessos conquistados ao longo dos anos. Em pouco tempo, Temer decretou o fim dos ministérios da mulher, da igualdade racial, da agricultura e dos direitos humanos, que garantiam a inclusão social dos cidadãos. Em um segundo momento, aprovou-se Emenda Constitucional 95/2016, que visou o congelamento dos gastos públicos durante vinte anos, afetando diretamente as políticas

sociais fundamentais, como a política de saúde, educação, assistência social e previdência social.

Atualmente, o Brasil está sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, um presidente que exerce práticas ultraneoliberais extremas acentuadas pelo conservadorismo demarcado por profundo irracionalismo, sexismo, homofobia e racismo. Um governo que constantemente hostiliza as políticas sociais e está aliado ao fortalecimento da dominação e exploração do capitalismo que tem como representante os grandes empresários do agronegócio, das religiões mais fundamentalistas e, ainda, relação obscura com a milícia do Rio de Janeiro. Seu governo, marcado pela instabilidade, massacra a classe trabalhadora e diminui os investimentos para as políticas sociais. Seu único objetivo é defender os próprios interesses econômicos e políticos sob a supremacia de poder.

Todas as políticas sociais estão sendo afetadas por esse governo. Bolsonaro, que foi eleito sem nenhum projeto de governo consolidado e voltado para o enfrentamento das refrações da questão social no país, deixa sua marca a partir de índices alarmantes no aumento da pobreza. A Política de Assistência Social - PNAS, na qual repousa as intervenções voltadas à população em situação de rua, foi intensamente atacada. É nessa conjuntura que se encontram as bases de exclusão social e desigualdade social que afetam amplamente a população em situação de rua que tem seus direitos violados mediante a conjuntura atual.

2.3 A PNAS e a população em situação de rua: a consolidação da política nacional para a população em situação de rua - PNPR em Fortaleza no cenário atual de pandemia do Coronavírus

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) e a Política Nacional para População em Situação de Rua - PNPR foram aprovadas num cenário extremamente controverso. PNPR foi consolidada no ano de 2009, no governo Lula, promulgada através do Decreto n° 7053, validado em 23 de novembro, composto de 16 artigos emitidos e descritos para efetivação da política em rede, direcionando os dirigentes para a aplicação dos princípios, diretrizes e objetivos instituídos para execução de uma política voltada às pessoas em situação de rua. Foi então que esse público passou a ter sua visibilidade garantida em termos legais, tendo acesso aos serviços ofertados pelos equipamentos socioassistenciais na efetivação dos seus direitos.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS foi constituída pela Resolução n° 145/2004 através do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, fruto de debates em todo o país. Encontra-se inserida no sistema de proteção social brasileiro subdividido no tripé: saúde, previdência social e assistência social. A PNAS inicialmente se organizou através das ações da Norma Operacional Básica dirigida ao Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2005), da Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos - NOB/SUAS/RH (2006) e da formação do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS (2004), em conformidade com a gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2005), que prevê o cumprimento de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais para a população usuária (NOGUEIRA, 2014).

Conforme a PNAS (2004), os serviços executados na assistência social estão reconhecidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, respaldados pela Resolução n°109/2009 elaborada pelo CNAS. O documento descreve e organiza os serviços socioassistenciais em esfera nacional, divididos entre

dois níveis de proteção social: Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE (NOGUEIRA, 2014).

É importante frisar que os níveis de proteção da política de Assistência Social envolvem a proteção social básica e a proteção social especial. A primeira refere-se à prevenção, e por conseguinte, a segunda envolve situações em que os vínculos estão muito fragilizados ou já foram rompidos. Ademais, ressaltamos que é a proteção social especial que é subdividida em média e alta complexidade. A média complexidade é direcionada à indivíduos e famílias que se encontram com seus direitos violados pela ocorrência de violência ou negligência e com o afastamento do convívio familiar. Já a alta complexidade se volta para o acolhimento de pessoas com vínculos familiares já rompidos e fragilizados ou sob ameaça de morte. (NOGUEIRA, 2014).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPR (2009) é fruto de debates e reflexões, que tem como principal base orientar, construir e executar os procedimentos voltados para as políticas públicas e para a população em situação de rua. O objetivo basilar da referida política é o atendimento às questões fundamentais relacionadas a uma parcela da população que faz das ruas seu espaço de moradia. Todas as suas ações são orientadas através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS de forma descentralizada, juntamente com os entes federativos: Estado, Município, União e Distrito Federal, garantindo o acesso e construção da rede.

A supracitada política encontra-se estruturada em dois eixos centrais. O primeiro eixo volta-se para as ações de redes municipais, estaduais e federais atendendo às demandas postas pela população, enquanto o segundo eixo volta-se para a interdisciplinaridade e a intersetorialidade na execução de ações conjuntas para atender a população em situação de rua. A intersetorialidade é o norteamento para implementação da polí-

tica capaz de guiar as ações em nível municipal, o que integra a cidade de Fortaleza/CE, ou seja, para que seja efetivada as ações torna-se necessário um trabalho integrado às demais políticas sociais, como a saúde, a educação, a habitação, a cultura, o emprego, a renda, dentre outras (BRASIL, 2008).

Desse modo, para garantir a expansão, a mobilização e a execução dos serviços prestados à população em situação de rua, cria-se uma rede de equipamentos socioassistenciais para atender às demandas postas por esses usuários, garantindo a promoção da cidadania e o acesso aos seus direitos sociais, civis e políticos.

Vale ressaltar ainda o papel fundamental da mobilização de diversos movimentos sociais, inclusive, protagonizados pela própria população de rua para a existência da política. Nesse sentido, cabe ao Estado direcionar ações para esse público, viabilizando o acesso aos direitos e a proteção social aos que se encontram vulneráveis.

2.4 A realidade da população em situação de rua em tempos de COVID-19, na cidade de Fortaleza/CE

Os equipamentos da rede socioassistencial atuantes com a população em situação de rua na cidade de Fortaleza/CE são: Centro de Referência para a População em Situação de Rua - Centro Pop; Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua e Pousada Social, e os abrigos para Pessoas em Situação de Rua.

Tendo em vista a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19,) e sua total propagação mundial, passa-se a requerer em âmbito federal, estadual e municipal a reorganização e potencialização das ações incorporadas ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e ao Sistema Único de Saúde - SUS,

de maneira a garantir o atendimento regular à população que se encontra em estado de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, torna-se necessário o fortalecimento de medidas preventivas à saúde daqueles que se encontram em situação de rua. Conforme portaria n° 54/2020, é necessário que o trabalho em rede entre os equipamentos socioassistenciais e a equipe da saúde seja ofertado, a fim de que as ações preventivas alcancem a população em situação de rua. A portaria ressalta que:

Deve-se assegurar a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social voltados ao atendimento da população mais vulnerável e em risco social, observando-se medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. Estas medidas devem abranger o funcionamento do SUAS como um todo, incluindo a gestão e a rede socioassistencial, pública e privada. O cenário de Emergência em Saúde Pública exige esforços sinérgicos, ainda, entre Sistema Único de Saúde - SUS e SUAS, para a ampliação do bem-estar e das medidas de cuidados integrais com a saúde da população mais vulnerável (BRASIL, 2020, p. 2).

Nessa circunstância, o trabalho em rede deve ser realizado de maneira colaborativa entre SUAS e SUS, em cada território. Ambas as ações devem estar estruturadas nas recomendações do Ministério da Saúde e da Cidadania, visando a proteção da população mais vulnerável e incluindo medidas que previnam a disseminação e o alívio dos impactos do COVID-19. Os Serviços devem ser ofertados enquanto medidas de prevenção e minimização dos riscos, reduzindo as aglomerações na rede de equipamentos socioassistenciais, além de contribuir para o isolamento social, de forma a assegurar a saúde de todos. De

acordo a nota técnica *Recomendações para a população em situação de rua*, do Governo Estadual do Ceará:

Os diferentes serviços devem compartilhar informações, revisar os planos intersetoriais, junto com as lideranças locais do movimento social das Pessoas em situação de rua e com entidades da sociedade civil que prestam serviços a esse segmento e, sobretudo com as autoridades locais de saúde pública com o objetivo de colaborar com a proteção de sua equipe e usuários (CEARÁ, 2020, p. 4).

A partir do trabalho em rede, é possível averiguar e estabelecer os encaminhamentos feitos pela rede socioassistencial para a rede de Saúde, verificando a população que se encontra com casos ou suspeitas de COVID-19, e assegurando informações sobre os cuidados a serem tomados para evitar a propagação e transmissão do Coronavírus.

Além dos encaminhamentos, deve ser oferecida a abrangência de acolhimento a esses usuários, de modo a orientá-los sobre a importância do isolamento social e sobre a viabilidade de seus direitos. De acordo com a Portaria n° 54/2020, os equipamentos de atendimento à população em situação de rua devem se manter abertos, com a ressalva de que cada localidade mantenha-se atenta à demanda de casos ao seu redor e reorganize as tarefas, tendo em vista o que deve ser intensificado (como é o caso das tecnologias e ações remotas que evitem aglomerações) e suspenso (a exemplo de cursos, formações, eventos etc.).

Em concordância com as ações implementadas, o Governo do Estado do Ceará estabelece o Plano de Contingência Intersetorial para pessoas em situação de rua (PSR) no Contexto do COVID-19. O referido documento dispõe de estratégias intersetoriais entre as secretarias do governo do estado com o propósito de reduzir os riscos de infecção para as pessoas em

situação de rua. De acordo com o texto, as seguintes secretarias devem estar envolvidas nesse processo.

A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará (SPS), Secretaria das Cidades do Estado do Ceará (SESA), Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SEAPA) e estão balizadas pela legislação do Sistema Único de Saúde, pela Lei Estadual nº 17.194 de 27 de março de 2020, art.13, que autoriza o poder instalar equipamentos para higienização em logradouros públicos, mantendo-o enquanto perdurar o Estado de Emergência decretado em virtude da pandemia do Corona vírus - COVID-19, (CEARÁ, 2020, p. 3).

Assim, as recomendações feitas pelo Plano Intersetorial, juntamente com o trabalho em rede das secretarias visam garantir meios de acolhida, informação, monitoramento e acompanhamento da população em situação de rua, na intenção de conter a disseminação acelerada da pandemia. Em suma, as recomendações do Plano Intersetorial são:

- 1) Instalar equipamentos para acolher os usuários que estão sem moradia convencional propiciando o isolamento social em escolas e instituições; 2) Garantir e disponibilizar vagas no programa de locação social para que esses indivíduos possam evitar infecções e propagação do vírus; 3) Assegurar o acesso à higienização para que a PSR possa evitar risco de contaminação de COVID-19; 4) Conceder kits de máscaras e álcool gel para PSR; 5) Disponibilizar acolhimento da PSR em unidades terapêuticas, de modo a atender as necessidades da população de rua que se encontra dependentes de substâncias psicoativas; 6) Viabilizar alimentação e hidratação para a PSR garantindo assim condições

saudáveis, dentre outras recomendações (CEARÁ, 2020, p. 4- 5).

Diante disso, pode-se considerar que a pandemia está intrinsecamente ligada às desigualdades existentes no atual contexto capitalista, expondo os limites dessa sociedade, visto que, os menos favorecidos estão sujeitos a maiores riscos de contaminação e mortalidade por não ter acesso, muitas vezes, aos serviços de saúde, à alimentação saudável, à higienização necessária, à moradia, dentre outros aspectos relacionados à proteção e prevenção.

A disseminação e os impactos do COVID-19, afetam a sociedade brasileira como um todo, principalmente, quando somado às condições desiguais em que vivem as pessoas em situação de rua, por estarem mais suscetíveis a contrair o vírus. Em meio às evidências de aumento dos números de casos da doença, a população em questão se depara com a falta de estrutura dos serviços das políticas sociais, com a ausência de investimentos em estratégias de combate ao coronavírus, dentre outros elementos que efetivem as expectativas de vida e de sobrevivência das pessoas que residem nas ruas.

Em síntese, temos a frágil intervenção do Estado junto a essa parcela da população, bem como as divergências nas ações implementadas que não chegam para todos devido à falta de acesso à informação, o que dificulta cada vez mais o trabalho em rede com as demais políticas sociais, ou seja, coexiste um contexto de precarização e fragilidade em meio ao COVID-19.

Nesse atual contexto, o governo de Bolsonaro vem apresentando uma série de contradições que dificultam ainda mais o enfrentamento da pandemia, visto que o mesmo se contrapõe ao isolamento social, opinião que provocou um descompasso nas ações federais, estaduais e municipais, pois, os governadores e prefeitos adotaram a estratégia do isolamento social, en-

quanto o presidente impulsionou encontros com seus eleitores nas ruas, promovendo aglomerações e aumentando potencialmente os riscos de contágio. Além disso, efetuou trocas sucessivas de ministros da saúde, com escolhas ausentes de critérios técnicos, deixando o cargo vago por inúmeros dias em meio a uma crise sanitária global. Segundo Bolsonaro, as medidas de isolamento social, quarentena e *lockdown*¹⁷ são frívolas por afetarem diretamente a economia do país.

De maneira geral, percebe-se que o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, em meio a um cenário de crise econômica, política e social, mantém sua postura de irresponsabilidade sobre a saúde pública e privada. Mediante o exposto, temos um governo genocida¹⁸ que não se preocupa com a vida de milhões de brasileiros, sendo contra as orientações e ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca dos cuidados a serem seguidos diante do COVID-19.

3. Considerações finais

O presente artigo abordou sobre as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua na contemporaneidade, explicitando os atuais impactos e rebatimentos que a rede socioassistencial vem sofrendo ao longo de sua implementação no atual contexto neoliberal e de pandemia do novo coronavírus. As análises foram possíveis através de pesquisas bibliográficas e documentais que permitiram o aprofundamento da temática do fenômeno população em situação de rua e dos impactos estruturais na condição de vida dessas pessoas.

Desse modo, o trabalho está estruturado na discussão acerca das condições da população em situação de rua, retratando seu contexto histórico concernido pelas mudanças no mundo do trabalho que afetam diretamente a classe trabalhadora, sobretudo aqueles que compõem a superpopulação relativa que

não é absolvida pelo modo de produção capitalista. A partir dos estudos, compreende-se que o surgimento da população em situação de rua originou-se nas contradições impostas pelo sistema, fundamentado na relação capital-trabalho que permeia as diversas expressões da questão social. Dessa forma, vários fatores contribuem para a permanência e reincidência desses indivíduos nas ruas.

As políticas desenvolvidas ao longo dos anos representaram um avanço conquistado na garantia de direitos e proteção social para esse público. Sua construção e aprovação efetivadas em marcos legais propôs o atendimento às necessidades básicas desses usuários. Mediante o exposto, evidencia-se que as ações do Estado são limitadas e insuficientes para responder as demandas sociais em meio a lógica ultraneoliberal.

O desafio de proteção social às pessoas em situação de rua se tornou ainda maior no contexto de pandemia do COVID-19, a partir do qual esse segmento populacional se encontra em aumentado risco social e de vulnerabilidade, especialmente, pelo fato de os equipamentos socioassistenciais estarem com suas atividades reduzidas. Essa conjuntura afeta gradativamente os usuários que necessitam de acompanhamento, atendimento e dos serviços ofertados pelas instituições que conformam a rede socioassistencial.

Ainda mais temerária se revela a conjuntura política do país, que se encontra sob o comando de um presidente que faz declarações baseadas no discurso de ódio e mentiras, com apologia à violência e com ideias contrárias às de prevenção e manutenção da saúde para com a humanidade, trazendo críticas às medidas estruturadas pelos governos estaduais e municipais à respeito do distanciamento e isolamento social.

Mais do que nunca, urge a necessidade de rearticulação da sociedade e dos movimentos sociais em defesa das políticas

públicas sociais, no sentido de que populações historicamente negligenciadas e marginalizadas, como a população em situação de rua, recebam assistência e tratamentos dignos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma:** de-sestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/m9kbvxc8>>. Acesso em: 04 ago 2019.

BRASIL. Decreto N°. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 16. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8ace3n>>. Acesso em: 10 maio 2021.

. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.** Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, DF, nov. 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3p6w7rtp>>. Acesso em: 17 out. 2019.

CEARÁ. Ministério Público do Estado do Ceará. Secretaria Geral do Ministério Público, CAOCIDADANIA. **População**

em Situação de Rua: Guia de Atuação do Ministério Público do Ceará. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4kyjemwf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Coordenadoria de Políticas Intersetoriais, Secretaria Executiva de Políticas de Saúde. **Nota Técnica: Recomendações para a População em Situação de Rua.** Fortaleza, Ceará, 22 abr. 2020. n. 6, p. 1-7. Disponível em: <<https://tinyurl.com/28wnujux>>. Acesso em: 08 maio 2020

. Secretária da Saúde do Ceará do Ceará (SESA), Secretaria Executiva de Políticas de Saúde (SEPOS). **Plano de Contingência Intersetorial para Pessoas em Situação de Rua (PSR) no Contexto do COVID-19.** Fortaleza, Ceará, 2021.

CEMFLORES. **O Governo Bolsonaro: Ofensiva Burguesa e Resistência Proletária.** [Online]: cemflores.org, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3tjmxccy>>. Acesso em: 24 maio 2020.

COSTA, Ana Paula M. População em situação de rua: contextualização e caracterização.

Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 4, n. 1, dez. 2005. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p95jszu>>. Acesso em: 11 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultura, 1988.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tk2pdkby>>. Acesso em: 10 maio 2020.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Texto para discussão, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2mceupy4>>. Acesso em: 6 maio 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A Política Nacional para População em Situação de Rua implementada no Centro Pop de Fortaleza**. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p9d8zkk>>. Acesso em: 10 maio 2020.

REGIÃO Metropolitana de Fortaleza já registra óbitos por COVID-19, em todos os Municípios.

Diário do Nordeste Online, Fortaleza, 27 maio 2020. Metro. Disponível em: <<https://tinyurl.com/45k4fjys5>>. Acesso em: 27 maio 2020.

OLIVEIRA, Iury Natasha Viera. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua: a experiência da Secretaria Municipal de Assistência de Fortaleza**. 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013

POPULAÇÃO em Situação de Rua. **Prefeitura de Fortaleza**. Canal Desenvolvimento Social. Assistência Social. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2hfjvvr5>>. Acesso em: 10 maio 2020.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

A LUTA MANICOMIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial como instrumento de resistência no Ceará

GICELIA ALMEIDA DA SILVA

Introdução

O artigo em tela, compreende um fragmento do trabalho de conclusão de curso do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Pretende-se explanar sobre os processos de enfrentamento do movimento de reforma psiquiátrica cearense, diante do avanço das violações de direito advindas com a retomada, por parte do Estado, de práticas manicomiais durante o período de pandemia do COVID-19. Embasado pela assim chamada Nova Política de Saúde Mental brasileira, setores conservadores estão realizando um processo de inversão da perspectiva antimanicomial que vem sendo criada desde a década de 1970. Assim, a lógica hospitalar, de caráter segregacionista, asilar e opressor, avança sob a chancela do Estado. Nesse cenário, o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, tem se apresentado como espaço de resistência e vem promovendo a problematização na cena cearense, sobre o avanço e as consequências do retorno de políticas de caráter manicomiais, para o cuidado de pessoas com transtornos mentais.

A exposição será realizada, seguindo-se a seguinte sequência argumentativa: apresentação do movimento de Reforma Psiquiátrica no Ceará; o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial como estratégia de resistência local; estratégias e táticas

para o enfrentamento de retomadas da vertente manicomial; ações práticas para o processo de resistência a retomada da lógica manicomial.

A Reforma Psiquiátrica no Ceará: as particularidades que nascem do sertão para o litoral

O movimento de Reforma Psiquiátrica cearense foi pioneiro em ações de implantação de serviços substitutivos, na década de 1990, onde os Centros de Atenção Psicossocial ainda eram insipientes no Brasil e sobretudo no nordeste brasileiro, e o interior cearense ousou investir nessa estratégia para prover cuidados a seus cidadãos, outras as ações e serviços nesse campo da saúde também são registradas. A Reforma Psiquiátrica no Ceará percorreu a trajetória do interior para o litoral, ou seja, Fortaleza, capital do Estado, realizou tardiamente sua reforma, enquanto no interior do Estado trabalhadores, usuários e familiares promoviam suas reformas no campo da saúde mental.

A trajetória sertão - litoral que percorreu o movimento de reforma psiquiátrica cearense, sinaliza elementos inerentes à particularidade da organização sociopolítica das relações sociais do Ceará. Pode-se rastrear aspectos importantes da realidade que os atores do FCLA enfrentam nos espaços de disputa em que fazem a defesa do projeto antimanicomial.

Como afirmam Sampaio e Carneiro (2007):

O estado do Ceará apresenta dinâmica própria de desenvolvimento, com condições sociais persistentemente precárias, secas cíclicas, ocupação econômica retardatária e dependente, além dos turnos de monocultura na maioria das vezes extrativista (pecuária, algodão, cera de carnaúba, lagosta), o que determina e caracteriza quadros político-e-

conômicos e sócio sanitários bastante específicos (SAMPAIO; CARNEIRO, 2007, p. 2).

Os debates sobre a reforma psiquiátrica cearense ocorrem sob o legado histórico, social e econômico exposto na sessão anterior. Cujas as bases lá do início do século XVIII mostram as elites locais se relacionando com as classes baixas de forma autoritária e moralista, como foi exposto por Ponte (2010), normatizando e/ou criminalizando todos os aspectos da vida social. Ou nas replicações culturais e sociais ao molde da burguesia revolucionária, na Europa Ocidental do século XVIII. Todavia, é imprescindível afirmar que a particularidade da burguesia cearense, que está localizada na periferia do capitalismo, e como analisaram os autores da teoria da dependência, como Marini (2017), produz e reproduz suas próprias características a serviço do grande capital: construção de processos de superexploração do trabalho, produção de manufaturas, a relação de subserviência para com os países do centro.

O processo de organização popular para a efetivação da Reforma Psiquiátrica no Ceará, possui os primeiros registros na década de 1990. As iniciativas e mudanças se dão do interior para a capital (BLEICHER, 2019; SAMPAIO; BARROSO, 2000; SAMPAIO *et al.*, 2011;). Para Sampaio *et al.*, (2011) e Souza *et al.* (2006) as forças políticas que operavam em Fortaleza não propiciaram o debate da reforma nesse período. O alinhamento dos donos de Hospitais Psiquiátricos com o poder político municipal, era de tal maneira, que desacelerou o movimento de mudança e fez o “bonde” da reforma passar pela capital sem qualquer adesão. Assim, a RP cearense começou pelo município de Iguatu (1991), seguindo por Canindé (1993), Quixadá (1993), Cascavel (1995), Icó (1996), Aracati (1997) e Sobral (1999). Conforme Sampaio *et al.* (2011) e Sampaio e Garcia (2015), foi de fundamental importância

o caráter progressista, participativo e democrático do poder político nesses municípios, no período das mudanças nos seus sistemas de saúde mental. Fortaleza somente iniciou o processo de implantação de CAPS em 2000. Esse processo influenciado pela expressiva vinculação dos proprietários de hospitais psiquiátricos ao poder político na cidade, o que estabelecia travas e artimanhas para as mudanças do sistema de saúde na capital (SAMPAIO *et al.*, 2011; SAMPAIO; GARCIA, 2015).

A Lei Mario Mamede nº 13.139/1992 (BRASIL, 2004) regulamentou o fechamento dos Hospitais Psiquiátricos, que deveria ser finalizado em dez anos em todo o estado do Ceará. O documento propôs a implantação de serviços substitutivos aos manicômios, de caráter comunitário, nos quais as pessoas com transtornos mentais deveriam ter outras possibilidades de acolhimento em liberdade, desde o tratamento ambulatorial, nas ações e serviços das outras políticas públicas, a partir de princípios cujo discurso se baseava no discurso antiasilar¹/antimanicomial (SAMPAIO; GARCIA, 2015, p. 204).

Importante destacar que as iniciativas de implantação de ações e serviços no Ceará foram pioneiras no nordeste, todavia, no Brasil elas emergiam no sul e sudeste após a municipalização das políticas de saúde. Ainda assim, o Ceará é pioneiro nas ações de saúde mental. Datam desse período também a

¹ Professor Jackson Sampaio foi um importante ator do movimento de Reforma Psiquiátrica no Ceará. Esteve envolvido política, ética e tecnicamente nos municípios do interior. Suas contribuições profícuas compreendem importante memória sobre o movimento. Sobre o caráter antimanicomial da reforma cearense ele afirmou: “até 1991 a gente deblaterava contra o hospício, a onipresença do hospital psiquiátrico especializado como dispositivo de isolamento e reclusão, com poucas funções terapêuticas e baixíssima resolubilidade clínica. O que havia era discurso e este era antiasilar. Há então uma mudança de magnitude quando o discurso se torna antimanicomial, considerando-se o manicômio como uma cultura de violência, repressão e mortificação da subjetividade, que se expande por todas as instituições, família, escola, trabalho, cadeia, não se confinando ao hospício. Manicômio não é específico da assistência psiquiátrica, embora seja nela que ele se apresente em seu máximo esplendor” (SAMPAIO; GARCIA, 2015, p. 204).

organização dos serviços da atenção básica de saúde e outras esferas do sistema de saúde no estado, alinhando-se às orientações internacionais para a garantia dos direitos sociais. Sampaio *et al.* (2011), Sampaio e Garcia (2015) lembram que ao mesmo passo que ocorriam as mudanças no campo da saúde mental, o Ceará implantava o Sistema Único de Saúde, cuja Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080/1990, havia sido aprovada recentemente. No período que foram implantados os programas de Agentes Comunitários de Saúde e o Saúde da Família, de forma pioneira no Brasil e que se destacaram por também seguir o movimento sertão - litoral, ou seja, do interior para a capital (BLEICHER, 2019).

Sampaio e Carneiro (2007) mostraram no Quadro 1, a linha histórica da assistência psiquiátrica no Ceará.

QUADRO 1 - MARCO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA PSQUIÁTRICA NO CEARÁ

DATA/PERÍODO	
1886	Inauguração do Asilo para Alienados São Vicente de Paula
1935	Inauguração da Casa de Saúde São Gerardo
1963	Inauguração do Hospital de Saúde Mental de Messejana
Déc. 1970	Inauguração de nove hospitais psiquiátricos privados, inclusive dois no interior do Estado, em Crato e Sobral
1977/1979	Adesão do Ceará ao Plano Integrado de Saúde Mental - PISAM, da Divisão Nacional de Saúde Mental - DINSAM. Dinamismo da Sociedade Cearense de Psiquiatria - SOCEP, marcado pela criação das Jornadas Cearenses de Psiquiatria, anuais. Criação da Residência Médica em Psiquiatria do HSMM
1991/1998	Criação e implantação dos CAPS de Iguatu, de Canindé e de Quixadá, seguidos de mais cinco. Aprovação da Lei Estadual de Reforma Psiquiátrica do Ceará, a Lei "Mário Mamede".
1999/2005	Criação de 30 CAPS municipais. Elaboração do Plano Municipal de Saúde Mental de Sobral. Emergência do Caso Damião. Criação e implantação da Rede de Atenção Integrada a Saúde Mental de Sobral - RAISM Sobral.
2006/2007	Criação de 10 CAPS municipais. Criação e implantação da Rede Assistencial em Saúde Mental de Fortaleza - RASM Fortaleza

FONTE: Sampaio e Carneiro (2007).

O Quadro 1 sintetiza aspectos importantes sobre a centralidade das instituições totais, os manicômios, no estado: a cidade de Fortaleza aglomerou a maioria dos hospitais, sendo que apenas Crato e Sobral tiveram seus manicômios.

Para melhor dimensionar o protagonismo do interior na implantação da Reforma Psiquiátrica e expor a influência da força hospitalar-privatista na esfera do Estado na capital cearense, Sampaio e Garcia (2015) expôs sobre a implantação da Reforma Psiquiátrica nos principais municípios cearenses:

Iguatu, cidade de 70 mil habitantes, é paradigmática por ser a primeira experiência inauguradora de um novo dispositivo, que continua se aprimorando diante da grande tradição estadual de acomodação e da pequena tradição de discurso antiasilar/anti-manicomial. Quixadá, cidade de 70 mil habitantes, é paradigmática porque cria a clínica psicossocial territorial, prática e teoricamente, como política municipal pública de saúde mental, supervisionando ações de saúde mental na atenção primária e que continua se aprimorando. Sobral, cidade de 150 mil habitantes, é paradigmática porque fecha um hospício, sobre o corpo de um mártir, e constrói uma rede complexa para atender município, micro e macrorregião de saúde. Fortaleza, capital de estado, com zona metropolitana de três milhões de habitantes, é paradigmática, pois colhe as experiências passadas, articula uma rede de atenção em grande escala e adere à reforma, simultaneamente à própria implantação do SUS, ambas com grande atraso relativo ao Ceará e ao Brasil (SAMPAIO; GARCIA, 2015, p. 209).

Dessa maneira, as motivações para as mudanças locais no sistema de saúde mental, nos diversos municípios cearenses, estiveram vinculadas não apenas a um direcionamento central,

o avanço da institucionalidade do arcabouço legal e o protagonismo de trabalhadores, usuários e familiares foram fatores importantes para o avanço das reformas no interior, como afirma o autor.

Portanto, a reforma psiquiátrica cearense possui particularidades políticas e sociais, em relação aos movimentos nos demais estados do Brasil, que envolvem a existência de conflitos e de direcionamentos políticos que devem ser aqui expostos. A forma como se materializou a reforma psiquiátrica no território cearense, ou seja, do interior para o centro, não se deu alheio à organização política-ideológica que vigorou no período.

Pensar a luta antimanicomial, compreende questionar ideologias de dominação, as técnicas de desumanização de sujeitos e de subjetividades, sobretudo os a-sociais, segundo Amarante (1992; 1996; AMARANTE *et al.*, 2001; 2018) e Lobosque (2001; 2003). Podemos considerar que no Ceará, além das estruturas tradicionalmente disciplinadoras da biopolítica, temos práticas de segmentação, expulsamento e isolamento realizadas pelas elites que expressam o biopoder (FOUCAULT, 2020). Um exemplo dessas práticas são as estratégias utilizadas para o afastamento dos retirantes das secas (RIOS, 2014). Políticas higienistas que pautaram a criação dos currais, os quais além de afastar, estabeleciam as rotinas na perspectiva de disciplinamento dos corpos.

Refletindo a partir de Foucault (2020), o disciplinamento enquanto mecanismo de dominação, no caso dos currais e de outras formas de manter os retirantes fora das zonas ocupadas pela elite e prevenir revoltas. Rios (2014) e Ponte (2010) historicizam períodos da realidade cearense de início do século XIX, em que ocorre a tentativa das elites de disciplinar por meio do controle de ações policiais, reformas urbanas e as políticas de morte (MBEMBE, 2018), enquanto formas que

buscavam de maneira violenta a não inserção social dos retirantes/migrantes do interior.

Essa característica das elites locais, repercutem contemporaneamente e são expressas na própria organização das zonas urbanas do estado, onde as populações pobres continuam sendo expulsas dos centros ou dos bairros mais bem estruturados, para as periferias das cidades. Essas, são caracterizadas por condições precarizadas de vida, falta de saneamento básico, casas com construções precárias, ausência de acessos a fornecimento de energia elétrica e água. Além de relações que se aproximam de situações de violência, relações familiares conflituosas, relações comunitárias atravessadas por conflitos e contraditoriamente de pertença, essas são características universais, identificadas pelo saber da ciência (ENGELS, 2010; HARVEY, 2014). Dessa maneira, as expressões de resistência ocorrem a partir de movimentos sociais de vertentes diversas. A luta antimanicomial busca pautar a construção de laços e de vínculos, que permitam experiências com a doença mental, conduzindo processos que apresentem nas interações sociais a necessidade de questionar a opressão, o isolamento e a exclusão social de sujeitos com transtornos mentais.

O FCLA é um movimento recente, todavia, as forças que tensionam o debate central do movimento, de manter os indivíduos distante de ações disciplinadoras, que assujeitem e docilizem as existências humanas, não compreende prática recente. Ele é um movimento que defende uma sociedade sem manicômios e por isso as mudanças das políticas de atenção à saúde mental e das formas de exclusão e opressão da população. Os princípios desse movimento estão embasados em preceitos, princípios e diretrizes da luta antimanicomial nacionalmente constituída.

O Fórum Cearense de Luta Antimanicomial: contribuições de um movimento social para o enfrentamento de violações de direitos.

Os movimentos sociais compreendem uma das bases para a formação de espaços de participação social que vinculem o exercício da cidadania a processos de defesa de direitos, onde outros espaços são os partidos políticos e as organizações de classe. Segundo Santos (2018, p. 61-103), os membros do Fórum indicam o ano 2000 como marco inicial, todavia, informam que no interior do estado já existiam trabalhadores, usuários e familiares que conduziam o movimento de Luta Antimanicomial, o que coaduna com a exposição sobre a relação sertão - litoral, realizada na seção anterior.

O interior do estado, sobretudo Iguatu, Quixadá, Canindé, Cascavel, Aracati e Sobral, compreendem cidades em que os atores foram protagonistas na construção de estratégias de enfrentamentos antimanicomiais e na construção da RP. Já na década de 1990, nesse período iniciavam-se as implantações de CAPS, e como consequência ocorre a redução de demanda por vagas em hospitais psiquiátricos, sobretudo os traslados para a capital. Em 1992, o Ceará possuía 1977 vagas em hospitais psiquiátricos que recebiam usuários em situação de crise psiquiátrica aguda de todo o estado, mesmo das regiões que possuíam hospitais psiquiátricos (SAMPAIO *et al.*, 2011; SAMPAIO; GARCIA, 2015). Na maioria dos 184 municípios do Estado, entre as décadas de 1980 e 1990, os cuidados em saúde mental eram conduzidos para as cidades que tivessem hospitais psiquiátricos: Fortaleza - com seis hospitais psiquiátricos; a região sul, composta por Crato, Juazeiro e Barbalha, contava com dois hospitais psiquiátricos e a região norte com um (SAMPAIO, 2011). Após 1990 todos esses hospitais passaram a receber recursos públicos

através do Sistema Único de Saúde, embora já recebam recursos federais desde 1962, por meio do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Eles deveriam atender a todos os usuários, com base nos princípios estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990 (BRASIL, 1990).

Para Bleicher (2019) e Santos (2018), as lutas sociais em torno da pauta da reforma psiquiátrica se fortaleceram, diante da ascensão de governos progressistas no interior do estado. Isto criou a conjuntura necessária para o enfrentamento de forças conservadoras e para atender às demandas da população. Como movimento social, o FCLA possui características de uma organização política de enfrentamentos, o registro de sua história vem sendo realizada por pesquisadores como Santos (2018) e os próprios membros do fórum em eventos científicos.

As primeiras organizações do FCLA foram no município do Aracati trabalhadores que lá estavam se reuniram para construir a Reforma Psiquiátrica no município, que entre 1999 e 2009 possuía um CAPS e três vagas em leitos clínicos. Segundo os atores do Fórum, também havia protagonismo nos municípios de Quixadá e Sobral. Uma característica comum entre eles é que durante suas reformas os gestores municipais situavam-se no campo progressista, o que facilitava o diálogo para a implantação da Reforma Psiquiátrica, a qual consistia em implantação de serviços substitutivos para cessar o encaminhamento dos usuários para internações em hospitais psiquiátricos na capital.

Assim, as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios de Aracati, Quixadá e Sobral apoiaram a RP, com limites que envolviam o debate sobre a loucura - estigmas, o medo da população e as questões morais. Segundo os atores do FCLA, ao longo dos anos, com as mudanças de gestão e o aprofundamento da precarização do trabalho, os militantes se

afastavam das lutas ou migravam para a capital, e, assim, enfraquecia o movimento de manutenção da Reforma Psiquiátrica no interior do Ceará.

Ações práticas para o cenário de caos: formas de resistências para a retomada da lógica manicomial

O cenário de pandemia alterou a organização do FCLA. As redes sociais passaram a ser ferramentas necessárias para as ações de comunicação, articulação, realização de reuniões e de atividades. Todos tiveram que se adaptar rapidamente. Embora muitos tenham ficado de fora, pois o acesso à internet também é desigual entre os manicomiais. Um sistema de solidariedade, que já existe entre os membros do movimento passou a operar formas de apoio no aprendizado do manejo com a rede. As pessoas com mais instrução tecnológica tornaram-se tutores para os demais.

Um período de adaptação ocorreu entre março e abril. As principais informações se davam em torno do novo cenário de exceção, comunicações que denunciavam as suspensões de atendimentos na RAPS de Fortaleza, falta de medicamentos, pessoas em crise psiquiátrica sem aporte de atendimento e notícias sobre o cenário pandêmico. Assim, a luta antimanicomial era a mesma, mas o cenário apresentava um ineditismo que exigia o distanciamento de todos, para manterem-se seguros do vírus, o que causou espanto, medo e exigiu esforço físicos e mentais dos antimanicomiais.

As redes *Facebook* e *Instagram* eram os canais de divulgação das ações ao público externo e onde passaram a ocorrer as *Lives*. As plataformas *Google Meet* ou *Zoom* foram as mais utilizadas para a realização de reuniões.

A Rede social *WhatsApp*, que já vinha sendo utilizada, passou a ser o principal canal de comunicação entre os antimanicomiais cearenses. A pesquisadora teve acesso a três grupos virtuais: 1. Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, com oito participantes, grupo cujos membros são pessoas que disparam os processos, articulam os demais participantes e mantém a articulação com a Rede Nacional Inter Núcleos (RENILA), a qual articula os movimentos locais no âmbito nacional. 2. FCLA Mobilização, com sessenta e quatro participantes, é composto por antimanicomiais de todo o estado. Usuários, trabalhadores das RAPS dos diversos municípios cearenses e outros atores da luta antimanicomial. 3. O grupo de Conselheiros Locais, com dezoito participantes, no qual estão os participantes da atividade formativa descrita acima.

O relato que segue compreende o único momento de observação antes do período de isolamento social, que iniciou em 17 de fevereiro. A chegada aos espaços do FCLA iniciou em 17 de janeiro de 2020. O dilema entre manter o olhar da pesquisadora e o da militante era latente, pois as experiências que antecederam essa pesquisa ainda são vivas. Manter o distanciamento necessário para desenvolver uma análise neutra foi um desafio cotidiano e por vezes fracassado. Ainda assim, a relação que se estabeleceu entre a pesquisadora e os atores do FCLA se deu por meio da pesquisa, e foi sob essa ponte que a pesquisadora se apresentou aos antimanicomiais. Assim, essa foi a forma utilizada para avisar de que um olhar analítico estava ali presente.

O grupo estava mobilizado para o planejamento e estabelecimento de prioridades para o ano que se iniciava. Entre as ações prioritárias para o período foram identificados: a organização e mobilização dos Conselhos Locais de Saúde Men-

tal²(CLSM); A participação do Fórum na Comissão Interinstitucional de Saúde Mental; o acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta da Rede de Atenção Psicossocial de Fortaleza e a necessidade de alcançar a saúde mental dos municípios do interior do Estado. Essas eram naquele momento as ações prioritárias, segundo os diálogos dos participantes.

Seguiu-se para a organização da atividade dos CLSM, um mapeamento dos conselhos ativos. Em Fortaleza, a organização dos CLSM dá-se a partir da organização do sistema de saúde municipal, o qual divide a extensão territorial do município em regiões de saúde, seguindo o processo de gestão descentralizada para atender a comunidade em suas singularidades como direciona a Política Nacional de Atenção Primária.

A atividade estava sendo programada com a finalidade de promover a formação de novos conselheiros³, pois a recente eleição desses indicava que havia pessoas que eram novas na atuação da participação e do controle social. A formação de

2 Conselhos Locais de Saúde Mental (CLSM) compreendem a organização popular para a descentralização do controle social. Os atores são mobilizados pelas unidades de saúde tais como os Centros de Atenção Psicossocial em parceria com os Conselhos de Saúde Municipais, para acompanhar os processos de trabalho nos serviços de saúde localmente como afirmam Souza e Küguer (2010): “O Conselho Local de Saúde é o espaço de participação mais próximo da comunidade e é o primeiro onde as necessidades dos usuários podem se manifestar. A expressão das necessidades dos usuários se manifestando no espaço do Conselho Local de Saúde, em tese, tem o potencial de se articular com os outros níveis de participação que são deliberativos da política de saúde, no caso os Conselhos Municipais de Saúde, realizando, desse modo, aproximações com a democracia direta e uma democracia representativa vinculada às suas bases sociais. (SOUZA; KÜGUER, 2010, p. 81). Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr46nmcj>>. Acesso em 10 abr. 2021.

3 Segundo os participantes da reunião, em outubro de 2019 ocorreram eleições locais, organizadas pelos coordenadores de CAPS e apoiadas pelo Conselho Municipal de Saúde. Os conselheiros afirmaram a participação no processo eleitoral ocorreu por meio de convites dos gestores locais e que depois da eleição eles foram nomeados e se tornaram referência para a organização da participação popular da saúde mental local.

bases compreende uma ação potente do FCLA, como apresentado no levantamento do capítulo da secção 3.5. Essa é uma tática para o angariar novos atores para o movimento; capacitar os veteranos; disseminar os ideais antimanicomiais e fortalecer a política pública que foi estabelecida através das mobilizações sociais a partir da década de 1980, como exposição dos capítulos antecedentes. Dessa maneira, a atividade com os conselheiros locais foi programada para o mês de fevereiro, a mobilização, divulgação e a organização administrativa foram divididas entre comissões definidas pelos participantes.

Em fevereiro, o encontro ocorreu como o programado, dezoito conselheiros estiveram presentes, pessoas vindas dos diversos bairros de Fortaleza, homens e mulheres, pessoas com transtornos mentais ou não, cada um com suas demandas individuais e coletivas, em busca de soluções para os problemas do cotidiano. Estavam presentes também oito trabalhadores de saúde da RAPS de Fortaleza, dois professores de uma instituição de ensino superior.

As demandas apresentadas pelos participantes foram listadas: conhecer a atuação do conselheiro, apresentar as problemáticas dos serviços CAPS que cada conselheiro representava, apresentar os tensionamentos entre trabalhadores e gestão municipal expressos na precarização das condições e contratações do trabalho. Essas expressavam a origem de cada participantes, esses eram usuários, familiares e trabalhadores de serviços de saúde local, professores.

Os discursos expressaram que existia entre os todos a crença que é na força coletiva que os problemas teriam soluções. Falas atravessadas pela realidade da qual cada uma se originava, expressara a existência de diversidades culturais. As normas cultas não estavam no centro, mas o respeito às pluralidades gramaticais e existenciais, fazer-se compreender por todos que

ali estavam era o desafio. A solidariedade era a medida para acolher as falas, que diziam sobre suas dores e decepções, marcando a tônica do movimento antimanicomial de que “excluir não é cuidar”.

Entre as demandas apresentadas pelos conselheiros: o descontentamento com os direcionamentos do Estado, com os preconceitos ainda existentes contra as pessoas com transtornos mentais, contra as violações de direitos sociais e políticos, denúncias de precarização dos serviços e o desejo por continuar no movimento.

Essas pautas são recorrentes nos encontros da luta antimanicomial no âmbito nacional, por isso a defesa do cuidado em liberdade, a desconstrução dos conceitos sobre a loucura, a defesa radical do fim do manicômio. O primeiro encontro da luta antimanicomial em Bauru já registrava a necessidade de construir espaços formativos para as bases e os enfrentamentos com o Estado. Entre 1987 e 2020, foram-se longos trinta e três anos de lutas expressas por diversas estratégias: a defesa pelo cuidado em liberdade, a implantação de serviços substitutivos de base comunitária, a ruptura com as instituições totais (GOFFMAM, 2015) e táticas: manifestações de rua, batalhas institucionais, audiências públicas, três conferências de saúde encontros nacionais dos antimanicomiais e reuniões.

Nesse cenário, os antimanicomiais enfrentam o aprofundamento do neoliberalismo. Seguindo essa racionalidade liberal, o Estado vem reduzindo sua capacidade interventiva no campo da proteção social, as políticas de caráter focalistas, as gradativas reduções orçamentárias para as políticas públicas, a disposição dos serviços de proteção social para a esfera privada, aprofundaram as precarizações dos serviços e desafiam os movimentos sociais a qualificar suas pautas e ampliar processos formativos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; HARVEY, 2005).

Bogo (2011) nos apoia nas reflexões sobre as mobilizações das massas. O autor divide essas em períodos de ascenso e descenso das massas. Taticamente, compreendem as ações de rua, as reuniões, as formações, a elaboração de escritos para a circulação entre os participantes do movimento. A luta antimanicomial está alinhada com a perspectiva apresentada pelo autor, pois os atores analisados por essa pesquisa estão no cenário da disputa capital trabalho e buscam, enquanto movimento social, construir táticas de enfrentamentos mesmo estando em descenso.

A consciência de que existe um opressor que é comum entre as diversas lutas ainda é frágil entre os participantes da atividade. Esse argumento ganha sustentação a partir dos debates presentes no encontro dos CLSM de fevereiro de 2020. Ali, o grande inimigo era o Estado personificado na prefeitura municipal, a ideia de um enfrentamento de classe tangenciava os discursos de alguns participantes. Por vezes, o inimigo está expresso na figura do gestor do CAPS, o que sinaliza fragilidades na compreensão da amplitude da luta. O gestor também é um trabalhador, e, portanto, seu poder de mando se limita à estrutura que lhe é concedida para o exercício do trabalho.

Os debates das lutas sociais também estiveram presente entre os participantes da reunião, alguns mais experientes no movimento antimanicomial, bem como em outros movimentos, onde apresentaram uma concepção mais aprimorada das relações sociais. Eles expuseram elementos que eram vinculadas à forças econômicas e forças políticas, de que a esfera do Estado possui caráter institucional de gestão de processos de trabalho, mas também de ordenamento político da sociedade. Em certa medida, surgiu entre os discursos desses sujeitos a consciência de uma luta de classes, da existência de uma classe social mandatária e de que o Estado expressa os interesses de quem detêm o poder político. Todavia, essa interpretação não se faz aleatória, pois, no cotidiano das relações institucionais as

correlações de força ocorrem de modo invertido, e trabalhador x trabalhador por vezes é a medida dos enfrentamentos.

A atividade teve como encaminhamento a construção de uma agenda mensal durante o ano de 2020 para que os conselheiros fossem capacitados a partir de formações temáticas, que os conselheiros veteranos apoiassem os novos com o compartilhamento de suas experiências e o apoio nas ações territoriais, bem como a criação de um grupo virtual para facilitar a comunicação entre os conselheiros e apoiadores.

Na reunião acima descrita, denota-se que a consciência política não é um processo mecânico, o conhecimento e a ação política requerem tempo e processos educativos, compreendendo a educação aqui a partir de um engajamento individual e coletivo (BOGO, 2011; FERNANDES, 2018; HOOKS, 2017). Ações de formação de quadros exige tempo, respeito às diversidades e pluralidades, e no campo da saúde mental exige um processo de deciframento de linguagens e ainda a identificação dos momentos de crise. A doença mental pode gerar imprevisibilidades aos militantes, a convivência com a crise é algo que pareceu pertencer aos participantes da reunião. Durante a plenária o grupo foi informado de que uma das conselheiras não estava presente, pois, estava sem o uso de seus medicamentos e por isso em um processo de crise. Deu-se como encaminhamento que o grupo manteria contato com ela para oferecer-lhe apoio. Dessa forma, a solidariedade é um sentimento presente entre o coletivo.

Amarante (2010) ponderou sobre o termo Reforma Psiquiátrica afirmando que essa nomenclatura para o movimento se deu para não assustar a sociedade brasileira, visto que qualquer termo que remetesse à revolução seria vinculado ao “comunista”. Assim, as ações antimanicomiais seriam fadadas

ao insucesso, e reforma foi o termo que na avaliação dos primeiros antimanicomiais teria maior adesão da sociedade.

Ao fim e ao cabo, as pautas compreendem o enfrentamento do capital. Ainda que através de reformas institucionais pela manutenção e instalação de serviços de saúde, pela melhoria das condições de vida das pessoas com transtornos mentais e dos trabalhadores desse campo de atuação, pelo fim das diversas expressões de cárcere em que indivíduos com doença mental estão inseridos. As pessoas com transtornos mentais ainda são estigmatizadas pela doença mental, pois, apesar da luta antimanicomial a emancipação política da totalidade desses atores ainda está distante de uma validação social, e essa foi uma fala presente entre os usuários que possuem transtornos mentais presentes na reunião.

Os enfrentamentos ao “revogaço”: a Reforma Psiquiátrica sob ataque.

Em dezembro/2021 o movimento antimanicomial foi surpreendido com a notícia de que todas as leis e portarias da saúde mental seriam analisadas pela coordenadoria de saúde mental, com a finalidade de revogação dos instrumentos que não dialogassem com a nova política de saúde mental. Desde a década de 1990, as políticas de saúde mental no Brasil possuem forte influência das propostas do Movimento de Reforma Psiquiátrica. Todavia, a partir de 2011 sofreu rebatimentos de forças conservadoras e vem perdendo hegemonia na política de saúde mental. O cuidado em liberdade sofre ameaças reais, com a alteração de portarias, emissões de resoluções e outros dispositivos legais que distanciando-se dos preceitos antimanicomiais.

No dia 5 dezembro de 2020, o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de Saúde, apresentou a proposta de revogação de cem portarias da saúde mental, ao Conselho

Nacional da Saúde (CNS) e ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a fim de levar a pauta para a reunião da CIT sem qualquer base avaliativa e com o apoio da base conservadora da Associação Brasileira de Psiquiatria e outras entidades de classe⁴. Portanto, a revogação de cem portarias que foram instituídas entre 1990 e 2011⁵, adensou as ameaças ao projeto da Reforma Psiquiátrica, onde a alegação para a proposta foi a falta de eficácia, produtividade e obsolescência do sistema.

A resposta foi imediata, a mobilização social em nível nacional. Sob a defesa de que a revogação se propõe a dismantlar a RAPS e, portanto, os serviços e equipamentos por ela ofertados: os CAPS, os Serviços Residenciais Terapêuticos, o Consultório na Rua e o De Volta para Casa. Soma-se a isso, a suspensão do Programa de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar do SUS. As medidas certamente significariam a maior fragilidade da proposta que foi coletivamente construída. E esse foi um argumento utilizado nos espaços de protesto.

Para os antimanicomiais, a proposta nomeada de revogação, que foi elaborada pela ala conservadora da Associação Brasileira de Psiquiatria⁶, sinaliza o aprofundamento do desmon-

4 Assinam o documento: ABIPD - Associação Brasileira de Impulsividade e Patologia Dual; ABIPD, SBNp - Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, AMB - Associação Médica Brasileira, FENAM - Federação Nacional de Médicos e CFM - Conselho Federal de Medicina. O documento foi reivindicado por 12.000 profissionais de todo o país.

5 Sobre o “revogação” Disponível em: <<https://tinyurl.com/2xnku49y>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

6 A Associação Brasileira de Psiquiatria construiu um documento nomeado Diretrizes para um modelo de atenção integral a saúde mental, que sugere a ineficácia da política de saúde mental, implantada a partir da Reforma Psiquiátrica. Com uma perspectiva privatista, de retorno ao modelo hospitalar, com centralidade do cuidado no médico, retorno de técnicas como a eletroconvulsoterapia. Esse documento embasou a defesa do Ministério da Saúde na Reunião ocorrida no dia 05 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p83xnx>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

te da RAPS, e, portanto, os serviços e equipamentos por ela ofertados: os CAPS, os Serviços Residenciais Terapêuticos, o Consultório na Rua e o De Volta para Casa.

A reunião entre CNS, CONASS e Ministério da Saúde ocorreu em rede restrita, mas a informação veio a público ainda durante a atividade. A resposta do movimento antimanicomial foi imediata, logo disseminaram-se ações de organização do movimento antimanicomial. No mesmo dia a RENILA convocou seus participantes para elaborar estratégias de enfrentamento e buscar apoiadores para o enfrentamento dessa nova frente de ataque ao Movimento de Reforma Psiquiátrica.

As notícias chegavam ao FCLA por meio da participação em reuniões convocadas pela RENILA. Essa, articulava-se aos movimentos nacionais e mantinha a corrente com os movimentos locais. Uniram-se ao movimento pessoas de diversos movimentos sociais, campos de atuação, representantes dos legislativos das instâncias federal, estadual e municipal. Cartaz de repúdio, notas de orientação técnica, *lives*, as ações tentavam substituir as manifestações de rua. Nos grupos de *WhatsApp*, o desafio era conter os ânimos e as frustração em não estar nas ruas: “*em tempos normais, a gente tava na rua*”. A construção de documentos, a análise de documentos que eram emitidos por instâncias conservadoras, a análise dos discursos de defesa do “revogação”, a articulação do movimento com a esfera nacional, a programação de manifestações de rua, seguindo critérios de segurança. Essas foram agendas construídas pelo FCLA no mês de dezembro.

Em nível nacional, a mobilização foi rápida, a articulação com os poderes político e judiciário foram importantes para que ocorressem audiências públicas na Assembleia Legislativa. O Coordenador da saúde mental foi convocado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos

Deputados Federais, para emitir esclarecimentos sobre a proposta de revogação. Em 12 de dezembro a audiência presidida pela Deputada Erica Kokai, que também coordena a comissão em defesa da Reforma Psiquiátrica da mesma Câmara de Deputados. Na audiência, o coordenador foi inquirido sobre a proposta de revogação, que seria apresentada na Comissão Inter gestora de secretários de saúde, que ocorreria em 17 de dezembro para aprovação deste pleno. A proposta foi retirada da pauta dessa reunião, sem explicações do gestor nacional, o qual também não emitiu informações à comissão dos Direitos Humanos e Minorias, conforme tinham solicitado.

Assim, após dias de intensa mobilização nacional, a qual aglomerou virtualmente diversos campos das lutas sociais, recebeu com alívio a notícia de que a coordenação de saúde mental havia recuado. Todavia, o movimento antimanicomial mantém-se em alerta. No Ceará, a manutenção de atividades remotas tem ocorrido conforme registram as redes sociais do FCLA. O apoio do poder legislativo também tem sido um destaque, pois o deputado Renato Roseno e a deputada Larissa Gaspar, tem sido o destaque nessa articulação. A construção da pauta antimanicomial na Câmara dos Deputados em esfera estadual segue uma correlação de forças entre os conservadores, cujos argumentos de defesa incidem no apoio de estratégias antagônicas ao que defende a luta antimanicomial.

As agendas do FCLA são construídas horizontalmente, qualquer um que esteja no debate pode apresentar a pauta. Todavia, existe um núcleo organizador dos processos de mobilização. Esse realiza o aprimoramento do debate e desenvolve linhas gerais para as mobilizações, os assim nomeados membros orgânicos, como será apresentado na sequência.

Considerações Finais

Os atores do FCLA são pessoas comuns, homens, mulheres, cisgênero, transgênero, não-binários, pardos, negros, brancos, indígenas, amarelos. Pessoas das diferentes classes sociais compõem esse movimento que desde 1997 iniciou suas atividades no estado. Em um movimento que vem do sertão para o litoral, as ações e atividades dos antimanicomiais constroem rupturas no sistema social através do debate das políticas públicas de saúde, sobre a necessidade de existência da proteção social para pessoas com transtornos mentais.

O protagonismo de profissionais e usuários dos municípios cearenses Iguatu, Aracati, Canindé, Quixadá, na implantação de suas reformas psiquiátricas, tiveram papel importante para o desmonte dos manicômios localizados em Fortaleza, até a primeira década de 2000. Implantar serviços substitutivos de base comunitária, em zonas que eram distantes do centro, foi uma medida importante para que ocorresse o adensamento das políticas de saúde mental no Estado.

Sob essa conjuntura, o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial obteve o status de movimento social de referência na luta antimanicomial cearense, mesmo antes de ser instituído, com a participação no processo do caso Damião Ximenes Lopes, que condenou o Brasil na Comissão Internacional dos Direitos Humanos, em 2002. Quando escreveu o documento que compôs a peça legal do processo, em 1999, o FCLA assinou sua certidão de nascimento na história.

Sua articulação em diversos espaços e campos de atuação, os espaços do parlamento através de debates, das artes por meio das exposições das obras dos artistas/militantes, a justiça por meio das participações em grupos de trabalhos, visitas institucionais, as câmaras e comissões de debates sobre o tema no controle social/ conselhos de saúde, denotam que seus atores

são reconhecidamente engajados nas lutas. E a capilarização da pauta atinge outras políticas, tais como as da segurança e justiça, por meio dos debates sobre os sistemas do cárcere de adultos, jovens e pessoas com transtornos mentais, a assistência social e a educação. As pautas, assim chamadas de pautas identitárias, estão presentes, inclusive, com a realização de processos formativos conduzidos pelos membros do FCLA.

O movimento antimanicomial cearense possui maior conjunto de ações na cidade de Fortaleza, dados os processos de urbanização e migração, além da ampliação da rede de saúde mental da cidade. Eles/elas identificam limites e fragilidades de ampliar a organização. Essa localização ocorre, no caso do FCLA, por motivo de as/os membros orgânicos atuarem profissionalmente e residirem na capital. Embora cidades do interior do estado possuam atores no grupo do Fórum, esses não apresentam uma atuação ativa e permanente. Entre as/os membros orgânicos existem migrantes do interior para a capital. Isso implica em um grau de conhecimento do cotidiano institucional do interior.

A pandemia motivou o isolamento social e o distanciamento das relações, impedindo os encontros e as lutas de rua, o aquecimento entre as pessoas. Esse cenário estabeleceu alto grau de dificuldade de mobilização, ainda assim, a partir de uma rede de solidariedade e criatividade o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial conseguiu manter, de modo adaptado aos tempos pandêmicos as ações (manifestações, reuniões, formações, eventos abertos, expressões de arte) conseguindo utilizar as redes sociais como canal de comunicação e tática de luta. Ocorreu a manutenção das ações conjuntas com movimentos antimanicomiais que seguem a mesma linha de atuação do Fórum, através da intensificação de reuniões, formações e eventos. Todavia, existe um grau de desgaste e uma dificuldade de sustentação quantitativa pelo modelo de encontros remotos,

dando a impressão de que os encontros presenciais não podem ser substituídos totalmente, como querem fazer crer os defensores da vida virtualizada.

Por fim, a pesquisa ocupa um lugar central na construção de processos de transformação da sociedade, conhecer a realidade social é uma possibilidade na busca por entender as inversões do modo de produção capitalista no que confere a defesa da vida humana e das outras.

Referências

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. *In: Giovannella, Lígia; Escorel, Sarah; Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa; Noronha, José Carvalho de; Carvalho, Antonio Ivo de. Políticas e sistema de saúde no Brasil.* Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012. p.635-655.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **O homem e a serpente:** outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Editora Fiocruz, 1996.

BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados.** As instituições da vilência (p. 51-132); A utopia da realidade, (p. 225-236); O caminho do controle: do manicômio à descentralização psiquiátrica, p. 237-259). Editora Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: B. A. Shumann; supervisão, apresen-

tação, notas José Paulo Netto - Edição revisitada. Boitempo Editorial, 2010. 388p.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Editora Centauro, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** Tradução José Teixeira Coelho Netto; revisão da tradução Newton Cunha; apresentação Vladimir Safatle. - 12 ed. - São Paulo: Perspectiva. 2019. Coleção Estudos; 61/ Coordenação J. Guinsburg [*in memoriam*].

_____. **O nascimento da biopolítica.** Trad. Pedro Elói Duarte; Introd. Bruno Mações. Lisboa: Edições 70, 2020. 439 p.

_____. **Em defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Emantina Galvão. - 2 ed. - São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 2ª impressão. 9ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo.** História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em movimento:** por uma sociedade sem manicômios. Editora Garamond, 2003.

_____. **Experiências da loucura.** Editora Garamond, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Boitempo Editorial, 2015.

_____. **As lutas de classes na França (1848-1850).** São Paulo: Global, 1986.

PONTES, Maria Vânia Abreu. **Damião Ximenes Lopes:** a “condenação da saúde mental” brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica. 2015. 249f. - Dissertação (Mestrado)

- Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2015.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**. Uma introdução crítica. San Pablo, Editorial Cortez, Capítulo, v. 1, 2012.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SANTOS, Beatriz Oliveira. **Fórum Cearense da Luta Antimanicomial**: sua história a partir das narrativas de militantes. 2018.

SAMPAIO, José Jackson Coelho. **Trabalho e Sofrimento Psíquico em Petroleiros de Produção**: subjetivismo, penosidade e conformismo. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, Tese de Professor Titular, 2001.

SAMPAIO, José Jackson Coelho; CARNEIRO, Cleide. Rede de Atenção Integral à Saúde Mental de Sobral-CE: planejamento, supervisão e reflexões críticas. **Sanare-revista de políticas públicas**, v. 6, n. 2, 2007. Controle social e planejamento em saúde: a trajetória dos conselheiros municipais de saúde.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS RESIDENTES NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM PEDIATRIA

FERNANDA ALVES FARIAS

ANA PAULA SILVEIRA DE MORAIS VASCONCELOS

Introdução

É recorrente o debate a respeito das competências profissionais da/o Assistente Social, no campo da saúde, onde diversas publicações buscam analisar e apresentar as particularidades do exercício profissional nesta política. Dessa forma, pensar a categoria competência, no Serviço Social, torna-se fundamental, uma vez que são muitas questões a serem discutidas, principalmente quando se trata do contexto hospitalar, espaço ocupacional que possui uma dinâmica complexa e específica na qual devem ser considerados os desafios estruturais, éticos e políticos.

Este artigo apresenta um recorte dos achados referidos no Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) de uma das autoras sob a orientação da outra, reflexões e contribuições a respeito das competências profissionais da/o Assistente Social Residente, no processo formativo de residência em pediatria, nos cenários de prática, de um Hospital Pediátrico, situado em Fortaleza/CE, sendo referência em assistência pediátrica de alta complexidade no estado do Ceará, que faz parte do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS) da Esco-

la de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE). Destacando ainda as principais tendências do trabalho profissional das/os assistentes sociais residentes na política de saúde no enfrentamento da pandemia do COVID-19. Para isso, buscar-se-á identificar as competências profissionais, bem como os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias que o profissional residente de Serviço Social desenvolva nos cenários de prática.

A respeito da categoria competência utilizada nesse artigo destacamos o pensamento de Perrenoud (2000), um dos principais estudiosos sobre a categoria, onde o autor a define como a “faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com eficácia uma série de situações” (p.32). Este pensamento coincide com o que está proposto no Projeto Político Pedagógico da Residência Integrada em Saúde da ênfase em Pediatría (2013). Este documento destaca que os residentes devem contribuir e intervir no processo de trabalho articulando três principais eixos: conhecimentos, habilidades e atitudes (conhecido como “CHA”).

Para alcançar tais objetivos, serão considerados os limites e as possibilidades contemporâneos postos à intervenção da/o profissional residente de Serviço Social no Hospital, bem como as legislações e instrumentais que respaldam a atuação da/o Assistente Social na saúde, buscando realizar conexões com o que é proposto pedagogicamente pela Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE, por meio da condução pedagógica.

Dessa forma, faz-se necessário realizar um resgate histórico do processo de regulamentação jurídica normativa dos programas de residências para situar o/a leitor/a historicamente e assim perceber como iniciou-se e como vem sendo desenvolvido os programas de residência na área profissional da saúde.

De acordo com a brochura “*Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão*” (2017), publicada pelo CFESS, a qualificação profissional e a formação de profissionais comprometidos com uma política de saúde pública, universal, estatal e de qualidade é fundamental e as residências podem se constituir como uma estratégia importante.

A Lei Federal 11.129, de 30 de junho de 2005, instituiu as residências em área profissional da saúde. Ressalta-se que a/o profissional de saúde residente de Serviço Social desenvolve a sua formação atrelando conhecimentos teóricos-práticos em modalidade de dedicação exclusiva sob supervisão de uma/um profissional de referência no cenário de prática.

Ainda em 2005, por meio da Portaria Interministerial nº 2.118, foi instituída a parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde. A Portaria Interministerial nº 2.117, também de 2005, institui a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências.

Segundo a Portaria nº 45 de 2007¹, a Residência Multiprofissional em Saúde caracteriza-se como ensino de pós-graduação *lato sensu* destinado às profissões que se relacionam com a saúde, sob a forma de curso de especialização caracterizado por ensino em serviço, sob a orientação de profissionais de elevada qualificação ética e profissional.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021, a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde.

¹ A Portaria nº 45 de 2007 está vigente e foi alterada pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.224, de 3 de outubro de 2012.

de, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais e duração mínima de dois anos, em regime de dedicação exclusiva.

Trazendo para o âmbito do Estado do Ceará, a Escola de Saúde Pública possui documentos que normatizam e direcionam o programa, dentre eles destacamos o Projeto Político Pedagógico, específico de cada ênfase e o Regimento Interno da COREMU-ESP/CE, os quais visam apresentar as diretrizes educacionais e organizacionais, oportunizando conhecer e compreender os pressupostos educacionais e as normas do programa.

A relevância da pesquisa apresentou-se na necessidade de estruturação das competências profissionais que são construídas no processo formativo da/o profissional de saúde-residente de Serviço Social, nos cenários de prática, pois não há documentações específicas sobre a atuação deste profissional no âmbito da Pediatria, entretanto, há documentos que norteiam as residências multiprofissionais e a prática profissional da/o Assistente Social na área da saúde, dentre eles pode-se citar a publicação do Conselho Federal de Serviço Social, *“Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão.”* (2017)

Vale ressaltar a necessidade de aprofundar o debate sobre a temática, fortalecendo a pesquisa a respeito da prática profissional na saúde, diante das demandas e realidades do cotidiano profissional da/o Assistente Social Residente em um Hospital Pediátrico, no intuito de contribuir na produção e construção de conhecimentos, bem como dar visibilidade à atuação profissional, no Programa de Residência em Saúde, considerando que este é um espaço de formação e de exercício profissional da/o Assistente Social e que em cada cenário de prática existem suas especificidades de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes). Tais implicações surgiram diante da vivência de uma das autoras como Residente de Serviço Social na Ênfase de Pediatria, levando em consideração os desafios éticos que

se apresentam na prática profissional e que se estendem para o processo de formação em serviço.

Percebeu-se a necessidade de evidenciar as competências profissionais pertinentes nos cenários de prática, levando em consideração as competências profissionais e atribuições privativas da/o Assistente Social definidos na Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8.662/1993, relacionando-as com o que é determinado pela legislação específica que regulamenta o Programa de Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará.

Assim, para identificar as competências profissionais é preciso considerar o contexto organizacional, os objetivos estratégicos a serem alcançados e as competências que lhe são próprias. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Residência Integrada em Saúde da ênfase em Pediatria (2013), os residentes devem ser capazes de realizar contribuições e intervenções pertinentes ao processo de trabalho, sendo assim, agentes transformadores do conhecimento, habilidades e atitudes (conhecido como “CHA”), caracterizadas por competências individuais.

É preciso fortalecer o debate a respeito das competências profissionais e das atribuições profissionais no âmbito do projeto crítico do Serviço Social. O Código de ética e a Lei de Regulamentação do Serviço Social orientam na definição das competências, uma vez que elegem os princípios necessários para construir e estabelecer as relações profissionais. Iamamoto (2008) alerta da necessidade do aprofundamento desse debate quando afirma que “as competências e atribuições privativas do Assistente Social resguardadas na legislação profissional são temas praticamente silenciados, afora a atribuição referente à gestão e avaliação das políticas, programas e projetos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p.464)

Vale destacar que diante da Pandemia do COVID-19, as/os assistentes sociais residentes foram bastante desafiados, diante da diferente rotina que se apresentava em seu cotidiano, sendo necessário então, repensar sobre as rotinas, os atendimentos, as atividades multiprofissionais, dentre outras atividades.

A rotina dos residentes multiprofissionais teve que ser ajustada para evitar aglomerações e assim a proliferação do vírus, sendo usada a estratégia de plantões em dias alternados, atendimentos individuais dos usuários, evitando a circulação das dependências do hospital, as atividades teóricas passaram a ser em formato virtual para garantir o distanciamento social e as atividades multiprofissionais em grupo com os usuários foram suspensas.

Nesse sentido, é necessário problematizar a prática que forja a formação profissional da/o Assistente Social residente da Ênfase de Pediatria, levando em consideração o projeto ético-político do Serviço Social. Essa discussão será desenvolvida a partir da seguinte pergunta de partida: Quais são as competências e atribuições profissionais que a/o Assistente Social Residente da ênfase de Pediatria, deve desenvolver nos cenários de prática durante o processo de formação?

Método

No que se refere à metodologia, vale destacar que este artigo trata-se de um recorte dos achados referidos no Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) de uma das autoras sob a orientação da outra, sendo a pesquisa de natureza qualitativa e do tipo pesquisa de campo, pois no processo de sistematização dos dados obtidos por meio das falas das profissionais, buscando trabalhar com toda complexidade e contradições de fenômenos singulares em termos de suas origens e de sua razão de ser, buscando interpretar os dados de maneira mais ampla.

Vale ressaltar que os dados foram coletados após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição de origem da primeira autora, nº do parecer: 4.279.792, via Plataforma Brasil, respeitando a Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016 a qual considera a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos e também respeitando a resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012 a qual aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

As/os participantes da pesquisa foram abordadas/os e informadas/os dos princípios éticos, e aqueles que atenderam aos critérios de inclusão e desejaram participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os sujeitos da pesquisa foram as assistentes sociais que atuam ou já atuaram como profissionais de referência dos cenários de prática em questão, visto que no decorrer da pesquisa algumas/alguns profissionais foram remanejadas/os de um cenário a outro, por isso algumas entrevistadas não estavam atuando como profissionais de referência. Segue uma tabela com o perfil das/os participantes da pesquisa:

TABELA 1 - PERFIL DAS ASSISTENTE SOCIAIS ENTREVISTADAS QUE ATUAM EM UM HOSPITAL INFANTIL EM FORTALEZA

Idade	Sexo	Vínculo Empregatício	Ano de Formação	Tempo de trabalho na Pediatria	Possui Residência
60 anos	Fem	Estatutária	1986	30 anos	Não
33 anos	Fem	Cooperada	2010	3 anos	Sim
26 anos	Fem	Cooperada	2018	1 ano	Não
25 anos	Fem	Cooperada	2018	9 meses	Não

54 anos	Fem	Estatutária	1988	4 anos	Não
30 anos	Fem	Cooperada	2014	3 anos	Sim
38 anos	Fem	Cooperada	2009	4 anos	Sim
35 anos	Fem	Cooperada	2009	5 anos	Sim
38 anos	Fem	Cooperada	2007	6 anos	Sim
29 anos	Fem	Cooperada	2014	1 ano	Sim

FORNTE: Elaborado pela autora

Os critérios de inclusão dessas/es participantes foram: ter atuado durante um período mínimo de seis meses como profissional de referência dos cenários de prática, como preceptora ou orientadora do serviço, concordância em participar e disponibilidade em compartilhar suas vivências profissionais. No total, foram entrevistadas 10 (dez) profissionais, cada uma representando um cenário de prática. O Serviço Social, atualmente, conta com 42 profissionais, dentre os quais estão os preceptores ou profissionais de referência no serviço.

Os instrumentais de coleta de dados foram: roteiro de entrevista semiestruturada, diário de campo e roteiro para observação sistemática. Tais instrumentos de coleta foram essenciais para obter os dados necessários para a pesquisa.

Cada participante foi convidado a participar da pesquisa, esclarecido sobre os objetivos e os aspectos éticos, uma vez que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual consta os objetivos e os demais esclarecimentos sobre a participação na pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram guiadas por um roteiro de entrevista semiestruturada, sendo possível colher as informações necessárias para construir a pesquisa.

Foram realizadas 10 (dez) entrevistas, com duração média de 30 minutos, em local e horário variáveis, de acordo com a disponibilidade da entrevistada. As entrevistas foram gravadas com a autorização das participantes e posteriormente transcritas.

O presente estudo firma-se pela técnica de análise hermenêutica dialética, técnica que busca realizar a síntese dos processos compreensivos e críticos. Esta técnica é, então, proposta como um “caminho do pensamento” (MINAYO, 2004) que abarque tanto o “como fazer”, quanto o “como pensar” na análise dos dados (BICALHO, 2009).

Além dos dados obtidos nas entrevistas realizadas, foram consideradas as anotações em diário de campo da autora referente às vivências nos cenários de prática. O percurso reflexivo deste artigo se deu à luz da legislação que embasa a Residência Integrada em Saúde da ESP/CE e sob orientação de um projeto profissional crítico expresso na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 2006).

Resultados e discussões

Neste tópico serão apresentados os dados referentes à pesquisa realizada com as Assistentes Sociais que são ou já foram profissionais de referência nos cenários de prática, do Hospital Infantil em questão, buscando sistematizar as informações colhidas por meio das falas das assistentes sociais coletadas durante as entrevistas e do diário de campo de uma das autoras enquanto residente de Serviço Social em Pediatria. Os resultados e discussões serão divididas em 3 (três) eixos, que são: Eixo A - Cenários de Prática da Residência em Saúde com ênfase em pediatria, Eixo B - Atuação Profissional da(o) Assistente Social na Pediatria e Eixo C - Competências profissionais da/o

Assistente Social residente nos cenários de prática considerando os conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA).

Eixo A - Cenários de prática da residência em saúde com ênfase em pediatria

O campo de pesquisa em questão é um Hospital Infantil, de atenção terciária, situado em Fortaleza, e este possui 8 cenários de prática, que são eles: Urgência/ Emergência; Pediatria Geral; Ambulatórios; Neonatologia e Cuidados Paliativos; Gastroenterologia/ Nefrologia/ Pneumologia/ Cardiologia; Doenças Crônicas Complexas e Atenção Domiciliar; Especialidades Cirúrgicas e Oncologia Pediátrica.

Fez-se necessário o agrupamento dos cenários para tornar viável a sistematização dos dados obtidos no final da pesquisa e a determinação de tais cenários de pesquisa deu-se pela complexidade e demandas desses cenários no processo de formação da/o Assistente Social na ênfase de pediatria, sempre buscando destacar as especificidades de cada cenário.

Dessa forma, os cenários foram agrupados em três grupos:

1. Urgência/Emergência;
2. Ambulatórios;
3. Internamento (Pediatria Geral, Neonatologia e Cuidados Paliativos, Gastroenterologia/ Nefrologia/ Pneumologia/ Cardiologia, Doenças Crônicas Complexas e Atenção Domiciliar, Especialidades Cirúrgicas e Oncologia Pediátrica).

Eixo B - Atuação profissional da/o Assistente Social na pediatria

A identificação das competências profissionais das/os Assistentes Sociais residentes da ênfase em Pediatria foi construída

a partir das entrevistas realizadas com as profissionais de referência dos cenários de prática, uma vez que estas conhecem o campo e percebem o que é essencial que a/o profissional de saúde-residente apreenda durante seu percurso em cada referido cenário e também foi considerada a vivência de uma das autoras enquanto residente no referido hospital.

Seguem alguns depoimentos a respeito das atividades cotidianas das assistentes sociais entrevistadas, dentre estas atividades apresentam-se as competências e as atribuições privativas, bem como as demandas mais recorrentes para o Serviço Social:

“No cenário da Emergência, as principais atividades que executamos são: a articulação com a rede de garantia de direitos em caso de violações de direitos, acolhida e orientação nas visitas leito a leito, admissão das famílias dos pacientes das unidades fechadas (UTI 3 e Estabilização), grupos com os/as acompanhantes de pacientes de unidades fechadas tratando de temas relevantes, acolhida e orientações em ocasião de óbito e viabilização do acesso ao auxílio funeral, quando necessário. Essas são as principais.” (Entrevistada 1)

“Lá na UTI, nosso trabalho basicamente é inicialmente, o acolhimento, né, à família, após a entrada da criança na UTI [...] Esclarecimentos e orientações sobre as normas e rotinas da unidade, horário que a família pode ter acesso, quem pode ter acesso, telefones de contato, né? E a partir daí identificar se existe alguma demanda social daquela criança [...] E assim, o principal mesmo é garantir que os direitos da criança sejam cumpridos e viabilizados pela instituição. Outra demanda que aí essa é bem privativa é a questão dos encaminhamentos pra auxílio funeral que realmente isso quem faz é o Assistente Social. [...]” (Entrevistada 2)

“Na internação tem algumas especificidades, mas

no geral, é realizar admissão social do paciente, identificar se tem alguma demanda social, já nos primeiros atendimentos, acompanhamento de casos sociais, articulação com os órgãos de proteção da criança e do adolescente, viabilização e contato com os municípios do interior para solicitar insumos, judicialização de insumos e dietas, acolhimento, que esta é uma função de todos os profissionais de saúde mas o acolhimento dos familiares, que por vezes estão muito fragilizados pela descoberta do diagnóstico e também as providências da alta hospitalar” (Entrevistada 4)

“O objetivo nesse ambulatório é acompanhar o atendimento dessas crianças, conhecer a realidade social, conhecer o perfil socioeconômico, conhecer as barreiras que possam interromper o tratamento, saber como essa família pode se deslocar, orientar o benefício né? coisa super importante que a gente já faz, BPC, Passe Livre. [...] e se tiver alguma situação de vulnerabilidade a gente pode encaminhar para os equipamentos né? Conselho Tutelar, CRAS, dentre outros.” (Entrevistada 7)

Assim, a prática profissional da/o Assistente Social na ênfase de pediatria pauta-se no acolhimento social da/o paciente e sua família, esclarecimentos e orientações sobre as rotinas das unidades, conhecer a realidade social e identificar as demandas sociais, acompanhamento dos casos sociais, articulação com a rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes em caso de violações de direitos, viabilização e contato com os municípios do interior para solicitar insumos, orientações sobre benefícios sociais, judicialização de insumos e dietas, providências da alta hospitalar, orientações em caso de óbito e viabilização do acesso ao auxílio funeral.

Por meio da fala das entrevistadas percebe-se que as profissionais de referência dos cenários possuem conhecimento

integral sobre a dinâmica de funcionamento dos cenários de prática e conseguem articular as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, fator que contribui para que as profissionais desenvolvam boas práticas em seu cotidiano profissional, bem como no direcionamento da formação profissional da/o Assistente Social residente.

As competências citadas acima são discutidas por Yamamoto (2007), onde ela afirma que:

“Essas três dimensões devem estar organicamente vinculadas em todo o processo de formação e fazer profissional para não correr o risco de cair em “dificuldades, identificadas pela categoria profissional que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militantismo e o tecnicismo” (IAMAMOTO, 2007, p.52)

Então, a partir do entendimento dessas dimensões pode-se realizar a leitura da realidade e do fazer profissional, diante do que se apresenta ao profissional em seu cotidiano, buscando sempre desenvolver suas competências profissionais em seus cenários de prática, respondendo às demandas do serviço.

No que se refere aos instrumentais técnico operativos do Serviço Social, extraiu-se das falas:

“Tem a ficha social padrão, que a gente tem no próprio Serviço Social que identifica o perfil socioeconômico, vulnerabilidade social, composição familiar, se tem acesso a rede socioassistencial, se recebe algum benefício [...] além da própria linguagem né? que a gente tá direto, é o mais usado... Tem alguns folders de orientação e tem algumas cartilhas específicas [...]” (Entrevistada 3)

“Acho que o principal instrumental do Assistente Social é o conhecimento e aí aqui eu me sinto

muito desafiada a estar sempre conhecendo como é que tá funcionando, as mudanças nas políticas públicas [...] o domínio das informações pra mim é o principal instrumento de trabalho, sem ele eu não faço nada, né? E aí além disso, de instrumental operativo nós temos os formulários, [...] a ficha de acompanhamento social, os instrumentos de articulação com a rede de proteção: relatório, ofício, né? Às vezes, eu uso o memorando para dialogar internamente com outros programas daqui. [...] Tenho muita preocupação em fazer tudo registrado, tudo escrito e inserindo dentro do prontuário. Eu também tenho uma agenda que pra mim também é um instrumental fundamental, em que eu registro qual o dia do retorno do paciente que está em acompanhamento social e tem uma tabela de controle para identificar os pacientes em acompanhamento [...].” (Entrevistada 5)

“Como são vários espaços aqui, existem instrumentais específicos, por exemplo, na UTI temos uma ficha de acolhimento social que pegamos algumas informações do paciente e sua família. No 3º andar temos uma ficha de entrevista social que aí essa é mais detalhada para que a gente consiga identificar alguma demanda social e realizar o acompanhamento. Além disso, tem o livro de registro diário, os relatórios sociais, os mapas diários e a ficha do Serviço Social dos cuidados paliativos. Acho que a escuta qualificada e a linguagem também são instrumentais muito importantes.” (Entrevistada 10)

Após a síntese das falas das profissionais, pode-se destacar a importância de buscar métodos que associam os conhecimentos e os instrumentais, esta conexão é importante para o processo de ensino-aprendizagem, objetivando superar a fragmentação de conhecimentos. Pode-se destacar também a definição de instru-

mental como arcabouço articulado de técnicas que permitem ao profissional operacionalizar sua prática profissional. Vale destacar que os instrumentais não podem ser tomados de forma dissociada da instrumentalidade, ou seja, ser tratados de forma isolada e sim necessitam ser articulados em uma unidade dialética: entrevista social, acompanhamento social, visitas, reuniões dentre outros. (KOUIMROUYAN, MARTINELLI, 1994)

Quando questionadas sobre os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias que a/o Assistente Social residente deve desenvolver na ênfase de pediatria, foi destacado que:

“É a questão mesmo da proatividade, de ser colaborativo, até mesmo da comunicação, né? com a equipe, até para a própria equipe compreender a residência, [...] essa comunicação é até mesmo para a gente vincular, pra gente trabalhar junto, pra entender os fluxos, para entender a dinâmica da unidade. [...] ter uma sensibilidade maior para atender essa família, tentar mesmo um atendimento humanizado.” (Entrevistada 8)

“O residente, ele tem que ser curioso, ter iniciativa, ser resolutivo, participativo também, né? Se colocar à disposição do serviço, do preceptor, ter essa troca com o preceptor, ser comunicativo, acessível, ter uma linguagem acessível para que o usuário entenda o que a gente tá falando, ter um bom conhecimento teórico, uma bagagem que proporcione atuar na prática de uma maneira mais ágil também. Porque a gente tendo esse conhecimento, conhecimento de rede, a gente consegue atuar de uma forma mais célere, para dar mais agilidade na resolução das demandas.” (Entrevistada 6)

“Então, a competência que eu acho mais eficaz é você trabalhar em cima do que lhe é de direito e do que está garantido em lei, você garante mais sucesso. Não adianta você ter uma lei que garante o

acesso para alguma coisa, você aplicar ali mas você precisa ter a habilidade de condução, até mesmo conduzir o diálogo com a equipe, encaminhamentos, então, a habilidade para questionar, a habilidade para encaminhar, a habilidade para tudo. Então, sem o conhecimento, sem a lei você não tem habilidade. E a atitude, não menos importante, talvez a mais importante, é aquela velha historinha, é você se colocar à disposição para fazer, se você quiser estar no serviço e ser apenas mais um profissional executor daquele serviço você segue mas eu acho que um profissional tem que ter sim atitude de fazer o seu melhor, o melhor pro usuário dentro das suas possibilidades”. (Entrevistada 9)

Percebeu-se que as falas focaram em competências atitudinais, não destacando habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. À respeito das falas apresentadas acima se percebe que as entrevistadas destacam a importância de desenvolver a proatividade, a colaboração, a participação, a comunicação, a curiosidade, a iniciativa e o diálogo com a equipe. De acordo com o Projeto Político Pedagógico - Ênfase Pediatria (2013), um dos objetivos específicos da residência multiprofissional em saúde é desenvolver competências humanas e técnicas nos profissionais-residentes para que tenham uma atuação norteada por uma concepção ampliada de saúde, em conformidade com os Princípios e Diretrizes do SUS, preceitos da Política Nacional de Educação Permanente, da Política Nacional de Humanização e da Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança.

Levando em consideração o que foi extraído da fala das entrevistadas, vale a pena a reflexão sobre o que apresenta Castro (2018), já que esta afirma que a Residência Multiprofissional em Saúde é marcada fortemente pelo elemento da contradição na medida em que se propõe a induzir a formação de profissionais condizentes com os princípios e diretrizes do SUS, mas

a sua legislação e os cenários de prática e ensino são marcados por um conjunto de condições objetivas e subjetivas que trazem entraves para efetivação dos programas de residência enquanto estratégia de alteração do trabalho e formação em saúde.

Eixo C - Competências profissionais da/o Assistente Social residente, nos cenários de prática em tempos de pandemia

De acordo com Santos (2011), a competência, para fins de organização de currículos na área de saúde, deve ser concebida como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho efetivo das atividades requeridas no contexto do trabalho.

Segundo Dutra (2001, 2004) e Fleury (2002), as competências humanas podem ser entendidas como um conjunto de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber ser).

Assim, a identificação e definição das competências necessárias e coincidentes em todos os cenários de prática da pediatria tem como objetivo conseguir delinear o que são as competências profissionais gerais, levando em consideração o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para uma boa atuação profissional.

Le Boterf (2003) destaca que competência não é um estado ou um conhecimento que se tem. Segundo o autor, competência é mobilizar conhecimentos e experiências para atender as demandas e exigências de determinado contexto que apresenta influências das relações de trabalho, cultura organizacional, situações imprevistas, restrições de tempo e de recursos.

Destaca-se que o Trabalho Interprofissional foi suscitado apenas nos conhecimentos necessários para atuação, sendo

preciso constar nas habilidades e atitudes, pois a Residência Integrada em Saúde tem como premissa a colaboração interprofissional. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2013), a Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase em pediatria é uma estratégia para promover a educação permanente interprofissional e interdisciplinar na assistência ao paciente pediátrico e habilitar profissionais para atender a demanda da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Ceará.

Diante do exposto, pode-se destacar o pensamento de Iamamoto (2014):

O exercício da profissão exige um profissional que tenha competência de ir além da imediatividade institucional para buscar apreender “[...] no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Nos cenários do internamento são inúmeras as atribuições, demandas e requisições que se apresentam à/ao profissional do Serviço Social, exigindo que a/o Assistente Social Residente desenvolva as competências levando em consideração os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de forma que consiga responder as requisições que aparecem no cotidiano profissional.

Levando em consideração o pensamento de Iamamoto (2007):

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca

construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo... (IAMAMOTO, 2007, p.49)

O trabalho em equipe e interprofissional aparecem em quase todos os cenários, porém avalia-se que seria importante a realização do trabalho em equipe e interprofissional em todos os cenários. Silva (2016) salienta que a “formação na lógica da interdisciplinaridade e com foco na integralidade das ações não se realiza no campo do abstrato ou da retórica, são necessárias condições objetivas para seu desenvolvimento”. (p. 221)

De acordo com Santos (2011), quando analisada sob a ótica da formação profissional na área da saúde, competência deverá se traduzir na capacidade de um ser humano cuidar do outro, colocando em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários para prevenir e resolver problemas de saúde em situações específicas do exercício profissional.

Competência e habilidade são dois conceitos que estão relacionados. A habilidade é conseguir pôr em prática as teorias e conceitos que foram adquiridos, enquanto a competência é mais ampla e consiste na articulação entre conhecimentos, atitudes e habilidades (GUERRA *et al.*, 2016, p. 8).

Por fim, considerando as competências profissionais identificadas ao longo do estudo, percebe-se que as requisições profissionais são diversas, exigindo dos profissionais um compromisso ético-político diante dos desafios do cotidiano profissional para que assim possam reafirmar a atuação profissional no processo de cuidado e na formação profissional dentro do Programa da Residência Multiprofissional.

Considerações Finais

O presente estudo foi fruto de uma ampla reflexão que permeia a prática profissional das/os assistentes sociais que atuam como residentes na ênfase em Pediatria. A formação norteadora por competências implica desenvolver no profissional a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com as diversas demandas que são apresentadas ao Serviço Social, em um Hospital Pediátrico.

É importante destacar que a identificação e apresentação das competências profissionais não tem como objetivo esgotar as possibilidades de atuação profissional, mas sim apontar um conjunto de saberes, conhecimentos, habilidades e comportamentos que qualificam a prática do profissional.

Deste modo, considerou-se as diversas informações colhidas na pesquisa para então chegar ao recorte final e nesta perspectiva alcançar conhecimentos que serviram de base para definição das competências, as quais devem orientar a prática do profissional residente de Serviço Social, bem como nortear o processo avaliativo dos preceptores de referência dos cenários de prática.

Este artigo apresentou as competências, baseadas nos conhecimentos, habilidades e atitudes esperadas do profissional residente, buscando este ser um documento de referência para orientar os processos de ensino-aprendizagem do Assistente Social Residente.

Importante ressaltar que as informações obtidas empiricamente por meio das entrevistas com as profissionais foram analisadas criticamente e assim estruturou-se quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que se pode considerar essenciais na formação do profissional residente de Serviço Social.

Considera-se, então, que a identificação e apresentação de tais competências profissionais fortalecem a prática e contribuem na formação de qualidade dos/as Assistentes Sociais Residentes, no atendimento adequado às demandas de saúde, dentro do que faz referência aos conhecimentos, habilidades e atitudes. Vale destacar também que a estruturação de tais competências podem nortear as avaliações dos preceptores/as quanto à atuação dos/as profissionais residentes, buscando estabelecer fluxos e instrumentais que norteiem os/as profissionais de saúde - Residentes e Preceptores, dentro do processo de formação que a Residência Multiprofissional propõe.

Face aos resultados da pesquisa, ficou devidamente evidenciado que as/os profissionais de Serviço Social Residente contribuem para a viabilização dos direitos à saúde e que ter as competências profissionais bem definidas em um documento pode ser norteador no que diz respeito à prática profissional com a especificidade em Pediatria, sendo imprescindível para um processo de aprendizagem completo.

Quanto aos desafios neste espaço sócio-ocupacional pode-se destacar as diversas demandas que são apresentadas à/ao Assistente Social e que não são competências deste profissional, em virtude disto, o residente deve saber quais são suas reais competências profissionais para que tenha um norteamento de suas ações, materialize suas atribuições e competências profissionais e assim, consiga defender sua identidade profissional.

Por todo exposto, acredita-se que as análises referendadas ao longo desta pesquisa, apontam que a/o Assistente Social Residente tem a responsabilidade de desenvolver sua atuação de forma ética e desenvolvendo as competências sinalizadas no decorrer deste artigo para que alcance os objetivos propostos pedagogicamente pela Residência Multiprofissional.

Considerou-se as adaptações na forma de atendimento, especialmente na forma de atender aos usuários e realizar as atividades teórico-práticas, porém o Serviço Social continua a intervir nas mais variadas expressões da questão social, sempre relacionando os conhecimentos: técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico que são essenciais no trabalho na política de Saúde.

Cabe aos Assistentes Sociais, sobretudo residentes, ter a capacidade de conhecer a pluralidade de práticas, e para entender isso é necessário perceber a importância da sistematização das práticas profissionais, pois assim pode-se aperfeiçoar os modos de intervenção profissional.

Finalmente, espera-se que este estudo possibilite mais discussões acerca do tema, contribuindo para que as especificidades das competências do Serviço Social em cada cenário de prática sejam destacadas, no sentido de fundamentar e estender os mecanismos que são utilizados no processo formativo do profissional residente de Serviço Social no campo da Pediatria.

Referências

BRASIL. **Lei de regulamentação da profissão** - Lei 8.662/93. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3a229u3e>>. Acessado em 16 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da educação. Resolução N.15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4dh3u3xc>>. Acesso em: set.2019

BRASIL. Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Pro-Jovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a**

Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mch2wvd>> Lei/L11129. Acesso em: 03 agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da educação. Resolução nº 2, de 4 de maio de 2010. **Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) das instituições que oferecem programas de residência multiprofissional ou em área profissional da saúde.** Brasília, 2010.

BRASIL. Portaria Interministerial MEC/MS n. 1.077, de 12 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.** Brasília, 2009.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 2.118 de 3 de novembro de 2005. **Institui parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na área da saúde.** Brasília, 2005.

BRASIL. Portaria Interministerial n.45/2007. **Institui diretrizes para o credenciamento de programas e determina a composição da CNRMS destaca-se que a Portaria Interministerial nº 45/2007** (atualmente revogada pela Revogada pela Portaria Interministerial no 1.077/09).

BRASIL. Portaria Interministerial nº 2.117, de 04 de novembro de 2005. **Institui o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS.** Brasília, 2005.

BRASIL. Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.224, de 3 de outubro de 2012. **Altera a Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, e a Portaria Interministerial nº 1.320, de 11 de novembro de 2010, que dispõem sobre a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS.** Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:** a resolução nº 510/2016 Brasília 2012

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Parecer Jurídico N. 27/98. **Análise das competências do assistente social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional.** São Paulo, SP, 1998. Disponível em: <<https://tinyurl.com/45y-5zrcm>>. Acesso em: abr. 2020.

CFESS. **Residência em Saúde e Serviço Social:** subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2017.

BICALHO, R. A. **Das histórias de violência em uma Empresa Júnior à reprodução da ideologia da Administração.** Dissertação (Mestrado em Administração). UFMG, 2009.

CASTRO, M.M.C. **As residências multiprofissionais em saúde e o serviço social.** Revista Serviço Social em Perspectiva - Montes Claros, Edição Especial, março de 2018. p.473-484 Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social - I ENMSS.

DUTRA, J. S.; **Gestão por Competências:** um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001.

FLEURY, M. T. L. A gestão de competência e a estratégia organizacional, In: FLEURY, M. T. (Coord.). **As Pessoas na Organização**. São Paulo: Gente, 2002.

GUERRA, Y. et al. **Atribuições, competências, demandas e requisitos**: o trabalho do Assistente Social em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., Ribeirão Preto. Anais [...]. Ribeirão Preto: ENPESS, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/55au2ht8>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, 2014.

KOUMROUYAN. E. MARTINELLI. M.L. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 45 Ano XV. Ago. 1994.

LE BOTERF, G. (2003). **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed Editora. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4tx6xpe2>>. Acesso em: 06 de jun.de 2021.

LOPES, C.F. Competências e Atribuições do Assistente Social: reflexões preliminares. In: Cinthia Fonseca Lopes. (Org.). **Competências e atribuições do/a Assistente Social** - Requisitos e conhecimentos necessários. 1ed. Fortaleza: Socialis, 2018, v. 1, p. 09-32.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

OLIVEIRA, V. D. **Projetos político-pedagógicos das residências multiprofissionais em saúde.** Dissertação Mestrado em Serviço Social. ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

PERRENOUD, P. Construindo competências. Entrevista concedida a Paola Gentile e Roberta Bencini. In: **Revista nova escola.** N. 135. Set. 2000. pp 19-31.

QUEIROZ, M. DE. Formação por competência no serviço social: novas exigências do mercado de trabalho. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 47-63, jul./dez. 2020.

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS:** uma contribuição necessária. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

ROLIM, G. N. **A residência multiprofissional em saúde como espaço formativo e interdisciplinar: a experiência do serviço social em um hospital universitário público.** Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior - POLEDUC/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015

SANTOS, W. S. Dos. **Organização curricular baseada em competência na educação médica.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 35, n. 1, p. 86-92, 2011. Disponível em:. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, L. C.; BROTTTO, M. E. **Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social:** dilemas na formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro, 2016 - n. 37, v. 14, p. 126-149.

STEIN, E. **Dialética e Hermenêutica**: uma controvérsia sobre método e filosofia. In: *Dialética e Hermenêutica*. (Jurgen Habermas). São Paulo: L&PM, 1987, p.98-134.

VASCONCELOS, A. P. S. M; PEIXOTO, S. L. F. Hospital: Lócus de atuação e formação profissional para Assistentes Sociais. In: Cinthia Fonseca Lopes. (Org.). **Competências e atribuições do/a Assistente Social** - Requisições e conhecimentos necessários. 1ed. Fortaleza: Socialis, 2018, v. 1, p. 33-56.

EIXO 2:

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
ENSINO SUPERIOR**

ENSINO REMOTO EMERGEN- CIAL E O AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DA FORMA- ÇÃO PROFISSIONAL

DARLIANE MARIA HOLANDA COSTA
ANA ROCHELLY SILVA COSTA CAVALCANTE

Introdução

As transformações societárias em curso suscitam fecundos debates e indagações sobre os rumos da política educacional brasileira e seus desdobramentos no processo de formação dos(as) assistentes sociais, sobretudo diante dos retrocessos, que se ampliaram no contexto da pandemia do COVID-19, desvelando a fase corrosiva do capitalismo financeiro, ao mesmo tempo que coloca para a sociedade um conjunto de desafios e exige um olhar ampliado sobre os rumos da política educacional brasileira.

Nesse contexto, surge o ensino remoto emergencial, estrategicamente pensado como solução rápida, com a finalidade de minimizar os impactos das medidas de isolamento social sobre a aprendizagem dos/das alunos/alunas, caracterizando-se pela mediação da tecnologia. Nesse sentido, o ensino remoto caracteriza-se pela disponibilidade do conteúdo *online* e transmissão das aulas em tempo real, diferenciando-se da modalidade à distância, que tem estrutura e metodologia pensadas para garantir a educação à distância e dispõe de ambiente de aprendizagem apropriado para prestar atendimento, aplicar atividades e outros recursos tecnológicos de apoio.

Entretanto, mesmo sendo possível a retomada das atividades presenciais, nos cursos de modalidade presencial, as aulas remotas ainda vêm sendo amplamente implementadas contribuindo com o aprofundamento da desigualdade social.

Após a experiência de ensino remoto no ano de 2020, no curso presencial de Serviço Social ofertado por uma instituição privada localizada na região do Maciço de Baturité, no Ceará, nos surge os seguintes questionamentos: quais as implicações do ensino remoto emergencial no processo de formação dos(as) assistentes sociais? Em que condições ocorreu o trabalho docente?

Para a construção deste relato lançou-se mão de pesquisa bibliográfica fundamentada nas leituras dos autores que dialogam com a perspectiva crítica. O relato dessa experiência visa introduzir algumas reflexões sobre precarização do ensino e formação profissional, sem, contudo, adentrar nos aspectos mais específicos da formação profissional. Trata-se de um primeiro aporte a um tema complexo e polêmico, no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que os desdobramentos e impactos na aprendizagem precisam ser aprofundados a partir das condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, que vive no seu cotidiano a exclusão digital.

Desenvolvimento

Em 30 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia do COVID-19, problema de emergência de saúde pública de importância internacional, transformando-se em um grande desafio para a ciência, medicina, economia, trabalho e vida planetária. A imprevisibilidade sobre o futuro da humanidade permeou o cenário mundial exigindo dos mais variados segmentos soluções oportunas e acertadas.

Frente às incertezas que cercam os rumos da pandemia, neste momento, um dos grandes desafios é compreender o tempo presente e as mudanças pelas quais passam o Serviço Social.

Assim, diante da complexidade da conjuntura atual e do objetivo principal desse estudo buscamos dividi-lo em três subseções, 2.1, 2.2 e 2.3 sendo distribuídas nos seguintes tópicos: 2.1 Crise estrutural do capital e da crise sanitária na sociedade brasileira; 2.2 Ensino remoto emergencial: o deslocamento do direito à atividade essencial e 2.3 Reflexões sobre o ensino remoto e as implicações na formação profissional do Assistente Social.

O tópico 2.1 denominado “Crise estrutural do capital e da crise sanitária na sociedade brasileira” busca, de forma sucinta, trazer uma contextualização da crise estrutural do capital, do projeto neoliberal já em curso desde a década de 70 e seus rebatimentos no mundo do trabalho e nas relações sociais, intensificadas pela pandemia do COVID-19.

Já no tópico 2.2 designado “Ensino remoto emergencial: o deslocamento do direito à atividade essencial” buscamos trazer alterações importantes que já evidenciavam a tentativa de inserir as novas tecnologias na educação, de forma mais incisiva, e que teve seu processo acelerado pela pandemia do COVID-19. Nesse tópico também trazemos considerações importantes sobre as condições do trabalho docente, os desafios para os discentes e as implicações no processo de aprendizagem através do ensino remoto emergencial.

E por fim o tópico 2.3 “Reflexões sobre o ensino remoto e as implicações na formação profissional do Assistente Social” dialogamos sobre os impactos que o aligeiramento do ensino remoto emergencial, sem planejamento prévio, tem sobre a qualidade da formação profissional do Assistente Social.

Partiremos, portanto, das categorias: ensino remoto emergencial, Serviço Social, formação profissional e pandemia do COVID-19. Para tanto, alguns dos autores utilizados na fundamentação foram: Behring e Boschetti, (2008), Carvalho (*et al.*, 2010), Antunes (2021), Alves (2013), Martins (2001), Netto (1992), Iamamoto (2010), dentre outros.

Crise estrutural do capital e da crise sanitária na sociedade brasileira

As manifestações dos fenômenos sociais, na contemporaneidade, se inscrevem na dinâmica do processo de produção e reprodução das relações sociais, na atual fase do capitalismo agravadas mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo. Desse modo, as propostas educacionais que emergem nesse cenário vinculam-se aos projetos societários hegemônicos.

As transformações desencadeadas no mundo do trabalho, a partir da década de 1970, quando o capitalismo mundial se reinventou para dar resposta à queda da taxa de seus superlucros, qualificado por Behring (2008) como “reação burguesa à crise do capital”, exigiu uma série de medidas restritivas da função do Estado.

As pressões para uma refuncionalização do Estado capitalista nos anos 1980 e 1990 estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970 [...]. Esta reação aprofunda ou mantém algumas características enunciadas no conceito de capitalismo tardio, que supõe a chamada onda longa de estagnação, que se desenvolve desde final dos anos de 1960 até os dias de hoje, segundo as melhores análises críticas dos processos contemporâneos (BERHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 32-33).

No Brasil, a reação burguesa intensificou-se na década de 1980, com o advento das novas tecnologias, da robótica e da microeletrônica, que introduziram um novo modo de produção e de organização do trabalho, cujas expressões maiores foram a externalização da produção via flexibilização, precarização do trabalho, terceirização e subcontratação, acompanhadas de um conjunto de medidas de redução de direitos sociais e trabalhistas. “Os anos de 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, tratada na literatura disponível como reestruturação produtiva [...]” (IDEM, 2008, p. 33).

As desregulações mais severas ocorreram a partir da década de 1990, quando a ideologia neoliberal já disseminada nos países centrais, intensificou o recrudescimento da precarização do trabalho, através da contratação temporária, terceirizada e informal.

Fundado nos circuitos cibernéticos informacionais, o sistema do capital encarna novas formas de acumulação e valorização, agravando e ampliando contradições, assimetrias, apartações e desigualdades. [...] A chamada revolução Técnico-Científica propiciou a emergência de novas conexões de tempo e espaço, a partir da mediação das máquinas no cotidiano, instituindo novas formas de viver e conviver. O virtual passa a dominar os espaços da vida (CARVALHO, *et al.*, 2010).

Nessa fase do processo de acumulação a burguesia capitalista implementou um conjunto de “reformas” estruturais permeado por contradições e tensões conduzidas pelo chamado:

[...] ajuste neoliberal, especialmente com um novo perfil das políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais, bem como um

novo padrão da relação Estado/ sociedade civil, com fortes implicações para o desenvolvimento das políticas públicas, para a democracia e para o ambiente intelectual e moral (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 34).

A generalização do desemprego, da fome e da miserabilidade humana constitui-se expressão da crise estrutural do capital e do esgotamento do seu modo de produção.

Estudo recentemente publicado pelo Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, divulgado em julho de 2021, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) evidencia que a pandemia do COVID-19 levou mais de 118 milhões de pessoas a passar fome no mundo. Sem dúvidas, a pandemia associada aos efeitos da crise econômica ampliou a insegurança alimentar e aviltou as condições de pobreza.

Embora a pandemia tenha contribuído para o aprofundamento da recessão econômica, as medidas de contenção do avanço do vírus não podem ser consideradas, isoladamente, causas da crise global. A conjugação da crise econômica e crise sanitária acirrou as desigualdades sociais e as condições de precarização do trabalho, com efeitos devastadores sobre trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, que nas últimas décadas estão vivenciando um processo de corrosão dos direitos sociais impostas pelo projeto hegemônico de orientação ultraneoliberal, que reifica novas e velhas expressões da questão social.

Dentre tantos aspectos nefastos, que têm sido intensamente discutidos, liberou-se também o perverso trabalho intermitente, que se tornou legal e formal. Mas é bom enfatizar que se trata de algo que legaliza o vilipêndio, de um formal que legaliza a informalidade. Com Bolsonaro, o quadro se

tornou verdadeiramente desesperador para a classe trabalhadora (ANTUNES, 2021, p. 111).

A emergência em saúde pública atingiu os centros dinâmicos do capitalismo mundial, a periferia industrializada emergente e as nações subjugadas pelo imperialismo financeiro deixando a economia planetária imersa “[...] em contradições sociais alucinantes, sob um mundo de sombras e fantasmas-gorias contingentes (tudo que parece sólido se desmancha)” (ALVES, 2013, p. 38). A crescente massa empobrecida e sem trabalho confirma tempos de capitalismo acentuadamente destrutivo no auge das suas contradições sistêmicas, Alves (2013) explica que:

A crise histórica do capitalismo global é uma crise de reprodução social. Quanto mais o capital explicita suas contradições sistêmicas, mais tende a se incrementar o fetichismo social como modus sistêmico de ocultar/deslocar as contradições objetivamente postas. E, portanto, mais se disseminam valores-fetice (ALVES, 2013, p. 37).

No processo de incorporação dessas mudanças é necessário educar os sujeitos para que assimilem valores e princípios próprios dessa “nova ordem”. A nova configuração do mundo do trabalho exige sujeitos sociais capazes de lidar com as imprevisibilidades e incertezas que se intensificam no limiar do século XXI. Segundo Alves (2013, p. 31):

[...] nos locais de trabalho, operários e empregados convivem com o medo e a ansiedade diante das pressões pelo cumprimento de metas de produção e resultados. Eles introjetam em si e para si o senso de responsabilidade estranhado com metas humanamente impossíveis de serem cumpridas.

Reforçando essas novas tendências ganha força na sociedade um discurso que dissemina a ideia da democratização do acesso às oportunidades sociais, onde cada indivíduo, por meio do esforço pessoal, deve desenvolver potencialidades e mobilizar recursos que respondam às exigências do mundo contemporâneo, através da incorporação de novas habilidades, dentre elas a capacidade de comunicar-se adequadamente, a utilização da linguagem, da informática e dos recursos trazidos pela semiótica e o desenvolvimento de autonomia intelectual para a resolução de problemas práticos.

A letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver.[...] E esse movimento para salvar a economia, amplia ainda mais sua letalidade sobre a classe trabalhadora; como se pode observar a cada nova medida deste *governo-de-tipo-lumpen*, a pretexto de recuperar a economia, essas medidas querem impor a milhares de trabalhadores e trabalhadoras a obrigatoriedade de voltar ao trabalho, para garantir o emprego (ANTUNES, 2021, p. 115).

A crise sanitária associada a crise estrutural do capital lançou um contingente de homens, mulheres, jovens e adultos num mundo de incertezas, de imprevisibilidades sem perspectiva de futuro, vítimas do adoecimento físico e mental.

Ademais, fica evidente que a pandemia exacerbou a miséria e expôs contradições históricas do sistema capitalista, que para manter suas taxas de lucratividade, ressignificou suas estratégias, como evidenciado na política de educação. Nesse sentido, as alterações nas políticas públicas, brasileiras, altera também o fazer profissional, as demandas profissionais e contribui para o

rebaixamento da formação profissional em um tempo histórico permeado de incertezas.

Ensino remoto emergencial: o deslocamento do direito à atividade essencial

A hegemonia de uma classe sobre a outra não se constrói apenas por processos repressivos, a burguesia busca obter a direção “moral e intelectual”, utilizando mecanismos diversos. Dentre eles, as políticas educacionais, historicamente, instrumentalizadas pela classe dominante.

No contexto sócio-histórico de reformas neoliberais a educação é considerada negócio e possibilidade de auferir e maximizar lucros. No Brasil, o processo educacional adquire particularidades “[...] localiza-se na participação das políticas educacionais na definição das formas concretas de integração dos homens na nova reorganização da economia mundial, da mundialização e financeirização do capital” (GUERRA, 2013, p. 237).

A investida do projeto neoliberal na educação ocorreu através da constituição de um conjunto de normativas tal como, a “[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a lógica instrumental, gerencial e produtiva que constitui o marco da reforma regressiva das políticas sociais e da precarização e mercantilização da educação” (IDEM, 2013, p. 237). Sob o enfoque neoliberal, o investimento em capital humano é importante para a competitividade, eixo central do processo educativo e como tal, indutor do desenvolvimento econômico.

Em um contexto de retração de direitos e agravamento das expressões da questão social, pensar a formação profissional em Serviço Social é tarefa imperiosa, visto que a profissão sofre os rebatimentos das determinações macroscópicas. Assim, a expan-

são do ensino privado veio acompanhada de distorções e contradições, tanto no que se refere ao acesso quanto à qualidade.

[...] a exigência de trabalhadores polivalentes, cooperativos e capazes de desenvolver toda sua potencialidade de aprendizagem e de trabalho, bem como a eleição do conhecimento como mola propulsora desta etapa recente de reorganização do capitalismo, constituíram o caldo cultural que vem permeando as mudanças operadas no conceito da educação necessária para a formação dessa mão de obra (MARTINS, 2002, p. 86).

Como marco das inflexões regressivas da educação, no Brasil, nas últimas décadas, registra-se a expansão da modalidade de ensino à distância fruto de uma clara ação pública estatal, “[...] cujo perfil de política econômica/social alinha-se com princípios e diretrizes neoliberais, na defesa pela redução/contenção do uso do fundo público para o provimento das políticas públicas sociais de caráter universal” (CFESS, 2015, p. 15).

Assim, com o projeto neoliberal em curso no Brasil, Bolsonaro, desde sua campanha, já afirmava que a modalidade EaD poderia ser implantada desde o Ensino Fundamental, argumentando sobre o barateamento dos custos com educação e o combate à propagação da ideologia Marxista no ensino, evidenciando a tentativa de inserção das novas tecnologias digitais na educação, materializando-se através da Portaria nº 2.117 (BRASIL, 2019), que permitiu que cursos superiores ofertados na modalidade presencial ofereçam até 40% de sua carga horária total através da modalidade a distância (EaD), exceto os cursos de Medicina.

Vale ressaltar que embora o presente estudo trate exclusivamente do ensino remoto emergencial, frisar a investida para expansão da educação à distância é importante para compreender

a facilidade em introduzir o ensino remoto emergencial como estratégia da pandemia do COVID-19, mas que não se configure na supressão desta com o fim do contexto pandêmico.

Na instituição de ensino onde ocorreu a experiência das pesquisadoras, com o avanço da pandemia, no ano de 2020, as aulas remotas passaram a ser implementadas, conforme dispõe a portaria ministerial (Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020)¹. Dessa forma, o ensino remoto consistiu na oferta de aulas remotas síncronas, associadas ao desenvolvimento de atividades remotas assíncronas abrangendo todos os cursos ofertados na instituição.

Portanto, no início as aulas foram substituídas por atividades dirigidas. Rapidamente a estratégia utilizada pela instituição foi a introdução de aulas remotas de forma síncrona, assim, deu-se início a capacitação de docentes para as plataformas digitais, que na instituição experienciada foram as plataformas do *google meet* e *streamyard*. A capacitação foi dada de forma aligeirada, o corpo docente teve que se adaptar rapidamente às novas tecnologias metodológicas ligadas às tecnologias educacionais, adaptando conteúdos e desenvolvendo habilidades de manejo dos recursos tecnológicos e na semana seguinte já iniciava-se a investida nas aulas remotas com o corpo discente.

Houve uma rede de apoio entre os próprios docentes da IES, no entanto cresciam os relatos de cansaço e adoecimentos mentais, a falta de recursos e equipamentos tecnológicos para ministrar as aulas remotas, a cobrança em adaptar-se às novas exigências da instituição, gerando medo e insegurança.

O ensino remoto foi oportunamente assumido como única alternativa capaz de dar sentido e continuidade à educação, assegurando os superlucros respaldados na ilimitada explora-

¹ Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19.

ção e espoliação do trabalho. Instituído sem diálogo com a sociedade, no intuito de flexibilizar a legislação educacional, acentuando a precarização do ensino e falta de acesso de forma igualitária. Além disso, as condições objetivas e históricas sob a operacionalização “emergencial” revelaram um processo formativo deficitário, que ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social.

Utilizado como estratégia para a não paralisação da educação, o ensino remoto emergencial demonstrou a sua funcionalidade ao projeto societário individualista voltado para atender às necessidades mercantis. Não buscou ressignificar, reinventar, muito menos desenvolver novas habilidades, deixando essas tarefas isoladas, sob a responsabilidade de docentes e instituições. Contudo, o que se evidenciou neste cenário foi uma replicação dos métodos tradicionalmente usados em sala de aula, para a tela do computador (fichamentos, questões, aulas expositivas), cujo conteúdo, além de não ser original não permitiu a interação com o(a) aluno(a) e não proporcionou ensino personalizado, nem garantiu a sua qualidade. O que se observa é que, no máximo, houve a introdução de estratégias que permitiu manter a matriz curricular em andamento de forma aligeirada e emergencial, sem comprometer o calendário letivo.

A proposta de Ensino Remoto Emergencial apresentou visíveis fragilidades, dentre elas a ausência de um plano pedagógico e o ensino aligeirado, considerando seus pressupostos científicos e metodológicos.

Observou-se o uso de ferramentas digitais variadas, no interior da mesma instituição de ensino, e a tentativa de utilização de falsa metodologia ativa através de jogos digitais, trazendo mais uma tarefa para o professor que agora, além de aprender a manipular as ferramentas digitais, teria ainda que aprender a fazer uso de games digitais durante as aulas remotas. O ensino

personalizado passou a ser responsabilidade exclusiva e isolada do professor, sem que lhe fossem dadas as condições objetivas.

No que tange às condições do trabalho docente durante a pandemia, é preciso considerar que muitos não estão familiarizados às ferramentas de Tecnologia da Informação o que pode representar planos pedagógicos improvisados, na tentativa de atender uma mudança substancial às pressas. Destaca-se, ainda, que muitas/os terão seu trabalho mais precarizado e correrão o risco de serem responsabilizadas/os pelo insucesso do modelo de Ensino Remoto Emergencial adotado pela Universidade (ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO, 2020, p. 310).

O sentido do coletivo esteve ausente e faltaram elementos didáticos pedagógicos essenciais à construção do conhecimento, não sendo possível desenvolver trocas e interações sociais significativas para a aprendizagem, em curto prazo.

No que tange às condições de trabalho docente durante a pandemia, observou-se a intensificação do trabalho, a insuficiência de suporte pedagógico e do preparo para o uso das novas ferramentas. Sobrecarregados, muitos profissionais relataram exaustão e adoecimento mental. Não há dúvidas, que nesse contexto, as condições de trabalho foram aviltadas.

[..] o trabalho remoto - chamado *home office* - a que já estão submetidos docentes e técnico-administrativos das mais variadas unidades de formação, desde o início da pandemia, transfere toda a responsabilidade e os custos das atividades realizadas de forma online/digital para o coletivo de servidoras/es. Impõe às/aos mesmas/os uma jornada de trabalho, muitas vezes, interminável que não permite mais separar o que é trabalho e o que é

vida privada (ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESO, 2020, p. 309).

As condições de acesso ao ensino remoto por parte dos alunos também foi um problema evidente, logo que no Brasil são precários os recursos tecnológicos e de acesso à internet, fazendo com que muitos alunos não tivessem acesso sequer às aulas remotas síncronas.

De acordo com dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA, 2021) da instituição o curso de Serviço Social é composto em sua maioria por estudantes do sexo feminino (87,5%), com idades entre 19 e mais de 25 anos, pretos e pardos(as) (69,64%), provenientes de escolas públicas (87,5%) com renda familiar de até dois salários mínimos (78,57%).

Observou-se que o contexto da pandemia afetou intensamente os/as estudantes. As dificuldades mais frequentes relatadas foram ausência de equipamentos para acompanhar as aulas remotas, muitos acompanhavam através do *smartphones* e ainda assim havia relatos de que o *smartphone* não dispunha de memória para baixar os aplicativos das plataformas, as quais eram transmitidas as aulas. Outro relato recorrente, especialmente de alunos que residiam na zona rural das cidades da região do mato de Baturité, era a ausência de internet para acompanhar as aulas síncronas, este último também foi recorrente para os docentes, o que ocasionou a não realização de algumas aulas pela falta de internet. Além disso, relatos de adoecimentos psíquicos, ansiedade, fadiga no acompanhamento das aulas remotas, ausência de espaços adequados para os estudos no ambiente do lar, todos esses fatores contribuíam para a falta de concentração dos estudantes. Relataram ainda dores nas costas, dores de cabeça e nas articulações por longos períodos diante da tela.

Conforme já destacado, o curso é formado em sua maioria por mulheres, as quais são relegadas ao trabalho doméstico e

aos cuidados familiares na sociedade capitalista patriarcal, as mesmas relataram exaustão e sobrecarga.

Constatou-se durante as aulas remotas a não ou a pouca participação dos/as estudantes nas aulas, obtendo pouco aproveitamento durante a sua realização.

Propor uma metodologia onde o estudante é o personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizagem passou a ser um grande desafio para equipe de professores.

Além das condições de trabalho docente e das condições de acesso ao ensino remoto pelos discentes, faz-se necessário refletir sobre a dimensão da vida humana de docentes e discentes, tendo em vista que o cenário pandêmico trouxe medos, desesperança e incertezas, diante do quadro desolador que além das mortes e das sequelas deixadas pelo COVID-19, acentuou os níveis de desemprego, a violência doméstica, o aumento da pobreza, dentre outras expressões da questão social. Enfim, é nesse contexto que o espaço do lar é transformado em espaço do trabalho e dos estudos passando a expor as contradições do exercício do convívio em família.

Nesse cenário adverso outra modalidade de ensino ganha proeminência o Ensino Híbrido, que consiste em mesclar períodos *on-line* com períodos presenciais, ou seja, configura-se em mais uma forma de precarização do ensino e, por que não dizer a intensificação da precarização da vida.

Após o momento crucial da pandemia, já se ventila a ideia de institucionalização do ensino mediado pela tecnologia, seja à distância, remoto ou híbrido. Obviamente, os argumentos são os mais nobres possíveis: democratizar o acesso, diminuir a poluição ambiental, reduzir barreiras logísticas com deslocamento, promover a inclusão social, possibilitar maior comodidade, dentre outros argumentos que obscurecem as reais intenções.

Reflexões sobre o ensino remoto emergencial na formação profissional do Assistente Social

No contexto em que esse debate emerge, a disputa do fundo público ganha centralidade, ou seja, a apropriação privada corrói o sentido da política pública, gratuita e de qualidade. A tentativa de institucionalizar o ensino remoto e híbrido atende à lógica capitalista hegemônica, cujo Estado não concebe a educação como direito.

A contrarreforma do ensino superior implantada pelos governos neoliberais impõe limites à materialização do projeto profissional. Do mesmo modo, a desqualificação do processo formativo, confirmada nas condições em que foi realizado o ensino remoto emergencial traz consequências nefastas para a implantação do projeto societário comprometido com a emancipação humana, na medida em que

[...] um graduado em Serviço Social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal [...] (CFESS, 2015, p. 34).

O controle do capital sobre os processos de aprendizagens por meio das tecnologias educacionais e artimanhas ideológicas do neoliberalismo hegemônico, produz e reproduz a consolidação da ideia da educação como mercadoria, que deve ser obtida através de serviços ofertados no mercado. Nessa lógica de relação de consumo, é consolidada a visão financista da educação onde o comércio da mercadoria educação deve estar focado nos resultados dos alunos, medido quantitativamente

através das avaliações padronizadas. Nessa lógica, não há preocupação com o processo formativo. É criado o consenso de que a aprendizagem pode ser separada do ato do ensino, das relações interpessoais do professor/aluno e de todos esses com os demais membros da comunidade escolar. Isso leva a ideia de que o(a) aluno(a) pode traçar percursos individuais. Consolidando-se a ideia de que a aprendizagem é um percurso exclusivamente individual, o processo de aprendizagem poderá ser realizado em qualquer espaço e tempo, possibilitando o acesso ao ensino superior aos jovens trabalhadores de regiões remotas do Brasil, sob o mote da igualdade de oportunidades.

Por fim, as mudanças verificadas ao longo do século XXI demandam dos(as) assistentes sociais organização das lutas sociais, condições dignas de trabalho, valorização profissional, defesa do perfil profissional crítico e competente e, sobretudo, luta por uma educação pública de qualidade, presencial e gratuita.

Hoje, em face do projeto societário de intensificação da barbarização da vida adensada pelas imposições do processo de expansão corrosiva do capitalismo contemporâneo, o Serviço Social é convocado a adequar-se ao novo cenário sob a hegemonia das finanças e seu fetiche (IAMAMOTO, 2010) e a exaurir-se em novos espaços sócios ocupacionais produto dessas transformações societárias.

Considerações finais

As reflexões trazidas nesse estudo emergiram da experiência das pesquisadoras e das questões apontadas por docentes e discentes no ambiente acadêmico. No curso de Serviço Social, o ensino remoto se constituiu em prática improvisada, técnica instrumentalizada e deslocada do projeto ético-profissional hegemônico no Serviço Social. A lógica dessa modalidade evi-

denciou a tendência crescente de desqualificação do ensino e desvalorização profissional.

No contexto da crise sanitária, reverter a lógica do direito para a esfera da atividade essencial foi extremamente perigoso, pois abriu margens para a institucionalização de propostas educacionais massificadas incapazes de agregar competências, éticas, técnicas e teóricas e de formar sujeitos sociais com capacidade de compreender e atuar na realidade, analisando, propondo e se contrapondo aos desafios postos.

Logicamente, há fatores a considerar como o redesenho do sistema de Ensino Superior para um modelo que reverta a lógica de curtíssimo prazo, a forma de avaliação do estudante, a complementação de conteúdo, a interface com o mercado de trabalho, dentre outros.

Pensar em formas mais civilizadas de organização social vai depender da organização política e participação nas lutas sociais. É preciso reafirmar a importância do Serviço Social como profissão crítica capaz de se posicionar diante da realidade apresentada. Também é necessário reconhecer que o trabalho profissional se dá em condições objetivas, partindo do pressuposto que esse trabalho deve estar pautado no projeto ético-político profissional.

É necessário ter clareza de que as transformações contemporâneas aprofundaram as contradições sociais desencadeando novos conflitos, que exigem dos (as) assistentes sociais posicionamentos críticos e a ruptura com o conservadorismo. O projeto defendido pela categoria profissional deve estar vinculado à construção de uma nova sociabilidade que possibilite a plena expansão dos sujeitos sociais. A construção dessa realidade passa necessariamente pela construção de uma nova hegemonia, cujo processo de estruturação não ocorre somente

a partir do campo econômico, mas sobretudo pelo campo da política e da cultura.

É evidente que é preciso redesenhar o sistema de ensino superior brasileiro, construindo alternativas concretas, viáveis e mais sólidas, pois o modelo público de Ensino Superior atual, centrado nas universidades públicas, ainda é muito restrito. Nesse debate sobre o trabalho remoto é preciso coletivizar as discussões acerca do ensino remoto enquanto modalidade de ensino, identificando as condições, os requisitos e os resultados desse processo na formação profissional. Conclui-se que diante do aprofundamento das desigualdades sociais o compromisso com uma educação crítica é um imperativo ético.

Referências

ALVES, Giovanni. Fetichismo e Subjetividade Burguesa: Trabalho, Valores, Fetiche e Estranhamento Social. In: LEWGOY, Alzira..et.al. (Orgs.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 29-42.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão** - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021. P. 111-122. Disponível em: <<https://tinyurl.com/33f9ehnp>>. Acesso em: 01. Nov.2021.

ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO. Trabalho e Ensino Remoto Emergencial. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8mabwa>>. Acesso em 03. Nov.2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivaneti. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social v.1).

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. **Diário Oficial da República Federativa**

do Brasil, Brasília, DF, 16. jun.2020. Seção 1, p.62.Disponível em: <<https://tinyurl.com/5a4bxuwy>>. Acesso em: 05. Nov.2021.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 473 nº 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF,13. Mai.2020. Seção 1, p.55 .Disponível em: <<https://tinyurl.com/4u6vzmvj>>. Acesso em: 05. Nov.2021.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 343 nº 17 de março de 2020. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18. Mar.2020. Seção 1, p.39. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2s4ap457>>. Acesso em: 05. Nov. 2021.

_____.Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Organização do texto de Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva,1990.168p (Série Legislação Brasileira)

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 239, 11. Dez.2019. Seção 1, p.131.

CARVALHO. Alba Maria Pinho de. *et.al.* Estado e Políticas públicas Brasil e Portugal: novas configurações desafios do presente. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís-MA, Número Especial, p.233-256.agosto.2010.Disponível em: <<https://tinyurl.com/2pszrxak>>. Acesso em: 04.Nov.2021.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília. 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7azwzy4>>. Acesso em 13. Out.2021

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Volume 8, Número 2, jul/dez. 2005. Florianópolis, SC. P. 147- 154. Disponível em: <<https://tinyurl.com/555c2x39>>. Acesso em: 13.out.2021

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Ângela Maria. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 77, p.28-48. dezembro/ 2001.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: relato de experiência docente em uma instituição privada de Fortaleza-CE

LUCIANA PINHEIRO ALENCAR
KELYANE SILVA DE SOUSA

Introdução

O estágio supervisionado em Serviço Social é um espaço que capacita o (a) acadêmico (a) a desenvolver uma postura crítica e reflexiva no processo de intervenção social, constituindo um momento único para a formação profissional. Proporciona a inserção do (a) estudante na prática profissional por meio de um contato direto com a realidade concreta e contraditória. Um lugar privilegiado para a síntese da unidade teoria e prática.

Nesse sentido, o estágio desafia docentes, supervisores (as) de estágio, estagiários (as), coordenadores (as) de curso e de estágio, a (re) pensarem o lugar do processo de supervisão nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social das unidades de ensino privadas de Fortaleza. Desafia ainda as instituições de ensino superior e os espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social referente às condições de trabalho dos/as profissionais para a efetivação do estágio e da supervisão conforme as Diretrizes Curriculares (1996) definidas pela As-

sociação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, a Política Nacional de Estágio - PNE (ABEPSS, 2010), a Resolução nº 533 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2008) e a Lei Geral de Estágio nº 11.788/2008.

A execução e o acompanhamento do estágio supervisionado requerem diálogo e partilha permanente pelos múltiplos sujeitos - docentes, discentes e assistentes sociais - e os (as) docentes materializam esse componente curricular na busca de aprimorar as experiências de supervisão acadêmica e coordenação de estágio por meio da identificação de gargalos, desafios e construção de alternativas que fortaleçam a orientação da ABEPSS (2010) que consiste em estabelecer um tratamento permanente em torno da defesa do estágio qualificado e da efetivação das diretrizes curriculares do Serviço Social na graduação aprovadas pelo conjunto da categoria profissional em 1996, num contexto de impactos do avanço da contrarreforma do Estado na política do ensino superior no Brasil, que privilegia o sistema de mercantilização do conhecimento e da educação.

Um dos pilares do projeto ético-político do Serviço Social¹ é a formação profissional. Em defesa do projeto de profissão e sua consolidação, a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, tem se articulado em fóruns da categoria para discutir estratégias de resistência à ofensiva neoliberal² no que se refere à mercantilização, massificação e precarização da educação superior que traz rebatimentos na formação e exercício

1 O projeto ético-político do Serviço Social é um projeto profissional e também societário que reflete os valores que legitimam a profissão socialmente. Sobre o projeto ético-político ler Netto, José Paulo - "A construção do projeto ético-político contemporâneo". In: CFESS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1 - Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

2 A implementação da agenda Neoliberal na recente história "democrática" do Brasil é debatida por ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Colôr, FHC e Lula)*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.

profissional e na qualidade dos serviços prestados à população usuária das políticas públicas.

O estágio supervisionado em Serviço Social e, com ele, o processo de supervisão - em particular a acadêmica - “acompanha o movimento sócio-histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão, desde os seus primórdios na realidade brasileira” (CAPUTI, 2016, p.01). E a autora prossegue afirmando que

O debate sobre a supervisão de estágio no Serviço Social é efervescente nos tempos hodiernos, sobretudo considerando: a maturidade intelectual da categoria; a perspectiva de indissociabilidade entre formação e exercício profissional; as lutas em defesa da educação de qualidade e a resistência com relação à precarização da educação superior e suas ressonâncias no Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à modalidade de Ensino à Distância para graduação; preocupação diante da ofensiva neoliberal; e enfim o fortalecimento do compromisso com a consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão, elementos pelos quais, foi delineada em 2008, pelo CFESS, a Resolução nº 533/2018, responsável pela regulamentação da supervisão direta de estágio, e, em 2010, a elaboração e aprovação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE, ABEPSS. (CAPUTI, 2016, p. 01)

Segundo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, cadastro e-Mec³, em 2019, o número de cursos de Serviço Social presencial e a distância no Ceará é de 69, sendo 39 em EaD, 02 presenciais públicos, 28 presenciais privados. Em Fortaleza, o quantitativo registra um total de 47

3 Os dados foram coletados no site do Ministério da Educação. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3be8f5s4>>. Acesso em: 25 out. 2019.

cursos, divididos em 31 cursos em EaD, 01 presencial público e 14 presenciais privados.

Esse cenário exige um olhar tanto nos aspectos pedagógicos relacionados às disciplinas que articulam teoria e prática quanto na ampliação de estratégias que favoreçam a oferta e qualificação de campos de estágio, que se alteram mediante o crescimento constante do número de escolas e de estudantes de Serviço Social.

Ao assumir supervisão e coordenação de estágio no contexto de precarização do ensino superior e intensificada no contexto de pandemia COVID-19, o (a) docente se encontra num emaranhado de desafios, em especial pelas importantes exigências normativas e éticas construídas coletivamente na categoria.

Diante disso, o objetivo geral é discutir os desafios do estágio supervisionado em serviço social durante a Pandemia do COVID-19, em uma instituição privada de Fortaleza-CE. Os objetivos específicos serão: 1. Compreender a precarização do trabalho docente em Serviço Social em instituições de ensino privadas; 2. Identificar os impactos das contrarreformas adotadas pelo Estado neoliberal no ensino superior; 3. Refletir sobre a nova morfologia do trabalho e os rebatimentos no estágio supervisionado de Serviço Social.

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, baseada nos autores que discutem as categorias estágio supervisionado em Serviço Social, precarização do trabalho docente, ensino superior e pandemia do COVID-19, assim como de um relato de experiência docente durante a Pandemia do COVID-19, em uma instituição privada, por meio da técnica de observação participante. O método de análise utilizado foi o método histórico-dialético, buscando construir uma visão crítica da totalidade do fenômeno em tela.

A precarização do trabalho docente no contexto neoliberal e o desmonte do ensino superior

A precarização do trabalho docente no contexto neoliberal tem sido observada nas poucas condições salariais, na limitada estrutura de trabalho, da organização/pressão do tempo e das exigências produtivistas. Ela atinge a classe trabalhadora em geral e tem impactos materiais e ideológicos, reverberando inclusive na fragilização da organização política⁴.

E no que se refere ao trabalho, Antunes (2001) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, como formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva. Percebe-se a estratégia de redução e não eliminação do trabalho vivo, de precarização e aumento do desemprego.

O trabalho não perde a sua centralidade da categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores. O Serviço Social, enquanto profissão, se realiza e se reproduz no mercado de trabalho. Iamamoto (2008) afirma:

A condição assalariada - seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não - envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho. Eles estabelecem as condições em que esse trabalho se

4 Os desafios da organização política no contexto da precarização são problematizados em vários estudos, dentre eles o de Antunes (2001) e Alves (2000).

realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Por outro lado, os organismos empregadores definem a particularização de funções e atribuições consoante sua normatização institucional, que regula o trabalho coletivo (p.128)

A formação profissional do Assistente Social é alicerçada em um direcionamento crítico que vincula as bases da profissão ao projeto social da classe trabalhadora e de seus interesses coletivos e põe no horizonte do Projeto Ético Político profissional a superação da ordem burguesa. O supervisor (a) acadêmico (a) busca despertar a atenção dos (as) estudantes para as exigências do mundo contemporâneo e suas implicações para a formação acadêmica, dado a conjuntura atual de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo nas contrarreformas do Estado, no bojo da reestruturação produtiva, nas perdas de direitos sociais, no desmonte e na precarização do processo de trabalho.

Desta forma, entender o estágio em Serviço Social nas atuais condições do mundo do trabalho - especificamente durante a Pandemia do COVID-19, e da formação profissional requer a identificação das atuais condições do trabalho e da formação profissional do Assistente Social professor (a) universitário (a) pelas quais se efetivam a supervisão/coordenação de estágio.

No cenário que se descortinou no século XXI, o atual estágio do capitalismo mundializado e financeirizado, no qual o Brasil se insere de forma periférica e dependente, há a expropriação dos frutos do trabalho humano e o acirramento das desigualdades sociais, sobretudo, com as transformações do mundo do trabalho, a partir da ideologia neoliberal e da reestruturação produtiva que impactam nas condições de vida dos trabalhadores (as), dos usuários das políticas e instituições

sociais que os (as) assistentes sociais trabalham, reconfigurando as expressões da questão social⁵.

O processo de precarização do trabalho é considerado um elemento compositivo do novo metabolismo social capitalista que emerge com a reestruturação produtiva e a constituição do Estado neoliberal e esse fenômeno ocorre na particularidade da formação social brasileira de capitalismo dependente, por meio das contrarreformas adotadas pelo Estado e seus rebatimentos no mundo do trabalho, na Questão Social e no cotidiano profissional do/a Assistente Social.

Mascaro (2013) aponta para o fato de que “o neoliberalismo não é a retirada do estado da economia, mas um específico modo de *presença* do estado na economia” (p.118). E, segundo Nobre (2001, p. 19-20), “as medidas de caráter liberal que tem orientado as ações estatais seguem três direções: desregular a economia, reestrutura as relações de trabalho, reformar a estrutura burocrática do Estado”. Ampliando as condições de acumulação de capital, as taxas de lucro e contendo a inflação e a crise fiscal.

O Estado neoliberal altera as relações entre Estado e mercado no contexto de intensa concentração de capital em termos mundiais, que se consolida na década de 80, conhecida como “globalização” e denominada por Chesnais (1996) de “mundialização”. Essa mundialização se realiza também no capital produtivo e no capital comercial, ampliando a distância e as desigualdades entre as nações.

5 “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

Com o neoliberalismo, tem-se o predomínio do capital mundial sobre os processos nacionais de acumulação, a criação de um novo patamar de acumulação do capital, baseado na estratégia de flexibilização dos processos produtivos, na forma de produzir mercadorias por meio do desenvolvimento tecnológico e de novas fórmulas de organização do trabalho, dentre elas, a qualidade total. “As reformas neoliberais representam, em seu conjunto, uma redefinição das funções do Estado e do mercado que, através da redução do primeiro e da abertura da economia, procuram atender às novas exigências do capital” (NOBRE, 2001, p. 21).

Esse conjunto de mudanças impacta na reestruturação do trabalho, ocasionando o desemprego estrutural e a fragilização dos vínculos trabalhistas, observada nas formas variadas de contratação: regimes temporários, terceirizados, subcontratados, uberizados⁶, bem como no aumento da informalidade. E isso se reflete na fragmentação da classe trabalhadora, no seu processo organizativo e de resistência aos ditames do capital e do mercado.

Portanto, sob a hegemonia neoliberal, a política de educação e mais precisamente a educação superior no Brasil assume um nível de complexidade cada vez maior, à medida que a ampliação em diferentes tipos de instituições de ensino (IES) em um cenário de privatização vem contribuindo para as novas formas de organização do capital, cumprindo a expansão da gestão privada sobre a gestão pública e as afastando da tradição científica que caracteriza a universidade. “[...] antes que um desafio de ação é a educação superior no Brasil um desafio de compreensão” (SGUISSARDI, 2009, p.17).

⁶ Para melhor compreensão da temática, ver a obra “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0” de Ricardo Antunes (2020).

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização ocorre sob os efeitos da nova morfologia do capital, e que, segundo Chauí (1999) acontece em duas fases sucessivas: “numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional” (p. 5).

A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos (CHAUÍ, 1999, p. 7).

Nessa universidade operacional, estruturada por estratégias e programas de eficiência organizacional, o processo de ensino-aprendizagem ocorre por “transmissão e adestramento” (*Ibidem*, p.7), alterando a marca essencial da docência, que é a formação. Desta forma, a referida universidade “anula toda a pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (*Ibidem*, p.8).

Educação superior no Brasil e o estágio supervisionado

A educação superior brasileira é preconizada nas legislações do país como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, que inclui o acesso às atividades inerentes à universidade: en-

sino, pesquisa e extensão. Na Constituição Federal de 1988, no art. 208, inciso V, postula que “o dever do Estado com a educação superior será efetivado com a garantia do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988). Da mesma forma, na lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 4º, inciso V, considera que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1996). No entanto, de acordo com Rosa (2014),

Oliveira e Catani (2002) a partir da LDB de 1996, o modelo de universidade pautada no ensino, pesquisa e extensão não foi mantido como modelo de expansão para a educação superior, sendo substituída por um sistema mais diversificado e diferenciado, podendo a educação superior se realizar em “instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (art. 45), por meio de universidades e instituições não-universitárias (art. 48, §1)”. Sendo assim, a partir do referido marco legal consubstanciou-se um processo de diversificação e diferenciação da educação superior que passou a ser dividida entre universidade, como instituição de pesquisa, e as outras instituições de ensino (p.242).⁷

Apesar das conquistas jurídicas e políticas formais sobre o direito da educação pública e do dever do Estado de prover a

⁷ Segundo a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização acadêmica, são classificadas como: I - faculdades; II - centros universitários; III - universidades; IV - institutos federais de educação, ciência e tecnologia; e V - centros federais de educação tecnológica.

política de educação no país, a década de 1990 consolida a lógica privatista da educação superior por meio da intensificação dos processos de diversificação e diferenciação institucional, em um cenário marcado pela reforma do Estado na perspectiva de minimizar o papel do Estado nas políticas públicas, destacando a distância entre os ideais preconizados e sua efetivação.

O processo de reestruturação do Estado teve origem no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e se intensificou, sobretudo, desde o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). As funções do Estado foram direcionadas para o mercado, e as reformas submetidas às orientações dos organismos internacionais,

O processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segundo sua própria racionalidade, entretanto, não o fazem apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da lógica do capital em um processo de subsunção do educacional à produção econômica, no contexto da tecnificação da política e da cultura. Portanto, a um só tempo, redefinem-se as ações de natureza pública e privada nas mais variadas atividades humanas no âmbito do Estado e da sociedade civil (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p. 80).

Dessa forma, a consolidação da relação entre educação superior e mercado se tornou de forma mais efetiva, nos planos jurídico e político, a partir dos anos 1990, especialmente nos anos 2000. A partir de então, as reformas na educação superior brasileira passam a ser apresentadas como ferramentas para o desenvolvimento do país e submetido cada vez mais ao direcionamento do mercado.

O governo Lula (2003-2006; 2007-2010), herdou um conjunto de políticas e de ação da reforma de educação superior ocorrida no governo FHC. Entre continuidades e mudanças, articulado ao discurso da democratização da educação superior pública, gratuita e de qualidade, passou a implantar um conjunto de políticas e programas - SINAES, PROUNI, ampliação do FIES, REUNI⁸, criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - para ampliar o acesso aos cursos de educação superior, sobretudo, dos estudantes das classes menos favorecidas. Ao passo que expandiu o sistema federal, também favoreceu o crescimento de Instituições de Ensino Superior (IES) do setor privado. Em 2011, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade, em certa medida, às políticas do governo Lula, especialmente na expansão da rede federal de educação superior pública e se destaca na criação do Programa Ciência sem Fronteiras.

Portanto, os desdobramentos e políticas para a educação superior expressam, sobremaneira, a expansão do capital nas instituições de educação. De um lado, ocorre a mercadorização da educação e de outro, a redefinição da esfera pública, segundo a lógica do mercado.

Ao refletir sobre a Universidade Brasileira devemos lembrar que a educação é um serviço público e que a universidade pública cumpre um papel essencial no país de produtora do conhecimento para a sociedade que a mantém. Para tanto, tem que ser autônoma e administrada democraticamente, socialmente comprometida e garantida pelo Estado, gestor do fundo público.

⁸ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES; Programa Universidade para Todos - PROUNI; Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

No entanto, esse bem público vem se transformando em bem privado, na medida que ocorrem ao longo dos anos, a ampliação das instituições privadas de ensino e a introdução de mecanismos mercantis na condução da política e gestão das instituições públicas de ensino superior e consequente subordinação aos interesses do mercado. Um “negócio” educacional cada vez mais lucrativo e presente nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior, conforme orientações de organismos financeiros internacionais, especialmente o Banco Mundial.

O Estado “educador” é substituído pelo Estado “avaliador” por meio das normatizações que demandam uma maior vinculação entre IES e mercado e a prática de indicadores empresariais de eficiência e eficácia. O atual governo brasileiro, Jair Bolsonaro⁹ (2019 - atualidade), avança mais ainda no desmonte da educação, na medida que prioriza a privatização em detrimento do ensino público, laico, de qualidade, social e democraticamente referenciado, bem como reduz investimentos que afetam a oferta de bolsas e financiamento de pesquisas, subsidiado pela Emenda Constitucional nº 95 que congelou os gastos sociais por 20 anos e se traduz na desresponsabilização do Estado com a Educação e demais políticas sociais públicas.

Efetivamente, desde a década de 1990, observamos mudanças substantivas no redesenho do “mapa institucional do ensino superior” caracterizado pelo crescimento de instituições privadas que não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão fora dos interesses do mercado. Isso em um mundo globali-

9 Destaca-se que o referido governo assumiu o poder em uma conjuntura na qual as elites haviam se articulado para retirar uma presidenta democraticamente eleita e iniciaram um processo de desmonte acelerado das políticas sociais. O atual governo, além de sustentar um discurso ultraconservador, também é ultraliberal, priorizando a privatização do aparelho estatal e a espoliação das conquistas da classe trabalhadora brasileira.

zado pelo capital financeiro, pelos interesses das grandes corporações, das mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, e a serviço de minorias. A educação superior é pressionada na direção da privatização, os currículos flexibilizam-se em função dos mercados, as propostas de avaliação da Universidade, de seus estudantes e professores centram-se em uma perspectiva tecnocrática a partir de normas e critérios fundados em relações de custo-benefício, eficácia-inoperância, produtividade/improdutividade. Nesse contexto, observa-se a precarização do ensino, a extensão do ensino a distância e, a partir de 2007, a criação de redes de empresas educacionais por meio de compra ou fusão de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que se transformam em grandes oligopólios. (YAZBEK, 2014, p. 131)

A política de educação superior no Brasil encontra-se hoje em um cenário desafiador, marcado pelo complexo de crises: política, econômica, ideológica, ambiental, de sociabilidade e sanitária a nível mundial com o advento da pandemia do COVID-19, em março de 2020, que se tornou uma ameaça à vida, com impacto maior nas camadas sociais mais pobres, sem acesso à saúde, educação, alimentação, habitação e condições sanitárias. Acrescido a isso, ocorre a ascensão de forças antidemocráticas, reacionárias e negacionistas que atacam o conhecimento e a produção acadêmica, faz perseguições aos (às) profissionais da educação e incentivam a opressão e a expropriação de forma acintosa nas universidades.

Os desafios do estágio em Serviço Social no contexto de pandemia do COVID-19: relato de experiência docente

Com a pandemia, ocorreu o avanço e aprofundamento do processo de precarização das condições de ensino-aprendi-

zagem já existentes¹⁰ e trabalho sob o controle dos grandes conglomerados empresariais tão bem expresso pela adoção do ensino e trabalho remotos com o respaldo da inviabilidade das aulas presenciais sob o risco de contaminação por COVID-19.

Desta forma, algumas normativas passaram a regulamentar a suspensão das atividades presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a pandemia do COVID-19, tais como a Portaria nº 343 do Ministério da Educação - MEC que autorizou, em março de 2020, em seu artigo 1º que

em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Posteriormente, o MEC anunciou a Portaria nº 345, de 19/03/2020 que reitera o artigo acima mencionado em seus incisos 3 e 4,

§ 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput às práticas profissionais de estágios e de laboratório;

§ 4º Especificamente para o curso de Medicina, fica autorizada a substituição de que trata o caput apenas às disciplinas teóricas-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso (BRASIL, 2020).

10 “A precarização do ensino superior no país remonta a um conjunto de questões das mais diferentes modalidades: aligeiramento dos cursos de graduação e pós-graduação; mestrados profissionalizantes; crescimento vertiginoso das instituições privadas de nível superior; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; sistema de avaliação dos cursos e educação a distância (...)” (Oliveira,2021, p.174).

Essas portarias foram revogadas pela Portaria nº 544, de 16/06/2020 expedida pelo MEC conforme artigo 1º que

autoriza em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de ensino superior integrante do sistema do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.62)

Destaca-se que essas Portarias foram emitidas de forma autoritária e sem nenhum diálogo com a sociedade, com o nítido objetivo de flexibilizar a Legislação Educacional, favorecendo a ampliação do Ensino a Distância (EaD) precarizado no âmbito de cursos universitários presenciais, recaindo sobre esses a operacionalização da proposta “emergencial”, provocando o aumento das desigualdades já existentes de acesso e permanência no ensino superior da classe trabalhadora e gerando sérios impactos nas condições do trabalho docente e na qualidade da formação em Serviço Social, pois várias universidades públicas e privadas, no Brasil, adotaram o Ensino Remoto - ERE, legalizando a precarização do ensino na medida em que

as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem. Aqui se abre um campo de debate sobre as contradições que envolvem esse processo, na medida em que Universidades privadas levaram

docentes e discentes a praticarem essa modalidade, como forçosa condição de manutenção do trabalho (ABEPSS, 2020, p. 307).

Presencia-se um enorme desafio de garantir políticas e ações direcionadas à gestão do sistema educacional e, especialmente, da educação superior para que haja a democratização do acesso, a permanência dos estudantes na universidade pública e gratuita, a progressiva desmercantilização do ensino público superior privado e o enfrentamento da precarização das condições de trabalho e salário dos (as) professores (as).

[...] nacionalmente, prolifera-se a denominação “Ensino Remoto”, tanto na esfera privada como na pública de educação. Nesse modelo, os/as docentes utilizam-se de suas casas como lócus de trabalho, tendo que aprender a manusear e otimizar instrumentos tecnológicos e plataformas digitais sem parar de trabalhar e sem dispor muitas vezes de condições objetivas e materiais para isso. Além de acompanhar a desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho dos/as professores no Brasil, é preciso visibilizar o caráter de feminização da docência (...), posto que essa nova realidade, denominada de “*home office*” ou “teletrabalho”, obrigou as mulheres a realizarem suas atividades em meio ao espaço doméstico, tendo que improvisar e se dividir entre as demandas familiares e profissionais, o que as submeteu ainda mais aos processos de superexploração e precarização do trabalho (REIDEL e CANTALICE, 2021, p.62, grifo das autoras).

E diante das novidades dos recursos instrumentais e das metodologias ativas de aprendizagem vale destacá-los como complementares e não substitutivos do fazer profissional conforme preconiza a ABEPSS.

Neste contexto, há uma desconstrução do processo de trabalho que nos formou como docentes, que forjou nosso *ethos* profissional, que foi construído na esteira de uma luta histórica da categoria, assentada com o nosso projeto de formação e de nossa atuação profissional. É tempo de estar atenta/o, cautelosa/o e forte. A balança está se desequilibrando e é imperioso seguir enfrentando a disputa de projetos educacional e profissional (ABEPSS, 2021, p. 16).

Considerando o agravamento da precarização das condições de trabalho dos (as) profissionais, em especial devido à pandemia, a transposição mecânica dos conteúdos das disciplinas para o modelo remoto, a experiência de estágio pode ser deficitária e o estágio supervisionado, atividade curricular compreendida na centralidade da formação e trabalho profissionais, se tornar incoerente ao que é preconizado nas diretrizes curriculares vigentes.

[...] é evidente a necessidade de se reafirmar os princípios e conhecimentos já produzidos que fundamentam essa atividade, no fortalecimento e estruturação de uma política de estágio supervisionado que possa superar dificuldades apresentadas no cotidiano profissional, que perpassa os diferentes conteúdos programáticos, priorizando as dimensões investigativa e interventiva e do trabalho profissional, como princípios formativos. Efetivamente, o estágio supervisionado em Serviço Social é fundamental no processo de formação profissional; porém, estudá-lo, compreendê-lo e valorizá-lo é um desafio constante para que de fato seja o *locus* de construção da identidade do (a) estudante (OLIVEIRA, 2021, p.195).

A Portaria nº 544 aborda a questão do Estágio no seu § 3º:

[...] no que se refere às práticas profissionais de Estágios ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da substituição de que trata o caput deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE.

A esse respeito, a ABEPSS se posicionou pela suspensão dos estágios supervisionados, por meio da Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19) por considerar que

o estágio não se caracteriza como atividade essencial, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que o/a estagiário/a estiver inserido/a, e, no resguardo da dimensão ético/política de tal atividade entendemos que a realização do Estágio Supervisionado, nas condições atuais postas pela pandemia e que exigem isolamento social, poderá implicar na inobservância dos requisitos normativos previstos pela Resolução CFESS nº 533/2008, quanto a obrigatoriedade da SUPERVISÃO DIRETA, na hipótese em que estiverem ausentes quaisquer dos pressupostos para a sua configuração, o que poderá resultar, inclusive, na sua anulação pelo órgão competente (ABEPSS, 2020, p. 277).

Desta forma, o estágio supervisionado adquire peso específico no processo de aprendizagem e com ele, reitera-se a prerrogativa que sua execução ocorre com a participação de supervisores (as) acadêmico e de campo. Tanto as legislações específicas do Serviço Social quanto a federal (Lei de estágio) objetivam que o (a) estagiário (a) seja orientado (a) na sua

inserção no campo de estágio por aproximações sucessivas à realidade social.

O projeto profissional do Serviço Social tem um direcionamento político que luta por condições éticas e técnicas de trabalho, sempre compreendendo que é um processo coletivo da classe trabalhadora. Entende, entretanto, que este enfrentamento também se realiza em âmbito institucional, nas condições cotidianas que devem ser tensionadas de forma a favorecer os interesses do usuário das políticas públicas. O desafio não é só assumir as tarefas de supervisão, mas ter sintonia com o Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS e o projeto de formação profissional em todas as instâncias de formação profissional.

Desta forma, o estágio supervisionado é considerado uma atividade teórico-prática que ocorre com o ingresso do (a) estudante nos campos de estágio nos quais trabalham os (as) assistentes sociais, capacitando-os (as) pelo contato direto com o trabalho profissional, nas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa para o exercício da profissão e para o desenvolvimento do perfil profissional pretendido: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios norteadores do PEPSS (ABEPSS, 2010).

Tal processo se vincula a IES por meio da coordenação de estágio e docentes professores. Cabendo a coordenação o “ [...] papel de gestar a política de estágio para que haja um direcionamento para a garantia da qualidade do estágio supervisionado, devendo essa instância trabalhar articulada à coordenação de curso e outros departamentos relacionados das UFAs¹¹” (CAPUTI, 2014, p. 155). E à Supervisão Acadêmica de Estágio, compreende-se que

11 Unidade de Formação Acadêmica.

[...] tem que ser um (a) professor (a) com visão generalista e consistente dos elementos que constituem a formação profissional em Serviço Social, para que consiga articular os conteúdos das diversas disciplinas, dos diversos componentes curriculares e construir uma síntese do trabalho profissional do (a) Assistente Social, para que o/a estudante compreenda aquele espaço em que ele (a) está inserido (a). [...] E, assim, à supervisão acadêmica cabe afinar com o (a) estagiário (a), os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão; afinal, é na supervisão acadêmica que os (as) estagiários (as) levam as angústias e dinâmicas do campo de estágio para a sala de aula (CAPUTI, 2014, p. 171)

Porém, com a ampliação do Educação a distância - EaD¹² e suas implicações na qualidade da formação profissional dos (as) alunos (as) de graduação, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, tem-se constatado, nas trocas de informações entre docentes das IES privadas nas reuniões semestrais e nos fóruns de debates da categoria, o descumprimento ao que é indicado na Política Nacional de Estágio - PNE (2010) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Destacam-se, dentre outros, a não realização da supervisão conjunta entre supervisores (as) acadêmicos (as) e de campo, a não garantia do encontro semanal com os (as) estudantes, a ultrapassagem do limite de 15 alunos (as) por supervisão acadêmica, a não contratação de Coordenação de estágio, podendo o Coordenador de curso absorver mais essa função mantendo o mesmo salário ou a indicação de um profissional da IES que

12 O CFESS traz um debate sobre EaD na brochura: CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social: volume 2. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em 25/10/2019.

desconhece a especificidade da atuação do Assistente Social e sua respectiva legislação para assumir o cargo. Também se confirma no relato da experiência dos (as) docentes que algumas unidades de ensino privadas presenciais já têm praticado parte dessas “infrações”¹³, na perspectiva de cortar gastos e maximizar lucros.

Acrescido a esses desafios, os docentes enfrentaram no cotidiano de trabalho o agravamento da precarização no período de Pandemia do COVID-19, as ameaças de desemprego e/ou a redução de disciplinas e salários, tendo que arcar com as despesas das atividades em *home office* e fazendo a adaptação do espaço doméstico à modalidade remota de ensino-aprendizagem. A autonomia da produção do conhecimento pelo professor foi descaracterizada da sua essência de formação, materializada na entrega de conteúdos fragmentados e na exposição do docente por determinação institucional de gravar as aulas.

Ao que se refere ao estágio supervisionado em Serviço Social, as atividades em sala de aula (mesmo que virtual) apresentaram a precarização referida anteriormente, adensada nas atividades extra-sala para cumprimento da exigência organizacional de manter, mesmo em período de pandemia do COVID-19, o contato presencial com os campos de estágio sem o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e despesas de deslocamento. Esse contexto foi tensionado pela divulgação das portarias do MEC - liberando o estágio remoto - e pelo fechamento dos campos de estágio, principalmente os das políticas de Saúde e Assistência Social, onde ocorre a maior oferta de vagas por semestre.

13 As aspas foram utilizadas para ressaltar que, apesar da PNE ser um instrumento político-pedagógico de orientação, muitas instituições de ensino privado transgridem as recomendações que a compõe pelo imperativo da lucratividade econômica em detrimento da formação de qualidade.

Ressalta-se que as pactuações de vagas ocorrem, semestralmente, com as instituições parceiras de estágio e a quantidade por instituição tem diminuído por diversos fatores, dentre eles: a demanda maior que a oferta de vagas dada a ampliação do número de escolas a cada semestre; a recusa dos (as) supervisores (as) de campo em receber os (as) discentes dada as dificuldades nas condições de trabalho e/ou por decisão pessoal de não ter o aumento de trabalho com a chegada do (a) estagiário (a).

Considerações finais

Localizar o PEPSS e o projeto de formação profissional no tempo presente é condição fundamental para compreender a necessidade de mediações históricas. Numa conjuntura de reordenamento do capital que busca recuperar o seu ciclo produtivo, com impactos na intensificação e precarização do trabalho, da formação e do exercício profissional, na expansão acelerada do ensino superior precarizado, com formações aliçadas, o Serviço Social brasileiro vem desenvolvendo historicamente debates coletivos que marcam a crítica, a resistência e a luta da categoria pela qualidade na formação e no trabalho, e em defesa da profissão seja por meio de campanhas, produções acadêmicas e instrumentos político-normativos.

Enfrenta-se uma conjuntura de forte ataque à qualidade da formação no ensino superior e do trabalho profissional que requer uma análise crítica da realidade e a adoção de estratégias coletivas de reafirmação dos princípios constantes no PEPSS no seu pilar formação profissional, considerando o acúmulo do debate e produção que a profissão vem construindo ao longo da história e o esforço das entidades representativas da categoria do Serviço Social brasileiro - conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO que deu origem em 2008 ao Plano de

Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior.

Embora haja a marca histórica da luta por melhores condições de trabalho da categoria profissional e o posicionamento das entidades representativas favoráveis à suspensão dos estágios em período de pandemia - por considerar o estágio como atividade não-essencial -, os docentes das instituições privadas tiveram que manter (por exigência institucional) as aulas remotas e as visitas aos campos de estágio, se expondo em ambientes inadequados para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado.

Torna-se cada vez mais relevante para o Serviço Social o aprofundamento do debate do estágio supervisionado e da atuação de seus sujeitos para que haja uma aproximação sucessiva com o preconizado nas diretrizes curriculares, na PNE e nas demais legislações sobre o tema em vigor. Observa-se na experiência docente na universidade privada o desafio de pôr em prática o que consta nessas legislações, agravado durante a pandemia com a adoção do ensino remoto emergencial. Tal modalidade de ensino exerceu fortes implicações na essência da prática de estágio em campo, na tentativa de substituir o estágio presencial por atividades teóricas e/ou cumprimento de horas na modalidade à distância.

Para o devido enfrentamento dos desafios vivenciados pelos (as) docentes das IES privadas, torna-se imprescindível que as legislações vigentes sobre estágio supervisionado sejam cumpridas, e o debate da PNE possa ser intensificado nas instituições privadas de ensino superior em Serviço Social. Como estratégia político-pedagógica, a ABEPSS (2010) indica que as UFAS elaborem suas respectivas Políticas de Estágio, coerentes com toda normatização e legislação em vigor, como Lei Federal 11.788/2008 (“Lei de estágio”), a Resolução CFESS nº

533/2008 (trata da supervisão direta de estágio), as Diretrizes Curriculares (1996) e a Política Nacional de Estágio - PNE (2010). Tal política deve constar no projeto pedagógico das IES e amplamente divulgada junto aos envolvidos no estágio.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdeu667d>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior**. 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y29dnzsz>> . Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19). **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 267-269, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p944mf2>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

_____. **Trabalho remoto e ensino emergencial**. Brasília (DF), 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/342rrf3e>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, n. 7, 1997.

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5a7b4kva>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

_____. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8r2xzh>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3be8f5s4>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2s4ap457>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ytva7y9n>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mtnspthf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAPUTI, L. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital - desafios cotidianos e (re) significados!** 2014. 225 p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

UNESP, Franca/SP, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2za4d83v>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.19, n.3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CFESS. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2fpuuicz>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. volume 2. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdf3b8aa>>. Acesso em: 25 out. 2019.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. 1999. Recuperado de: <<https://tinyurl.com/553ruunr>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBP**, v.27, n. 1, p.53-65, jan./abr. 2011.

GOMES, V. L. B. Precarização da Formação profissional em Serviço Social no contexto da pandemia da COVID-19. In: PRATES, J. C.; ANDRADE, R. F. C. (orgs). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19**. Boa Vista: editora IOLE, 2021.

IAMAMOTO, M.V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2008, n.21, p.117-139.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política.** 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1 - Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS. 1999.

NOBRE, M. C. Q. Estados Keynesiano e Neoliberal: formas históricas do Estado Capitalista no século XX. **Revista Humanidades e Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 13-22, 2001.

OLIVEIRA, C. A. H. S. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos,... constantes desafios. **Revista Serviço Social e Realidade**, v.13, n.2. p. 55-78, 2004.

_____. Formação profissional em Serviço Social e o Estágio Supervisionado no contexto pandêmico. In: PRATES, J. C.; ANDRADE, R. F. C. (orgs). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19.** Boa Vista: editora IOLE, 2021.

_____. O estágio supervisionado na formação profissional do Assistente Social: desvendando significados. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

REIDEL, T.; CANTALICE, L. Formação e Serviço Social em tempos de COVID-19. In: PRATES, J. C.; ANDRADE, R. F. C. (orgs). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19.** Boa Vista: editora IOLE, 2021.

ROSA, C. M. Marcos Legais e a Educação Superior no século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, v.8, n.3, p. 236-250, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5fnn5j8k>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. Novas faces da educação superior brasileira: reforma do Estado e mudança na

produção. **Quaestio** - Revista de Estudos em Educação, [S. l.], v. 1, n. 2, 1999. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yu3m98m2>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SGUISSARDI, V. (org.). **A Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. Educação permanente e a política de assistência social: o papel da academia e os desafios para o Serviço Social. In: SNAS. **Gestão do trabalho e educação permanente do SUAS em pauta**. Brasília, 2014.

MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL (MASS): limites e possibilidades enfrentados pelos discentes

RAFAEL FERREIRA BARROSO
JÉSSICA CLEOPHAS DO CARMO LIMA

Introdução

A pós-graduação *stricto sensu* é um campo que o Serviço Social se consolidou como área do conhecimento, alcançando sua maioria intelectual, em meados dos anos 1970/80, do qual acarretou um movimento crescente no desenvolvimento das pesquisas científicas (NETTO, 2010). É nesta dinâmica que o Serviço Social aprofunda-se no processo de laicização e superação de sua estrutura tecnicista, abre a possibilidade da carreira docente, aproxima-se ao aparato teórico marxista, torna hegemônico os fundamentos de um projeto ético que prima “uma produção de conhecimento voltada a desvelar as contradições da sociabilidade capitalista, fortalecer sujeitos políticos com vistas a superá-la e construir mediações que tenham incidência na vida sócio-histórica.”(ABEPSS, 2015, p. 9) com uma atuação política tendo a liberdade como valor ético central e a possibilidade de construção de uma nova ordem societária. Os programas de pós-graduação, portanto, geraram “uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea” (idem, p. 4).

No ano de 2020, segundo o Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (GeoCapes) a distribuição de programas de pós-graduação no Brasil em Serviço Social, configurava-se da seguinte forma: 36 Programas de Pós-graduação, sendo 16 com mestrados e 20 com mestrados/doutorados. Destes, 6 estão nas entidades particulares e as demais na esfera pública, divididas em categoria Federal e Estadual, revelando que é o lugar privilegiado da formação da pós-graduação *stricto sensu* do Serviço Social brasileiro. E no Ceará temos na Universidade Estadual do Ceará - UECE o Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS).

Realizamos uma abordagem qualitativa, conforme pensamento de Minayo (2001 p. 22), por nos possibilitar trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” permitem ao pesquisador entender melhor a realidade da problemática escolhida, neste caso a realidade dos discentes do MASS. Utilizou-se o questionário como técnica que nos trouxe os resultados almejados pois pretendíamos coletar dados de forma direta, sem a necessidade do entrevistador estar presente, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 201) dentre algumas vantagens podemos destacar “a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados. b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente”. Ressaltamos que o questionário foi realizado de forma virtual devido ao momento histórico pandêmico do COVID-19.

Capitalismo dependente e Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS): limites e possibilidades enfrentados pelos discentes

Para tecer conexões sobre a temática apresentada dividiremos a discussão em dois subtópicos: Capitalismo Dependente e Universidade, o primeiro subtópico, no qual falaremos alguns elementos do capitalismo dependente na estrutura global do capital e como esta condição é refletida na universidade brasileira, apresentando como este espaço tende a ser de manutenção dos privilégios e da desigualdade social de determinados seguimentos sociais, à luz do pensamento de Florestan Fernandes (1975 - 1976 - 2008), Netto (2011 - 2010) e Gorender (1996).

O segundo subtópico é intitulado Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará, onde abordaremos o Serviço Social e a pós-graduação *stricto sensu* na UECE, pautado na perspectiva do capitalismo dependente, tendo como fundo o tópico anterior e apresentaremos alguns resultados da pesquisa atingindo, portanto, o objetivo de nosso trabalho: compreender os desafios e limites atuais que os discentes do MASS estão inseridos.

Capitalismo dependente e universidade

A compreensão de como se desenvolveu o modo de produção capitalista, no Brasil, se faz necessário, pois possibilita entender algumas particularidades da formação social, que podem ser sentidas no cotidiano dos sujeitos tais como o racismo, as desigualdades de gênero e classe e a parca força de mobilização social. Entendemos por modo de produção capitalista uma etapa do desenvolvimento histórico, o qual corresponde às mudanças na relação de produção¹ e dos traços da força

¹ De acordo com Cohen (2010, p. 65) “As relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem. Em uma sociedade capitalista, as relações de produção incluem o poder econômico que os capitalistas detêm sobre os meios de produção, o poder econômico que os trabalhadores (ao contrário dos escravos) possuem sobre sua própria força de trabalho e a ausência de poder econômico dos trabalhadores sobre os meios de produção”.

produtiva². Temos esta mutação datadas em alguns marcos históricos, como a revolução francesa e a revolução indústria, onde transformam a estrutura social, colocando em xeque o período feudal e desaguando em um novo modo de produção e de relação social, nesta outra dinâmica novas classes se erguem e contrapões (trabalhadores e a burguesia). O modo de produção capitalista se caracteriza fundamentalmente na lógica de uma riqueza que é socialmente produzida, enquanto a apropriação se define de forma privada, tendenciando a concentração “num polo, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no polo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras” (GORENDER, 1996, p. 42).

No capitalismo monopolista, uma fase histórica do desenvolvimento capitalista, segundo Netto (2011, p. 19), a desigualdade é “recoloca[da], em patamar mais alto”. Ainda conforme o autor, o desenvolvimento capitalista brasileiro se dá tardiamente e subordinado, onde esta gradação absorveu dinâmicas adversas para sua plena implementação, leia-se aqui a refuncionalização dos latifúndios e sua inserção a dinâmica do capital, o qual insere em uma heteronomia econômica, política e social, além de ações que excluem as camadas populares das decisões políticas, ou seja, as decisões que impactam a sociedade são geralmente são executadas pelo alto, sem participação efetiva da base geral dos trabalhadores, no entanto, isto não inibi as reivindicação dos trabalhadores e conquistas de direitos sociais e políticos.

2 Conforme Cohen (2010, p. 64) as forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro. Os meios de produção são recursos produtivos físicos: ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico etc. A força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seu conhecimento técnico (que eles necessariamente não dominam), aplicados quando trabalham.

É nesse caldo contraditório que se verifica a junção de elementos modernos e arcaicos, vejamos algumas. A burguesia brasileira não se caracteriza como revolucionária³ e se revela como não ter como base os interesses nacionais de desenvolvimento político-econômico e social que abracem, dentro dos limites do capital, a totalidade dos povos, mas mira na manutenção dos privilégios, utilizando artifícios que excluem o povo do campo político. Outra particularidade, elemento estruturante da formação social, é o *status social*, os privilégios políticos, sociais e culturais da elite brasileira, o qual se movimenta intensamente em preservá-lo, movimentos que se cristalizou nos três primeiros séculos da formação do Brasil, orientada profundamente na lógica senhor-escravo. Portanto, o desenvolvimento capitalista realizando pela burguesia nacional não realiza transformações estruturais, modernizado alguns elementos, como a industrialização, o Estado moderno e conservando outros, a manutenção do latifúndio, a negação da participação da política da massa dos trabalhadores, o racismo que exclui os negros e negras dos demais setores da sociedade. É esta lógica de elementos modernos e arcaicos que vão caracterizar o capitalismo dependente brasileiro, em resumo o atual Brasil é determinado no subdesenvolvimento econômico e nas desigualdades sócio-política-econômica dos trabalhadores.

Dentro destas contradições de dependência a universidade no Brasil não se isenta em assumir o mesmo sentido da subordinação. A universidade a partir de golpe militar⁴ de 1964,

3 Nas revoluções clássicas, ocorrido na França (1789) e inglês (1640), a burguesia nacional se insurgiu diante da monarquia absolutista e do alto clero, assumindo, portando, um caráter revolucionária, tomando o poder e desencadeando transformações necessárias para sua dominação e consolidar o modo de produção capitalista, aqui as questões nacionais foram colocadas em pauta, o qual englobaram alguns interesses dos trabalhadores.

4 Período este o qual a universidade é mais cooptada a atender aos interesses particulares e subordinados estados unidos, limitando a autonomia das universidades brasileiras.

aspira atender aos interesses da autocracia que estava instaurada, as inclinações, da época citada, estão ligadas aos interesses imperialistas, materializada pelo projeto modernizador. O projeto autocrático coloca novos caminhos para a universidade. No período de 1960, os debates sobre a constituição de uma universidade autônoma, científica, que se pauta nas questões dos interesses nacionais ganham força nacional, no entanto, estas pautas são minadas pela ditadura, são sufocadas e as novas bandeiras se centram na sintonia com o projeto modernizador.

A universidade foi inundada pela influência norte-americana, como pode perceber nos acordos MEC/USAID, pelo Plano Atcon (1966) e no Relatório Meira Mattos (1968). Netto (2010) aponta que no campo educacional o ensino superior foi primeiramente modificado, pois as mobilizações docentes e estudantis colocaram este lugar como pauta de reforma para ordem do dia. Em resposta a este movimento, o governo militar executa uma reforma universitária que direcionava, baseada nas universidades americanas, introduzindo a lógica empresarial, que racionalizava as verbas e alocava em determinados campos do saber, de caráter técnico, além de possibilitar a escalada do setor privado nesse âmbito de ensino. Na pós-graduação temos o parecer 977/65, conhecido como *Parecer Sucupira*, o qual institucionaliza a pós-graduação e estrutura sua organização.

A reforma universitária engloba elementos novos para a manutenção de antigos privilégios, onde se verifica o processo de modernização conservadora, ao colocar nas mudanças impulsionadas no período, as bandeiras levantadas por estes grupos, tal como o fim da cátedra, e constituir a “universidade na forma ideal de organização do ensino superior, na tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções” (MENDONÇA, 2000, p. 148). A pesquisa ganha centralidade, a pós-graduação é estru-

turada e expandida, portanto, modernizando, mas sem romper com os antigos interesses conservadores, visto o aumento do terrorismo de Estado e a perseguições a professores e estudantes antirregime ditatorial, e a organicidade voltada aos interesses particulares com a perspectiva de “modernização nacional”, valorizando determinados campos de saber, em detrimento de outros, construindo uma universidade que não responde as questões locais, regionais e nacional.

Netto (2010) aponta que a universidade neste período se esvaziou, perdeu o seu dinamismo crítico, a ligação com a vida e os processos sociais foram interrompidos, substituindo o caráter científico, técnico que emergia dentro das instituições por uma dependência e subalternidade aos centros imperialistas, portanto, uma universidade neutralizada, esvaziada, reprodutora e aséptica e funcional ao projeto autocrático burguês. Este período aprofundou a heteronomia universitária devido a sua limitada capacidade em oferecer alternativas para fugir da dependência.

No entanto, a partir dos anos de 1980, com o processo de reabertura democrática. Potencializa-se reivindicações das antigas bandeiras que almejavam uma autonomia universitária efetiva, a carreira docente, os concursos públicos, a participação da comunidade, a pesquisa como elementos constitutivo, mas indissociável com o ensino e a extensão, o financiamento, dentre outros elementos que desenharia uma universidade voltada às questões nacionais, regionais, populares, criadora de conhecimento, criativa, inventiva, com valores e princípios fundados na filosofia democrática da educação e respondendo às necessidades socioculturais, rompendo com a dimensão aristocrática/atrasada enraizada no privilégio social (FLORESTAN, 1966)

Esse processo ganha novos contornos na década de 1990, quando a universidade e o ensino superior sofrem novos influ-

xos com o avanço do neoliberalismo⁵, mudanças que se dão no contexto de globalização, centrada nos mercados financeiros e nas políticas internacionais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, onde se caracteriza como centros de propagação e implantação deste projeto político econômico.

Leher (2018, p. 161) nesse sentido, revela que a universidade no Brasil está subordinada aos “interesses particularistas de corporações que, no país, não são intensivas em ciência e tecnologia, mas que valem das universidades para resolver problemas de adaptação tecnologias [...]” em outras palavras, a iniciativa privada se beneficia da estrutura universitária brasileira tanto com criação de cursos, do financiamento estatal via incentivos fiscais quanto das pesquisas e projetos elaboradas por estas instituições. Nos países centrais, não dependentes, as empresas possuem centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) o qual colocam a universidade como apenas um elemento para a inovação. No Brasil, as empresas majoritariamente não possuem a intenção de criar suas P&D, deixando esta lógica a cargo das universidades públicas, financiadas pelo Estado. Diante do processo histórico a universidade se configurou como local de disputas, sejam daqueles que primam uma função social ou os que veem neste local um campo fértil para as questões práticas capazes de cumprir um papel socioeconômico de acúmulo de capital, ou seja, voltada aos interesses do mercado e seu funcionamento.

O capitalismo dependente brasileiro detém na universidade local fecundo para a produção de conhecimento, especificamente técnico, para atender o que o setor produtivo não

5 Para melhor entendimento sobre o neoliberalismo conferir livro *o desmonte da nação: balanço do governo FHC*, organizado por Ivo Lesbaunpin (1999); conferir *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, organizado por Asa Cristina Laurell (2009); e *pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, organizado por Emir Sader e Pablo Gentili (1995)

realiza. A inovação e C&T passam direcionar o sentido que a universidade deve percorrer, portanto, estas “são convocadas a preencher as lacunas das empresas, distorcendo a função social das universidades e, frequentemente a autonomia universitária” (LEHER, 2018, p. 192), No entanto, o quadro atual, pós-golpe contra Dilma em 2016, condiciona a uma precarização da universidade, pondo em xeque a dinâmica anteriormente citada e a lógica democrática que visa os problemas dos povos, a criticidade, a dimensão inventiva dentre outras, que recolocam a universidade como instituição social. Ressaltamos que esse é um debate não se esgota neste artigo, pelo contrário se faz necessário o aprofundamento em outros artigos futuros.

Mestrado Acadêmico Em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual Do Ceará

A pós-graduação em Serviço Social tem suas bases na década de 70 do sec. XX e foi “impulsionada por professores motivados pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica e a produção científica, com pesquisa qualificada” (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 197), ação esta que descola o Serviço Social como receptor de aparatos teóricos, da inércia entre agir e pensar, colocando-se como um agente profissional inventivo e capaz de compreender o movimento da realidade, ou seja, construindo formas de conhecimento concretas do real, e de seu objeto de intervenção: a questão social.

As principais agentes impulsionadoras da pós-graduação em Serviço Social foram a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social/ABESS e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social/CEDEPSS, o qual organizara encontros, debates que direcionavam para a construção

dos programas de pós-graduação, com cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, em Serviço Social no Brasil.

Em um síntese histórica podemos destacar alguns marcos: em 1972, foi criado o primeiro Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), seguindo-se, no mesmo ano, pelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); no ano 1981, iniciou-se, o primeiro Doutorado em Serviço Social da América Latina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 197); 1983 ocorreu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social; em 1984 há o reconhecimento acadêmico do Serviço Social como área de conhecimento no CNPq; em 1986, o Serviço Social passa a compor o Comitê de Psicologia e Serviço Social; no ano de 1987 é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (CEDEPSS).

Podemos perceber, no parágrafo anterior, avanços para a categoria profissional, porém nos anos de 1990, o currículo mínimo é atingido pela contrarreforma do Estado, travado pelos organismos multilaterais. As alterações tornam as diretrizes curriculares “mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas” (IAMAMOTO, 2014, p. 616). Uma das alterações que a autora apresenta localiza-se no “perfil do bacharel em Serviço Social [que] constava ‘profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, o que foi retirado e substituído por ‘utilização dos recursos da informática’” (idem, p. 617). A dinâmica de subordinação aos interesses particulares em uma dinâmica dependente, atinge a universidade e a pós-graduação, esta última sendo materializada pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)

2011-2020, instrumento que contribuem para os percursos deste nível de ensino.

Para efeito de análise do real na estrutura subordinada da Universidade impactando o Serviço Social, podemos apresentar as análises de Amaral (2012), sobre o PNPG 2011-2020, pautadas na perspectiva de que a pós-graduação passa por uma “expansão brutal do ensino privado, o aligeiramento da formação, a mercantilização do ensino em todos os níveis, a formação de uma cultura de competitividade e do produtivíssimo intelectual” (AMARAL, 2012, p. 234), que atinge diretamente os estudantes.

A avaliação no PNPG 2011-2020 baseia-se “sobre as exigências de maior produtividade, eficiência, resultados e de uma íntima aliança com o setor produtivo empresarial” (AMARAL, 2012, p. 234). O processo de produção, nos moldes do plano em tela, tenderia a uma baixa qualidade das pesquisas em Serviço Social, que não atenderia a compreensão da realidade em sua totalidade, considerando que a produção acadêmica do Serviço Social prima uma “produção que seja capaz de responder às problemáticas concretas que as classes trabalhadoras demandam à profissão, mediante o recurso dos fundamentos históricos e sociopolíticos que buscam fortalecer a direção social estratégica da profissão” (Idem, p. 235-236).

Entendido o contexto até aqui expresso, vamos voltar nosso olhar para a dinâmica dos discentes do MASS. A pesquisa teve como recorte as turmas de 2020 e 2021, totalizando 11 respostas, pouco menos do esperado, considerando que o questionário foi enviado por e-mail. Ainda que não alcançado o montante almejado, o resultado foi satisfatório para nosso trabalho, visto que podemos identificar lógicas coletivas para nossa análise.

A faixa etária dos discentes de nosso estudo é equilibrada, pois 6 estão entre 18-28 anos e 5 entre 29-39 anos, ou

seja, um grupo de jovens e adultos com múltiplas experiências profissionais e acadêmicas. Deste montante 5 discentes estão realizando trabalho remunerado e o restante dedicando-se exclusivamente ao mestrado. A maioria dos discentes trabalhadores tem como palavra chave em suas respostas o *crescimento profissional*, como podemos notar a partir do relato sobre o programa: “*Contribuição ampla e fundamental para o meu crescimento profissional.*”

Temos dos 11 discentes, 4 casados e 6 solteiros, tendo como totalidade dos discentes um arranjo médio familiar de 3,4 pessoas por família. Temos, também, 4 sem religião, 4 católicos e 3 espíritas, portanto, percebemos uma composição diversa do corpo discente.

No que toca a renda dos discentes 10% (1 discente) recebe 1 salário mínimo, 30% (3 discentes) até 2 salários, 50% (5 discentes) possuem renda mensal entre 2 e 5 salários mínimos e 10% (1 discente) possuem acima de 5 salários mínimos. Do total apenas 3 sujeitos são os principais responsáveis familiares, o demais tem outro indivíduo como responsável financeiro familiar.

Dos 11 discentes, 7 recebem bolsas, essas bolsas, como revela o seguinte relato se mostra um valor raso, “*Insuficiência no valor das bolsas, fato que dificulta dedicação exclusiva*”, logo, podemos concluir sobre a precariedade material que os discentes estão submetidos.

No que toca ao questão étnico-racial 42% são brancos, 50% são negros/pardo e 8% indígena. Os discentes, em estudo, são predominantemente do gênero feminino, com 81% de mulheres (9 discentes) e 18% homens (2 discentes). Configurando um grupo plural e diverso.

Tendo esse panorama, agora voltaremos nossa atenção às percepções dos discentes sobre o curso, onde concluímos que a pós-graduação *stricto sensu* é significativa para o *crescimento*

profissional, da carreira docente, aprofundamento das pesquisas e na busca da titulação de mestre.

Quase a totalidade das respostas apontam que os discentes têm como horizonte passar em *concurso público*, seguir a *carreira docente* ou ingressar no *Doutorado*. Como podemos verificar nos relatos a seguir “*Passar em um concurso*” ou “*Participar da seleção de doutorado*”, logo, podemos concluir que a titulação de mestrado é um fator qualificante para consolidar a potencialidade de ingressar em melhores condições de trabalho e estabilidade.

Identificamos que os limites onde estão submetidos os discentes se refere pela falta de *consenso entre professores e discentes*, *disputas políticas entre professores* e a *pandemia* que dificultaram a elaboração de estratégias para superar os desafios postos. A particularidade, ou seja, que há de geral dos desafios estão relacionados ao *tempo* e a questão *financeira*.

Dos 7 alunos bolsistas do MASS, 3 são CAPES e 4 FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O pressuposto da bolsa de custo, conforme o site da CAPES as bolsas visam estimular a formação, logo, objetivando o fortalecimento da pesquisa científica. A bolsa disponibilizada para os pós-graduando é no valor de R\$ 1.500,00.

Em resumo podemos destacar que o principal desafio dos discentes é “*administrar o tempo*”, “*articular o tempo*”, “*curto período de tempo*”, “*muitas disciplinas, pouco tempo (apenas 2 anos de curso)*”, “*tempo para estudar*” e “*horas necessárias de dedicação*”.

A categoria tempo, fio comum a todos estudantes, parece ser diminuto, o que os conduz ao adoecimento mental devido as pressões, demasiadas tarefas a serem resolvidas a curto prazo e descontentamento da não apreensão dos conteúdos, como no seguinte relato onde a discente diz se sentir prejudicada na “*capacidade de apreensão de todas leituras a curto prazo*”.

Considerações Finais

Estes discentes estão inseridos em um contexto complexo, o qual identificamos a precariedade de bolsas de estudos, levando em consideração um valor que não se modifica a fim de cobrir a inflação e os aumentos de preços o que coloca este valor em uma constante decadência do seu valor real. Estes sujeitos, também, encontram no tempo, ou na falta deste, um revés intenso, visto a rigorosidade e os curtos prazos do mestrado acadêmico. Diante disto, as estratégias para o enfrentamento destes desafios tendem a ser estudadas de forma coletiva, via CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselhos Regionais de Serviço Social), ABEPSS, ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), docentes, programas e cursos, onde, respeitando as particularidades regionais e subjetivas dos estudantes, possam criar saídas que não prejudiquem o rigor dos estudos, mas que trabalhem contribuição positiva da saúde mental de todos. Podemos aqui propor uma articulação do ensino com outros campos, seja assistência ou saúde, na qual possam articular projetos de saúde mental para os pós-graduando, ou criação, dentro da universidade, com outros campos do saber, onde de forma multidisciplinar proporcionem melhores meios para uma formação profissional humanizada.

Observamos, por conseguinte, que os estudantes do MASS veem nesse local de ensino um lugar cheio de potencialidade positiva, seja no âmbito pessoal pelo contato de novas formas de saber, leituras teóricas, o magistério, pelas experiências interpessoais na pós-graduação, seja na esfera profissional ao se qualificar e obtendo o título de Mestre, no entanto, existem potencialidades negativas, ao encontrarem limites formativos como nas esferas financeiras, experiências subjetivas desgastantes que geram pressões internas e externas, que podem conduzir os discentes a problemas pessoais.

Para o fechamos nosso estudo, observamos que o estudo do capitalismo dependente, da pós-graduação brasileira, considerando os dados obtidos via questionário e o estudo do Serviço Social na pós-graduação, concluímos que esta dinâmica tem como fundo a luta de classes, ou seja, há projetos em constante disputa, podendo ter como desenho para a universidade o sentido dependente e subordinado ou uma universidade que desenvolva as potencialidades da nação pretendendo atender as demandas do povo trabalhador. Logo, podemos apontar o valor político assumido pela categoria, pois fica manifesto que os desafios dos discentes só poderá ser definido com uma ação coletiva e pautada na liberdade, na defesa dos direitos humanos, na ampliação e consolidação da cidadania, no aprofundamento da democracia, no posicionamento em favor da equidade e justiça social, na universalidade de acesso aos bens e serviços. Portanto, este estudo visa auxiliar na luta por uma educação, uma universidade e uma pós-graduação que efetive sua real dimensão institucional, em responder as demandas nacionais e não aos interesses particulares, sendo espaço de criação de conhecimentos e capaz de criar sujeitos com interesses coletivos, sendo um local público, gratuito e democrático.

Referências

AMARAL, A. S. **A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social**. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS: Brasília, 1996.

_____. Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social. ABEPSS: Brasília, 2019.

_____. Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. ABEPSS: Brasília, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020** - Brasília, DF: CAPES, 2010

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. Dominus Editora, São Paulo, 1966.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: (no limiar de uma nova era), volume 2 / . - São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio e interpretação sociológica. 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5.ed. São Paulo: Global editora, 2008.

GEOCAPES. Página Inicial. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3drhayrp>>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, C. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil. pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural (Os economistas), 1996.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro trabalho e questão social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico metodológica. 41 ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M. Z. S; CARVALHO, D. B. B. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro.** R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: análise dessa relação na for- mação profissional da UECE

MARIA JULIANA SOARES

1. Introdução

A profissão de Serviço Social surge a partir da necessidade do controle das demandas criadas pelo sistema capitalista de produção, o qual se trata de um sistema baseado no lucro gerado a partir da exploração da classe trabalhadora, especificamente em sua fase de monopólio. Portanto, na gênese da profissão, assistentes sociais desempenharam um papel intrínseco à luta de classes na trama das relações sociais, no entanto, ligado apenas à dimensão da reprodução social, contornando as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora. Apenas a partir da década de 1970, no Movimento de Reconceituação¹, com a vertente da intenção de ruptura, o Serviço Social começa a romper com o tradicionalismo da profissão, em um processo marcado por avanços e recuos.

Atualmente, a formação profissional das(os) Assistentes Sociais é baseada por documentos, leis e parâmetros que regem e condicionam a prática da profissão nos espaços sócio-ocupacionais - Código de Ética Profissional (1993); Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão, bem como as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, datadas em 08 de novembro de 1996, com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

¹ Os elementos centrais que marcaram esse Movimento na trajetória da profissão serão explicitados na seção 2.1.

ria da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Se complementa a isso a abordagem de discussões teóricas acerca de diversas categorias que comportam o conjunto de expressões da questão social², as quais serão impactadas com as práticas profissionais das ações e serviços prestados, embasados pelas mais diversas propostas e perspectivas, dentre elas as relações de gênero e suas demais vertentes.

Apesar de ser considerada uma profissão composta majoritariamente por mulheres e comprometida com a eliminação de todas as formas de opressão sofridas por aquelas(os) que estão à margem da sociedade, o Serviço Social, por muito tempo, invisibilizou o debate dos estudos de gênero, em detrimento de outros assuntos (LISBOA, 2010). Destarte, o objetivo do trabalho em tela é apreender de que forma o Serviço Social tem se aproximado das discussões de gênero, considerando como recorte a experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

No que se referem aos aspectos metodológicos, a pesquisa possui natureza qualitativa e é do tipo bibliográfica, o que significa dizer que foi realizada a partir da bibliografia de autoras(es) sobre as categorias: gênero³ e formação profissional do Serviço Social, salientando o uso de autores centrais em cada tema específico. Além disso, apresenta-se alguns elementos de observação participante da disciplina Relações de Gênero e Fe-

2 Para Iamamoto (2015), “a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (p. 27).

3 No presente trabalho, fazemos uso da categoria “Gênero” para nos referirmos aos estudos acerca da questão da mulher de modo geral, por se tratar de um termo mais amplo e já difundido no meio acadêmico, além de ser o termo majoritariamente utilizado pelo Serviço Social pelos documentos normativos, mas reiteramos que existem outras categorias que tratam desses estudos.

minismos, a qual é objeto de pesquisa da autora no âmbito da pós-graduação.

2 Desenvolvimento

O presente artigo está dividido em três seções, dentre as quais a discussão será feita em duas subseções. A primeira, 2.1, explana um apanhado geral da institucionalização e consolidação da profissão de Serviço Social no Brasil, bem como denota a sua marca nitidamente feminina, já a segunda, 2.2, relaciona a forma como os estudos de gênero são apreendidos pela formação em Serviço Social, abordando de forma específica o desenvolvimento da profissão no Estado do Ceará e relatando a experiência da UECE. As principais categorias utilizadas no estudo são: Formação profissional, Serviço Social e Gênero e alguns autores utilizados como referencial teórico foram Iamamoto e Carvalho (2014), Iamamoto (2009), Netto (2015), Inácio (2013), Bezerra e Costa (2010), Scott (1995), Saffioti (2004), Lisboa (2010).

2.1 Serviço Social e Gênero: Traçando o percurso de aproximação

O Serviço Social, no Brasil, desde a sua institucionalização na década de 1930, apresenta uma forte marca feminina que perdura até os dias atuais. Essa característica tem raízes em uma forte influência conservadora do imaginário de “mulher ideal” e de um fazer profissional de cunho humanista conservador.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 177), foi nesse período da gênese “que a incorporação da mulher à força de trabalho urbana deixou de ser ‘privilégio’ das famílias operárias e passou a atingir também parcelas da pequena burguesia”. Desta forma, as primeiras assistentes sociais foram mulheres paulistanas de famílias abastadas, comprometidas com a mili-

tância católica, com práticas de cunho caritativo e benevolente e aspiravam servir ao próximo. Quem pretendia ingressar na profissão deveria ter uma série de atributos vistos como naturais nas mulheres, como:

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a essa solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 233-234).

Por causa da influência da filosofia cristã, a datar da gênese do Serviço Social, a imagem da profissão seguiu vinculada, em termos ideológicos e políticos, às doutrinas religiosas. Tais doutrinas atribuíram características e papéis tradicionais não só à profissão, mas também às assistentes sociais por intermédio de uma cultura social restauradora relativa às expressões da questão social, que reverberou nos primeiros Códigos de Ética profissional e nas disciplinas das primeiras Escolas de Serviço Social.

Durante décadas, em sua gênese, o Serviço Social e sua formação profissional estiveram vinculados à influência da Igreja Católica. No interior da profissão, a dominação ideológica da Igreja realça o “papel social” das mulheres mediante uma prática profissional que é uma extensão das tarefas domésticas atreladas à lógica de servir aos outros.

Esses traços foram construídos e fortalecidos historicamente, reproduzidos como se fossem inerentes às mulheres e, na profissão, recaem com a finalidade de fazer com que as(os) assistentes sociais, seguindo os interesses da burguesia, atenuassem os conflitos sociais. De acordo com Cisne (2004), para atender a esses interesses e conseguir se aproximar dos operários, as(os) profissionais, pautadas(os) na caridade cristã, atuavam nas famílias, principalmente sobre as mulheres, considerando que acreditavam que era através delas que se encontravam os caminhos necessários para preservar a ordem moral e social, possibilitando a restauração das famílias e reformulando os hábitos e os costumes em prol da economia e das leis do país.

Essa formação de caráter pragmático e conservador só começou a ser questionada pela categoria profissional no contexto da autocracia burguesa, na década de 1960 a partir de um movimento que envolvia a conjuntura latino-americana, denominado de Movimento de Reconceituação.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano é datado do período de 1965 a 1975 e não deve ser desassociado da conjuntura política, econômica e social vivenciadas pelo continente em razão das ditaduras militares sofridas. Esse movimento representa um marco histórico para a profissão e implicou, de acordo com Iamamoto (2015, p. 206), em um questionamento global “de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seus *modus operandi*”⁴.

4 Apesar de essencialmente latino-americano, o Movimento de Reconceituação evoluiu de maneira particular em cada país de acordo com as características de suas formações sócio-históricas, por conseguinte, não deve ser analisado homogeneamente. Neste movimento, a crítica ao conservadorismo, notadamente, foi feita através da perspectiva da intenção de ruptura (NETTO, 2015).

Netto (2015) pontua que, sem deixar espaços para dúvidas, nenhuma vertente do Movimento de Reconceituação se vinculou tão profundamente à universidade como a intenção de ruptura que buscou romper com o tradicionalismo da profissão ao refletir sobre as contradições e os antagonismos da sociedade capitalista.

A direção política e social que as(os) assistentes sociais estavam percorrendo era decorrente de sua aproximação com a tradição marxista, além de sua inserção nos cursos de graduação e pós-graduação, na aproximação e inserção em movimentos políticos de esquerda e com movimentos sindicais e sociais, com destaque para o movimento de mulheres e o movimento negro, além das entidades da categoria profissional. Deste modo, delineia um acúmulo teórico-político que buscou a quebra da hegemonia da prática profissional, vinculada com a defesa das necessidades da classe trabalhadora contra a ditadura e os interesses da burguesia, fortalecendo uma postura classista.

Apesar dos avanços na busca da construção de uma metodologia de intervenção profissional crítica e de a categoria profissional estar articulada, também, a movimentos sociais, o Serviço Social, neste momento, não abordou especificamente questões sobre as mulheres e invisibilizou o debate em detrimento das análises de classe ao visualizarem as especificidades da classe trabalhadora como algo universal, além de uma perspectiva genérica das classes oprimidas. Diante desse cenário, Inácio (2013, p. 134) afirma que “o curto tempo do movimento de reconceituação não permitiu o aprofundamento da relação entre o Serviço Social e os sujeitos coletivos”. Ainda assim, de acordo com Guerra (2015), tratou-se de uma primeira elaboração de um projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo de que se tem conhecimento no Serviço Social.

Durante a ditadura, a luta política de movimentos negros, de mulheres e da população LGBTQIAP+⁵ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, aliadas/os e demais identidades) havia sido desarticulada, já que suas (seus) integrantes eram vigiadas(os) pelos órgãos de repressão, e isso dificultava uma organização política. O envolvimento do Serviço Social com estes movimentos foi um fator crucial para a renovação profissional. Inácio (2013) ressalta, inclusive, a importância da aproximação do Serviço Social com os movimentos feministas, já que simboliza um rompimento com sua marca antifeminista tão presente desde a institucionalização da profissão.

As ações da categoria profissional, nesse contexto de aproximação com os movimentos sociais durante as décadas de 1970 e 1980, impactaram amplamente no desenvolvimento e na construção da profissão a partir da década de 1980. Destacamos aqui a consolidação do Projeto ético-político da profissão que ocorreu na década de 1990 e os avanços nos quadros universitários com as graduações e pós-graduações ao nutrir a produção científica e aprofundar a formação crítica do Serviço Social.

O debate sobre a questão das mulheres, no Serviço Social, foi incorporado na década de 1990 e transcorreu a partir do processo de renovação profissional, principalmente por meio da adoção do termo “gênero”, como pode ser demonstrado nos instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética (1993)⁶, as Diretrizes Curriculares (1996) e a organização política da categoria que majoritariamente adotou o termo.

5 Importa apontar que à época esses coletivos não haviam desenvolvido esse nível de autorreferenciamento, sendo conhecido como movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).

6 O Código de Ética de 1993 traz uma revisão do texto no que se refere à linguagem de gênero, com uso de masculino e feminino, inclusive como posicionamento político contra o machismo e reconhecendo a majoritariedade de mulheres na categoria profissional.

Discutir sobre as especificidades e antagonismos que passam a vida das mulheres é imprescindível ao Serviço Social, tanto sob o prisma da produção intelectual e da invisibilidade nos campos de atuação quanto pela importância de estudantes em formação e assistentes sociais se aprofundarem nas particularidades da população usuária das políticas sociais que, majoritariamente, são mulheres.

A esse respeito, vale ressaltar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aponta algumas diretrizes que trouxeram avanços para a assistência social, nelas “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2004, p. 40). Tal fato foi pensado para conter a descentralização dos atendimentos e pensar um acompanhamento da família e não ao indivíduo isolado. No entanto, importa refletir que essa centralização na família significa colocar a mulher como eixo central do núcleo familiar, fato que implica na manutenção da estrutura patriarcal de que cabe às mulheres o papel de reprodução social, com suporte afetivo e material necessários para o bem-estar dos membros (MEDEIROS, 2021).

Ainda sobre a trajetória do Serviço Social, foi na década de 1990, com a consolidação do Projeto ético-político profissional, atrelado a valores emancipatórios, que a problematização sobre as contradições que permeiam a vida das mulheres ganhou espaço no Serviço Social, configurando-se como um grande avanço no compromisso com a classe trabalhadora em sua diversidade.

Nesse sentido, destacamos alguns dos princípios éticos do atual Código de Ética profissional:

- I. reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -

autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; [...] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 24).

Conforme esses princípios, o Serviço Social avança com relação às questões de gênero, sexualidade, etnia, entre outros, que ganha espaço na formação e na prática profissional, sinalizando uma direção emancipatória, de liberdade e de superação das formas de dominação e exploração. Assim como no Código de Ética (1993) as Diretrizes Curriculares (1996) também incorporaram as questões de gênero, como menciona o seu Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira ao afirmar que:

[...] esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, *tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social*, etc. (ABEPSS, 1996, p. 11; grifos nossos).

Com o fortalecimento do Projeto ético-político, a direção profissional do Serviço Social certifica a necessidade de enfrentamento das opressões que recaem sobre a vida das mulheres, seja nas salas de aulas, em grupos de pesquisas, na atuação

profissional ou nas ruas, realçando que há um caminho possível para fazê-lo, assumindo um lado bem demarcado na luta de classes.

Assim, as alianças da categoria profissional com os movimentos sociais e estudantes, o compromisso das entidades sindicais, o ensino universitário na graduação e pós-graduação, contribuíram para que o Serviço Social se apropriasse das discussões sobre as mulheres. Contudo, este é um desafio cotidiano que exige uma articulação diária, principalmente levando em consideração o avanço do conservadorismo na atualidade.

2.2 Formação profissional e Gênero: Desvios e aproximações mediante a experiência da UECE

No que se refere às Escolas de Serviço Social no Estado do Ceará, a primeira delas surgiu na década de 1950, em um contexto histórico marcado pela miséria onde, sendo este fato reconhecido pelo governo Federal, passam a ser implantadas instituições que estimulassem o crescimento da economia industrial nordestina.

Quanto às expressões da questão social nesta região, sabe-se que o Ceará é um estado que foi duramente assolado pelas secas e que por muito tempo houve a predominância das relações comerciais baseadas na exportação. As autoras Bezerra e Costa (2010) apontam que

[...] na região Nordeste e, especificamente, no Ceará, as tramas das relações sociais capitalistas e as expressões da questão social na década de 1950 adquirem configurações e contornos peculiares, inscritas em um campo híbrido entre o tradicional e o moderno, a exigir uma contextualização, embora abreviada, cujo intuito seria situar os frag-

mentos de memória deste grupo de assistentes sociais cearenses do período nos “quadros sociais desta memória (p. 22).

Portanto, conforme exposto, a questão social no Ceará se delineava com características específicas na configuração social deste local, ainda que situado no contexto amplo do capitalismo emergente no Brasil à época. Por consequência, a consolidação da profissão do Serviço Social no Ceará se deu por meio da domesticação e adestramento daquelas classes abastadas, sendo esta uma característica fundante da própria profissão, como apontado anteriormente (BEZERRA E COSTA, 2010).

Destarte, a profissão de Serviço Social surge no sentido de minimizar os efeitos dessas problemáticas, sem se deter a analisar as causas as referidas questões. Sobre sua fundação, as autoras Bezerra e Costa (2010) relatam,

A escola de Serviço Social de Fortaleza, da qual se originou o citado curso, foi implantada em 25 de março de 1950, vinculada ao Instituto Social de Fortaleza, e sob administração de religiosas integrantes da Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, por meio da Associação de Educação Familiar e Social (ABESF), entidade mantenedora fundada em 1949, sob incontestável orientação da Igreja Católica. [...] A partir de outubro de 1956, esse Instituto Social e, por conseguinte, a Escola de Serviço Social tornaram-se agregados da Universidade Federal do Ceará (UFC) constituindo, no período, fenômeno expressivo do processo de inserção do Serviço Social no circuito universitário deste estado (p. 19).

Surge a Escola de Serviço Social, objetivando a capacitação de profissionais, os quais trabalhariam a moral e a dignidade daquele contingente de pessoas desfavorecidas socialmen-

te, embasados pela Doutrina Social da Igreja. Por conseguinte, o Serviço Social no Ceará se desenvolve com especificidades, marcado por características que mesclavam o tradicional e o moderno. Então, por muito tempo essa profissão foi marcada pela contradição entre apoiar a classe trabalhadora e contribuir com os interesses capitalistas.

Tal realidade passa a ser modificada a partir de dois acontecimentos, o Movimento de Reconceituação, como apontado no tópico anterior, e as Reformas Curriculares, que a partir da década de 1980 passa a ter cada vez menos influência da doutrina religiosa, deslocando as disciplinas de caráter religioso para regime optativo. Com isso, o Serviço Social passa a refletir e transformar a própria trajetória profissional.

Após anos como agregado da Universidade Federal do Ceará (UFC), o curso de Serviço Social da referida instituição passa a integrar os cursos da UECE em março de 1975, sendo um dos cinco cursos de graduação fundantes da referida Universidade. É importante salientar que, no corrente ano de 2021, o corpo docente do mencionado curso, conforme informações do site da Universidade⁷, é composto por trinta professores, dos quais vinte e oito são mulheres e, dentre o total de mulheres, apenas nove voltam seus objetos de pesquisa para o estudo de gênero ou áreas correlacionadas (sexualidade, teorias *queer*, etc.). Tal fato evidencia a prevalência de mulheres compondo o corpo docente, dentro do respectivo recorte, fato que corrobora com pontos trazidos no tópico anterior sobre a feminilização do Serviço Social.

No que concerne à categoria gênero, refere-se que o seu conceito foi elaborado em um contexto histórico em que existia efervescência das teorias sociais sobre a diferença sexual. Nesse aspecto, havia a tentativa de diferenciação de sexo/gêne-

⁷ Disponível em: <<https://tinyurl.com/mpmkx6kk>>. Acesso em 04 nov. 2021.

ro. Uma das autoras considerada referência nessa fase é Gayle Rubin, a qual conceitua o termo gênero no debate acerca da opressão da mulher⁸. Por meio de suas contribuições, diversas outras autoras passaram a conceituar gênero, algumas numa perspectiva de diferenciação sexo/natureza e gênero/cultura, outras em busca de categorias alternativas.

Todas essas reflexões produziram um arcabouço teórico a respeito da situação da mulher, a qual foi ponto chave para dar início a esses estudos. Nesse contexto, a formulação do conceito de gênero aparece como uma reação às desigualdades sociais decorrentes das diferenças biológicas entre os sexos com intenção de refutar concepções essencialistas e universais (SCOTT, 1995).

Entretanto, no que diz respeito a esses estudos, não existem verdades universais, mas diferentes perspectivas que, em muitos pontos, se contrapõem. Outro conceito desenvolvido a partir dessas reflexões foi o de patriarcado. Esse, conforme Saffioti (2004),

[...] não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (p. 58).

Segundo Lisboa e Oliveira (2019), a partir da década de 1990, os estudos feministas se fortalecem no Brasil, porém, no que se refere ao Serviço Social, muitas vezes não existe o interesse de se incluir a categoria “gênero” e suas expres-

8 A este respeito, Cisne (2012) trata que, para Rubin, “gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é determinado biologicamente, fisiologicamente, portanto, naturalmente” (p. 79).

sões no currículo de formação. Desse modo, têm-se suscitado discussões a respeito da aproximação dessas reflexões com a formação profissional no Serviço Social.

A esse respeito, importa situar como se deu a aproximação dessa formação profissional com os estudos de gênero no recorte da UECE, uma vez que esse não está deslocado do contexto nacional. Em pesquisa monográfica, Soares (2019) aponta que o curso de Serviço Social da UECE se aproximou da temática de Gênero de forma gradual e lenta, tendo partido inicialmente de discussões acerca da violência contra a mulher, principalmente em decorrência da efervescência da Lei Maria da Penha⁹, sancionada em 2006.

Um verdadeiro marco nos estudos de gênero no âmbito do Serviço Social da UECE se deu mediante o Observatório de Violência Contra a Mulher (OBSERVEM), fundado na década de 1990 com o objetivo de monitorar as condições de vida das mulheres cearenses e da violência que as aflige. Mais recentemente, foi fundado o Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência (NAH), o qual também representa um avanço nos estudos de gênero, tanto no enfrentamento à violência contra a mulher no contexto da Universidade, como pelas contribuições teóricas que têm proporcionado.

No que se refere à matriz curricular do referido curso, as mais recentes datam de 1990.2-2005.2, 2006.1-2016.1 e 2016.2, portanto, tendo sido há cinco anos a última atualização da matriz curricular¹⁰. Vale pôr em evidência o aumento de disciplinas voltadas aos estudos de gênero em muitos cursos de Serviço Social, fato que, por muitos anos, esteve distante da

9 A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr4bpvhu>>. Acesso em 23 nov. de 2021.

10 Disponível em: <<https://tinyurl.com/4p9jtrpc>>. Acesso em 04 nov. 2021.

realidade do Serviço Social da UECE, o qual dependia da disciplina eletiva “Serviço Social e Família” para discutir de forma transversal¹¹ a referida temática.

Destaca-se que em 2020, no semestre 2020.1, foi implementada a disciplina eletiva “Relações de Gênero e Feminismos”, fato que demonstra um grande avanço para a trajetória do referido Curso no que se refere aos estudos de Gênero. É importante ressaltar que uma das autoras do presente artigo realizou Estágio de Docência do mestrado na referida disciplina, experiência que instigou a opção por se estudar a mesma como objeto de pesquisa na de dissertação do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS) da UECE.

A disciplina, desde sua efetivação, tem chamado a atenção do corpo discente e tem tido uma notável procura, com turmas completamente preenchidas, contando com discentes desde o segundo semestre do Curso, até os últimos. Tal realidade chama atenção sob dois aspectos: (1) apesar de ser uma disciplina eletiva e de supor-se que seria cursada por concludentes, a disciplina tem tido uma procura por parte das(os) discentes dos primeiros semestres, fator que demanda maior cuidado na escolha do referencial teórico e no desenvolvimento das discussões e (2) evidencia-se a possibilidade de se vivenciar a graduação em Serviço Social sob uma ótica mais ampla, considerando que as(os) discentes estão tendo contato com discussões diversas sobre a teoria feminista e gênero logo no início do seu percurso formativo.

Entretanto, considerando o ano de implementação da mencionada disciplina, vale o destaque a respeito do contexto mundial em que tal fato ocorreu. No início do ano de 2020,

11 No entanto, consideramos importante reconhecer que a transversalidade da temática de gênero deve estar presente na grade curricular como um todo e não apenas em disciplinas pontuais.

o mundo foi surpreendido quando o novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado na cidade de Wuhan, na China, e rapidamente a doença COVID-19, causada pelo referido vírus, se espalhou sobre todo o globo. No Brasil, a partir de março de 2020 foram presenciados casos da doença, o que levou os governantes a decretarem medidas sanitárias de distanciamento social, a fim de conter a propagação da doença, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Com isso, importa apontar que a pandemia tem adensado o cenário de desigualdades mundial e no caso do Brasil esse contexto se agrava, uma vez que o Presidente da República se posiciona constantemente contra a ciência, a vacinação e as referidas medidas de isolamento social. Portanto, temos no cenário nacional um contexto de retrocessos no âmbito das políticas sociais e de direitos, os quais têm se acirrado no contexto de crise sanitária mundial (FERNANDES et al., 2021).

Com as medidas restritivas supracitadas, as instituições de ensino passaram a ter suas aulas deslocadas para o modo remoto, o que não significa dizer que aderiram o modelo de Ensino à Distância (EaD), uma vez que tal fato se deu de forma emergencial, visando uma contenção de danos na educação. Não foi diferente com a UECE, a qual também aderiu o modelo remoto desde abril de 2020, contexto em que foi implementada a disciplina Relações de Gênero e Feminismos.

Somadas as consequências da pandemia ao ensino remoto, vivemos um cenário desolador no campo educacional, uma vez que as(os) docentes e discentes necessitam de equipamentos de computador/celular e internet para acessar as aulas on-line, fato que pode prejudicar aqueles que não têm esse acesso. Contudo, é interessante ressaltar que mesmo nesse contexto a disciplina recém implementada no Curso de Serviço Social da UECE tem obtido resultados, com retorno positivo das(os)

discentes que a tem cursado. Tal fato aponta o impacto positivo que a disciplina tem gerado no Curso, com uma projeção otimista para o futuro, com relação ao comprometimento do Serviço Social em discutir os antagonismos que perpassam a vida das mulheres.

3. Considerações finais

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, que tem por objetivo principal a luta pela garantia dos direitos. Dessa forma, considerando que tal profissão se movimenta e desdobra com a finalidade de enfrentar as demandas da questão social, considera-se necessários o enfrentamento e a luta pela equidade de gênero.

Conclui-se, portanto, que é imprescindível articulação da categoria gênero com o Serviço Social, uma vez que se trata de uma ampla categoria que tem se dedicado a discutir a opressão das mulheres. Ademais, tratando-se de uma profissão que é formada, em sua maioria, por mulheres, considera-se de extrema importância a ampliação de estudos que articulem essas categorias.

Ressalta-se a importância do tripé universitário, Ensino, Pesquisa e Extensão na formação acadêmico-profissional, entendendo que são todos esses espaços que constituem esse percurso, os quais devem amparar os discentes com as mais variadas propostas temáticas, a fim de instigá-los a pensar criticamente e desenvolverem possibilidades de atuação frente às demandas da realidade. Para isso, é necessário a ampla oferta de disciplinas que trabalhem temáticas que tragam expressões da questão social na contemporaneidade, bem como grupos de estudo, pesquisa e extensão universitária voltados aos temas.

Por fim, salienta-se que foi possível perceber que, apesar de momentos de separação entre o Serviço Social e os estudos de

gênero, estamos em uma realidade de avanços a esse respeito, presenciando o crescimento da temática no meio acadêmico e na formação profissional. Apontamos, ainda, o progresso encontrado na UECE, com a recente implementação da disciplina Relações de Gênero e Feminismos, que tem possibilitado a aproximação das(os) discentes com a temática desde o início do percurso acadêmico. No entanto, considera-se relevante pontuar a necessidade de disciplinas como essa em regime obrigatório, para acessar a maior quantidade possível de discentes.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social/ABEPSS**, Brasília, 1996. Disponível em: <<https://tinyurl.com/jhprxeyz>> Acesso em: 23 ago. 2021.

BEZERRA, Leila Maria Passos de.; COSTA, Liduina Farias Almeida da. Memória, reconhecimento e reconstrução: Passado recente do Serviço Social no Ceará. In: COSTA, Liduina Farias Almeida da; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; PIO, Maria da Conceição (Orgs.). **Fragmentos do passado do presente: 60 anos do Serviço Social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2010. 647 p.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco - Recife/PE, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a Assistente Social**. - 10ª ed. rev. e atual. - Conselho Federal de Serviço Social, Brasília: 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/a84sya8w>> Acesso em: 15 out. 2020.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima da. CAPITAL PANDÊMICO E ENSINO REMOTO: o posicionamento político do serviço social. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 87-101, 2021.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuição à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. - 26ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. - 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba.; OLIVEIRA, Catarina Nascimento. O saber surge da prática: por um Serviço Social com uma perspectiva feminista. **Revista Grifos**, n. 46, 2019.

MEDEIROS, Juliana. Matricialidadesociofamiliar. **Gesuas**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tkdbz44j>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul. dez. 1995.

SOARES, Maria Juliana. **Lacunas Entre Serviço Social e Gênero**: Uma análise das trajetórias de professoras mulheres e pesquisadoras de gênero no contexto da formação profissional do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, 2019.

METODOLOGIA DIALÉTICA NO ENSINO SUPERIOR: sobre o uso da literatura em aulas de economia política

EPITÁCIO MACÁRIO
RICHELLY BARBOSA
TAINARA ALEXANDRE
AMANDA VITORIA
BEATRIZ NASCIMENTO

Introdução

A metodologia do ensino envolve tanto as finalidades educacionais quanto o método e as técnicas de construção do conhecimento e dos saberes. Estes devem ser o centro da ação educativa nas instituições escolares e nas universidades, em particular. Por essa razão, devem ocupar lugar de destaque na reflexão de pesquisadores/as e educadores/as sobre quais tipos de conhecimentos e saberes comparecem nesses espaços. Ora, na medida em que a vida cotidiana envolve os indivíduos por inteiro é dela que surgem as questões tematizadas pela Ciência e pela Filosofia, cujos produtos devem retornar à cotidianidade (LUKÁCS, 2018). Também a Arte tem seu impulso e motivação no dia a dia. Eis por que nem essa esfera da vida nem os saberes espontâneos (populares) nela produzidos podem ser elididos ou preteridos na práxis docente. O problema a ser enfrentado é, pois, sobre a função social e a estrutura de cada um desses tipos de conhecimentos e como integram os rituais escolares e universitários.

Nesta direção, o objetivo desse ensaio é refletir sobre a especificidade de cada um desses saberes e como eles integram as metodologias nos ambientes de ensino. Nos detemos, em particular, na reflexão do potencial da Arte como um tipo de conhecimento que cria possibilidades de crítica da vida cotidiana. Para ilustrar esta reflexão, relatamos a experiência do uso da literatura na disciplina de Economia Política no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, ocorrida no ano de 2021.

Método dialético e ensino universitário

Partimos da concepção segundo a qual a realidade é sempre síntese de aparência e essência. A forma como os fenômenos se apresentam imediatamente manifesta muito, mas não revela por completo o que ele é. Como efeito, todo acontecimento está inserido numa teia de relações biofísicas, ecológicas e sociais da qual brota e é parte, na qual se nutre, vive e prospera. Por esta razão, essas conexões constituem e instituem o fenômeno, atribuindo-lhe função e significado. É a isto o que se chama de essência, a dimensão do ser das coisas que se apresenta e se esconde, se manifesta e se oculta, se exhibe e se encobre na aparência imediata.

Essa perspectiva tem implicações para a teoria do conhecimento e, conseqüentemente, para as concepções e práticas de ensino. Pois, consoante com ela, o conhecimento adequado de qualquer realidade biofísica, inorgânica e social pressupõe que se a apanhe na sua face imediatamente sensível e na amálgama de relações que mantém com outros fenômenos e com totalidades destes. Os esforços de conhecer devem, pois, nortear-se pela busca de captura da aparência e da essência dos fatos, pois, como asseverou Karl Marx (1986) “toda a ciência seria

supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (p. 271).

Isto implica que o conhecimento fragmentado de fatos isolados, sem o estabelecimento das devidas conexões e sem a captura da totalidade de relações na qual nascem e se movimentam, não ultrapassa o que Karel Kosik (1976, p. 15) chamou de *pseudoconcreticidade*- o “complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural”. E, por outro lado, o conhecimento das totalidades sem o movimento próprio da esfera fenomênica é vazio. A concreticidade está, pois, na unidade dialética da aparência imediata e da essência, do fato e das ligações que o entornam e constituem. Esse ponto de vista foi amplamente discutido por Georg Lukács (2009), como se lê na seguinte passagem:

A autêntica dialética de essência e fenômeno se baseia no fato de que ambos são igualmente momentos da realidade objetiva, produzidos pela realidade e não pela consciência humana. No entanto - e este é um importante axioma do conhecimento dialético -, a realidade apresenta diversos graus: existe a realidade fugaz e peidérmica, que nunca se repete, a realidade do instante que passa, e existem elementos e tendências de uma realidade mais profunda, que ocorrem segundo determinadas leis, ainda que estas se transformem com a mudança das circunstâncias. (p. 104-105).

Por via de consequência, métodos e práticas pedagógicas devem se dirigir para esse propósito: o de alargar e aprofundar o conhecimento construído à base do imediatamente sensível, captando e compreendendo a teia extensiva e intensiva de vín-

culos na qual e pela qual os fenômenos particulares ganham vida, se movimentam e assumem determinado significado social.

Nas sociedades modernas, a educação escolar tem como eixo dinamizador precisamente os conhecimentos necessários à inserção dos indivíduos na vida econômica, nas atividades laborais, na participação cidadã e no conjunto de relações sociais, conforme a classe ou segmento de classe a que pertençam¹. Estes aprendizados são criações sociais que foram se acumulando no decorrer da experiência histórica e que necessitam ser apropriadas e reproduzidas no curso da ação das novas gerações, capacitando-as para responder às necessidades do presente e tocar em frente a história². Dada a complexidade desses conhecimentos, que dão base aos saberes práticos reclamados pela vida nas sociedades contemporâneas, seu ensino exige espaços, tempos, ritmos, esforços e métodos específicos. Em sua grande maioria, não podem ser ensinados e apreendidos na espontaneidade dos

1 A perspectiva aqui adotada é tributária da abordagem do eminente teórico da educação brasileira, Dermeval Saviani. Em seu livro *Pedagogia histórico-crítica* (1992), ele funda essa ideia ao tomar partido pela episteme como centro organizador dos conteúdos a serem ensinados nas escolas. Segundo ele, a *doxa* e a *sophia*, entendidas respectivamente como opinião calcada no senso comum e sabedoria fundada na experiência, não justificam a existência da escola. O que justifica é a necessidade de domínio do saber sistematizado, do saber científico, isto é, da *episteme*. A “escola existe, [portanto], para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. (p. 23).

2 Nas trilhas abertas por Saviani, o professor Newton Duarte (1999) se pronuncia sobre a dialética objetivação/apropriação como momento definidor da evolução dos indivíduos humanos e, por conseguinte, momento definidor da educação em sentido mais amplo. Em suas palavras, “[...] cada indivíduo, para se objetivar enquanto ser humano, enquanto ser genérico, precisa se inserir na história. Isso não pode ser compreendido como um ato de justaposição externa, mas como uma necessidade do próprio processo de formação do ser do indivíduo, ou seja, o indivíduo, para se constituir enquanto um ser singular, precisa se apropriar dos resultados da história e fazer desses resultados ‘órgãos de sua individualidade’”. (p. 40).

atos cotidianos, tampouco somente por atividades sensório-motoras porque exigem esforços de abstração.

Ora, na medida em que o capitalismo moderno passa a exigir uma base geral de conhecimentos elementares que já não podem ser produzidos na cotidianidade, as escolas de nível básico e superior passam a ser requeridas em escala massiva - a depender das condições históricas em que se dá a luta entre as classes fundamentais. As instituições escolares e os conteúdos por elas processados são, pois, de natureza contraditória na medida em que respondem a necessidades de hegemonia e coesão social segundo os interesses da classe que domina economicamente a sociedade - a burguesia; por outro lado, são necessárias à inserção ativa e produtiva da classe trabalhadora na sociabilidade do capital e à apropriação de instrumental necessário - embora não suficiente! -, para a transformação da referida sociabilidade. A educação escolar básica e superior passa então a ser disputada pelas classes sociais.

Não por acaso, o acesso à escola passou a constituir pauta reivindicativa das organizações da classe trabalhadora nos países de capitalismo central já no século XIX e nas periferias industrializadas em meados do século XX³. Dadas as particularidades regressivas da formação capitalista brasileira, a universalização do acesso ao ensino fundamental é muito recente e no ensino médio é uma possibilidade ainda não realizada que se inscreve no horizonte da luta política das classes populares. O caso do acesso ao ensino superior é por si elucidativo da regressividade no Brasil, não somente porque a formação de nível

3 Na impossibilidade de sumariar esse debate, indicamos o balanço histórico e sociológico da evolução da educação escolar no capitalismo industrial feita por Mariano Fernández Enguita nos livros *A face oculta da escola* (1989) e *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação* (1993). Outra abordagem breve, mas imprescindível, no estabelecimento das relações entre escola, capitalismo e classes sociais encontra-se em Anibal Ponce na obra *Educação e luta de classe* (1991).

superior atinge a pequena parcela do povo, mas também porque a classe dominante e os governos optaram por massificar esse nível de ensino por via do mercado, brigando os/as trabalhadores/as a comprarem sua formação nas empresas do setor⁴.

Para efeito do que se pretende argumentar no presente texto, realçamos que as instituições escolares são convocadas a garantir a apropriação, pelas novas gerações, dos conteúdos, conhecimentos e saberes reclamados pela modernidade capitalista e pela luta estabelecida entre as classes sociais. É, pois, de interesse da classe trabalhadora a disputa do horizonte sociopolítico e ideológico desse espaço contraditório, o que se dá por diversas formas. Uma delas, e que nos interessa diretamente nessa reflexão, é a dinamização de conteúdos que apanhem os fenômenos da vida natural e social como partes da realidade humana, como parte de uma totalidade de relações e como algo que tem um significado em face do conflito de classe estabelecido socialmente. Mais uma vez, as metodologias de ensino são convocadas a incorporar essa discussão, sob pena de se tornarem apenas uma recolha e aplicação de instrumental didático-pedagógico sem se perguntar pelos fins sociais que cumprem.

A esse respeito, Dermeval Saviani (1992) afirma que “o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em consequência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses” (p. 84). Na mesma direção, a adoção de métodos e técnicas de ensino orientados pelo princípio da formação de sujeitos conscientemente situados no conflito que se desdobra em escala social é uma possibilidade recorrente no cotidiano escolar e universitário e pode cumprir função deci-

4 Sobre esse assunto, há extensa bibliografia no Brasil. Recomendamos a leitura do importante diagnóstico de Valdemar Sguissardi (2014; 2015). Sobre a particularidade brasileira e a educação, vale muito a pena consultar as pesquisas de Lalo Watanabe Minto (2011; 2018) e de Kátia Lima (2007; 2019).

siva na formação técnica e no posicionamento ético-política dos/as educandos/as.

Em estudo recente em que discutem metodologia do ensino superior, Cavaignac e Macário (2022) assumem que há graus diferenciados de complexificação das objetivações humanas e, no seio destas, dos conhecimentos acumulados e processados nos rituais de ensino.

O assim chamado “ensino superior” deve dedicar-se

[...] a níveis superiores de conhecimentos e saberes a serem apropriados pelos(as) estudantes de modo que se tornem capazes de aplicá-los em situações práticas e de criarem as condições para sua reprodução, para sua transmissão e apropriação por outras gerações. Ademais, os estudos superiores incluem necessariamente a prospecção de novos conhecimentos, contribuindo para o crescimento horizontal e o aprofundamento vertical do estoque já existente. (CAVAIGNAC; MACÁRIO, 2022, no prelo).

Numa concepção dialético-materialista, o ensino superior é convocado, portanto, a responder a demandas originadas na produção econômica e na vida social, política e cultural da nação. Para tanto, o conhecimento processado nesse nível de ensino deve primar pela superação da *pseuconcreticidade* (KOSIK, 1976) dos fenômenos, analisando-os sempre à luz da totalidade de relações que lhes conferem significado social. Esse é um princípio metodológico que deve orientar as escolhas de conteúdos, instrumentos, técnicas e rituais de ensino na universidade.

Tomadas nessa perspectiva, as metodologias de ensino escolar acolhem e incorporam, de maneira particular, tanto os saberes populares, os científicos/filosóficos como a Arte. A procura pela síntese destes saberes, incorporando-os segundo

sua estrutura e função social, constitui ponto alto da práxis educativa e um desafio para a reflexão de educadores/as e pesquisadores/as. No presente estudo, refletimos sobre a incorporação da ciência/filosofia e da arte na metodologia de ensino superior como caminhos para uma crítica da vida cotidiana, o que nos leva a discorrer sobre a estrutura desta.

Crítica da vida cotidiana e ensino universitário

Toda e qualquer necessidade que impulsiona a Ciência e a Arte nasce do cotidiano e, por esta via, se liga de forma direta ou por mediações ao conjunto de saberes processados diariamente. Ademais, o repertório de saberes, valores e símbolos produzidos na espontaneidade dessa esfera da vida constitui a mediação da ação prática dos indivíduos, da inserção destes na vida social, razão por que não podem ser arrancados às práticas escolares. O que se deve perguntar é, porém, qual o lugar destes saberes e como se relacionam com os saberes científico-filosóficos (*episteme*) e artísticos (estética).

Em *O cotidiano e a história* (2000), Agnes Heller afirma que na vida cotidiana o homem põe em operação todas as suas capacidades intelectuais, sentimentos, ideologias, paixões porque ela abarca o homem por inteiro e é constituída pela heterogeneidade e pela hierarquia. Não há, pois, outra forma de viver senão intervindo com alto grau de espontaneidade em face dos requerimentos multivariados postos pelo cotidiano e pelo estrato ou posição social do indivíduo. As respostas dadas por este último se materializam em atos e atividades que compõem a rotina, marcadas pela espontaneidade e pelo automatismo. “É adulto”, diz a autora, “quem é capaz de viver por si mesmo a cotidianidade”, ou seja, o sujeito que aprendeu a manipular as coisas e aprendeu as funções, as atividades e valores segundo

a estrutura hierárquica estabelecida socialmente. Assim, pois, “a *assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais*” (p. 18-19) - processo que é mediado pela família, pela escola, por grupos sociais, comunidades e em maior nível de abrangência pela classe social ou pelo conjunto das relações sociais.

No dia a dia, as pessoas respondem sempre com particularidade as necessidades postas pela sociedade na infinidade de atos heterogêneos que tem de desenvolver. A motivação para as respostas oferecidas pelo indivíduo parte do “eu”, do seu interesse particular e, para tanto, a consciência não precisa iluminar mais do que as circunstâncias imediatas, os meios e instrumentos úteis à realização daquela ação específica que corresponde a uma necessidade específica na heterogeneidade dos atos cotidianos. Mesmo assim, o indivíduo atua sempre como parte do gênero humano, mesmo que as relações vitais existentes entre o seu “eu” e a comunidade, entre seu interesse particular e o interesse grupal, de classe ou social não compareçam imediatamente na sua consciência. Nessa direção, a mesma filósofa afirma:

Também enquanto indivíduo, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) [...] cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 2000, p. 21).

São muitas as circunstâncias que favorecem e até mesmo impõem a necessidade de que os indivíduos superem conhecimentos e saberes processados na espontaneidade da vida cotidiana - superar no sentido de incorporação de tais saberes

numa forma e conteúdo mais elevados. Na maioria dos casos, porém, a superação do cotidiano e dos saberes aí gerados se dá mediante esforços metódicos e concentração das capacidades dirigindo-se à *unidade* e *coerência* daquilo que se apresenta esfarelado e, não raro, contraditório nas práticas cotidianas e nas suas formas de representação.

A unidade e coerência referem-se, também e fundamentalmente, ao quanto o homem se torna capaz de realizar escolhas - sempre em face de possibilidades postas pela reprodução da sociedade - assumindo como motivo interno (moral) carecimentos postos no plano do gênero humano (ética), como leciona Heller (2000):

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. (p. 24).

Nesse mesmo diapasão, a autora adverte que jamais seria possível a um homem dirigir moralmente todas as ações diárias, assumindo uma decisão conscientemente examinada na heterogeneidade desses atos. Mesmo o/a cientista (aqui inserido/a, por nossa conta, o/a filósofo/a) e o/a artista, cujas atividades se ligam imediatamente ao humano-genérico, são pessoas que vivem o cotidiano e, portanto, têm de comportar-se com elevado grau de automatismo e espontaneidade em face dos variados requerimentos postos por esta esfera da vida. No campo da ciência e da arte, todavia, cada ato (de produção, apropriação e fruição) é direcionado ao humano-genérico. São atos, portanto, fundados no próprio dia a dia, nos problemas e excitações produzidas pela cotidianidade, mas cuja realização exige a superação dessa esfera da vida. As atividades humano-

-genéricas remetem o homem que a realiza - repetimos, seja na produção da ciência/filosofia e da arte, seja na fruição estética - sempre para uma autoavaliação segundo parâmetros produzidos pelo gênero humano como um todo. Por isto, sua realização exige a suspensão do cotidiano e a concentração de todo o ser do indivíduo na obra.

Artista e cientista têm sua particularidade individual enquanto homens da cotidianidade; essa particularidade pode se manter em suspenso durante a produção artística e científica, mas *intervém* na própria objetivação através de determinadas mediações (na arte e nas ciências sociais, através da mediação da individualidade). Finalmente, toda obra significativa volta à cotidianidade e seus efeitos sobrevive na cotidianidade dos outros. (HELLER, 2000, p. 27).

Chega-se, assim, ao que nos interessa mais diretamente no presente escrito: a relação dialética entre as ações diárias e aquelas que se elevam acima da cotidianidade. Salve-se, primeiramente, o fato de que elevar-se acima do cotidiano não tem qualquer símile com eliminar ou preterir a vida; nem de longe acena com julgamento valorativo que desconsidera ou rebaixa a cotidianidade. O que aqui se chamam de atividades superadoras do cotidiano são aquelas cuja realização requer a suspensão⁵ da heterogeneidade imediata por demandarem a concentração de todas as capacidades do indivíduo.

Essa suspensão da heterogeneidade consiste na homogeneização que se realiza pelo conjunto de três elementos conscien-

5 Sobre o conceito de suspensão do cotidiano basta pensar no quanto a produção de uma dissertação ou tese demanda de tempo e de energia do sujeito que faz mestrado e doutorado. Pense-se também no quanto o artista é engolfado no seu afazer em busca da virtuosidade ou de incorporar sua subjetividade na obra. Suspender o cotidiano nem de longe quer dizer eliminá-lo da vida individual.

tes: a concentração de toda a atenção *sobre uma única questão*, interrompendo temporariamente as outras atividades; o em-prego de nossa *inteira individualidade humana* na resolução da tarefa escolhida; e a dissipação da particularidade individual “na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos”. (HELLER, 2000, p. 27). Concentração em uma única atividade, investimento de toda a energia criativa, disposição do repertório subjetivo a serviço da tarefa cujo resultado afetará os outros e não necessariamente corresponde a um prazer do “eu”, esforço metódico para a consecução desse resultado, dentre outros elementos, demarcam os contornos desse processo temporário de interrupção do cotidiano.

Assim, a vida cotidiana mostra-se não apenas como um caminho rumo à unidade dialética do indivíduo (singular) com seu grupo ou classe (particularidade) e com a humanidade (generalidade), mas também como mediação para a crítica dessa esfera da vida - a cotidianidade. E esta crítica é tão mais necessária e urgente quanto mais avançam e se aperfeiçoam os mecanismos de manipulação das necessidades, dos desejos, das paixões e das disposições afetivas dos indivíduos em proveito do domínio de classe. Pois, como assevera a autora aqui estudada, de todas as esferas, a vida cotidiana é a que mais se presta à alienação⁶ por causa da mudez com que se relacionam o “eu”

6 Aqui só é possível indicar a linha de raciocínio de Agnes Heller sobre a alienação, na qual segue cristalinamente seu mestre e amigo Georg Lukács. Para ela “Existe alienação que ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção do humano- genérico e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; assim, por exemplo, fechou-se quase completamente nas épocas de florescimento da pólis ática e do Renascimento italiano; mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. Ademais, tal abismo jamais foi inteiramente insuperável para o indivíduo isolado: em todas as épocas sempre houve um número maior ou menor de pessoas que, com a ajuda de seu talento, de sua situação, das grandes constelações históricas, conseguiu

particular e o gênero humano e da superficialidade que, de forma nunca absoluta, massifica o homem ao invés de demandar dele a densificação de sua personalidade.

Na coexistência e sucessão heterogênea das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem, devorado por e em seus “papéis” pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses “papéis”. A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo, na medida em que aqueles que as assimila é um indivíduo sem “núcleo”; e a particularidade que aspira a uma “vida boa” sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé. (HELLER, 2000, p. 38).

Merece destaque, porém, que o caminho para a superação da alienação cotidiana é aberto pelas próprias contradições do capitalismo moderno que penetram e se reproduzem na própria vida. Tais contradições implicam que esse modo de produção criou possibilidades de escolha para os indivíduos que podem transgredir os impactos da alienação na sua cotidianidade, na sua personalidade. Trata-se, aqui, do fato de que essa estrutura cria margens de movimento mais ou menos largas - dependendo das circunstâncias históricas - para a individualidade que se esforça para ir além de sua condição alienada. A mudança, porém, das determinações sociais alienantes - isto é, do conjunto de relações sociais que opõem obstáculo à realização da generidade humana no plano das individualidades - é uma função da revolução social, portanto, uma realização de forças coletivo-sociais.

superá-lo. Mas, para a massa, para o grande número dos demais, subsistiu o abismo, quer quando era muito profundo, quer quando mais superficial”. (HELLER, 2000, p. 38-39).

Este desdobramento se fez necessário para, pelo menos, indicar como se estrutura o cotidiano e os saberes, os conhecimentos e representações aí gerados. Isto permite afirmar, mais uma vez, que essa esfera da vida não pode ser elidida na formação escolar e universitária, mas, pelo contrário, deve fornecer os objetos e questões de estudo em sala de aula. Por tal motivo, os saberes, conhecimentos e visões sobre o homem e a sociedade produzidos na cotidianidade devem ser acolhidos e tematizados, de forma consciente, nas práticas escolares. Mas não podem ser processados e reproduzidos sem a devida crítica, sem aprofundamento e sem esforço para conferir coerência ao que se apresenta heterogêneo e caótico, além de não poderem ser tidos como os únicos elementos da atividade educativa desenvolvida nas escolas e universidades. Pois, para que os indivíduos possam se posicionar criticamente em face da cotidianidade e abrir, assim, caminhos para uma práxis transformadora orientada ao humano-genérico, impõe-se como condição necessária - mesmo que não suficiente! - que adentre às esferas das atividades cuja forma e conteúdo exigem a suspensão desse dia a dia. A ciência/filosofia e a arte fazem parte desse campo, devendo ser incorporadas nas metodologias do ensino na educação básica e superior.

Ciência e arte como possibilidade de crítica do cotidiano

Por sua forma e conteúdo, a Ciência/Filosofia e a Arte constituem complexos de atividades sociais que exigem da subjetividade o esforço de suspensão do cotidiano. São complexos humano-genéricos em si mesmos e, por isso, tanto na sua produção, quanto na sua apropriação, ou mesmo na fruição do estético, o homem investe toda a sua *inteira individualidade* seja de modo consciente ou inconsciente. Ao se inserir em tais complexos de atividades, que são partes e se baseiam na divisão

sociotécnica do trabalho, o indivíduo é instado a suspender a heterogeneidade - e a superficialidade que dela deriva -, como também dirige sua ação não mais à base da pura espontaneidade (a Ciência e a Filosofia, por exemplo, exigem método), do cálculo utilitário, das noções pré-concebidas ou dos preconceitos - que são marcas da vida cotidiana. (LUKÁCS, 2018).

A Ciência e a Filosofia (*episteme*) são convocadas pelos ritos escolares, sobretudo na universidade, não por escolha subjetiva de um/a ou de outro/a educador/a. Como já assinalamos, trata-se de tipos de conhecimentos cuja necessidade e maior ou menor universalização - a depender, em última instância, do conflito de classes - é uma demanda do moderno capitalismo. Pelo seu conteúdo, sua forma e seu método de produção e apropriação, esses saberes diferem dos aqui chamados saberes da experiência ou conhecimentos populares produzidos na espontaneidade da vida cotidiana. Sua função é transformar em problemas fatos tidos como naturais no dia a dia; investigá-los, encontrar os seus nexos causais bem como o conjunto de relações que os constituem e sustentam e que não se explicitam na imediatidade dos mesmos; é elevar ao nível sistemático os variados saberes do cotidiano; e é descobrir leis que explicam os fenômenos, generalizar tais leis por meio de discurso específico e retornar à práxis cotidiana.

Em síntese: na perspectiva da dialética materialista, a *episteme* dirige-se à descoberta das propriedades e leis que regem os fenômenos e as articula em discurso coerente, racional, universalizável e transferível. Por esse motivo, o conhecimento epistêmico constitui uma das janelas para a apreensão dos fenômenos em sua aparência imediata (a heterogeneidade da vida cotidiana) e a teia de relações que lhes dão sentido e significado e da qual eles são momentos vivos (KOSIK, 1976).

A esse respeito, Lukács (2009) adverte que a “dialética nega que possam existir, em qualquer parte do real, relações de causa e efeito puramente unívocas: ela reconhece até mesmo nos dados mais elementares da realidade complexas interações de causas e efeitos”, razão por que as assim chamadas atividades superestruturais (ideologias, ciência, filosofia, arte etc.) jamais podem ser concebidas apenas como epifenômeno da produção material (economia). Tomada nessa perspectiva, a episteme constitui uma via para a superação da *pseudoconcreticidade*, do automatismo que se apodera dos atos cotidianos e do conformismo que aí se assenta.

A nós, nos parece acertada a perspectiva de Dermeval Saviani (1992) quando advoga o ensino dos saberes epistêmicos (que aqui chamamos de Ciência/Filosofia) nos conteúdos escolares. No caso do ensino universitário, tais conteúdos devem ter papel central, pois se trata de formar pessoas capazes de superar e criticar a vida cotidiana, capazes de elevar-se acima da fragmentação e heterogeneidade dessa esfera da vida. Esse desígnio encontra no ensino dos conhecimentos sistematizados pela ciência/filosofia uma via de materialização - coisa que depende, além da apropriação de conteúdos dessa natureza pela maior quantidade possível dos indivíduos que pertencem à classe trabalhadora, do controle e direção política e social dos complexos produtores de tais conhecimentos.

Desta forma, as metodologias do ensino superior devem ter como meta integrar conteúdos do mundo da vida cotidiana - e, por decorrência, suas formas de expressão e representação - e conteúdos científicos/filosóficos cuja produção, apropriação e usufruto exigem a suspensão do dia a dia. Métodos, técnicas, dinâmicas, vivências que se satisfazem com a reprodução pura e simples dos conhecimentos e saberes espontâneos da cotidianidade subvertem, negativamente, a função social da universidade e do ensino superior. Do lado oposto, práticas e

rituais presos a universalidades que não se tocam com a vida cotidiana subvertem, igualmente, a função social da educação superior. A nós, nos parece que a disputa ideológica e política pelo controle e direção social dos conhecimentos científicos/filosóficos, em síntese dialética com os saberes populares, é que deve ser a questão central a ser enfrentada. E as metodologias de ensino são implicadas por este problema, se quiserem dedicar esforços para superar a situação alienada em que se encontram a universidade, os/as docentes e os/as alunos/as em relação aos problemas reais da sociedade brasileira⁷.

A questão a ser enfrentada vai muito além de métodos e técnicas de ensino alegres e prazerosos, mesmo que, de fato, as coisas corram melhor quando os sujeitos estão pessoalmente motivados para qualquer atividade em qualquer quadrante da vida humana. Ocorre que o domínio da ciência, da filosofia e da arte exige da subjetividade muito esforço e energia, tornando-se, muitas vezes, cansativo. O aprendizado da escrita, para ficar em um exemplo singular, implica em transformações anatômicas nas mãos e braços, o que, para a imensa maioria das pessoas, exige esforços muitas vezes fatigantes. O problema a ser tematizado e equacionado diz respeito a como ensinar e produzir conhecimentos comprometidos com a nação e com a maioria do povo brasileiro. Esta questão deve ser encarada pelas metodologias de ensino na universidade, que é o objeto da nossa discussão.

⁷ Em ranheta crítica, Nildo Ouriques (2017) pergunta: “Como foi possível criar um professor universitário que ignora questões elementares do mundo contemporâneo - como o crescente pagamento de royalties - especialista em ignorar o imenso desafio científico e tecnológico dos países dependentes, simulando produção de conhecimento e, mais triste ainda, limitando-se ao papel de um improdutivo pequeno-burguês que sai à procura de citações, sugerindo que para ele é mais importante figurar no pé de página de algum artigo em inglês do que produzir ciência para seu país?” (p. 104).

Mais uma vez, a Pedagogia Histórico-Crítica, fundada por Saviani (1992) e seus colaboradores, fornece pistas muito importantes para as práticas em sala de aula. Aqui só podemos aludir ao estudo de Gasparin (2009) ao propor “uma didática” embasada em três movimentos: 1º) partir da prática social dos alunos, do seu cotidiano; 2º) teorizar os problemas identificados na prática social ou cotidiano dos sujeitos; e 3º) retornar à prática social ou ao cotidiano com a síntese superior dos conhecimentos iniciais e sua sistematização por meio da teoria. Nas palavras do mesmo autor,

O confronto entre o conhecimento cotidiano trazido pelos alunos e o conteúdo científico apresentado pelo professor implica que o educando negue o primeiro pela incorporação do segundo. O processo ocorre sem a destruição do conhecimento anterior, uma vez que o novo conhecimento, mais elaborado e crítico, é sempre construído a partir do já existente” (p. 52-53)

Retornando à especificidade do tema, ganha relevância a incorporação de obras de arte na metodologia de ensino em nossas universidades. Tal como os saberes epistêmicos, a Arte é um tipo de atividade que, pela sua forma e conteúdo, pode conduzir a sínteses superiores de saberes cotidianos e não cotidianos, de aparência e de essência. Ademais, a práxis artística consiste numa das potentes mediações que fazem o trânsito vivo e produtivo entre o particular/individual e o universal/genérico. Aqui, mais uma vez, invocamos a perspectiva de Lukács (2009) para quem a arte é uma práxis por meio da qual, e como qualquer outro tipo de atividade humana, o homem responde a carecimentos postos na realidade objetiva. Ocorre que no campo artístico, e diferentemente da ciência que opera com universais, o objeto da criação estética é sempre uma realidade específica, particular. São situações típicas que no seu

acontecer sintetizam elementos da singularidade (indivíduo) e da universalidade (gênero humano). Por isto que a linguagem artística desperta sensações, motiva, evoca e põe o sujeito que cria ou frui frente a frente com toda a humanidade. Trata-se, pois, de uma práxis que é autoconsciência do desenvolvimento humano, como assevera o filósofo húngaro:

Se estamos em condições de reconhecer o percurso do gênero humano e utilizá-lo para nosso desenvolvimento individual, devemos isso à arte, às realizações do reflexo artístico; do mesmo modo, não seríamos capazes de avançar individualmente se nosso desenvolvimento não estivesse fixado, interpretado, criticado pela nossa memória individual. (LUKÁCS, 2009, p. 35).

Ao armazenar e dinamizar a memória da humanidade, as obras de arte colocam criador e usufruidor em face do gênero humano e os desafiam a repensar a si mesmos, suas virtudes e defeitos, sua coragem ou covardia, sua vida, afinal. Trata-se, portanto, de uma mediação imprescindível na formação da personalidade autêntica que se posiciona criticamente perante o cotidiano e ao conjunto de valores existentes. Eis já um motivo bastante forte para a incorporação de linguagens artísticas nas práticas educacionais, porque nestas se trata de garantir que os indivíduos se apropriem do que foi produzido pela humanidade transformando em forças subjetivas. Merece destaque, também, outra importante característica da arte: a de expressar a aparência e essência das coisas, abrindo possibilidades de uma crítica da superficialidade que permeia a vida cotidiana. É o mesmo autor quem afirma que a verdadeira arte

[...] sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, mas não representa

esses momentos essenciais de maneira abstrata, ou seja, suprimindo os fenômenos ou contrapondo-os à essência; ao contrário, ela apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência.” (LUKÁCS, 2009, p. 105).

Introduzir, pois, obras de arte na metodologia de ensino, além do já dito sobre a mediação entre indivíduo e gênero, constitui mais um caminho para apanhar e compreender os fatos cotidianos à luz da dialética de aparência e essência. Dessa forma, a arte em sala de aula pode cumprir papel fundamental na produção do conhecimento que prima pela busca da concreticidade dos fenômenos, superando a *pseudoconcreticidade* e os particularismos e automatismos do cotidiano.

As linguagens artísticas se patenteiam, assim, como elementos imprescindíveis no processo de ensino e podem possibilitar a apreensão de um conhecimento da totalidade social, a reposição do indivíduo em patamar humano mais elevado (reavaliação de sua conduta e do meio social em que vive) e a apreensão de conteúdos específicos que pautam os currículos nas escolas e universidades. Sob essa compreensão do papel formativo da arte, o/as autor/as desse ensaio realizaram o projeto *Literatura e Economia Política* no ano de 2021. É sobre este experimento que passaremos a dissertar.

Literatura e metodologia do ensino superior: um experimento com artes na área de Economia Política

A literatura fora a linguagem artística escolhida para contribuir no processo formativo do/as educador/as e dos/as alunos/as no decorrer da disciplina de Economia Política, que compõe a matriz curricular do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. O objetivo principal foi aprofundar o conhecimento de determinados aspectos da questão social tratados na referida disciplina, visando criar condições de intercâmbio e apropriação dos saberes científicos e estéticos e desenvolver técnicas de ensino mais evocativas que expressem os fenômenos em sua forma viva e particular em conexão com a totalidade da vida social. Às leituras no campo literário agregou-se a produção de vídeos e realização de bate papo virtual - as chamadas *lives*-, o que exerceu grande apelo à subjetividade dos/as jovens.

Com tal intento, o projeto *Literatura e Economia Política* se estruturou em quatro etapas. Na primeira, procedeu-se ao levantamento de livros de literatura, romances, poesias, crônicas, novelas e contos que tivessem ênfase na questão social e, assim, pudessem ser relacionados com conteúdos previstos no programa da disciplina. Na segunda, a equipe formada pelo professor, pelas estagiárias e pelas monitoras coordenou discussão com a turma para apreciação das obras sugeridas e escolha por voto das cinco que deveriam compor o material para exploração. Num terceiro momento, criaram-se cinco equipes de alunos/as coordenados/as por um(a) do(as) educadores(as) com o fim de leitura, exploração e apresentação de um dos livros escolhidos (um por equipe). Na quarta fase, realizou-se uma atividade no formato *live*, na qual as equipes expuseram o conteúdo e as re-

flexões extraídas das obras estudadas. Esta última atividade foi transmitida pelo *youtube* do laboratório Cetros/Uece.

Cada uma das cinco equipes ficou responsável pela leitura e exposição de um dos escritos literários: *Becos da Memória* da escritora mineira Conceição Evaristo⁸; *A metamorfose* do escritor tcheco Franz Kafka⁹; *Luanda, Lisboa, Paraíso* de autoria da angolana Djaimilia Pereira de Almeida¹⁰; *Suor* do baiano Jorge Amado¹¹; e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* que é da lavra de Carolina Maria de Jesus¹². Na fase de exploração da obra, os grupos reuniram-se virtualmente (em função da pandemia do COVID-19) sob a coordenação de um(a) educador(a). Para auxiliar a leitura, apreensão e exposição dos achados em

8 Tendo sido divulgado pela primeira vez em 2006, trata-se de uma coletânea de relatos dos moradores de uma favela à beira do desfavelamento, trazendo reflexões que perpassam os debates sobre raça e classe.

9 O livro foi publicado pela primeira vez em 1915, sendo um dos poucos trabalhos do escritor tcheco divulgado ainda em vida. Típico exemplo do realismo fantástico, a obra conta a história do caixeiro viajante Gregor Samsa que, num determinado dia acorda e vê-se transformado em um inseto monstruoso. Arrimo de família, essa metamorfose incidirá decisivamente na vida de toda a família, trazendo reflexões sobre as diferentes formas de alienação despertadas pelo capitalismo.

10 É o segundo romance da escritora angolana, radicada em Portugal. A narrativa publicada em 2019 conta a saga de pai e filho que deixam Angola no meio da guerra civil que se desdobra na década de 1980 pela independência do país africano. No enredo, os personagens principais fogem para a metrópole portuguesa em busca de tratamento médico e se deparam com aspectos dolorosos da questão social.

11 É o terceiro livro escrito por Jorge Amado e publicado originalmente em 1934. A obra mostra o cotidiano de moradores pobres e marginalizados de um cortiço, no Pelourinho, Salvador/BA. Um exemplo de realismo socialista, o escrito traz à tona o dia a dia de miséria e sujeira daquelas pessoas, denunciando as condições de exploração e de falta de direitos dos trabalhadores.

12 A primeira edição se deu em 1960. O livro é o escrito mais conhecido da autora e narra o seu próprio cotidiano de mulher negra que nasceu e cresceu na favela, trazendo reflexões que perpassam o problema da favelização e da pobreza tão presente na sociedade brasileira.

cada livro, professor, estagiárias e monitoras criaram e forneceram aos estudantes um roteiro para análise literária¹³.

O referido roteiro mostrou ser uma importante ferramenta didático-pedagógica para a consecução dos objetivos do projeto, além de poder ser generalizado para outras experiências educativas. Criado no modo de formulário, o instrumento instiga o/a educando/a a pesquisar dados biográficos dos/as autores/as (figura 1), cumprindo função de registro da memória e de situação do/a leitor/a em face da totalidade do escrito, o que contrasta com uma das formas de alienação contemporânea que é a perda da memória. Este singular aspecto já sinaliza uma função educativa por demais urgente que é a luta contra a efemeridade, o fugidio, o fugaz que marca os tempos presentes e que potencializam a dilacerante anomia produzida pela cultura do imediato. Inicia-se, já aqui, uma possibilidade de crítica ao cotidiano que soterra sob o esquecimento as amplas maiorias do povo e até mesmo personalidades do campo artístico-cultural e cientistas que têm, muitas vezes, importância seminal em suas áreas - mas não galgam aparecer nas mídias sociais e falar para as multidões.

13 Este roteiro foi desenvolvido com base no *Roteiro de Análise Fílmica* elaborado pelo Centro de Ontologia do Trabalho e do Ser Social (CETROS/UECE) e pode ser consultado em: <<https://tinyurl.com/2p8j3dv4>>. Acesso em: 19 de nov. 2021

FIGURA 1: PRIMEIRO MOMENTO DA ANÁLISE LITERÁRIA

ROTEIRO DE ANÁLISE LITERÁRIA	
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA LITERÁRIA	
Escritor	Edição
Editora	Data da primeira edição
Data de publicação	Escola literária
ESTUDO APROFUNDADO SOBRE O(A) ESCRITOR(A)	
1) Estude sobre o(a) autor(a): vida, obras, trajetória profissional/literária e política;	
Nesse campo você deve se deter em expor o autor, seus tipo de narrativas, obras, prêmios literários, seu tempo histórico, reconhecimento, ideias, carreira, influências, etc. O(a) professor(a) tem que estimular os(as) estudantes a se familiarizar com o(a) autor(a) da obra, sua estética, origem, escola literária, referências políticas, culturais, família...	

FIGURA 2: SEGUNDO MOMENTO DA ANÁLISE LITERÁRIA

ANÁLISE DA OBRA LITERÁRIA
2) Resuma a narrativa (seja poesia, conto, crônica, novela ou romance). Apresente tema, estrutura (divisões de capítulos/estrofes), personagens, conflitos e desfecho.
Introduza situando o gênero literário, porque o texto se enquadra nessa perspectiva. Aponte o contexto histórico do enredo e seus assuntos centrais, aqueles mais gerais. Deve-se apresentar o desenvolvimento da narrativa, suas fases de início, clímax e desfecho, apresentando, se houverem, os principais conflitos efetivos, sociais, políticos e culturais, bem como personagens, não cabendo aqui confrontos pessoais com o enredo.
3) explore os conteúdos abordados pelo texto (categorias, conceitos, etc). Discuta com o(a) autor(a), apoiando ou confrontando perspectivas, de modo fundamentado.
Nessa fase o(a) professor(a) deve explorar os conteúdos estudados na disciplina. O aluno deve ser estimulado a estabelecer relações com os saberes acumulados. Deve se lançar mão de estudos fundamentados em categorias, conceitos, noções históricas e sociológicas, a fim de extrair conexões entre literatura e ciência. Todavia, é importante a liberdade criativa na incorporação de saberes não diretamente ligados aos conteúdos acadêmicos, a fim de que a obra ganhe vida em dilemas humanos. O(a) docente pode fornecer pistas para interligar discussões. Sugere-se que se crie, além da leitura individual, espaços coletivos de discussão, para extrair pontos de vista e debate.

Já a segunda seção do formulário (figura 2 acima) orienta o/a aluno/a a registrar por escrito a estrutura da história desenvolvida na obra, explorando seus pontos áureos em diálogo com categorias apreendidas na disciplina de Economia Política.

Esse quadro do formulário objetiva confrontar o/a estudante com o livro, levando-o a avaliá-lo e a estabelecer relações possíveis entre o saber literário e outros saberes acadêmicos. Dada a natureza da obra de arte que recria uma situação particular típica do cotidiano e insere os sujeitos (personagens) em tais situações, agindo sobre as circunstâncias históricas, estruturais ou conjunturais, os/as alunos/as são profundamente afetados em sua individualidade. É quando são levados a se posicionar assentindo ou negando as circunstâncias históricas e as ações dos sujeitos da estória contada e, por esta via, trazem à consciência - e as exercitam com toda a força! - suas próprias convicções, seus próprios valores morais, suas próprias ideologias.

Durante a reflexão oral e depois escrita nesse quadro sugerido no formulário, foi observado o quanto os/as jovens foram capturados/as pela literatura explorada, onde muitos deles conseguiram estabelecer conexões entre aspectos da vida realçados ali e a totalidade de relações que conformam a sociabilidade capitalista. Evidenciou-se, portanto, o poder da literatura de expressar os fenômenos vivos e particulares desvendando, ao mesmo tempo, o conjunto de vínculos que o cercam. A realidade apresentada na obra de arte é assim apreendida como dialética de fenômeno e totalidade, de aparência e essência.

O experimento estético abriu, dessa maneira, possibilidades extraordinariamente ricas de reflexão sobre aspectos da questão social como parte de uma totalidade abrangente orientada pela busca da maximização dos lucros e pelo cultivo do individualismo bruto, que são a base ideológica do neoliberalismo - assunto desdobrado na disciplina de Economia Política. Possibilitou, também, a afetação dos alunos e sua implicação nos fenômenos comparecentes na obra lida - catarse que só pode ser realizada na produção e/ou usufruto da obra artística.

No terceiro momento, o acento recaiu sobre a necessidade de avaliar o impacto das atividades sobre os/as alunos/as. É quando se orienta, no formulário (figura 3), avaliar o contributo da experiência na sua formação como estudante, como futuro profissional e como sujeito social. Trata-se de um momento rico de possibilidades ao colocá-lo frente a frente consigo mesmo nesta avaliação. O que se pretende com isso é, mais uma vez, que aquele indivíduo se enxergue como sujeito de sua formação universitária e pessoa implicada nos acontecimentos da história presente, abrindo caminhos para a produção da autenticidade.

FIGURA 3: TERCEIRO MOMENTO DA ANÁLISE LITERÁRIA

APRECIÇÃO PESSOAL
4) avaliem com os(as) alunos(as) no que a leitura acrescentou para a sua formação.
Nesse caso, aborde a formação pessoal, cultural e profissional, social, até, se for possível, as repercussões psíquicas da leitura. Averigue se pretende manter o hábito de ler literatura, bem como o lugar assumido pelo(a) autor(a) nas suas preferências literárias.
5) Fontes pesquisadas
Atualmente, o mundo da literatura conta com reforço de análises em vídeos-resenhas e falas dos(as) próprios(as) autores(as), vídeo-aulas de especialistas (em plataformas virtuais), blogs, análises em podcasts, artigos científicos. Socialize e fomente a pesquisa.

Tendo realizado os três momentos do *Roteiro de Análise Literária* como uma das etapas avaliativas para a aprendizagem do conteúdo, a turma produziu, ainda, materiais sobre os livros. Esta produção foi socializada com a comunidade externa à universidade por meio dos vídeos: *Quando as memórias viram arte*¹⁴; *Kafkiano*¹⁵; *Cordel de uma favelada*¹⁶; e *Suor*¹⁷ e o poema alusivo à obra *Luanda, Lisboa, Paraíso*, que fora apresentado na *live*

14 Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p9xfkps>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

15 Disponível em: <<https://tinyurl.com/4x3k6khd>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

16 Disponível em: <<https://tinyurl.com/2nuy2295>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

17 Disponível em: <<https://tinyurl.com/2skm8d2a>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

*Literatura e Economia Política*¹⁸ - bate papo virtual que encerrou o projeto.

Vale ressaltar que dos 22 alunos que participaram da experiência, 80% afirmaram que antes do projeto implementado não haviam lido nada do/a autor/a escolhido/a, tendo a experiência na disciplina proporcionado esse primeiro contato. Além disso, quando perguntados/as sobre a obra literária, todos os registros dos/as alunos/as ressaltaram a relevância das narrativas, com reflexões sobre as desigualdades sociais, a importância de políticas públicas, a correlação com temas como o machismo, o racismo e o desemprego e a forma como as realidades apresentadas nos escritos contribuem para um olhar amplo sobre a sociedade contemporânea. Munidos desses aprendizados, a turma avaliou positivamente a experiência, considerando a literatura como uma ferramenta artística importante para a formação acadêmica e, principalmente, para a apreensão do conteúdo da disciplina.

Considerações finais

O uso da literatura na disciplina de Economia Política ampliou o grau de interesse dos/as estudantes pela leitura literária. Por meio da interlocução entre conhecimento cotidiano, epistêmico e estético, a atividade revelou talentos antes não expostos em sala de aula, como bordado, desenho, filmagem, roteiro, edição audiovisual, produção de pinturas, elaboração de cordel e de narrativa poética, conforme podem ser conferidos nos vídeos informados nas notas dezoito a vinte e três. O desenvolvimento dessas habilidades demonstrou a grandeza do poder formativo-crítico da arte nos processos de aprendizagem humana e, especialmente, nas metodologias de ensino na universidade.

18 Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycyx2yne>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Referências

ALMEIDA, D. P. de. **Luanda, Lisboa, Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. AMADO, Jorge. **Suor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARBOSA, A.M. **Arte-Educação no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CAVAIGNAC, M; MACÁRIO, E. **Docência na educação superior: epistemologia dos saberes, desafios da formação docente e contribuições da disciplina metodologia do ensino superior no MASS**. 2022. (no prelo).

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. 2.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1999. (coleção contemporânea).

EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores associados, 2009. (coleção educação contemporânea).

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. KAFKA, F. **A metamorfose**. 16. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, K. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. **Katalysis**, v. 23, n 3, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/pdkp48a3>>. Consultado em: 28 de fev. 2022.

LIMA, K. **Contrarreforma na educação superior**. 1. ed. São Paulo: Xama, 2007.

LUKÁCS, G. **Arte e sociedade** - escritos estéticos (1932-1967). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018. MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3, t. 1. (Os Economistas).

MINTO, L. W. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado em educação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP). Campinas/SP: 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bhcd78ra>>. Consultado em: 28 de fev. 2022.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, n 23, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3kjwcuu8>>. Consultado em: 05 de mar. 2022.

OURIQUES, N. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: OURIQUES, N; RAMPINELLI, J. W. **Crítica à razão acadêmica** - reflexão sobre a universidade contemporânea. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2017

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-**

2012. edital Nº 051/2014 SESU - projeto OEI/BRA/10/002, Brasília, 2014.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil - democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

EIXO 3:
**GÊNERO, VIOLAÇÕES DE
DIREITOS E QUESTÃO
ÉTNICO-RACIAL**

As repercussões da pandemia do Covid-19 no contexto da violência doméstica contra a mulher

BRENDA GONÇALVES DE SALES COSTA

MILENA FREITAS DE SOUZA

Introdução

O isolamento social como consequência da pandemia que estamos vivenciando até os dias atuais consiste em uma medida que desde o início foi recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando a contenção da disseminação do vírus COVID-19 através do distanciamento social. Mesmo sendo uma das principais estratégias adotadas de extrema importância para a não infecção do COVID, o isolamento social como medida implementada trouxe repercussões sérias no âmbito da vida social, econômica e psicológica dos diversos grupos de sujeitos que compõem a sociedade, principalmente, no que se refere ao impacto e o aumento das diversas formas de violência.

Dentro dessa perspectiva de violência, o isolamento social nos escancara uma expressão da questão social que está presente na nossa sociedade há muito tempo, que é a violência contra mulher, especificamente, a violência doméstica. Esse tipo de violência é vivenciada por muitas mulheres no mundo todo, sendo considerada como um fenômeno global e que não deve ser analisada de forma fragmentada, pois o aumento desta não está relacionada somente ao surgimento da nova pandemia, devemos compreender que as causas da

violência contra mulher estão alicerçadas em elementos histórico-sociais, situados no fortalecimento do patriarcado e do machismo, que intensificam a visão de que as mulheres devem assumir papéis inferiores aos homens, sofrendo agressões cotidianamente. Nesse sentido, as mulheres cada vez mais estão sendo expostas e vulneráveis a esse tipo de violência, que lhe causa sérios danos.

Esse aumento da violência doméstica tem sido observado no mundo todo, principalmente, no Brasil. 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) com idade superior a 16 anos relata ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia do COVID-19, ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual. A residência ainda permanece sendo espaço de maior risco para as mulheres e 48,8% das vítimas afirmaram que a violência mais grave vivenciada neste período da pandemia ocorreu dentro de casa, sendo um percentual que vem aumentando (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA, 2021).

O fato de as mulheres estarem confinadas em seus domicílios concentra no ambiente doméstico todas as maneiras e formas de violência vivenciadas por elas na sociedade, fomentando a questão de gênero, que está intimamente ligada às estruturas patriarcais, que se manifestam através do sexismo e machismo. A figura do homem como provedor do lar e o fato dele perder o poder no ambiente familiar, fere a figura masculina e serve de gatilho para comportamentos violentos.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivos identificar se o isolamento social foi o causador ou o potencializador do aumento da violência doméstica, bem como fazer um levantamento quantitativo dos dados da violência contra mulher no Ceará entre 2018 e 2021.

Metodologia

A metodologia proposta foi de um estudo bibliográfico, por ter sido feita uma discussão baseada no pensamento de autores que são referências na análise da violência contra mulher, e de natureza quantitativa através da análise dos dados do Instituto Maria da Penha (IMP) referente ao número de casos de violência contra mulher no Ceará do ano de 2018 a 2021.

A pesquisa bibliográfica constitui parte fundamental na construção da pesquisa científica, uma vez que permite conhecer melhor o fenômeno estudado, os instrumentos utilizados podem ser livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis, e outros tipos de fontes escritas que já foram publicadas. Conforme Fonseca (2002), ela é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, que foram publicadas por meio escritos e eletrônicos, sendo importante lembrar que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, possibilitando ao pesquisador ter conhecimento do que já foi publicado e estudado sobre o assunto.

O pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir e aprimorar os fundamentos teóricos, assim como afirma Severino (2007), o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. Desta forma para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Já o estudo quantitativo é conclusivo, e tem como objetivo quantificar um problema e entender a dimensão dele, além de ser estruturado para coletar dados estatísticos. Mussi et al. (2019) refere que a pesquisa quantitativa supõe um universo de objetos de investigação que são comparáveis entre si, na

qual é possível fazer o uso de indicadores numéricos para a investigação de um determinado fenômeno.

A pandemia e o aumento da violência doméstica

A violência contra a mulher, face mais brutal e explícita do patriarcado, é compreendida como toda e qualquer ação que fere a dignidade e a integridade física e/ou psicológica da mulher. Essa violência se constitui nas relações desiguais entre homens e mulheres, sendo também permeada pelas relações de classe e raça/etnia. Segundo a autora, todas as mulheres, independente de classe ou raça/etnia em uma sociedade patriarcal estão sujeitas a sofrer algum tipo de violência, mas não indiferenciadamente, ou seja, a classe e a raça/etnia além de reproduzirem novas determinações de violência, tornam as mulheres mais propícias a violências (CISNE, 2015).

Para Saffioti (2015), a violência consiste na ruptura de qualquer forma de integridade da pessoa, seja ela física, psíquica, sexual ou moral. Busin (2015) considera que todas essas formas de violência provocam na vítima traumas e podem deixar marcas permanentes em quem as sofre. A estudiosa define violência contra mulher como aquela marcada nas relações de gênero, que se produz e reproduz no bojo do sistema patriarcal e está fundamentada nos atos sociais derivados da hierarquização naturalizada de gênero e do sexo, que supervalorizam atributos considerados masculinos em relação às características consideradas femininas, cuja forma de expressão pode ser física, sexual e econômica (BUSIN, 2015).

No contexto do distanciamento social, percebemos que os casos de violência contra mulher se intensificaram, pelo fato da vítima passar a conviver por mais tempo com o agressor, o que amplia a possibilidade de ocorrência da violência doméstica.

Segundo Marinheiro (2003), essa forma de violência ocorre com mais frequência no espaço privado e geralmente não é presenciada por outro familiar, sendo este ambiente domiciliar um lugar que apresenta vulnerabilidades para a vítima.

Com o avanço da luta do movimento feminista pela autonomia das mulheres no Brasil, tivemos um grande avanço que foi aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006), tendo como um dos objetivos a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei considera que todo caso de violência doméstica contra a mulher é considerado crime, passando por inquérito policial, devendo ser levado às instâncias do Ministério Público.

Biroli e Miguel (2014) vem enfatizar essa discussão sobre o âmbito privado e privacidade, referindo que:

Privacidade e intimidade são vistas, em algumas correntes do feminismo, como valores fundamentais, enquanto em outras o problema enfrentado é, diferentemente, a equivalência entre espaço privado e dominação. A visão de que a violência sexual é constitutiva das relações entre mulheres e homens, assim como a identificação do estupro como arma do patriarcado e como arma rotineira da intimidação das mulheres, corrobora a definição de que a privacidade é parte de um ideário que serve à dominação masculina. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 41).

No entanto, é importante salientar que dentro dessa lógica de que ocorrem violências dentro da esfera familiar e domiciliar, existem também diversos mitos em torno da violência doméstica, um deles é que a violência acontece predominantemente fora de casa. De acordo com Diniz e Angelim (2003), talvez esse mito exista pelo fato da violência está presente no nosso cotidiano, se expressando no desemprego, na miséria, na

fome, na falta de acesso a bens e serviços, ou seja, em muitas faces da questão social, como também a não garantia dos direitos das vítimas que sofrem esse tipo de violência e a negação por parte dos serviços de referência que garantam a proteção dessas mulheres.

O mito em torno da violência faz com que, por vezes, a sociedade esqueça que a violência é um fenômeno diverso e complexo. Diniz e Pondaag (2004) referem que a violência doméstica que, geralmente, é caracterizada pelo abuso sexual contra crianças, adolescentes, incesto, estupro conjugal, espancamento, abuso de idosos, nos faz sair dessa ideia de indiferença e naturalização, ao rever as idealizações construídas dentro do âmbito familiar, na ideia de que a casa é um lugar seguro. Os autores reforçam que o lar passa ser o local de silêncio e do segredo que envolvem os casos de violência.

Também é importante salientar que a dificuldade que a sociedade encontra em romper com esses mitos em torno da violência reforçam a visão de submissão que as mulheres têm em relação aos homens. É por isso que a violência doméstica também está relacionada à violência simbólica, pois esse discurso de inferioridade e opressão que nós vivemos, fazem parte da produção de uma representação social de que as mulheres são inferiores, frágeis, mais afetivas e menos intelectuais, ideia essa fortalecida nos espaços públicos e nas atribuições sociais.

Trazendo para o contexto da pandemia, percebemos que à medida em que as restrições sociais são mais rígidas e o isolamento social passa a ser adotado por todas as regiões do país, as mulheres permanecem reclusas e isoladas no mesmo ambiente que seus agressores, possuindo menores possibilidades de se distanciar do domicílio ou de solicitar ajuda diante da situação de violência. Teoricamente, os traços da sociedade capitalista que privilegia o trabalho produtivo dos homens em

detrimento do trabalho reprodutivo de mulheres ficam mais latentes nesse momento de pandemia.

A divisão sexual do trabalho pressupõe a hierarquização das atividades desenvolvidas por homens e mulheres, dando ao homem a garantia de espaços públicos, com tudo que agrega em relação ao seu poder pessoal e econômico, já para as mulheres, o que existe é o espaço privado, cujas atividades são voltadas para o cuidado dos filhos, carregando o simbolismo da inferioridade e da subordinação. De acordo com Federici (2017), assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual está vinculada à relação de poder, onde ocorre uma divisão dentro da força de trabalho que se relaciona com o imenso avanço da acumulação capitalista.

Por isso, Cisne (2012) afirma que a divisão sexual do trabalho é uma das principais expressões da exploração do capital sobre o trabalho. Dentro dessa divisão, o trabalho passa a ser segmentado e hierarquizado para os homens e mulheres, sendo um sistema pautado no patriarcado que a partir dessa divisão coloca as mulheres em menos prestígio social e as submete às formas de trabalho mais precarizados e desvalorizados. As mulheres que além de estarem sendo vítimas da violência doméstica, são vítimas da precarização do trabalho, do desemprego, da dupla jornada de trabalho remunerado e não remunerado, que tem sido presente nesse contexto de pandemia.

A violência doméstica é um fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça, etnia, religião, idade e grau de escolaridade, sendo considerado como um fenômeno democraticamente distribuído. Em muitos países, como por exemplo, na Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, autoridades governamentais, ativistas dos direitos das mulheres e organizações da sociedade civil denunciaram esse aumento nos indicadores de violência

doméstica nesse período de pandemia, bem como, o aumento da demanda por abrigos de emergência para mulheres em situação de violência (ONU BRASIL, 2020).

Já no Brasil, alguns dados comparam os índices de violência contra mulher nos anos de 2019 e 2020, observa-se que entre 2019 e 2020 houve um aumento de 22,2% casos de feminicídio nos meses de março e abril, além disso, no mês de abril de 2020 houve o crescimento de 37,6% nas chamadas para o nº 190, período esse em que todos os estados do país já tinham adotado como medida de distanciamento o isolamento social. Contudo, houve uma redução de 28,2% dos registros de estupro e estupro de vulnerável, sendo considerado como um dado preocupante, pois as vítimas podem não estar conseguindo realizar as denúncias referentes à violência sofrida (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Por isso, considerar o aumento da violência doméstica como sendo um dos efeitos da pandemia, nos condiciona a pensar que essa face da questão social não está relacionada apenas ao isolamento social, no entanto, precisamos ter em mente que o isolamento social por si só não gera a violência doméstica, mas ele pode potencializar essa questão social e colocá-la em evidência.

Essa medida restritiva escancara uma dura realidade: A violência doméstica é uma realidade presente antes da pandemia. A medida restritiva, na verdade, escancara que apesar das legislações atuais, muitas mulheres ainda seguem vivenciando situações de violência, potencializadas pelo isolamento social, a crise econômica e as vulnerabilidades sociais, sendo esta parte da dominação masculina e do sistema patriarcal, se relacionando às desigualdades raciais, de gênero, de classe social enraizados, historicamente, na sociedade brasileira.

Os dados da violência contra mulher e feminicídio no Ceará entre 2018 e 2020

O Instituto Maria da Penha, fundado em 2009 com sede em Fortaleza e representação em Recife, é uma organização não governamental sem fins lucrativos que publica boletins trimestrais sobre a Conjuntura da Violência contra a Mulher no Ceará (CVCVM). Diante da falta de estatísticas que considerem o recorte de gênero e suas especificidades quanto aos homicídios de mulheres, o Instituto disponibiliza tais dados para que a sociedade em geral, bem como a comunidade científica possam ter acesso de forma não burocrática.

Os estudos contam com os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará, onde são apresentadas estatísticas sobre os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra a mulher no âmbito estadual e, especificamente, na cidade de Fortaleza. Com intuito de divulgar estatísticas oficiais sobre feminicídio e revelar a perspectiva de gênero das mortes, os boletins também mapeiam vulnerabilidades nos instrumentos de proteção social e de segurança pública, possibilitando através dos dados avaliados, um direcionamento ao poder público no sentido de formular políticas públicas, além de acompanhar as mudanças e melhorias efetivadas pelo Governo Estadual do Ceará em relação ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O IMP decidiu lançar boletins trimestrais para analisar a conjuntura da violência letal das vítimas do sexo feminino, colaborando com a sociedade para o enfrentamento da violência contra a mulher. Considerando o recorte estabelecido na pesquisa de análise dos boletins disponibilizados, temos o do primeiro trimestre de 2018, onde observou-se que o aumento de homicídios de mulheres jovens é seis vezes maior que no

primeiro trimestre de 2017, homicídios esses que muitas vezes ocorrem em chacinas.

A taxa de homicídio projetada de mulheres para o Ceará e, em especial para Fortaleza, em 2018, colocou o Estado nas primeiras posições do *ranking* não apenas do Brasil, como também do mundo como a região da maior taxa de homicídios de mulheres, de acordo com os dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018a).

Nesse ranking mundial, o Ceará (ou Fortaleza) esteve muito à frente de países campeões mundiais de assassinato de mulheres, onde há Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixos, além de normas e práticas patriarcais que são bastantes retrógradas, quando se refere ao respeito às relações de gênero. O primeiro trimestre de 2018 no Ceará foi o mais violento desde 2013, onde ao final do mês de março foram registrados exatos 1258 homicídios (vítimas de ambos os sexos e de todas as idades), uma média de 14 assassinatos por dia (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018a).

No tocante às violências letais contra a mulher no estado não existem motivos para comemorar no segundo trimestre de 2018, há uma contínua e profunda “feminização” dos homicídios no Ceará junto com a cruel chacina desproporcional de mulheres, fatos diretamente relacionados à expansão do território do crime organizado.

Os dados apontam uma impressionante mudança no perfil de gênero da vitimização no Estado, houve um aumento de 91% na vitimização das mulheres (de 122, em 2017, para 229, em 2018). O boletim apresenta como conclusões o reconhecimento de que há ações do poder público que indicam as intenções de enfrentamento a violência contra a mulher, como por exemplo, a proposta de elaboração do Plano Estadual de

Políticas para Mulheres anunciada pelo governo em março do referido ano, como também a implementação da Casa da Mulher Brasileira no final do semestre, programa do Governo Federal iniciado em 2015.

O severo corte no repasse dos recursos orçamentários do Governo Federal para Estados e Municípios destinados aos Programas de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, resultou em um impacto profundo no tocante às políticas de formação e atualização estratégica dos agentes públicos nos setores de educação, saúde e segurança pública.

Destarte, a expansão e a efetivação do poder das facções tornaram-se um fenômeno que mudou significativamente o contexto dos homicídios cometidos contra a mulher no estado do Ceará, resultando como já salientado, em uma contínua e profunda “*feminização*” dos homicídios.

Em Fortaleza, o aumento de 92,86% no número de jovens mulheres assassinadas no terceiro trimestre de 2018 escancara um perfil inédito de vitimização, possibilitando retirar a conclusão a seguir: o assassinato de mulheres no Ceará em 2018 continuou crescendo em relação a 2017 (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018c).

O quarto boletim trimestral de Conjuntura da Violência contra a Mulher de 2018 revela a estatística que uma mulher é assassinada por dia, em média, no estado do Ceará, considerando os dados oficiais da SSPDS relativos ao referido ano. Houve 463 assassinatos de mulheres, o que exige um posicionamento contundente do Estado diante da violência contra mulher que está historicamente presente e é negligenciada pelo Poder Público.

O início do funcionamento da Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza impactou de forma positiva no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no segundo

semestre de 2018, mas deve-se levar em consideração que o estado do Ceará está imerso em uma onda crescente de violência motivada por lutas entre facções ligadas ao tráfico de drogas, em disputa por territórios. O aumento da violência urbana no estado atingiu diretamente as mulheres, como foi acentuado nos boletins anteriores, reforçando os padrões de violência de gênero e indicando uma contínua “feminização” dos homicídios.

Os números absolutos de assassinatos de mulheres apresentaram um crescimento de 26,8% no ano de 2018 em relação a 2017, ou seja, diante do apresentado nos boletins do ano de 2018, verifica-se que os pontos de vulnerabilidade da política de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado do Ceará continuaram sendo os mesmos, são alguns deles:

permanente crescimento do assassinato de mulheres; falta de prioridade no investimento dos recursos nos equipamentos obrigatórios da infraestrutura de enfrentamento à violência, como Centros de Referência (os quais deveriam ser ampliados para os municípios distantes da capital) e áreas mais específicas nos hospitais (em todo o Estado) para o atendimento e acolhimento à mulher vítima de violência; falta de investimento regular na qualificação dos agentes públicos, os quais consideramos estratégicos para atuar de forma mais precisa e disciplinar no enfrentamento do dia a dia da violência contra a mulher que são: agentes de saúde, professoras e professores de escolas públicas, agentes da segurança, incluindo guardas municipais, entre outros; Não é possível esquecer de que até o final de 2017, três Estados não contabilizavam o feminicídio, Rondônia, Tocantins e, o Estado do Ceará (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019d, p. 03).

Observou-se que o aumento de 26,8% no assassinato de mulheres em 2018 em relação a 2017, decorre da falta de atenção por parte da gestão pública diante desta complexa questão social que insiste em permanecer de forma grave em nosso Estado (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018d).

O primeiro trimestre de 2019 terminou com um total de 545 crimes violentos e lesões intencionais (CVLI), somando ambos os sexos e todas as idades. Ressalta-se que os maiores percentuais de queda ocorreram em quase sua totalidade no mês de janeiro, com exceção para mulheres adultas em Fortaleza e no Ceará. Em 2017 o percentual de mulheres foi de 4,4% do total de CVLI's no primeiro trimestre, enquanto em 2019 esse número foi de 8% (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019a).

No que se refere à natureza do crime contra a mulher, um número se mostra de certa forma preocupante. No ano de 2018 dos 138 crimes relacionados a mulheres 7 foram classificados como feminicídio, que constitui o assassinato de mulheres em contextos discriminatórios, ou seja, quando uma mulher é morta simplesmente pelo fato de ser mulher. No ano de 2019, dos 44 CVLI's contra a mulher, 5 foram classificados como feminicídio, 11% do total (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019a).

Foram registrados 560 CVLI no segundo trimestre de 2019, somando ambos os sexos e todas as idades. Em comparação com o segundo trimestre de 2018, nota-se uma redução de 50,13% no número de crimes cometidos. Neste trimestre, o percentual de presença de mulheres nos CVLI foi de 10% em relação ao total, diferente de 2018 que foi de 8% (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019b).

Mesmo com a diminuição dos CVLI cometidos no Ceará em 2019 em relação a 2018, verifica-se que houve um aumen-

to na presença de mulheres nos CVLI no segundo trimestre de 2019, o que reflete a vulnerabilidade da população feminina, devido à escassez de políticas públicas voltadas para as mulheres, principalmente no interior do Estado, sinalizando a necessidade do desenvolvimento de ações preventivas e protetivas.

No terceiro trimestre de 2019, houve um total de 565 CVLI, somando ambos os sexos e todas as idades. Foi constatado um percentual de participação das mulheres que corresponde a 10% em relação ao total de CVLI. No segundo trimestre, esse mesmo percentual foi de 10%, enquanto no primeiro foi de 8%, verificando certa constância desses dados se analisarmos os anos de 2018 e 2019 (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019c).

O segundo e terceiro boletins trimestrais de 2019 alertam sobre a grande prevalência em relação às profissões das mulheres, donas de casas e estudantes, sendo as principais vítimas de CVLI no Estado do Ceará. Não obstante a diminuição dos CVLI contra mulheres em 2019, comparados a 2018, o percentual dos casos de feminicídio cresceu no referido ano. Uma das possibilidades desse aumento decorre da melhoria na classificação desse tipo de crime, apesar disso ressalta-se a subnotificação de feminicídios, o que impacta diretamente nas análises e estatísticas, além da conduta e tomada de decisões de enfrentamento ao feminicídio no Estado.

Há um crescente aumento dos casos de feminicídio quando calculado em percentual do número total de crimes contra a mulher, tendo em vista que o referido trimestre foi o que obteve o maior percentual de feminicídios. Esse tipo de crime não era contabilizado pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Ceará até o ano de 2018, desde que começou a ser incorporado às estatísticas, esse número de casos só aumenta e cresce percentualmente (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019d).

Em relação ao primeiro trimestre do ano de 2020, observamos alguns dados alarmantes se comparados ao mesmo período do ano anterior. O mês de fevereiro apresentou o maior número de CVLI contra mulheres, sendo de 8,43%. Comparando os dados do primeiro trimestre de 2019, em 2020 houve um aumento de 200% até 400% nos casos notificados de violência contra mulher. Aqui é possível identificar que as maiores vítimas são mulheres procedentes da região metropolitana do Ceará (sem contar com Fortaleza), sendo 37,78%. Esse dado revela um grande aumento se comparado ao ano de 2017, que tinha uma taxa de 16,28% (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020a).

Essa problemática do aumento dos casos da violência contra mulher no interior do Estado se confirma quando verificamos os números do período de 2018, em que a maioria dos casos aconteciam na capital, a partir de 2019 já se observa uma inversão nesses dados. Outro dado quantitativo importante é sobre a escolaridade dessas mulheres, 80% possuem até o ensino fundamental completo, demonstrando o baixo nível de escolaridade das vítimas (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020a).

O segundo trimestre do ano de 2020 apresenta como a pandemia impactou na notificação dos casos de violência contra mulher, pois houve uma diminuição nos boletins de ocorrência para os casos de violência doméstica em relação aos dados de 2019. O mês de maio, que foi um dos mais críticos da pandemia com grande aumento dos casos de óbito por causa da doença, também foi a época em que o isolamento social estava mais rigoroso, o que ocasionou a permanência das mulheres no ambiente domiciliar (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020b).

No Ceará, o mês de maio teve o maior número de casos de violência contra mulher, contabilizando 40 óbitos de mulheres, já em Fortaleza o mês de abril foi o mais violento deste trimestre para as mulheres. O documento também constata que

houve uma redução nos atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira e pela Delegacia de Defesa da Mulher, além de confirmar a redução dos casos notificados, o que repercute na apuração precisa dos dados (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020b).

No terceiro trimestre deste mesmo ano, percebeu-se uma baixa nos casos de violência contra mulher. No entanto, de acordo com IMP esse dado se confirma pelo aumento da subnotificação dos casos. Em Fortaleza aconteceu a diminuição dos casos, e no interior do estado permaneceu o mesmo quantitativo, confirmando uma realidade de interiorização do crime contra a mulher (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020c). Destarte, no último trimestre do ano de 2020 foi constatado que ocorrem 27 casos de feminicídios no estado durante todo o ano, sendo uma quantidade menor que em 2019, confirmando a subnotificação dos casos. Porém, em 2020 teve um aumento de quase o dobro nas denúncias de violência doméstica (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2021a).

Finalmente, o IMP até o momento apresenta os dados somente do primeiro trimestre no ano de 2021. Nesse período, analisa-se que houve a redução de uma forma geral dos casos de violência no estado em ambos os sexos. Mas o mês de janeiro apresentou um aumento nos CVLI contra mulheres jovens (15 a 24 anos) se comparado aos meses de 2020. Em Fortaleza esse aumento foi observado no mês de fevereiro, período da segunda onda da pandemia do COVID-19, em que ocorreu novamente o aumento das restrições e do isolamento social. Esse crescimento nos casos de CVLI contra as mulheres foi de quase 100% (observando o mesmo período do ano anterior) e constatou-se que as maiores vítimas eram mulheres estudantes e donas de casas, confirmando o aumento do feminicídio e da violência doméstica (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2021b).

Considerações finais

Concluímos esse estudo analisando de uma forma crítica que a violência contra mulher perpassa todo o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, da exploração do trabalho e da divisão sexual, sendo reconhecida como uma das principais expressões da questão social que necessita de luta e resistência para ser superada.

Com a pandemia, além da violência doméstica contra a mulher, muitas outras faces da questão social foram escancaradas na sociedade, como o aumento da desigualdade social, do desemprego, da pobreza, do não acesso da população aos serviços de saúde, no entanto, essa realidade não surgiu com a pandemia do COVID-19, pelo contrário, ela tornou a questão social mais latente. Dessa forma, a sociedade nesse momento vivencia a exacerbação de questões que sempre fizeram parte do nosso cotidiano.

De acordo com os dados da violência contra a mulher no Ceará IMP apresentados, além de presenciarmos nesse contexto de pandemia e isolamento social o agravamento da violência contra a mulher, especificamente, do feminicídio e da violência doméstica, nós também nos deparamos com uma realidade difícil para as vítimas, o acesso reduzido aos serviços de referência e especializados que prestam o acompanhamento, principalmente, nos serviços de referência da assistência social, saúde, segurança pública e justiça.

Alguns desses serviços estavam fechados fisicamente, mas mantendo o atendimento de forma remota, mesmo assim, o acesso das mulheres vítimas de violência aos serviços de referência foi prejudicado, o que repercutiu na redução das denúncias de casos relacionados à violência doméstica. Nesse sentido, precisamos estar diariamente na luta pela garantia dos

espaços que protegem e efetivam os direitos das mulheres vítimas de qualquer forma de violência.

Vale ressaltar que a luta pelo enfretamento do pensamento reducionista de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” necessita ser reafirmada na nossa sociedade, mesmo ainda sendo um desafio. Além disso, é preciso questionar a visão de que somos posses dos homens e não banalizar a violência doméstica, que traz para a nossa sociedade a invisibilidade da violência simbólica sofrida em uma sociedade patriarcal, androcêntrica e misógina. É preciso garantir para todas as mulheres um espaço doméstico que seja livre da violência, que ela possa vivenciar o seu lar como um ambiente seguro, de descanso.

Para além do enfrentamento da violência doméstica no contexto da pandemia e na nossa sociedade patriarcal, todas as questões levantadas até aqui são válidas para a tentativa de superação da violência. O isolamento social nesse momento é essencial para barrar o avanço do COVID-19 no Brasil e, assim, minimizar a morbidade e a mortalidade associadas à doença. Por isso, o Estado precisa garantir às mulheres brasileiras o direito a viver sem violência, com a efetivação de políticas públicas que atuem diretamente no enfrentamento dessa grave questão social.

Referências

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BUSIN, Valeria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. 2015. Tese (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social) Universidade São Paulo, São Paulo, 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n.1, p.138 - 154, jul/dez. 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3abazf8b>>. Acesso em: 20 abril 2021.

DINIZ, G. R. S.; ANGELIM, F. P. **Violência doméstica**: Por que é tão difícil lidar com ela? Revista de Psicologia da UNESP, v. 2, n. 1, p. 20-35, 2003.

DINIZ, G. R. S.; PONDAAG, M. Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J.; HERMANN, K. **Direitos humanos e violência**: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer e UNIFOR, 2004.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Nota técnica**: Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Oficina 22. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yckank9a>>. Acesso em: 10 abril 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. **Pesquisa Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil, 3. ed., 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3n223enn>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Jan-Mar 2018) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 1. ed. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p96d8zt>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Abr-Jun 2018) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 2. ed. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr2d46zz>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Jul-Set 2018) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 3. ed. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/34zu9syw>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Out-Dez 2018) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 4. ed. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bzhts3xf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Jan-Mar 2019) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 5. ed. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ye4ssa3e>>. Acesso: 12 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Abr-Jun 2019) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 6. ed. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p883z9p>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (Jul-Set 2019) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 7. ed. 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4yrcx9hv>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (out.-dez. 2019) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 8. ed. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yc2xa9n6>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (jan.-mar. 2020) - Conjuntura da Violência contra a Mu-**

lher no Estado do Ceará (CVCM). 9. ed. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/38jhx8h2>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (abr.-jun. 2020) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 10. ed. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr4awudy>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (jul.-set. 2020) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 11. ed. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycxrssuj>>. Acesso: 15 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (out.-dez. 2020) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 12. ed. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/52ne3h7p>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Boletim Trimestral (jan.-mar. 2021) - Conjuntura da Violência contra a Mulher no Estado do Ceará (CVCM)**. 13. ed. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mrx2k365>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARINHEIRO, André Luis Valentini. **Violência doméstica**: prevalência entre usuárias de um serviço de saúde de Ribeirão Preto. 2004. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Programa de Pós-graduação em Medicina Social, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3ycwbb6y>>. Acesso em: 05 abril 2021.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: Distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul./dez., 2019.

ONU BRASIL. **Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras**. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2ve6mhvt>>. Acesso em: 20 maio 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

COVID-19 E MULHERES PESQUISADORAS: uma análise sobre os desafios postos às mulheres no exercício da pesquisa científica em Serviço Social

NARA JÉSSICA LAURENTINO DE SOUSA

LUANA MARIA ROCHA DA SILVA

SIBELE LINO CAETANO

Introdução

O presente artigo busca ilustrar faces das questões de gênero, em recorte, as mulheres, acerca da construção científica e sua aproximação com o campo referido, e em específico, como tal processo ocorre durante a pandemia do COVID-19, analisando criticamente, os desafios e possibilidades próprios deste tempo histórico.

O movimento feminista, desde sua primeira onda no século XX até os tempos atuais, foi de exímia importância na contestação das desigualdades entre mulheres e homens, além de promover o debate sobre a inserção feminina na cena pública e política, nisto inclui-se a educação¹. Tal processo revolucionário

¹ Faz-se necessário ressaltarmos que as primeiras pautas do movimento feminista se direcionam a conquista da cidadania feminina, alcançando discussões sobre educação, política e a legitimação da figura feminina no lócus público. O debate sobre raça só foi desenvolvido a partir dos anos 1970.

foi indispensável para a inserção da mulher na educação como um direito requerido a seu espectro cidadão² (ALVES, 2019).

O Serviço Social, inserido no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, contribui com uma extensa construção de conhecimento. Logo, a categoria da profissão sendo majoritariamente feminina, não podemos deixar de mencionar a participação das mulheres na construção de pesquisas importantes para o campo do Serviço Social. No entanto, é indispensável que discutamos as adversidades sociais contemporâneas que constantemente impossibilitam a participação feminina dentro dos espaços de debate científico.

Além dos desafios postos às mulheres pesquisadoras já construídos socialmente, a pandemia do COVID-19 (além das desigualdades sociais intensificadas), trouxe para o mundo mais de 4 milhões de mortes³. Junto à pandemia, o mundo teve que acompanhar as mudanças necessárias para encaixar-se aos novos moldes de sociabilidade do COVID-19, isso significou situações de *lockdown*, distanciamento social e *home office*, condições postas à população a fim de respeitar as medidas sanitárias.

As referidas medidas consistem em uso de máscaras e/ou coberturas faciais, adaptação ou fechamento de escolas, adaptação ou fechamento de negócios, limites e restrições de reuniões públicas e privadas, restrições à circulação e ordens de permanência em casa, restrições de viagens internacionais, entre outros (OMS, 2021). Compreendemos os desafios postos à educação e ao trabalho num mundo pandêmico... e a pesquisa? Como o processo de pesquisar cientificamente se tornou possível neste meio?

2 Aqui temos como base teórica o texto de Branca Moreira Alves, intitulado "A luta das sufragistas", presente na coletânea *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*, de Heloisa Buarque de Hollanda, publicado em 2019.

3 Informações retiradas do site da OMS. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ua5bnc4f>>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

Reafirmamos as particularidades do sujeito mulher e pesquisadora no bojo de uma situação pandêmica, seus desafios e possibilidades. Dessa forma, cabe a demonstração breve do contexto histórico ao qual as mulheres foram subordinadas e os reflexos atuais dessa historicidade, assim como as causas externas como desafios para realização da pesquisa científica no Serviço Social, a fim de descrever qualitativamente os desafios vivenciados por mulheres na iniciação científica numa realidade pandêmica, no Brasil.

Um breve contexto da privação feminina na cena pública

Lerner (2019) capta a dinâmica do silenciamento da história das mulheres. Estas fizeram parte dos grandes movimentos históricos mundiais, no entanto, os homens ao se colocarem como autores da história mundial, silenciaram a participação e a influência feminina nos registros. Para a autora, diante do sistema patriarcal, as mulheres foram classificadas com uma inferioridade crônica, explicada tanto pelo tradicionalismo, como pela lógica biológica - nos quais relacionaram a condição biológica feminina com sua suposta impossibilidade de acesso à educação e aos demais direitos básicos. Eles pensavam: já que seus destinos eram ser mães e esposas, por que as mulheres estudariam? Desse modo, as mulheres foram privadas do acesso à educação, à política e à vida pública.

Diante das diversas transformações culturais e sociais ao decorrer dos anos, sentimos a ausência das figuras femininas⁴ em meio aos processos na área das perfumarias⁵. Elencamos os

4 As manifestações da escrita feminina, quando não silenciadas, foram ridicularizadas. A exemplo o clássico *A Moreninha* (1844) que em um trecho faz alusão a defesa dos direitos das mulheres feita por Mary de Wollstonecraft, usando de um certo tom zombeteiro, de acordo com trecho absolvido de Teles (2006).

5 Palavra que Saffioti (2015) utiliza para representar as ciências humanas e sociais.

pontos principais para identificar a referida ausência: 1- passividade cultural e social; 2- a mulher silenciada; 3- a histórica abnegação feminina. Em uma abordagem básica, a descrição da passividade cultural e social, nitidamente, é resultante de um silenciamento histórico que também perpassa as situações de fragilidade e abnegação da mulher dessa forma, os três pontos criam uma interlocução.

Em compreensão aos escritos de Saffioti (2015), interpreta-se que a profundidade científica está relacionada a sua neutralidade e que esta só pode ser vencida dentro de uma conjuntura de posicionamento político crítico. Questiona-se: como as mulheres, silenciadas e mantidas no centro familiar poderiam levantar-se de maneira crítica se seus papéis estivessem determinados ao silêncio? A partir dessa percepção de ausência na vida pública que resultava na falta de soerguimento social, foi que, em meio aos processos revolucionários franceses e em certa parte ingleses, por volta do século XIX, que as mulheres, mesmo envoltas as amarras sociais, sem acesso à educação e constringidas ao âmbito familiar, decidiram dar início às suas representações literárias.

Vale ressaltar a existência das diferenciações de classes que influenciaram (e influenciam) diretamente a facilitação e demonstração da escrita, além disso, do preconceito que as rondava, ora, pois as principais manifestações artísticas e escritas eram apresentadas por homens conflituavam a figura feminina casta/de família, da decaída e fatal. São essas representações consumidas por boa parte das mulheres que notoriamente influenciou o ideário conservador e machista, classista, racista de mulheres para com outras mulheres.

Na história brasileira as mulheres calçaram sofridamente a rebelião do eu feminino como ser dotado de valor e visão crítica. O artigo de Norma Teles (2006) caracteriza bem as

transições de época e classe e a forma em que diversas autoras começaram a aparecer às vistas da sociedade. Em um caldo entre burguesia e proletariado, Teles (2006) se debruça acerca de autoras como Nísia Floresta, Ana de Brandas, Maria Firmina dos Reis e entrelaça as influências internacionais e nacionais de cada época, precisando a conjuntura política e social que fomentava a realidade das referidas autoras.

Toda a privação das mulheres como sujeitos de cidadania, distanciadas do âmbito público, logo, do acesso à educação e da participação política, gestou um movimento revolucionário, no final do século XIX e início do século XX - era a primeira onda do feminismo. Daqui clamavam-se os direitos sociais e políticos, até então negados às mulheres. Junto à luta das sufragistas, além das exigências já explicitadas, os estudos questionadores sobre a origem da subordinação das mulheres surgiu, cresceu e permanece até os dias atuais - daqui nasceu o que hoje entendemos como estudos de gênero (PISCITELLI, 2002).

Levando a discussão para o campo do Serviço Social, sabe-se que a profissão é majoritariamente feminina, como reconhece o Conselho Federal de Serviço Social (2019). Desde sua gênese, o Serviço Social vincula-se a um projeto conservador, ligado aos ideais da Igreja Católica e às perspectivas relacionadas ao cuidado e que “por vezes, não é reconhecido como um trabalho especializado, mas como atividade desenvolvida por atributos ‘naturalmente’ femininos” (CFESS, 2019, p. 18).

Como parte do compromisso com o Projeto Ético Político, cabe às/aos assistentes sociais enxergarem para além das lentes do senso comum e das lógicas que mantêm relações de opressão e exploração. O Serviço Social faz-se essencialmente investigativo - caráter inerente à profissão, na qual complementa-se com a atividade da pesquisa, como afirmam Mauriel e Guedes (2013), nos quais reforçam que seja necessário:

(...) fortalecê-la como um importante campo de resistência à lógica mercadológica de formação instrumental e como forma de estratégia de afirmação do debate plural, do pensamento crítico e de um projeto de formação profissional emancipador (MAURIEL; GUEDES. 2013, p. 30).

Relembrando o percurso do Serviço Social e sua busca de legitimação profissional, Netto (1992) relembra o processo sincrético aqui envolvido. Para ele, o Serviço Social se mostrava carente de direção teórica, o que levou a profissão a abarcar múltiplas teorias e vertentes. Percebe-se que tal movimento sincrético deu-se não só no âmbito teórico, mas também ideológico - o que deixava a conduta dos profissionais vulneráveis a práticas imediatistas e superficiais.

Netto (2011) ressalta um significativo marco na história do Serviço Social: sua inserção na Universidade, onde teve os primeiros contatos com leituras críticas, como as de Karl Marx. Juntou-se a isso, a inserção da docência como um novo espaço para os assistentes sociais, a atividade de pesquisa e os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social. Contudo, com o golpe militar de 1964, as novas propostas ideológicas, teóricas e metodológicas da profissão foram silenciadas. Só seriam retomadas em 1980.

Barroco (2005) compreende a importância do processo descrito acima, sendo responsável pela legitimação da atividade profissional de Serviço Social agora inscrita como uma “profissão qualificada academicamente para a pesquisa e o debate com outras áreas de conhecimento, o que implicou na superação do empirismo, do pragmatismo, das concepções positivistas e funcionalistas” (BARROCO, 2005, p.4).

A autora também reforça a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) como importante

membro na formulação das Novas Diretrizes Curriculares, que fazem emergir disciplinas que promovam a pesquisa científica e o pensamento ético e crítico. Inclui-se neste caldo, o Código de Ética da profissão, como fonte norteadora da conduta ética das/dos assistentes sociais no cotidiano profissional - e isso inclui-se a pesquisa, e os novos Comitês de Ética em pesquisa.

Compreendemos a particular relevância da pesquisa para a construção do Serviço Social como atividade profissional amadurecida, na qual constrói conhecimento próprio. No entanto, como a pesquisa se insere como parte fundamental das atividades requeridas na formação profissional, ao interpretarmos a realidade sob o olhar de Yamamoto (2010), o Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho como uma profissão liberal e com relativa autonomia.

De acordo com Guerra (2009), o Serviço Social tem em sua trajetória significativas produções científicas que apreendem a atualidade e as transformações da sociedade à luz da tradição marxista e que, a partir do reconhecimento destas produções pela comunidade acadêmica e profissional, possibilitou o levante de debates primordiais para a categoria. Ainda segundo a autora, os desafios postos à formação profissional referem-se à necessidade de construir uma categoria que valorize a dimensão investigativa.

Assim, Guerra (2009) acentua que esta dimensão põe em pauta a problematização; questionar, testar e reavaliar hipóteses, considerar preconceitos e crenças da sociedade, com a finalidade de construir novas posturas, principalmente ao que se refere à uma instrumentalidade mais qualificada, que seja eficiente e eficaz.

Através da concretização desta dimensão que incentiva a pesquisa científica, esta contribui para compreensão dos/as assistentes sociais acerca de suas competências profissionais,

em três níveis: a competência teórico-metodológica, a qual a/o profissional entende seu papel na sociedade diante as relações sociais, numa perspectiva de totalidade social; a competência ético-política, onde a pesquisa possibilita apreender as condições da sociedade e o significado social e político das demandas e respostas profissionais; e competência técnico-operativas, que através desta permite que os profissionais preparem respostas qualificadas aos usuários e às instituições, bem como projetos de intervenção (GUERRA, 2009).

No entanto, em tempos neoliberais e de reestruturação do trabalho, o Serviço Social também se vê à mercê de desafios profissionais, como a polivalência, precarização, terceirização, o resgate do conservadorismo, entre outros. Assim, refletimos: sendo a pesquisa inserida nos processos de trabalho de Serviço Social, quais desafios aparecem para os profissionais e estudantes, empenhados na pesquisa? Sendo a categoria do Serviço Social majoritariamente formada por mulheres, como as mulheres pesquisadoras em Serviço Social desempenham tal papel diante dos desafios postos às mulheres, em uma sociedade patriarcal e sexista? Como a pandemia insere-se nesta problemática?

Mulheres e a divisão sexual do trabalho

No intuito de analisar a relação entre mulheres e trabalho, é necessário, preliminarmente, definir a divisão sexual do trabalho, tendo em vista ser um termo que carrega uma dimensão de grande significado no que concerne a este binômio, numa sociedade patriarcal capitalista que rege o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres (CISNE, 2012). Podemos apreender que a divisão do trabalho social é o resultado das relações sociais de sexo, articulada no movimento histórico e social, como afirmam as autoras Hirata e Kergoat (2007).

Em consideração a este debate, Biroli (2018) compreende a divisão sexual do trabalho a partir do que é definido através da história como trabalho de mulher, que situa não somente sobre o trabalho em específico, como também a competência e o lugar de mulher. Essas classificações, de acordo com a pesquisadora, causam consequências que são refletidas nas hierarquias de gênero, classe e raça, que levam em conta o que acarreta desta divisão, tendo em vista que esta produz também identidades.

Assim, o papel das mulheres na sociedade, as formas como são representadas, as percepções sobre como as mulheres estão situadas no mundo, todas essas questões estão relacionadas à divisão sexual do trabalho e aos vínculos pertinentes a estas discussões, que são associadas às dificuldades cotidianas que engendram trajetórias de vidas, as quais se diferenciam entre vidas de homens e de mulheres (BIROLI, 2018).

As atribuições conferidas historicamente às mulheres, remetem à desigualdade e à marginalização das mulheres no mercado de trabalho atualmente, apesar das mudanças estruturais da sociedade, impedem o avanço de sua presença nos espaços públicos. Apesar disso, é observável que a ocupação das mulheres nestes espaços, na sociedade contemporânea, foi ascendente em comparação aos homens, diante do elevado desempenho escolar e profissional destas ao longo dos anos. Entretanto, conserva-se a condição de inferioridade no mercado de trabalho para as mulheres.

Diante de algumas mudanças expressivas na realidade, percebe-se que a inserção das mulheres - em seus traços singulares e plurais, de gênero, raça, classe, sexualidade e etnia - ainda incorpora agudamente sua presença nos espaços de trabalho mais precarizados e flexibilizados, principalmente pelo patriar-

cado reforçar a ideia de maternidade, matrimônio e o desígnio à trabalhos superexplorados.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) refletem seriamente a realidade exposta acima, através de dados relevantes acerca da discrepância entre homens e mulheres nas áreas de estudo, pesquisa e trabalho. É observado que nos cursos de ciências exatas na graduação, o gênero feminino é minoria, e corresponde a 21,6%, entretanto, nas áreas relacionadas ao cuidado, como Serviço Social, a presença sobe para 88,3% em 2019.

Ainda de acordo com o IBGE (2019), mesmo garantindo maior escolaridade entre as mulheres na atualidade, ainda tem inserção representada por cerca de 46,8% entre os docentes de ensino superior no país. Além disso, pessoas entre 25 a 49 com crianças de até três anos de idade em casa, indica menor inserção no mercado de trabalho e vida pública das mulheres, pois apenas 54,6% estão empregadas, em contraponto ao gênero masculino, que na mesma condição ocupa o mercado de trabalho com o percentual de 89,2%.

Ante o explanado, avaliamos como a participação das mulheres é comprometida na vida pública e no âmbito laboral, devido ao maior envolvimento no trabalho doméstico e não remunerado. Analisando a perspectiva de raça e classe, apreende-se a discussão sobre como a sociedade patriarcal impacta na inserção das mulheres negras, e produz mecanismos de segregação na sociedade e nos espaços de ocupação de trabalho (CACCIAMALI; HIRATA, 2005). Ainda de acordo com as autoras,

A existência de valores arraigados, numa dada sociedade, que levem à discriminação por raça e/ou gênero, significa que essas características exercem influência no mercado de trabalho, tanto na admissão em um determinado tipo ou relação de empre-

go quanto na definição de sua remuneração. Ou seja, pessoas que apresentam atributos iguais, exceto quanto à raça e/ou gênero, são valorizadas de forma distinta pelos empregadores ou pelos usuários de serviços, apenas em virtude desses últimos atributos, caracterizando a existência de preconceito que leva a uma discriminação direta. Isso seria o motivo pelo qual o mercado remunera mais adequadamente o homem branco em detrimento dos homens negros e pardos e das mulheres (p.771).

Podemos associar esta citação às marcas derivadas da sociedade brasileira, caracterizada pelo racismo e machismo, patriarcado e do racismo na sociedade brasileira, que repercute na estrutura e nas relações sociais, como Cisne (2012, p.101) explica, “a história da colonização e a da escravidão patriarcal no Brasil determinaram uma dinâmica particular para a formação das classes sociais no país”. No contexto apresentado, depreende-se como a formação sócio-histórica brasileira carrega substancialmente o racismo, o patriarcado e o sexismo como bagagem, que carregam a complexidade das classes sociais no Brasil.

Os elementos raça, classe e gênero formam a hierarquia que posicionam em desvantagem as mulheres negras nas relações de trabalho, como consequência do sexismo e da divisão sexual do trabalho (Biroli; Miguel, 2015). Como bem analisado pelo olhar de Biroli (2016), destacamos como a divisão sexual do trabalho é fundamentada nas relações de subordinação e de autoridade, o que implica na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e corrobora a imposição de restrições e desigualdades envolvendo o gênero feminino.

As denominações e discussões manifestadas acima são de essencial importância para compreender as dinâmicas da sociedade mediante as relações sociais e as determinações da divisão sexual do trabalho. Assim, podemos apreender noções

acerca do lugar da mulher e os papéis concebidos historicamente, e o quanto o gênero feminino tem ocupado diversos espaços, como na pesquisa científica, e driblado os meios de subordinação reiterado constantemente pela estrutura social reproduzido pelo sistema patriarcal capitalista.

Desafios postos às mulheres pesquisadoras

Mais fácil seria elencar os prós e os facilitadores da pesquisa científica do que seus desafios que hoje, tendo em vista a atual conjuntura pandêmica marcada pelas disputas políticas, muito dificultam e restringem a realização da pesquisa. Elenquemos, categoricamente, as problemáticas levantadas em discussão, que consideram o eixo temático proposto, as vivências e as visões críticas das pesquisadoras. Pontua-se: 1- o cunho academicista da pesquisa; 2- o ponto de partida e a linha de chegada; 3- uma pequena ideia contamina a ideia; 4- os papéis socialmente atribuídos como problemática e a pandemia como potencializadora; 5- o papel do Estado e a ausência dos investimentos na pesquisa diante a atual conjuntura política e 6- o COVID-19 como empecilho. Exporemos as principais problemáticas acerca de cada ponto a seguir.

Muito se fala no Serviço Social sobre a importância da pesquisa científica⁶ e o espaço acadêmico é o principal fortalecedor desse ideal. Observa-se uma busca pela construção do processo científico juntamente a uma perspectiva mais aguçada, como sugere Goldenberg (2004):

[...] metodologia Científica é muito mais do que algumas regras de como fazer uma pesquisa. Ela

6 Tendo em vista a apropriação de teorias sob fontes secundárias, o que Netto em seu livro *Capitalismo Monopolista*, pontua quando da crítica acerca da postura medular sincrética da profissão.

auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo (p. 11).

Em contrapartida, destaca-se também a exclusividade da pesquisa na vivência do indivíduo. Dessa forma, o primeiro ponto propõe o caráter persuasivo da pesquisa *versus* o exercício desta. Em segunda instância, a crítica de que o indivíduo possui processos socioeconômicos além da realização da pesquisa científica. Não estamos defendendo a superficialidade do ensino, tampouco ressaltando sua efervescência, mas levamos em consideração a qualidade do fazer da pesquisa, que não se restringe a certos procedimentos metodológicos (GOLDENBERG, 2004).

Outro desafio se expressa nas finalidades da pesquisa, diretamente ligado às inquietações dos pesquisadores: afinal de contas, nossa pesquisa atinge sua finalidade? Os grupos e categorias que elencamos a fim de direcionar nossos estudos, têm acesso à pesquisa? Conseguimos de alguma maneira transformar ou em algo acrescentar através do trabalho realizado? Parte da elaboração da pesquisa, discorre no sentido do planejamento,

[...] o desencadeamento desse processo particular de planejamento se faz a partir do reconhecimento da necessidade de uma ação sistemática perante questões ligadas a pressões ou estímulos determinados por situações que, em um momento histórico, colocam desafios por respostas mais complexas que aquelas construídas no imediato da prática (BAPTISTA, 2015, p.96).

Entende-se que, mesmo após a conclusão da nossa pesquisa, restará um meio aberto para a construção e elaboração de um novo trabalho, visto que, da mesma forma que o ambiente em que construímos as inquietações é composto por uma historicidade, assim irá permanecer após nossas intervenções. Aqui

levamos em consideração o que descrevemos como os impactos que causamos ao pesquisar, e eis a descoberta do nosso questionamento:

Vários pesquisadores esperam de seus trabalhos resultados práticos e que constituam guias de intervenção para as decisões e ações. Isso é possível em estudos de caráter mais técnico, como, por exemplo, os estudos de mercado. Mas, por via de regra, as relações entre pesquisa e ação não são assim tão diretas (GERHARDT, 2009, p. 62).

No terceiro levantamento, destaca-se a crítica em torno da neutralidade ao elaborar uma pesquisa. Um preceito ou ideia pode influenciar nas análises propostas na pesquisa, ou seja, a moralidade pode interferir na análise, por isso leva-se como ponto central a necessidade de elaborar uma pesquisa com ponto de vista empirista, conforme afirma Gil (2002):

Foi visto que os problemas científicos não devem referir-se a valores. [...] Estes problemas conduzem inevitavelmente a julgamentos morais e, conseqüentemente, a considerações subjetivas, invalidando os propósitos da investigação científica, que tem a objetividade como uma das mais importantes características. [...] Trata-se, portanto, de transformar as noções iniciais em outras mais úteis, que se refiram diretamente a fatos empíricos e não a percepções pessoais (p.28).

Em torno da questão da mulher e a pesquisa, o quarto tópico revela a dualidade da mulher pesquisadora e a mulher refletida nos demais papéis socialmente atribuídos, como a maternidade. A pesquisa *Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil*, realizada pelo movimento *'Parent in Scien-*

ce⁷⁷ em 2021, traz uma série de percentuais acerca da inserção da mulher no meio acadêmico e científico, assim como pontua dados referentes a parentalidade nos âmbitos mencionados.

De acordo com o estudo, dentre o perfil das pessoas pesquisadas, 57% são mulheres estudantes do ensino superior no Brasil, levando em consideração a existência de uma sub-representação racial, somente 3% são mulheres pretas e 12% pardas. Conforme o avanço na carreira científica, a pesquisa conclui que existe uma redução no número de mulheres: 55% bolsistas de iniciação científica e 36% das bolsistas de produtividade científica. Um em cada 10 estudantes de graduação nas instituições de ensino superior federal (considerando homens e mulheres) possui filhos, destes: 46,2% indígenas aldeados, 20,2% indígenas não aldeados e quilombolas, 12,9% são negros e 8,3% são brancos. Acrescenta-se:

Cerca de 65,5% dos estudantes com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. Porém, conforme dados do IBGE, os arranjos monoparentais femininos (mães solas) representam cerca de 15,3% dos arranjos domiciliares no Brasil, com limitações na rede de apoio. Desse modo, é fundamental o apoio das instituições de ensino superior aos alunos com filhos, através do fornecimento de medidas como creche universitária, salas de amamentação e auxílio creche (s/p).

7 O Movimento Pais na Ciência visa aumentar a conscientização sobre as barreiras enfrentadas pelas mães acadêmicas. Com a geração de dados primários sobre essas barreiras e o impacto da maternidade na carreira das cientistas, temos promovido ações afirmativas e políticas públicas inclusivas para garantir o acesso, permanência e progressão das mulheres no STEM (sigla em inglês que se refere a ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Não obstante os recortes raciais e socioeconômicos, a pandemia do COVID-19 veio para afunilar ainda mais o cenário já problemático das mulheres. Neste momento, as mulheres mães e cientistas têm vivenciado, mais do que nunca, as dificuldades de manter o trabalho em casa e sua produtividade (MYERS et al, 2020), com o acréscimo do cuidado aos filhos⁸. Nesse aspecto, entende-se que ‘abrigo em casa’ não é o mesmo que ‘trabalhar em casa’ e se faz notória a necessidade do funcionamento de creches como ferramenta de apoio, conforme sugerido pelo artigo de Myers (2020).

Nesse sentido, políticas públicas que visem mitigar o impacto da maternidade no âmbito científico se fazem extremamente urgentes, assim como a extensão dos prazos e a facilitação de bolsas de iniciação científica. Aqui o retrocesso não é bem-vindo, o que gera preâmbulo dos próximos quesitos apontados: o papel do Estado e a ausência dos investimentos na pesquisa diante a atual conjuntura política e pandêmica.

Na atual conjuntura pandêmica vivenciamos cortes de verbas destinados à pesquisa, e que acabam por performar a ideia desta como recorte “dos ricos”. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPQ (Conselho Nacional Científico e Tecnológico) desde o ano de 2019 vem afirmando a ausência de verbas para renovação de bolsas e não é algo pontual, é um processo contínuo de cortes que caracteriza bem a nova política neoliberal que busca fundamentar quando do início do governo de Bolsonaro.

O contexto negacionista diante da pandemia, tornou-se, um dos maiores problemas globais de saúde, em um cabo de guerra político que custou (e ainda custa) vidas. O Brasil possui um dos maiores contribuintes de aplicação científica, o Instituto

8 O que é expressamente trabalhado no livro de Elisabeth Badinter *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno* (1985).

Butantan, que foi protagonista na busca pelo imunobiológico combatente o COVID-19, e desde 1901 atua na produção de vacinas, soros e biofármacos para uso humano⁹, posto em contestação dentro de uma ideia conservadora e retrógrada que fomenta a discussão de eficácia da vacina.

Essa conjuntura demonstra o total caos ao qual o país está imerso: sem políticas públicas palpáveis, apenas com contextos focalizados e compensatórios, e que ainda assim sofrem com discursos autoritários e conservadores, dentro do contexto da ofensiva neoliberal. Uma pátria marcada, hoje, pela pobreza e fome, pela violência e ausência da educação. A pandemia veio e mostrou o real inimigo além do discurso moralista e conservador: o próprio homem.

Conclusão

Inseridas no meio acadêmico, as mulheres veem-se incorporadas a dinâmicas, por muitas vezes, contraditórias. Como exemplo, a baixa inserção de mulheres em cursos de exatas, enquanto sua presença é majoritária em cursos nos quais o senso comum relaciona com o cuidado ao outro e a própria ação de educar, como no Serviço Social - embora saibamos que tal imaginário popular não condiz com o caráter de luta recente da profissão.

Além de estudantes, pesquisadoras e professoras, as mulheres constituem-se como sujeitos complexos, e dentro de sua composição interseccionam elementos que envolvem raça, classe, origem, idade, etc. Muito mencionamos a dupla e tripla jornada de mulheres mães que trabalham, estudam e pesquisam - circundando um cansativo quadro de trabalho em busca de sua sobrevivência.

9 Conforme expresso no site do Instituto Butantan.

Neste complexo caldo, inflamado pelo contexto da pandemia do COVID-19, as mulheres-mães pesquisadoras deparam-se com a fusão do ambiente de trabalho, estudo e pesquisa com o ambiente doméstico. Misturam-se os afazeres domésticos com as pilhas de livros. Diante disso, compreendemos a árdua realização do ser pesquisadora em tempos de pandemia - no qual complexifica-se quando se é mãe, pobre, negra - o que impacta diretamente a produção de conhecimento feita por mulheres.

Reiteramos a urgência de políticas públicas que resguardem as mulheres e mães no meio da pandemia, além do incentivo à pesquisa, materializado nas bolsas de estudo, como CPNQ e Capes. É essencial termos visão crítica e histórica o que nos leva ao questionamento de lugares ocupados historicamente pelas mulheres, logo, é vital o fortalecimento dos movimentos feministas e a efetivação de políticas públicas pautadas nas discussões de gênero nas próprias universidades.

Referências

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 49-63, 2019.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 3. ed. São Paulo: Veras, 2015.

BARROCO, M. L. S. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2005.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, jan.

2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2u5c2ppb>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades**, v. 20, p. 27-55, 31 ago. 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yr2fnhhu>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

_____, Flávia. **Gênero e desigualdades** limites da democracia no Brasil. Editora Boitempo, 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina; ISSAMU HIRATA, Guilherme. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda - Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, p. 767-795, out. 2005. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p89hrj3>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Machismo**. Série Assistente Social

no combate ao preconceito. Caderno 6. Brasília, 2019.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos**

sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, v. 37, n.132, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez, 4ª ed, São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 12 p.

INSTITUTO BUTANTAN. Disponível em: <<https://tinyurl.com/293884tu>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. Editora Cultrix. São Paulo, 2019.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 1ª ed., 2014. São Paulo: Scipione, 1ª ed., 2001.

MAURIEL, Ana Paula; GUEDES, Olegna de Souza. Desafios da pesquisa na formação profissional do Assistente Social: um olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS- itinerante”. **Temporalis**, ano 13, n. 25, p. 13-32, Brasília-DF, jan./jun. 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. Cortez, 16ª ed, São Paulo, 2011.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ed. São Paulo, Cortez, 2006a.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez, 2ª ed, São Paulo, 1992.

PARENT IN SCIENCE. **Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2hv2u5mf>>. Acesso em: 03 nov. 2021

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: L.M. ALGRANTI (org.), **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas, IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras.” In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

TRANSGENDER. MYERS KL ET AL. 2020. **Unequaleffectsofthe COVID-19 pandemiconscientists**. Nat Hum Behav. DOI: 10.1038/s41562-020-0921-y

WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard. **World Health Organization**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ua5bnc4f>>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: diálogo com o Serviço Social

IRIS LUZ LANDIM ALCÂNTARA

Introdução

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. No Brasil, foi na década de 1930 que a profissão teve a sua institucionalização, onde as primeiras escolas foram em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, vinculadas ao Centro de Estudos e Ação Social da Igreja Católica. As moças da classe média foram as primeiras assistentes sociais, atuavam junto aos trabalhadores e às situações advindas da pobreza. A questão social era vista como disfuncional ao sistema, e a atuação dessas moças constitua em apaziguar e conciliar as contradições entre as classes sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

As classes ditas perigosas, composta também por pessoas negras, eram alvo prioritário de intervenção do Serviço Social, mas o racismo, que passou a estruturar as relações sociais no Brasil, foi escamoteado. As práticas sociais e institucionais naturalizam a discriminação racial, corroborando para o racismo estrutural. A profissão surge, assim, em relação direta com os serviços assistenciais ofertados aos trabalhadores pobres das classes operárias, antes mesmo da assistência social ser consolidada como política pública. (GONÇALVES, 2018)

É somente no começo dos anos 2000 que o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, tanto no plano teórico quanto político, inserindo-se nas questões relacionadas

à violência contra as mulheres, discriminação étnico racial, cultural, LGBTQIAP+ e outras. “A partir de 2000 são propostos eixos específicos que contemplam a temática de gênero articulada ao Serviço Social nos encontros da categoria, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS)” (LISBOA, 2010, 71)

É válido destacar a importância de se discutir questões pertinentes as relações étnico-raciais no Serviço Social e inserida na sociedade capitalista contemporânea. Além de salientar a questão social como objeto de intervenção da profissão, temos a compreensão que questão racial e social se inter cruzam, por isso, o debate teórico e prático é indispensável para a atuação profissional. A população negra também se encontra em vulnerabilidade social e é usuária dos serviços ofertados pelas políticas públicas e sociais, principais campos de atuação do Assistente Social na perspectiva de garantia de direitos.

Assim, neste artigo, nos propomos a pensar a questão social em diálogo com a questão racial no Brasil capitalista contemporâneo, visto que ambas as questões possuem relação direta. Este estudo é de caráter bibliográfico com perspectiva teórica e metodológica crítica. Ao longo do desenvolvimento partiremos das categorias: questão social (Netto, 2001), (Iamamoto, 2001), questão racial (Madeira; Gomes, 2020), (Gonçalves, 2018) e serviço social. No primeiro momento iremos nos deter sobre a questão social e seus desdobramentos, no segundo momento teremos como foco a questão racial, suas raízes e as relações étnico-raciais na atualidade, a partir de uma perspectiva sócio-histórica da formação do Brasil. Concluiremos com uma síntese nas considerações finais sobre esta temática. Vale mencionar que não temos a pretensão de esgotar o assunto ora em debate, mas de apresentá-lo de modo sucinto, visto que é demasiado complexo e extenso, ultrapassando nossos objetivos.

Gênese e desdobramentos da Questão Social

A expressão questão social tem história recente. De acordo com Netto (2001), esta começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada principalmente por críticos da sociedade e filantropos. A expressão surge para dar conta de um fenômeno que estava em evidência na Europa Ocidental, em decorrência da primeira onda da industrialização na Inglaterra do século XVIII: o pauperismo.

A questão social dessa forma, está diretamente relacionada com a emergência da classe operária, principalmente quando esta começa a se inserir no âmbito político reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. É requerido do Estado a intervenção junto a esses trabalhadores e as consequentes situações de pobreza vivenciadas por esta população, a partir das lutas e manifestações sociais, as contradições entre capital e trabalho passam do domínio privado para o público. Dessa forma, é a partir do reconhecimento dessas lutas que surgem mais tarde uma ampla esfera de direitos sociais públicos atrelados ao trabalho, expressas em serviços e políticas sociais - o que nos países centrais ficou conhecido como *Welfare State*, *Estado Providência* ou *Estado Social* (IAMAMOTO, 2001)

É no contexto de efervescência da industrialização que a mão de obra de trabalhadores era demandada, a produção de riqueza era crescente, mas contraditoriamente, a pobreza e a desigualdade social se acumulavam. Os bens e serviços estavam em ascensão, no entanto, grande parcela da sociedade não podia acessá-los. A escassez que outrora dominou as sociedades, a partir da sociedade burguesa foram dadas maiores possibilidades de desenvolvimento dos meios de produção, mas a pobreza ainda perdurou. (NETTO, 2001)

De acordo com Netto (2001), o desenvolvimento capitalista produz obrigatoriamente a questão social, e as diferentes fases do capitalismo produzem distintas manifestações da questão social, ou seja, a dinâmica capitalista está imbricada com a própria questão social e suas expressões. É importante salientar que esta não possui uma única causalidade, mas fatores políticos, culturais, históricos, e outros componentes que permeiam a vida humana.

De modo mais atual, a questão social passa a ser objeto de criminalização cujas populações mais empobrecidas são os alvos mais vulneráveis, remete-se às «classes perigosas» diferentes de classes laboriosas (MADEIRA; GOMES, 2020). Outro aspecto que permeia a questão social é uma tendência a sua naturalização, além de ser objeto de programas assistenciais de “combate à pobreza”, retornando a perspectiva utilizada em seu passado, quando era percebida como caso de polícia. Um forte desafio para enfrentar as expressões da questão social é não a fragmentar, mas entendê-la a partir de uma perspectiva de totalidade e com uma raiz comum: a sociedade capitalista em sua forma madura. (IAMAMOTO, 2001)

Os problemas sociais muitas vezes são percebidos como problemas somente do indivíduo, cuja dimensão coletiva é deixada de lado. É na ótica liberal e neoliberal que isto acontece, em uma dimensão econômica, política e ideológica que o capitalismo assume para enfrentar suas crises. A ideologia dominante, vale lembrar, é a ideologia da classe hegemônica, logo, quando ocorre a crise, a ideologia se mostra ainda mais importante, uma vez que irá funcionar para manter o sistema ou para provocar alguma mudança. A ideologia é constituinte da força das classes sociais em uma determinada conjuntura da luta de classes. Vale salientar que a ideologia não consiste apenas de ideia, mas está concretizada nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais, em seus hábitos e costumes.

O Estado tem sua função posta em prática nesses momentos de crise quando lança mão da conciliação e organização unificando e instaurando seu interesse político geral face à classe trabalhadora. Não obstante, em alguns momentos, o Estado reconhece os direitos da população a partir das reivindicações dos próprios sujeitos sociais para diminuição das expressões da questão social. A exemplo do Estado do Ceará, que atualmente passa por momentos desafiadores em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. Empresários pressionaram o governo para a retomada de suas atividades, enquanto a conjuntura se mostrava em meio a calamidade pública. Ao mesmo tempo em que a economia precisa funcionar para o capital, a população precisa ter sua saúde preservada, física e mental, além do mínimo para sobrevivência.

Os momentos de crise geram recessão econômica, aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro, aumento do número de falências e evidenciam a pobreza e a desigualdade social. É nesse contexto que ocorre o aprofundamento da questão social e de suas expressões, a exemplo da pandemia do COVID-19. Para Yamamoto (2001, p. 16-17), o entendimento da questão social é sintetizado do seguinte modo:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas*

por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal. (Grifos da autora)

Dessa forma, como Iamamoto (2001) nos mostra, a questão social e suas expressões também são mediatizadas por relações étnico-raciais. Estas relações são parte da formação social brasileira, por isso, as particularidades do Brasil devem ser levadas em consideração para a melhor compreensão das manifestações da questão social e, conseqüentemente, de seu enfrentamento.

Formação sócio-histórica brasileira: raízes e atualidade da questão racial

A questão racial é um dos fatores estruturantes da desigualdade social brasileira e manifestação da questão social, na expressão do racismo. Debater essa questão é trazer para a atualidade os rebatimentos da escravidão que perdurou por mais de trezentos anos na realidade brasileira. Completaremos 134 anos de abolição da escravatura no Brasil, essa abolição ocorreu no dia 13 de maio 1988, mas não possibilitou a população negra a inserção no mercado de trabalho como classe, apesar de livre, trabalhadora, refletindo essa não inserção nos demais aspectos da vida humana.

O Estado brasileiro não proporcionou políticas que possibilitassem a condição de cidadania destes povos. A abolição, é válido destacar, não foi somente de interesse das classes dominantes, a fim de consolidar o modo de produção capitalista, mas fruto da luta de escravizados frente a tortura e ao trabalho compulsório; a construção de quilombos é um exemplo de resistência da população negra contra a escravatura (GONÇALVES, 2018).

O discurso dominante proclamava que estes (as) ex-cativos (as) não eram qualificados (as) o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista. Aqui se consolidavam as ideias racistas que ganharam status de verdadeira ciência no século XIX. Em consonância com as teorias raciais, nestes trópicos, os racistas sentiam-se desconfortados com traço mais característico da população brasileira, um defeito de cor, que, segundo tal ciência, representava um grande obstáculo podendo levar o País à tragédia da degeneração. (GONÇAVES, p. 516, 2018)

É neste contexto que a imigração é fomentada sob o argumento de ser a mão-de-obra dos ex-cativos não qualificada, sendo assim necessária a importação de trabalhadores. Os imigrantes, espanhóis e italianos, além dos portugueses e alemães, seriam a mão de obra qualificada para trabalhar no Brasil. Eram trabalhadores desocupados cujo modo de produção capitalista não conseguia absorver, esses imigrantes também possibilitariam a ideia de embranquecer os brasileiros. (GONÇALVES, 2018)

O Brasil, por ser um país em sua constituição miscigenado, formulou-se a falácia que o racismo não existe, pois há uma mistura entre os povos. Entretanto, buscava-se apoio científico, a exemplo da medicina e do direito, para validar concepções racistas, argumentando ser o negro inferior e desqualificado, por isso passível de dominação e exploração, além de justificar a supremacia branca, cuja validade estava em branquear o Brasil.

Os postos de trabalho foram praticamente negados à população negra, cuja inserção no modo de produção capitalista aconteceu de modo a beneficiar a classe dominante, nos trabalhos mais precarizados, uma vez que os ex-cativos libertos não tiveram uma política de reparação e inserção adequada para a

condição de pessoas que foram exploradas em todos os aspectos da vida humana por longos anos.

O reflexo desse contexto de vulnerabilidade e desvantagem econômica e social pode ser percebido de forma bastante atual na Síntese de Indicadores Sociais¹ - SIS - de 2020. As estatísticas que se referem ao mercado de trabalho da população preta e parda, mostram que, apesar de serem a maioria dos ocupados (54,8%) em comparação aos brancos (45,2%) a população negra ocupa predominantemente atividades de agropecuária (62,7%), construção (65,2%) e serviços domésticos (66,6%), atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em 2019. Em contrapartida, atividades profissionais como administração pública, educação, saúde e serviços sociais são exercidas em sua maioria por pessoas de cor ou raça branca, com rendimento superior à média do mesmo ano; dados que revelam a herança histórica de uma abolição inacabada.

É válido mencionar que o sistema carcerário brasileiro, precário e superlotado, é composto em sua maioria (65%) por pardos e pretos, segundo dados do Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional² - SISDEPEN - de 2020. As estatísticas também revelam que, de 2005 a 2016, o encarceramento feminino cresceu consideravelmente, atingindo o

1 “A publicação Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020 busca proporcionar um conhecimento mais amplo da realidade social do País, a partir de indicadores atualizados sobre temas estruturantes dessa realidade. [...] A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2012 a 2019. Com cobertura de todo o Território Nacional, a pesquisa permite a compreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais, tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais” (IBGE, 2020).

2 OSISDEPEN é a plataforma de estatísticas do sistema penitenciário brasileiro que organiza as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. Os dados são constantemente atualizados pelos gestores das unidades prisionais desde 2004.

ápice em 2016, quando começa a diminuir, estabilizando-se nos anos de 2019 e 2020.

Estes são dados que merecem reflexão, cuja população negra, em comparação aos brancos, encontra-se nos ambientes mais precarizados da sociedade, sejam nas atividades remuneradas - com baixa remuneração - ou no sistema carcerário, que não possibilita a ressocialização do egresso no mercado de trabalho, na educação ou em outros setores da sociedade, levando em consideração o estigma e as tensões para romper com a teia das organizações criminosas.

De acordo com Gonçalves (2018), no que se refere à moradia, a população negra, após a abolição da escravatura e egressa das senzalas no Brasil, foi direcionada para as áreas mais vulneráveis das cidades constituindo as favelas e os cortiços, evidenciando outro aspecto de inserção dessa população na sociedade brasileira. As ideias e práticas higienistas e eugênicas destituíram os espaços de moradia dos negros, em prol do embelezamento e saneamento das cidades, salientando o racismo, a segregação racial e espacial da população negra e pobre, a exemplo dos cortiços cariocas. “Expulsão, isolamento, violência sacramentaram o percurso que classificaria os(as) negros(as) como suspeitos(as) preferenciais ou classes perigosas, antes mesmo de terem a possibilidade de se constituírem como classes laboriosas” (GONÇALVES, p. 518, 2018).

No que se refere aos processos de industrialização do Brasil, é interessante mencionar que o preço da força de trabalho é um importante aspecto para se pensar as populações mais empobrecidas. O Estado brasileiro, na década de 1956 em diante, deparou-se com inúmeros desafios como a ausência de políticas públicas efetivas que pudessem assistir os trabalhadores dos centros urbanos, no qual a população negra também estava inserida. O preço da força de trabalho era medido por

dois aspectos principais: custo da alimentação e custo de bens e serviços propriamente urbanos, esses aspectos são essenciais para a reprodução da força de trabalho, o salário mínimo é uma expressão dessa necessidade, dessa forma, “ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana [...] tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais” (OLIVEIRA, 2003, p. 38). A produtividade industrial crescia consideravelmente, os salários diminuían e gerava a tendência à concentração da renda na economia brasileira.

Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo, mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”. Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores - agricultura e indústria - estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. (OLIVEIRA, 2003, p. 47)

É interessante observar que os setores da agricultura e da indústria não se excluem ao decorrer dos processos históricos do Brasil, o desenvolvimento não deixa para trás o que seria atrasado (agricultura) em direção ao novo (industrialização), o que ocorre é uma relação dialética entre esses setores, eles atuam de modo articulado, uma vez que a agricultura possui função importante na expansão do sistema. A indústria, por sua vez, redefine as condições estruturais da agricultura quan-

do viabiliza novas relações de produção no campo, ou seja, contribuindo com a formação de um proletariado rural.

O crescimento das cidades vai se tornando cada vez mais evidente, o êxodo rural é um dos fatores que corroboram com este fenômeno. Para Santos (2009), essas cidades, especialmente as metrópoles, após os anos 1960, passam por um processo de urbanização, chamado pelo autor de urbanização corporativa, em que empresas hegemônicas passam a atuar fortemente nas cidades para expandir o capital monopolista e buscar vantagens jurídicas ou materiais.

Essa urbanização se sustentará através de grandes corporações apoiadas por *lobbies*, discursos e *marketings* difundindo as ideias das empresas e interesses de classes que perpassam às divisões de bairros e grupo étnicos, no qual a população negra é pertencente. “Desse modo, o processo de urbanização se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos” (SANTOS, 1990, p.94).

As cidades brasileiras expressam de modo notório as desigualdades sociais e raciais que se desenvolvem principalmente nas grandes metrópoles. Mostrando as debilidades da industrialização e do crescimento econômico, no qual a população negra se encontra principalmente nos bairros periféricos. Desse modo, notamos que ao decorrer dos processos históricos o Estado brasileiro foi se construindo a partir dos interesses da classe dominante e nas alianças políticas, mesmo quando estas estão em lados opostos, evidenciando, assim, um país com grandes números de pessoas em situação de pobreza.

Os homens, negros recém libertos, não tiveram a possibilidade de inserção adequada como classe trabalhadora no Brasil, apesar de conseguirem, com o desenvolvimento das forças

produtivas brasileiras, inserção em trabalhos mais precarizados, evidenciando a desigualdade social ainda na atualidade. As mulheres, escravizadas, eram tratadas como objeto sexual de seu senhor, exploradas, podiam ser trocadas ou vendidas como mercadoria. Assim, “predominou na sociedade brasileira um projeto de estado nação cuja base de sustentação se deu na relação entre colônia e metrópole, de dominação europeia com a consolidação do escravismo, patriarcado e elitismo” (MADEIRA; GOMES, 2020, p. 227).

Francisco de Oliveira, em *O Ornitorrinco* (2003), expressa o fracasso do projeto do desenvolvimento brasileiro, ele descreve a sociedade brasileira a partir deste animal que possui diversas características distintas, mas que estão organizadas e funcionando em um mesmo ser. De acordo com o autor, o Brasil contém várias idades da evolução - tal qual o ornitorrinco -, ricos e miseráveis, favelas e condomínios luxuosos que se retroalimentam, uma vez que o mundo da mercadoria engloba a todos, até os sujeitos que parecem estar excluídos. Um país que foi formado mediante o latifúndio e a exploração colonial escravista, no entanto, o seu problema não foi de atraso econômico, mas em ser uma sociedade cuja desigualdade possui taxas elevadas de crescimento.

A formação social, econômica e política brasileira ocorreu de modo bastante contraditório, um país de base agrária e escravista teve a implementação de um capitalismo de aspecto dependente do capital externo. A obra de Francisco de Oliveira nos ajuda a compreender aspectos dessa formação social a partir de uma visão crítica, no qual o autor expõe os limites da teoria do desenvolvimento, além de mostrar os impasses da industrialização ocorrida no país, cuja modernização não foi capaz de incluir os brasileiros mais pobres e negros em decorrência mesmo da extrema concentração de riquezas no Brasil

Se a crítica da dualidade já mostrava a sobreposição do moderno e do arcaico, um dos polos (o campo ou a cidade, por exemplo) ao menos fornecia uma espécie de porto-seguro para as estratégias sociais de “aposta”: o migrante que se estabelecia no Sudeste usava a base do capitalismo industrial mais avançado para uma acumulação primitiva para si e para o resto da família que ficou no Nordeste, enquanto essa última contava com a longa duração da desigualdade econômica e do poder absoluto dos proprietários de terras para ir construindo também a sua própria referência e suas escolhas, a saber, acompanhar os que partiram ou ficar e receber os que fracassaram “em São Paulo”, mesmo à custa das opressões de sempre (SILVA, 2005, p. 179)

A Terceira Revolução Industrial ou nos termos de Oliveira (2003), revolução molecular-digital, anulou os limites entre ciência e tecnologia, pois a ciência produz tecnologia e esta também produz ciência. No aspecto de acumulação do capital, os países periféricos, como é o caso do Brasil, replicam o que já é produzido por outras nações, pois não possuem a matéria prima capaz de desenvolver sua própria tecnologia científica, além da obsolescência programada dos produtos que possuem um prazo de validade, tornando-os descartáveis depois de determinado tempo. Diferentemente da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial, quando ocorreu no país um grande investimento para o desenvolvimento de indústrias química, elétrica, petróleo e aço.

Com essa revolução molecular-digital, a classe trabalhadora também foi afetada, exemplo dado por Oliveira (2003), é o caso de vendedores de refrigerantes na parte externa dos estádios, sua produtividade aumentou em decorrência do jus-

*t-in-time*³ de fabricantes e distribuidores de bebidas, mas, para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Nesse exemplo estão articuladas a terceira revolução industrial e a força de trabalho desses sujeitos que necessitam se submeter a tais condições precarizadas para sobreviver.

Desse modo, tal como o ornitorrinco, que não volta e nem progride na evolução, o Brasil é dependente das conquistas e dos avanços externos, sem autonomia e sem a possibilidade de retroceder as formas arcaicas de produção. Tornou-se um país extremamente desigual no quesito social e racial, além de ser a violência um dos problemas mais incidentes no país. Apesar de a taxa de homicídios ter diminuído nos últimos quatro anos, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), houve 57.956 homicídios no Brasil no ano de 2018⁴.

Vale salientar que o Ceará ocupa o sexto lugar em números de homicídios por 100 mil habitantes, é importante mencionar que jovens negros periféricos estão em uma situação mais vulnerabilizada, não somente em decorrência das expressões da questão social vivenciadas, mas também pela questão racial, ocasionada pelo racismo estrutural.

As desigualdades regionais também são notórias no Brasil, são um reflexo do desenvolvimento desigual e combinado⁵ do capitalismo brasileiro, cujas regiões mais pobres do país são

3 O *Jus-in-time* é um sistema de produção desenvolvido para que não haja estoque dos produtos fabricados, ou seja, são entregues aos destinatários em tempo hábil.

4 Os últimos dados disponíveis do Atlas da Violência de 2020 são do ano de 2018.

5 Trotsky sistematizou a tese do desenvolvimento desigual e combinado em *História da Revolução Russa* (1930). Muitos intérpretes da sociedade brasileira e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil usaram tal lei para compreender os processos sócio-históricos, como Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes.

funcionais para a dinâmica econômica. De acordo com o jornal G1, o IGBE em 2019 mostrou que quase 52 milhões de brasileiros vivem na pobreza com renda de até R\$ 436 por mês, e são 13 milhões de pessoas na extrema pobreza vivendo com até R\$ 151 por mês, de acordo com o Banco Mundial.

O Brasil da última década reflete a dialética do desenvolvimento desigual e combinado que incide na questão social no Nordeste, região particularmente inserida na recente dinâmica de expansão do capital. Esse contexto influenciou consideravelmente sobre o aumento da expectativa de vida da população nordestina e a tendência positiva que apontou diversos indicadores de elevação da participação da região Nordeste no crescimento econômico nacional. É possível sinalizar que, mesmo diante da perpetuação das desigualdades regionais no país, ocorreram inflexões nas formas de enfrentamento a questão regional, enquanto dimensão da questão social, concomitante a renovação de suas múltiplas expressões a partir da realidade nordestina. Uma vez que não houve ruptura com as determinações neoliberais, a reprodução e complexificação da dependência e da divisão inter-regional do trabalho, em uma recombinação entre o “atraso” e o “moderno”, são confirmadas (PEREIRA, 2018, p. 10).

Outra característica do desenvolvimento capitalista no Brasil diz respeito a “revolução passiva”⁶, as classes mais populares não se envolveram nos processos de decisão política do país, aspecto fundamental para o entendimento das funções assumidas pelo Estado brasileiro nos âmbitos econômico, político e social. A modernização capitalista brasileira a partir da in-

6 Conceito desenvolvido por Gramsci para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália.

dustrialização e da urbanização foi implementada pelo Estado. Não houve uma “revolução burguesa”, o senhor de engenho que se constituiu como o burguês fazendeiro de café não tinha o ímpeto ao lucro mesmo com o grande latifúndio, em decorrência da dependência do capital imperialista, uma vez que o sistema colonial se organizava em retirar as riquezas nacionais para os países centrais.

Além disso, também podemos destacar o papel próprio do Estado em sua atuação na sociedade brasileira de modo patrimonialista, cujo limite entre público e privado acontece de modo bastante tênue. O Estado é utilizado para interesses individuais ao invés de representar a população.

O fortalecimento do Estado foi se gestando em substituição ao que classicamente caberia à burguesia protagonizar. Com isso o espaço público foi sendo historicamente “privatizado”, já que os interesses burgueses no Brasil nunca chegaram a se instituir como expressão de “interesses universais. Sobretudo, foi apoiando-se na força que emana do Estado que as classes dominantes forjaram as estruturas especificamente capitalistas, do ponto de vista das relações de produção” (SANTOS, 2010, p. 137)

Dessa forma, podemos inferir que na atualidade do capitalismo monopolista e globalização econômica, a pobreza e altos índices de desigualdade social e racial podem ser o resultado de dois processos que se sobrepõem: primeiro, os conflitos não resolvidos ao que se refere a teoria do desenvolvimento elaborada pela Cepal, ou seja, os impasses estruturais da modernização em um país latino-americano; e, segundo, a associação imediata das empresas com a terceira revolução tecnológica de base microeletrônica, ou nas palavras de Oliveira (2003), revolução molecular-digital, que leva à economia de postos de tra-

balho e a escalas de investimento (inclusive em conhecimento) impensáveis para os países periféricos. Essas questões reverberaram diretamente nas expressões da questão social concretizada nas desigualdades sociais, além da questão racial intimamente relacionada a vivência de pessoas negras.

De acordo com Gonçalves (2018), a questão racial se constituiu como o nó da questão social e ganha novas dimensões na atualidade. Ou seja, a questão racial é central na compreensão das expressões da questão social na formação brasileira, uma vez que o racismo e suas manifestações dinamizam a sociedade capitalista e burguesa, passando a estruturar as relações sociais e institucionais de modo velado, naturalizando a discriminação racial e o racismo estrutural.

O racismo persiste na sociedade contemporânea, se retroalimenta no capitalismo vigente, por meio dos padrões mentais e institucionais escravocratas, racistas, autoritários e violentos. A discriminação econômica e política dos ex-escravizados comprova isso. Certamente o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo, porém com novo formato, as formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna. O jeito como os cativos eram tratados na escravidão se reconfigura estruturalmente, sob forma de racismo estrutural. (MADEIRA; GOMES, 2020, p.231)

Assim, os desafios são inúmeros para fazer frente às expressões da questão social e aos impasses para efetivação dos direitos das populações negras, visto que a estruturação das políticas sociais é organizada no sentido superficial e fragmentada de suas ações, e não na perspectiva de fato de universalidade

Considerações finais

Em virtude dos fatos mencionados, compreendemos que a questão social e a questão racial se constituem imbricadas e de modo articulado que se retroalimentam na constituição da sociedade capitalista brasileira. São necessárias a instrumentalização e a capacitação prática e teórica de profissionais do Serviço Social para atuarem de forma efetiva junto à população usuária dos serviços ofertados nos equipamentos sociais. As condições de trabalho dos profissionais também influenciam diretamente na qualidade dos serviços prestados. A garantia de direitos e benefícios construídos e conquistados socialmente, principalmente, no que se refere à Seguridade Social - saúde, assistência social e previdência -, é operacionalizada pelos assistentes sociais em seu cotidiano profissional, uma vez que o Serviço Social tem caráter interventivo e investigativo, atuando e transformando diretamente a realidade dos sujeitos.

A questão social, dessa forma, é atravessada pelas relações étnico-raciais, cuja vulnerabilidade social e desigualdade racial é parte integrante da sociedade brasileira. Vale destacar o alto índice de pobreza vivenciada por homens, mulheres, crianças e idosos cujos direitos sociais muitas vezes são negligenciados. As múltiplas expressões da questão social - desemprego, racismo, violência, pobreza, baixa escolaridade, dentre outras - são objetos de intervenção do Assistente Social, por isso, a necessidade de aprofundamento teórico, metodológico e instrumental das questões ora mencionadas.

Dessa forma, o racismo, o preconceito e a discriminação racial aparecem de forma mascarada na igualdade perante a lei e na universalidade, no entanto, no chão da realidade, principalmente nas comunidades de bairros periféricos, jovens negros são mortos constantemente, o ataque policial ocorre diretamente à juventude negra periférica. O crime organizado

é fortemente atuante nessas localidades, crianças e jovens se tornam mais vulneráveis.

O Brasil atual segue com as ideias e práticas racistas, falhando na disposição de garantia de direitos. Para muitos o racismo aqui é leve, pois não vigorou o *apartheid*. Quando acontece, e se acontece, não passa de um fato isolado, um problema psicológico, um fenômeno ético de caráter individual ou coletivo (MADEIRA; GOMES, 2020, p. 226)

Assim, é importante salientar que as políticas de ações afirmativas funcionam na perspectiva de amenizar a desigualdade racial presente no Brasil, buscando remediar as contradições sociais perpetuadas ao longo da história. Apesar de não ter ocorrido um *apartheid* no Brasil, como ocorreu em outros países, a segregação racial se dá de modo velado, dificultando as ações antirracistas. O Serviço Social, por sua vez, é uma profissão que possui uma particularidade de atuação primordial com as classes mais vulneráveis, viabilizando os direitos sociais da população negra que se encontra em situação de pobreza ou que tenham seus direitos negados.

Nessa perspectiva, este trabalho nos possibilitou pensar a realidade sócio-histórica brasileira, de modo sucinto, no que se refere ao objeto de intervenção do Assistente Social - a questão social - tomando como particularidade a questão racial presente nesta sociedade capitalista e racista. Ademais, precisamos perceber a complexidade da realidade social que está em constante movimento, cuja compreensão da história do Brasil nos dá indícios do que é vivido na atualidade. O percurso da história brasileira não ocorreu de modo isolado, mas em relação direta com países externos, a fim de consolidar o capitalismo no Brasil, cuja influência muitas vezes é decisiva nos âmbitos econômico, social e político.

Referências

BRASIL. Departamento penitenciário nacional. **Levanta-mento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen>> Acesso em: 20 abr. 2021.

GONÇAVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. In: **R. Katál., Florianópolis**, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -ABEPSS**. Ano II, nº 3 - 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sín-tese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Rev. Katál. Florianópolis** v. 13, n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane. Racismo estrutural e as insistentes desigualdades raciais. In:**Dossiê religiões de matrizes africanas: educação, políticas públicas e laicida-de/N'UMBUNTU EM REVISTA** - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab-CE). v. 3, n. 6, jul./dez. Fortaleza: Imprece, 2020.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -ABEPSS**. Ano II, nº 3 - 2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a razão dualista / O ornitorrinco**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)** - Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: elementos para o debate. In: **A “questão social” temas & matizes - vol. 9 - nº 17 - primeiro semestre de 2010**. Pp. 125-150

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2009.

SILVA, Leonardo Mello. Dois clássicos em um. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - Vol. 20 nº. 57, 2005.

JUVENTUDES PERIFÉRICAS, QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SO- CIAIS PÚBLICAS

KARÍZIA EDWIGES SILVESTRE MILHOME

Introdução

Inicialmente abordamos a categoria juventudes para focar em um recorte específico e complexo da vida dos indivíduos, compreendida como um momento de formação e desenvolvimento social. Torna-se importante salientar que essas juventudes são plurais e enfrentam diferentes contextos sociais, tendo assim especificidades a serem consideradas a partir de cada realidade.

Ao posicionar alguns dos aspectos metodológicos do trabalho, apresentamos que a pesquisa tem um caráter qualitativo e visa trazer questões pertinentes a abordagem da questão racial e juventudes na territorialidade periférica. A análise bibliográfica se dá como o método de aproximação ao objeto, para que nesse processo se contextualize e exemplifique relações presentes na vivência juvenil da periferia.

Temos no trabalho o foco na periferia por entender que se mostra como um território que vivencia diversas opressões, sendo elas derivadas de um contexto social desfavorável historicamente com as populações negras e pobres. Essa população é diretamente afetada com os retrocessos, cortes e desmontes das políticas sociais públicas, em que os mesmos além de dependerem delas para o acesso a direitos também enfrentam dificuldades em encontrar outros meios de acessá-los.

As Políticas Sociais Públicas se dão como ferramentas fundamentais na garantia do acesso a direitos básicos e necessários para a vivência em sociedade. Inserindo então o debate no contexto social brasileiro, é nítido o desmonte dessas políticas, isso se dá principalmente pelo posicionamento de gestões governamentais e da precarização nos recursos destinados as mesmas, justamente por não serem enfrentadas como prioridades na hierarquia das demandas. Dentro desse panorama observa-se agravos nesta situação com o desdobramento da crise sanitária derivada da pandemia do COVID-19¹.

Nesse contexto, as juventudes periféricas negras aparecem como elemento ímpar da nossa análise, principalmente por estarem inseridas em uma diversidade de contextos e apresentarem especificidades próprias. Perpassamos questões vivenciadas por esses sujeitos no que se refere a educação, mercado de trabalho e cultura, tendo o sistema capitalista como elemento essencial nessa abordagem.

Juventudes periféricas e a questão étnico-racial

Temos o conceito de juventudes baseado em diversos fatores, sendo eles para muito além de biológicos, logo, são influenciados diretamente pelas relações sociais. Diversas categorias perpassam o ser jovem, e a vivência juvenil não se resume a uma singularidade. Dentro dessa concepção é importante abordarmos não só o contexto histórico, mas também o porquê da ramificação das juventudes, que se dá de forma bastante complexa.

¹ A covid-19 é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novocoronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Disponível em: <<https://tinyurl.com/59tn3cfw>>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

Temos a modernidade como período histórico em que se remete a criação da categoria juventude, como aborda Pimenta (2007), “A categoria Juventude é uma invenção da sociedade moderna industrial. Até os anos 1950, “ser jovem” era viver um interstício entre o mundo da criança, sem responsabilidades, e o mundo adulto, voltado às responsabilidades do trabalho, da família e das exigências da sociedade”.

Dayrell (2003) traz uma abordagem de Juventudes no plural e não uma Juventude no singular, pela diversidade e representatividade que é carregada pelo termo, logo que existem entre os jovens muitas formas de socialização. Então, o autor traz a articulação entre juventude e sujeito social para pluralizar e ampliar seu entendimento, tornando a categoria mais diversa.

Temos uma análise do Jovem como um sujeito social por Dayrell (2003), analisando sua realidade e suas significações para entender a existência de várias perspectivas referente ao termo Juventude. Esse sujeito social para ele não é produzido pelos jovens em si, mas existem relações que determinam a sua existência.

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos

de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social. (DAYRELL, 2003, p. 42)

Ainda para Dayrell (2003, p.42), “Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social”. Mostra-se, então, essencial para o debate a percepção e o entendimento sobre o contexto histórico e social em que o conceito de juventudes plurais se posiciona.

Temos as juventudes periféricas como uma das partes do processo de ramificação do termo juventude, o que consegue trazer uma certa diversidade para o que por muito tempo foi visto de forma homogênea. Os jovens periféricos, assim como das outras variadas ramificações do termo, assumem suas especificidades sendo essas influenciadas por questões sociais e culturais. Ao abordar essa relação da juventude e a vivência periférica, a questão étnico-racial se faz imprescindível na análise, principalmente quando situamos o contexto brasileiro nessa dinâmica.

Tivemos historicamente um processo de colonização no estado brasileiro em que são colhidos seus resultados até os dias atuais. A escravização dos povos negros tornou-se na história do Brasil um dos traços mais violentos e desumanos e pode-se dizer que suas marcas perduram até os dias atuais, pois os indivíduos negros ainda vivem em um processo de enfrentamento e desconstrução constantes dos racismos cotidianos e estruturais.

Conseguimos então perceber como o racismo foi penetrado na formação sócio-histórica brasileira e encontra-se intrínseco

às vivências do povo negro no Brasil. Com isso são a partir de muitos elementos que conseguimos perceber como essas opressões estruturais se refletem em como o estado e a sociedade são apresentados para a população negra.

O genocídio do povo negro aparece como categoria histórica no percurso societário. Como aborda Nascimento (1978), esse genocídio pode ser visualizado como estratégia para o branqueamento de uma população, no Brasil sendo inicialmente executado com o processo de mulatização². Temos, então, uma discriminação racial estrutural que influencia em diversos aspectos da vivência da pessoa negra, sendo esses visualizados nas negações de direitos, desmontes de políticas e outras situações que diminuem suas condições sociais de sobrevivência.

Percebemos que o desenvolvimento do branqueamento visado através do genocídio do povo negro também acessa diversos outros espaços sociais com a mesma finalidade, a de branquear e negar a negritude da sociedade brasileira. Conseguimos visualizar esse desenvolvimento nas mídias, nos espaços institucionais, nos espaços acadêmicos e políticos. Nos últimos anos conseguimos ver uma maior ocupação do povo negro dentro dos espaços mencionados, além de se conscientizarem da importância do seu acesso também reivindicam os mesmos.

Ainda sobre esse genocídio, percebemos que se insere como um projeto de exclusão histórica e estrutural das pessoas negras, e hoje ainda se reafirma nas vivências cotidianas dessa população. As juventudes negras são lidas frequentemente com a estigmatização, e para além disso, também vivenciam o contexto de criminalização, em que além de enfrentar diversas

2 Para Abdias do Nascimento (1978), essa mulatização foi inicialmente desenvolvida nas explorações sexuais direcionadas às mulheres negras, com a finalidade de um embranquecimento que acabaria com a ameaça racial. Para o autor “retrata um fenômeno de puro e simples genocídio” (NASCIMENTO, 1978, p. 69)

opressões também se tornam “excluídos”, invisibilizados e inferiorizados socialmente.

Para Gomes e Laborne (2018), temos no contexto de extermínio das juventudes negras uma macro causa, o racismo, visto que “se o negro de um modo geral é visto pelos poderes instalados e eivados de branquitude como uma ameaça, exterminá-lo também pode significar impedir a continuidade de toda uma geração e de uma raça considerada inferior.” (GOMES; LABORNE, 2018, p.15).

A criminalização da periferia se dá principalmente pela significação que é dada ao povo negro por um sistema que hierarquiza os sujeitos dentro de um nível de superioridade e inferioridade, logo, temos elementos que se firmam como traços determinantes no tratamento social que é direcionado aos indivíduos. Nesse processo, além da criminalização do povo negro, temos também a criminalização da pobreza, logo que, ao falar de periferia pode-se afirmar que as opressões de raça e classe andam juntas. Temos, então, por Almeida (2019), um racismo que se aplica de forma estrutural, sendo assim influencia em diversos âmbitos da sociedade, e as instituições se apresentam com grande relevância nesse cenário.

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 26)

Dentro de um sistema que subordina e aliena com base no favorecimento de seus interesses e visando a sobreposição econômica, temos a análise de Fernandes (2006), sobre a direção

que as burguesias nacionais periféricas tomam. São respondidas as demandas sistêmicas e políticas propostas por esse capitalismo mundial. A abordagem também se faz importante ao pensarmos na população que sempre está à margem dos processos que visam ao favorecimento dos que detêm esses capitais.

Semelhante reciprocidade de interesses e orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. (FERNANDES, 2006, p. 343)

Temos como grande parcela dos habitantes da periferia pessoas negras, o que se explica quando contextualizamos historicamente sua trajetória e vivência desde o período colonial. Os negros no Brasil carregam ainda nos dias atuais marcas da passada escravidão, sendo possível dizer que as explorações que se fixam com base na raça só vieram a tomar novas roupagens com o passar dos tempos.

A construção das periferias brasileiras foi fruto de um projeto de Brasil que reforça o que Florestan Fernandes chamou de “Dupla Articulação”, ou seja, historicamente nossas elites mantêm-se presas à contradição de permanecer como sócias menores das burguesias internacionais sem poder empreender reformas modernizantes e superar parte das profundas desigualdades que assolam a nossa nação. Ou seja, manter um mercado de trabalho no qual coexistem atividades de alto valor agrega-

do com outras ainda pré-capitalistas, assim como manter um território modernizado e uma periferia ainda sem saneamento básico, não representam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, são essas questões que singularizam o nosso capitalismo, extremamente desigual, dependente e subdesenvolvido. (RODRIGUES; FURNO, 2019, p. 14)

Os jovens periféricos são os que habitam estes territórios nas cidades, assim vivenciando todas as questões que fazem parte da estrutura de sua comunidade. Essa juventude vive em sua formação diversas dificuldades, sejam estas no acesso às políticas sociais públicas essenciais, como saúde, educação, cultura/arte e outras, ou seja, também todos os tipos de preconceitos, opressões e violências que vem a sofrer desde muito cedo.

Compreender a periferia é compreender a história da classe trabalhadora brasileira. A periferia, além de um lugar geográfico, é um lugar social dos trabalhadores e trabalhadoras. A origem das periferias está no processo de abolição da escravidão, considerando-o na tensão entre um processo histórico de lutas e uma lei para transição ao trabalho assalariado assinada no final do século XIX. Evidentemente, a Lei Áurea é um símbolo, mas a gênese dessa tensão é anterior à lei e não foi resolvida por ela. (RODRIGUES; FURNO, 2019, p. 16)

Para um enfrentamento efetivo das desigualdades raciais estruturais na sociedade brasileira é necessário que se estabeleçam políticas e ações afirmativas voltadas a esse público. E para essa elaboração e direcionamento é mais que necessário o reconhecimento das desigualdades que se fixam em diversos aspectos e espaços societários e com isso sejam traçadas iniciativas de reparação e promoção do acesso.

De maneira geral, acreditamos que o Estado brasileiro, nas suas diversas instâncias, ainda não demonstrou o comprometimento necessário com a diminuição das desigualdades raciais. Mesmo nos programas que já vêm sendo implementados, é possível identificar a insuficiência de recursos materiais e humanos que garantam o bom andamento dos mesmos. Constata-se, também, a descontinuidade de programas e a falta de sensibilidade de muitos técnicos e funcionários para incorporar o combate às desigualdades e à discriminação racial no seu cotidiano de trabalho. (HERINGER, 2002, p. 63)

Temos então nas sociedades contemporâneas a propagação do mito da democracia racial. Para Ianni (2004) “esse mito da democracia racial antes de ser político e social acaba servindo aos interesses das elites dominantes. Há um elemento implícito nas falas que é o fato de alguns negros terem êxito” (IANNI, 2004, p. 15). Com isso percebemos que existe o discurso da não existência de um racismo, e ele vêm atrelado com a suposta vitimização dos sujeitos. Todas essas colocações, além de não apresentarem concreticidade, também divergem com as lutas e pautas do povo negro. Madeira e Gomes (2018), também destacam a concepção de mito da democracia racial:

Abordagens como essas camuflam uma realidade marcada por tensionamentos e racismo. A ideia da democracia racial, propagada como poderoso mito, funcionava como instrumento ideológico de controle social, acabando por legitimar a estrutura, que vigora até os dias atuais, de desigualdade, discriminação e opressões raciais, que tendem a serem explicadas dentro do âmbito pessoal. (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 465)

Com isso, conseguimos acompanhar as estratégias para existência e resistência dessas populações. Passando pelo pro-

cesso de reconhecimento das discriminações em que estão submetidos é possível que se tracem estratégias para viver em uma sociedade que tem o racismo em sua construção estrutural e histórica. Ianni (2004), vem a destacar que com o desenvolvimento de uma consciência crítica é possível a obtenção de novas configurações.

Nesse percurso atravessado por vivências, o estigmatizado desenvolve a sua percepção, sensibilidade, compreensão; construindo e reconstruindo a sua consciência no contraponto do “eu” e do “outro”, do “nós” e do “eles”, dos “subalternos”, dos “dominantes”. Assim, aos poucos, ou de repente, realiza um entendimento mais amplo e vivo de qual é a sua real situação, quais são os nexos do tecido social no qual está emaranhado, de como essa sua situação implica decisivamente a ideologia e a prática dos que discriminam. Esse é o percurso em que se desenvolve a consciência crítica, a autoconsciência ou a consciência para si, reconhecendo que é desde essa autoconsciência crítica que nasce a transformação, a ruptura ou a transfiguração. (IANNI, 2004, p. 25)

Gomes e Laborne (2018), também analisam as movimentações e estratégias encontradas pelos jovens negros em resposta às diversas contradições que os cercam. Com isso, a arte, assim como outras potências desses jovens, os coloca em um espaço de enfrentamento, conforme afirmam:

A adolescência e a juventude negra e pobres, faveladas, com a sua cor, suas roupas, sua linguagem, seu destemor, sua possibilidade de circulação no espaço urbano (mesmo com as insistentes tentativas de segregação racial nos territórios) se configuram nessa produção histórica de branquitude e do medo como coletivos ameaçadores. Esses

mesmos coletivos confrontam corajosamente a violência. Uma das formas de enfrentamento tem sido o universo da cultura, da música, da arte [...] (GOMES; LABORNE, 2018, p. 14)

As juventudes negras periféricas além de virem traçando estratégias de sobrevivência e resistência dentro de um cenário que as posiciona em um meio de incertezas, também conseguem se organizar para o enfrentamento das estigmatizações que as são colocadas. Temos, então, nesses jovens, além de vivências potentes, a possibilidade de uma transformação de aspectos estruturais por meio de suas reivindicações e proposições.

Juventudes periféricas e o acesso às políticas sociais públicas

Ao pensar sobre as vivências periféricas e negras no contexto social brasileiro percebemos que além de complexo, esse debate é terreno de diversas indagações, logo que, além de equivalerem a grande parte da população brasileira o povo negro e periférico vive a contradição de não conseguir acessar o que é seu por direito. Se fixam barreiras estruturais, em que as desigualdades e vulnerabilidades sociais se tornam realidade na vivência prática desses diversos sujeitos.

Temos a questão racial como o nó da questão social para Gonçalves (2018, p. 515), “(...) A questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro”. A partir dessa colocação conseguimos perceber como a questão racial se instaura estruturalmente.

O sistema capitalista instaura e desenvolve diversas desigualdades sociais. Além do domínio dos meios de produção,

existe também o processo de alienação que se torna cada vez mais presente nas relações sociais e trabalhistas. Com o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo isso se potencializa, tornando-se cada vez mais perceptível as barreiras que se fixam no acesso aos direitos sociais, sendo acompanhados também pelos retrocessos que se instauram, deslegitimando a organização e a luta da classe trabalhadora pela conquista desses direitos.

Portanto, a relação de igualdade entre indivíduos livres na sociedade capitalista é negada por uma relação antagônica entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores. Esse antagonismo se funda no domínio dos capitalistas sobre o processo produtivo, como proprietários dos meios que possibilitam a sua realização. Ao trabalhador pertencem a sua capacidade de produzir, em condições de alienação, e sua potencialidade de se rebelar contra o domínio do capital. (NOBRE, 2003, p. 20)

Grande parte da população negra brasileira se situa nos territórios periféricos e vivencia realidades desfavoráveis, evidenciadas pelas faltas de recursos nas políticas sociais, desmonte das mesmas e é necessário ressaltar que em tempos de pandemia do COVID-19 as desigualdades sócio raciais foram mais expostas e escancaradas. Ao falar da situação da população negra no atual período de crise sanitária, Souza (2021, p.37) traz que “A massa salarial dos negros caiu mais do que a dos brancos entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020”, com isso, ele também aborda que o auxílio emergencial³ se deu como elemento essencial para o sustento de necessidades básicas dessa população. É necessário salientar que além de passar

3 Entre as medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), o principal destaque para minimizar os efeitos sociais trazidos pelas medidas restritivas e o distanciamento social foi a criação do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2020. (CARDOSO, 2020, p.1053).

por um período sem a renovação desta transferência de renda no início do ano de 2021, no seu retorno houve uma diminuição do valor das novas parcelas, o que interfere diretamente na vida das populações que dele necessitam.

Ainda sobre a vivência periférica e negra em contexto de pandemia da COVID-19, além da crise sanitária deixar as desigualdades e o racismo sistêmico ainda mais visíveis, também revelou que a população negra é um dos grupos étnicos que não tem apresentado condições de cumprir o isolamento social, que não tem cobertura previdenciária, nem direitos trabalhistas garantidos, vivem no desemprego ou na informalidade e correm mais riscos de serem contaminados com a doença e por muitos desses motivos as pesquisas evidenciam maior letalidade entre a população negra, inclusive vale salientar que a primeira morte no Brasil pela doença foi de uma mulher negra, trabalhadora doméstica.

Como filhos da classe trabalhadora, os jovens, compartilham das mesmas dificuldades para inserção em um sistema que exclui, subordina e aliena. Se torna necessária a adaptação aos moldes do sistema que desde cedo mostra ao jovem periférico a necessidade do mercado de trabalho para sobrevivência individual e coletiva. Como coloca Rodrigues e Furno (2019, p. 22) “Hoje a juventude é cerca de 25% da população brasileira, aproximadamente 50 milhões de pessoas. Nas cidades o mundo do trabalho caminha a passos largos para as relações de trabalho flexíveis e em grande parte automatizadas”. Assim a relação com o trabalho aparece de forma cada vez mais precarizada, tendendo a permanecer se flexibilizando aos interesses do capital. Então, temos uma entrada juvenil precoce no mercado de trabalho e se fixam ainda mais as desigualdades sociais por meio da alienação.

Quando qualquer um daqueles jovens nasceu, inseriu-se numa sociedade que já tinha uma existên-

cia prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. São as macroestruturas que vão apontar, a princípio, um leque mais ou menos definido de opções em relação a um destino social, seus padrões de comportamento, seu nível de acesso aos bens culturais, etc. Vai definir as experiências que cada um dos alunos teve e a que tem acesso. Assim, o gênero, a raça, o fato de serem filhos de trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, entre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um. (DAYRELL, 1996, p. 7)

Também se torna visível nesse contexto a problemática da evasão escolar juvenil, em que a permanência desses jovens no sistema educacional perpassa muitas situações e vivências que precisam ser consideradas e trabalhadas a fim de conseguir sanar as necessidades externas desse jovem para que ele consiga continuar frequentando os espaços de formação que tanto são necessários ao seu desenvolvimento. E para que isso seja alcançado é necessária uma mudança na estrutura a fim de permitir a inserção plena desse indivíduo, o que em tempos atuais podemos considerar e idealizar como uma utopia.

Percebe-se que a juventude periférica tem que lutar contra uma principal imposição: a do fracasso. Em sua trajetória de vida, dentre muitas possibilidades, emergem duas. A primeira é tentar inverter a posição/condição social que lhe é imposta. E a segunda é confirmar a certeza implicada a ela, antes mesmo de posicionar-se no mundo. Em outras palavras, aceitar as “profecias” conservadoras e preconceituosas direcionadas a ela. Por isso, a ampliação de trajetórias vitais é relevante e deve-se

analisar cada expressão dessa juventude, inclusive acerca das estatísticas (ARRUDA, 2020, p. 118)

A cultura também é muito presente nesse contexto. É perceptível a falta de recursos para a execução de atividades culturais ou a inserção de instituições com esta finalidade nas periferias. Existe uma desvalorização da cultura que advém das comunidades, e com isso também existe a criminalização da arte e dos artistas periféricos. E quando existem ou são implementados projetos ou atividades voltados aos jovens, estes não são dialogados com eles, o que acaba afastando os jovens dos espaços institucionais, como aponta Anhas (2018), “as políticas voltadas aos jovens parecem bastante interessadas em controlar ao máximo possível o tempo livre desses sujeitos de modo a socializá-los segundo a lógica produtivista do capitalismo.”

Nesse sentido, percebemos que as políticas públicas voltadas a esses jovens além de precárias se fazem de difícil acesso para estes usuários. E isso se torna ainda mais visível em determinadas gestões governamentais, em que percebemos os desmontes das políticas sociais públicas, diversos retrocessos e a alienação em massa da população, o que facilita a instauração de medidas equivocadas.

Para se executar políticas eficientes aos jovens, é necessário perceber suas especificidades, e as circunstâncias conjunturais em que os mesmos estão inseridos. Pensar as juventudes de maneira singular é desconsiderar os diversos contextos sociais existentes, deslegitimando assim a luta de povos pelo reconhecimento e alcance de direitos.

Dessa forma, a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas

públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. (YAZBEK, 2008, p. 6)

É necessário salientar a grande necessidade de implementação de políticas direcionadas e agregadoras ao público juvenil periférico, principalmente por ser a garantia do acesso a direitos e a possibilidade de potencializar as trajetórias e vivências coletivas. Dentro desse contexto é importante pontuar a existência de movimentos juvenis periféricos, que resistem as opressões cotidianas, refletem sobre o sistema, e se organizam coletivamente para conseguir avançar nas pautas e lutas. Como coloca Rodrigues e Furno (2019, p.23), “a luta pelo direito à cidade é uma chave fundamental para compreendermos a dimensão cotidiana da luta, vinculando-a a um projeto de transformação estrutural da sociedade”, logo, é nessa luta pelo direito à cidade que os jovens periféricos se encontram primeiramente, contra o extermínio de seu povo, contra sua criminalização e pelo direito de acessar políticas básicas a seu desenvolvimento.

O Serviço Social se insere com grande relevância nesse processo por fazer parte da linha de frente da garantia ao acesso de direitos, então, se torna necessário um comprometimento com as necessidades e especificidades que são apresentadas em cada grupo social. Ao defender um acesso amplo e agregador das políticas sociais públicas também se defende a promoção de direitos básicos.

Considerações finais

Conseguimos perceber o complexo terreno que se fixa em volta do debate das juventudes periféricas negras e seu acesso às Políticas Sociais Públicas. A juventude abordada como categoria geral não conseguiria dar conta das especificidades

carregadas pelos jovens periféricos, limitando assim o alcance de representatividade nessa discussão. Assim, torna-se necessária a contextualização da abordagem de juventudes no plural. Temos na análise entre juventudes periféricas e questão étnico-racial elementos cruciais para entender como se constrói e finda o acesso a direitos básicos, e como classe e raça são categorias que se fazem presentes na estrutura da discussão.

Adentrando ao debate étnico-racial, aborda-se algumas das opressões enfrentadas, que se apresentam dentro do processo de discriminação racial, como exemplo a criminalização do povo negro. E afirma-se que ao falar de periferia, as opressões de raça e classe andam juntas, pois são elementos que fazem parte da constituição dos indivíduos periféricos.

Nos referimos aos jovens da periferia como filhos da classe trabalhadora, em que enfrentam dificuldades similares por fazerem parte de um coletivo comunitário que agrega diversas relações de opressão em sua constituição. Foram traçadas questões relacionadas a educação, mercado de trabalho e cultura como forma de contextualizar as vivências práticas dos sujeitos. Inserindo o contexto de pandemia do COVID-19 conseguimos posicionar aspectos que colocam esses sujeitos em maiores vulnerabilidades, principalmente no que se trata ao não cumprimento das medidas de isolamento social, pela falta de condições para o mesmo. Com isso, temos o sistema capitalista como base na estruturação de desigualdades, opressões e alienações, sendo também atuante na deslegitimação e desconsideração das lutas populares.

Por fim, abordamos a importância da implementação de políticas sociais públicas direcionadas aos jovens, e que respondam as suas demandas específicas, conseguindo assim se inserirem nas diferentes realidades enfrentadas pela pluralidade das juventudes. Pontua-se também o processo de resis-

tência e organização da juventude periférica, que mesmo com as dificuldades postas conseguem travar lutas e tecer debates, refletindo assim sobre as suas vivências e as potencialidades que podem ser alcançadas se tiverem acesso a favoráveis condições sociais.

Referências

ABRAMO, H. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** - Feminismos plurais. São Paulo. Pólen, 2019.

ANHAS, Danilo de Miranda; SILVA, Carlos Roberto Castro. **Potência da ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios**. Ciência e saúde coletiva, p. 2927-2936. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUDA, Daniel Péricles. **Cultura Hip-Hop e Serviço Social: A arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica**. R. Katál. Florianópolis, v. 23, n.1, 2020.

CARDOSO, Bruno. **A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social**. Revista de administração pública. Rio de Janeiro, p. 1053-1063, jul-ago, 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Mimeo. 2004.

_____. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2003.

_____. **A escola como espaço sociocultural.** In: DAYRELL, J. (Org.).

_____. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** Prefácio José de Souza Martins. - 5. ed. - São Paulo: Globo, 2006.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra.** EDUR: Educação em Revista, v. 34, 2018.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades Raciais no Brasil: Síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes. 2001.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais.** Estudos avançados 18 (50). 2004.

IANNI, Octavio. **Entrevista - Octavio Ianni: O preconceito racial no Brasil.** Estudos avançados 18 (50). 2004.

IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional. Pandemia e Políticas Públicas: a questão étnico-racial no centro do debate.** Rio de Janeiro, março, 2021.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOBRE, Maria Cristina de. **O Estado Capitalista: subsídios para uma discussão conceitual.** Rev. Humanidades. Fortaleza, 2003.

RODRIGUES, Filipe; FURNO, Juliane. **Juventude da periferia: Reflexões iniciais com base na formação brasileira.** Juventude no Brasil. (Orgs.) MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Juventude, Violência e Políticas Públicas.** Revista Espaço Acadêmico, n. 75, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro. UFRJ, v. 18, n. 1, 2008.

MÃES DO CURIÓ: luto e luta diante das circunstâncias de violência

LETÍCIA SAMPAIO PEQUENO

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

Introdução

Fortaleza, bairros do Curió, José de Alencar e Messejana, 12 de novembro de 2015: dois adultos e nove adolescentes executados e outras sete pessoas lesionadas por policiais. Das 11 vítimas da Chacina de Messejana, sete foram alvejadas na cabeça. A Perícia Forense do Estado do Ceará confirmou as execuções sumárias.

Em relação às resistências e a luta por justiça organizados pelas famílias das vítimas e de movimentos sociais, destaca-se a “4º Marcha da Periferia: Contra o Extermínio do Povo Preto”, realizada no dia 12 de novembro de 2016 e a “5º Marcha da Periferia: Por memória e justiça”, realizada na Avenida Beira Mar no dia 11 de novembro de 2017.

Moradoras de bairros periféricos da Secretaria Regional VI (SR)¹, essas mães deparam-se com inúmeras transformações em suas vidas após a morte de seus filhos. Passaram a frequentar espaços públicos que não haviam ido, como delegacias, defensoria pública, corregedoria, Instituto Médico Legal (IML). Nessas andanças pelos equipamentos, elas relatam que

¹ A Secretaria Regional VI tem como finalidade identificar as necessidades e demandas peculiares à população de sua área de abrangência, delineando as regiões homogêneas e localizando os grupos ou segmentos da população e atender às suas necessidades. Abrange 29 bairros da Capital, entre eles Messejana e Curió. Disponível em: <https://tinyurl.com/ywmhpazv>.

sofrem humilhações e constrangimentos por serem mulheres residentes de bairros periféricos, o que intensifica o número de violações de direitos as quais essas mães estão expostas. Soma-se a isso, o insuficiente apoio psicossocial aos sobreviventes e aos familiares.

Essas condições objetivas e estruturais colocam em pauta a cena contemporânea do estado de exceção², onde as classes populares são as principais vítimas dos extermínios e das criminalizações. Nesse cenário, as mães da chacina de Messejana deparam-se com a atuação do Estado (como Estado de exceção) e com a presença moralizante e abusiva da polícia.

Diante dessa prática da violência policial e das diversas atitudes ou formas de “enfrentar” tamanha violência por parte das mães desses adolescentes assassinados, almejou-se neste estudo investigar de que modo as mães têm se organizado diante do homicídio de seus filhos, interessando saber o que elas se apropriam para viver e para sobreviver diante do assassinato dos seus filhos.

No que tange à maternidade, pretendeu-se investigar o lugar social da mãe, sendo necessário entender a maternidade como construção social que acarreta inquietações e que exerce significância nas relações sociais entre os seres humanos. Neste artigo, o olhar centrado no Movimento de mães da chacina do Curió direcionou-se para verificar como elas têm enfrentado o homicídio de seus filhos. Essa perda acarreta nessas mulheres e mães um sofrimento muito grande.

2 “O estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente - e, de fato, já transformou de modo muito perceptível - a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (AGAMBEN, 2004, p.98).

Muitas delas resistem, lutam, mobilizam pessoas e congregam a comunidade para reivindicarem justiça. Essa luta árdua por justiça é guiada pela vontade de mostrar às pessoas que julgam seus filhos sem conhecê-los. Há registros de programas policiais ressaltando que “foram menos 11 almas sebosas no mundo” (sic). Há outras mães que agem de outras maneiras, adotando estratégias como o uso de medicalização. Diante de tamanho trauma, verifica-se comprometimento da saúde mental: essas mães passaram a utilizar remédios ansiolíticos e tranquilizantes, com o intuito de diminuir o sofrimento psíquico mediante a violência.

Assim, este artigo está organizado na presente introdução e três seções, em que o primeiro se elucida as indicações metodológicas, o segundo se revela como elas encaram o fato de os adolescentes terem sofrido violência letal pela ação de agentes do Estado e, por último, empenha-se em expor as narrativas das mulheres que compõem o movimento de mães e o trabalho do tempo diante das mudanças no cotidiano das interlocutoras. Por fim, são apontadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

Múltiplas direções de resistência: trajetória histórico-metodológica

Para narrar a trajetória do Movimento das mães do Curió, é crucial indicar os procedimentos metodológicos deste artigo. Adotou-se a pesquisa qualitativa, a qual possibilitou a compreensão da realidade por meio da participação ativa da entrevistadora, que também esteve disposta a compartilhar interpretações e sentimentos com as interlocutoras da pesquisa.

Nas entrevistas realizadas com as mães dos adolescentes vítimas da chacina de Messejana, no período de março a maio de 2016, foram elaborados diários de campos, contendo as

especificidades de cada caso, as particularidades dos sons, das ruas, das percepções, das reuniões e dos relatos dos familiares. Entende-se que isso é uma:

Tarefa delicada, que requer o contato com a dor e um difícil distanciamento diante de um processo histórico em curso, inconcluso, repleto de conflitos e disputas no interior do campo da memória, de vozes distintas e discordantes, cujos contornos estão se redefinindo e cujos desdobramentos ainda estão em aberto (SARTI, 2014, p.79 e 80).

As outras etapas exploratórias corresponderam às entrevistas semiestruturadas e as participações em eventos em que as mães estavam presentes, como as reuniões realizadas no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CE-DECA), especificamente no dia 16 de junho de 2016, onde o Movimento de Mães do Curió se juntaram com as mães do sistema socioeducativo para planejar a data do ato público no final do mesmo ano.

Acresce-se ainda o seminário intitulado: “Da juventude à mulherada: prisões, racismo e [in] justiça”, que ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2017, organizado pelo Instituto Negra do Ceará (INEGRA). Este seminário teve como objetivo discutir o cenário e as políticas que estigmatizam e criminalizam jovens negros e mulheres negras.

Na ocasião, estiveram presentes promotores de justiça, mulheres vinculadas à movimentos sociais e mãe de vítimas da violência de vários estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará), com representações dos movimentos da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Mães de Maio e Movimento de Mães do Curió.

Em relação aos instrumentos que foram utilizados, destacam-se o roteiro das entrevistas, assim como o uso do gravador

de voz, sob autorização prévia com o termo de consentimento livre e esclarecido. As técnicas utilizadas foram as seguintes: levantamento bibliográfico e documental, observação simples e entrevistas individuais. Importa frisar que foram realizadas sete entrevistas, com sete mães.

Outro grande aporte para acompanhar a dinâmica das mães da chacina foi a página do *Facebook* intitulada: “Transformei Meu Luto Em Luta. Mães Do Curió”. Através dela, é possível visualizar os eventos que elas participam, as atividades que desenvolvem, as divulgações e as parcerias que elas firmam.

Nesse sentido, faz-se necessário ilustrar sobre como elas compreendem a polícia, sobre como os adolescentes foram mortos, visando evidenciar as narrativas e os silêncios diante da experiência de violência para essas mulheres.

A dor de quem chora, o fervor de quem luta: refrações da violência policial na vida cotidiana das mães de adolescentes assassinados

Neste artigo, considera-se que a eliminação de adolescentes é uma das estratégias do estado de exceção, o qual se torna regra em todos os lugares e a vida matável se destaca enquanto fato decisivo nesse processo. Assim, cabe sinalar que o autor Giorgio Agambem (2003) é utilizado como importante referência teórica, trazendo a figura do *homo sacer*, caracterizado como um ser “matável”, sem que isso seja considerado crime.

Um exemplo que cabe nesse momento são os jovens, pobres e negros que estão sendo a cada dia mais exterminados, vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos (FOUCAULT, 2003, p.209). É o que se ve-

rifica na concepção de Agamben (2007, p.121), em que atesta que temos uma vida exposta como tal a uma violência sem precedentes, mais precisamente, nas formas mais profanas e banais. À vista disso, jovem, pobre e negro é um caso flagrante de *homo sacer*, no sentido de vida matável.

Ao mencionar isso, é possível constatar que o estado de exceção, mesmo cogitado em sua origem para ser utilizado diante de situações extraordinárias, passou a assumir a função de instrumento político e técnica de governo que, sob o imperativo da força mediata, regulamenta situações ao desprezo dos ordenamentos prévios (SANTOS, 2010, p. 105).

Cabe insistir, nesse instante, sobre a importância do conceito de estado de exceção.

A exceção é uma espécie. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão (AGAMBEN, 2007, p.25)

Para construir a investigação e avançar criticamente sobre o conceito de estado de exceção, Agamben explora dois debates principais, de Carl Schmitt (2006) e de Walter Benjamin (2006). Para o primeiro autor, o estado de exceção, que avança na legitimação deste, revela a essência da autoridade estatal. Para o segundo autor, é necessária uma superação do dispositivo do estado de exceção pela sua transformação em outro poder, denominado de “puro” ou “revolucionário”.

Dessa maneira, é fundamental aferir que o Estado brasileiro vive um processo de redemocratização inconcluso e excludente, no qual ainda não cumpriu satisfatoriamente a principal função de todo o Estado: dar segurança a seus cidadãos, um direito muito valorizado por todos, conforme afirma Zaluar (2004).

Segundo o Relatório Human Rights Watch (2009, p.16), o uso de força letal pela polícia é legal quando absolutamente necessário para defender a vida ou integridade física dos policiais ou de outras pessoas desde que essa força seja proporcional à ameaça.

Contudo, não é raro se deparar, nesse contexto, com ações abusivas, com intensas repressões aos crimes e com a elevação dos números referentes à violência urbana, os quais aliam-se com o crescimento do uso de força ilegal, intensificando a letalidade da violência policial. Nessa perspectiva, a política não é mais vista como a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força, transformada em lógica do poder e da lei (D'ELIA FILHO, 2016, p.45).

Assim, mesmo com os inúmeros estudos e com as taxas altíssimas de homicídios³ praticados por agentes do Estado, ainda há uma invisibilidade e uma restrita comoção coletiva com o problema, visto que alcança mais diretamente as populações moradoras de periferia, que enfrentam diversos processos de estigma e de criminalização que dificultam o conhecimento dos direitos, como as mães que compõem o Movimento das Mães do Curió.

Por conseguinte, nesse contexto, Misse (1999) também se aventura em mostrar que se amplia a violência policial, apresentando duas formas que esse fenômeno se exterioriza: forma

3 Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), houve 57.956 homicídios no Brasil em 2018, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes (IPEA, 2020, p.7).

legal (operação policial realizada com uso excessivo da força, de forma desnecessária, onde o policial se coloca como inimigo do criminoso) e de forma ilegal (clandestinamente se envolve em atividades fora de seu horário de serviço, participando de milícias, de grupos de extermínio e de esquemas de corrupção).

E nesse ponto que se adota Cano (2008), que complementa a análise iniciada por Misse, trazendo as particularidades das milícias e dos grupos de extermínio que são compostos por policiais, os quais investem no controle social autoritário e ilegal, protagonizando massacres.

Os agressores estavam sempre em número superior às vítimas e as chances de sobrevivência destas eram praticamente nulas. O sangue frio dos chacinadores estava no fato de que eles tinham um domínio completo sobre os seus condenados. Eles eram os executores de uma sentença prévia e secretamente pronunciada, (...), (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 216).

De maneira semelhante ocorreu na chacina de Messejana. Isso porque, segundo a denúncia das mães, não poderia haver chance de defesa para quem foi surpreendido pela invasão de dezenas de policiais militares, à paisana, encapuzados ou não. Quem foi executado estava nas calçadas, ruas e até dentro de casa naquela sequência de horror⁴.

Visualiza-se o medo, a descrença e a certeza da impunidade nos discursos das mães:

Eu até considerava a polícia, hoje em dia eu não tenho consideração nenhuma. Por que? Porque eles tiraram a consideração que eu tinha por eles. Por que como eu posso considerar se eles fizeram uma atrocidade e um mal. Hoje eu tenho é raiva, tenho

4 Jornal O povo, disponível em: <https://tinyurl.com/2s4ywb4>

raiva, tenho raiva sim. Você sabe que nem todos os policiais são culpados, eu sei que não são todos, só que do jeito que eles pensam que não está escrito na testa, eu também penso o mesmo (Mãe 1).

Elas se organizam e reivindicam justiça, porque sabem que estão diante de uma injustiça e são sabedoras da impunidade e da marca que tem assumida a polícia na sociedade brasileira, que é extremamente violenta com pessoas moradoras dos bairros de periferia, principalmente com jovens e adolescentes como seus filhos. Diante disso, é crucial revelar as formas de se organizar escolhida pelas mulheres que perderam seus filhos, apresentando, assim o Movimento de Mães do Curió.

Movimento de mães do Curió: exercício da maternidade e a participação social diante da morte do filho

Neste tópico, busca-se verificar o que é ser mãe e o que é o conflito entre ser mulher e ser mãe nessa sociedade em que prevalece a dominação masculina, a reprodução do patriarcado, o machismo, o sexismo e o racismo. Diante deste anseio, refletiu-se, sobre gênero e sobre mulher, para propiciar uma maior apreensão do objeto, visto que se percebe a importância política e acadêmica desse debate. Para isso, as leituras e os diálogos com autoras como Maria do Socorro Osterne (2003), Heleieth Saffioti (2001), Joan Scott (1995) e Adriana Piscitelli (2001) foram primordiais.

Sabe-se que a história das mulheres passou a ser entendida muitas vezes como um assunto de mulheres, mais especificamente de feministas, ou como uma história que diz respeito aos aspectos privados da casa, da família, da reprodução e do sexo, em oposição ao que realmente importaria à história, que é o domínio público da existência. Para Joan Scott (1995), essa

visão da história das mulheres coloca um desafio teórico do gênero como categoria de análise.

Conforme a estudiosa, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Assim sendo, é crucial pontuar que:

Os conceitos de gênero, como conceitos de referência para a estruturação da vida social, estabelecem distribuições de poder. Possibilitam o controle ou o acesso, de maneira diferenciada, às fontes materiais e simbólicas. O gênero, assim, toma parte na concepção e construção do próprio poder (OSTERNE, SILVEIRA, p.106, 2012).

Por conseguinte, é fulcral a compreensão da forma como o gênero se manifesta na sociedade contemporânea e nos fatos cotidianos, principalmente em contextos excepcionais da vida humana como o sofrimento mediante a perda de um ente querido.

É importante frisar que as discussões sobre gênero são extremamente diversas, em que cada pesquisadora focaliza determinada perspectiva em seus estudos. Contudo, mesmo com a variedade, apreende-se que o gênero se expressa como a construção social dos sexos feminino e masculino.

Parafraseando Adriana Piscitelli (2001), após as leituras e as análises no que concerne ao percurso das contextualizações de gênero, é possível averiguar que a reformulação da categoria “mulher” se torna instigante. Pensar as mulheres atentando-se à sua historicidade e aos seus contextos específicos reforça o debate sobre a categoria “mulher”.

Diante das instigações e das reflexões que essas categorias provocam, há o diálogo com a categoria gênero, mesmo sobresaindo a categoria maternidade. Isso porque o foco deste estudo

são as mães, são as análises das condições estruturais que rebatem nas condições intersubjetivas, são as preocupações com uma identidade (de ser mãe) que é questionada o tempo inteiro, seja pelas cobranças sociais seja pelas exigências pessoais.

Neste percurso, foi primordial o encontro com Elizabeth Badinter (1985; 2011), Mary Del Priore (1993) e Zelma Cantuário (1998; 2009). A produção de Badinter (1985; 2011) sobre maternidade auxilia no entendimento das multiplicidades das figuras de mães relacionadas ao próprio processo histórico social de cada mulher. Para a autora, há contraditórios e intensos conflitos entre o ser mãe e o ser mulher. E em meio a esse paradigma, as mães, de modo geral, deparam-se com cobranças da sociedade de ser uma boa mãe, se não é taxada como mãe malvada, cruel, irresponsável.

Na verdade, não existem dois modos de viver a maternidade, mas uma infinidade, o que impede de falar de um instinto baseado no determinismo biológico. - Este depende estritamente da história pessoal e cultural de cada mulher (BADINTER, 2011, p.70).

Para a referida autora, a maternidade é taxada como a mais importante realização da mulher, enquanto é desvalorizada socialmente. As mães pesquisadas relatam exatamente isso:

Ser mãe foi e é uma coisa muito boa. Eu sempre procurei ser uma mãe presente na vida dos meus filhos e apesar que as vezes eles me zangam e tem gente que não vê o que eu faço por eles só vê quando eu erro e eu faço besteira mesmo, até mesmo pra chamar atenção, mas eu não me arrependo de todos os filhos que tive. Graças a Deus soube criar. Eles nasceram assim com personalidades boas, tem gente que nasce ruim, mas eu consegui domar tudinho. Pra mim, apesar das preocupações e de tudo que acontece, a mãe se preocupa com

mil e umas coisas né? Mas pra mim ser mãe não foi ruim não, pelo contrário (Mãe 2).

Outro primoroso suporte teórico utilizado foi Veena Das (2016), a qual analisa como a violência desce ao cotidiano. Para a autora, as vezes os (as) pesquisadores (as) só se dedicam a estudar o extra cotidiano, o dramático. Ela traça uma análise em torno da dor, pontuando que são as coisas do cotidiano que recria a mãe (no caso deste artigo) como sujeito, a ida para a igreja, plantas, músicas que o adolescente gostava.

Então, agora buscou-se investigar como as mulheres-mães reconstroem o cotidiano como forma de resistir a violência no dia a dia. Um dos achados é que as formas de viver o luto não são homogêneas. Cada mãe vivencia e elabora de maneira diferente o fato de perder o filho. Para a Mãe 1, os primeiros meses sem o filho foram os piores, em que ela chorava constantemente. No primeiro encontro com ela, em março de 2016, ela mexia no celular, vendo fotos do adolescente, chorando bastante, mostrando as fotos dele sorrindo e assemelhando-se ao grande ídolo dele, Justin Bieber, cantor canadense de música pop. Nesse momento, os olhos da Mãe 1 estavam brilhando, mas era o brilho irrigado com choro, com saudade e com muito amor.

Com o passar dos meses, especificamente em junho de 2016, a Mãe 1 aproximou-se de movimentos sociais e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), dando início à participação em reuniões e em eventos os quais era convidada a participar representando as mães do Curió. E nesse momento que emerge a organização das mães enquanto Movimento de Mães do Curió.

Uma das grandes conquistas do movimento das mães ocorreu em agosto de 2016, em que duas ruas no bairro São Cris-

tóvão, em Fortaleza (no entorno do Cuca Jangurussu⁵) mudaram de nome em homenagem aos jovens assassinados.

Outro aspecto relevante na fala da Mãe 1 é quando ela se refere como as mães vem se organizando nacionalmente. Sobre esse fenômeno, Fabrício Rosa (2016) realizou intensa pesquisa bibliográfica sobre os principais movimentos de mães no Brasil, expondo as experiências de luto e de luta das mães, inclusive mães do Ceará, no caso das mães do bairro Cais do Porto, na cidade de Fortaleza, que vivenciam o luto pela perda de seus filhos em situação de violência. Este último evidenciou que:

As dores que as mães em luto sentem terminam por uni-las informalmente em redes. Estas redes carregam como traço comum à morte de filhos jovens em situação de violência armada. Mesmo sabendo que as redes de mães em luto se entrelaçam com outras redes de interações mais amplas. Sendo por elas influenciadas e influenciando sua dinâmica. Como por exemplo, as interferências das instituições e grupos da escola, religião, projetos sociais, polícia, família e amigos (ROSA, 2016, p. 39).

No caso do Movimento de Mães da Chacina do Curió, houve a união com o Grupo de Mães e Familiares de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, que se reúnem

5 A Rede Cuca é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Mondubim e Jangurussu atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos. Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema. Disponível em: <https://tinyurl.com/5bm6wuxa>

no CEDECA, como também com mães de outros estados, tanto por meio de redes sociais quanto em eventos/encontros de familiares vítimas de violência.

Nas experiências junto com as mães, foi perceptível o clamor por justiça, pelo ajuizamento do Estado pelas violações cometidas, pela não culpabilização das mães, pelo fim da criminalização da pobreza, pela vida das mulheres e pelo fim do extermínio da juventude negra.

A dor que estas mães sentem não é apenas a da perda de seu filho, mas também é uma dor que emerge como reação diante da rotulação de seus filhos e delas próprias. Rotulação de “mães inadimplentes” que são responsáveis direta ou indiretamente pela vida de criminalidade dos filhos. Estas mães enfrentam o preconceito contra a favela e os favelados tendo que romper com a condição de falar de um lugar despossuído e de um território criminalizado. Algumas mães transformam o luto em prática reivindicativa de justiça enquanto outras não conseguem expor sua dor e vive uma experiência silenciosa e traumática do luto (RODRIGUES, 2015, p 40).

Assim, entre as práticas reivindicativas, pode-se elencar além das passeatas, manifestações e intervenções, a rede social intitulada: “Transformei meu luto em luta: Mães do Curió”, criada no dia 03 de novembro de 2017, em alusão à proximidade dos dois anos do evento crítico. Nessa página do *Facebook*, as mães da chacina do Curió divulgam todas as ações e as atividades que participam, além de estabelecer uma constante ligação com outros movimentos de mães do país.

As motivações para a elevação da voz e a realização da crítica originaram-se de uma experiência traumática. A dor de perder um familiar vítima da utilização desmedida da força física por parte

dos aparatos de segurança pública foi determinante para um primeiro movimento: o da indignação. Para muitos desses familiares de vítimas da violência policial, um novo horizonte de possibilidades surgiu: compreenderam que não eram apenas eles que sofriam, que foram injustiçados. Outros tantos também sofriam, igualmente passaram pelo que estavam passando. É esta compreensão ampliada da situação que possibilita a ação em conjunto (MÃES DE MAIO, 2011, p.75).

Uma das conquistas elencadas pelo Movimento de Mães do Curió foi a decisão da Justiça do Ceará, em 30 de outubro de 2019, de submeter 31 dos 44 policiais acusados da participação na Chacina da Grande Messejana a júri popular. Elas, ao acompanharem a sessão, levantaram cartazes e mobilizaram outros movimentos sociais a estarem presentes, como forma de pressão e de respeito à memória dos filhos.

Após a explanação sobre o movimento e a organização das mães, é importante concluir que foram várias estratégias cotidianas que as mães passaram a utilizar após a morte do filho. Além disso, as mães se desdobram para prosseguirem em seus empregos, para cuidar dos filhos que estão vivos, para formular ações para pressionar as autoridades competentes, para que sejam mais resolutivas as investigações e para que haja a punição dos executores. Foi explícito nos discursos das mães do Curió que a luta por justiça é também a luta pela verdade, para mostrar quem eram seus filhos e denunciar quem são os assassinos.

Conclusão

Dito isso, é importante pontuar que o desdobramento principal verificado do luto foi o poder do tempo como cura, que auxiliou as mães a se reerguerem, a minimizarem o sentimento de culpa, a construir múltiplas direções de resistência por

meio do Movimento de Mães do Curió. O trabalho do tempo possibilitou que essas mulheres investissem nas potencialidades e nas capacidades enquanto sujeitos que resistem e que criam estratégias de resistências diante das circunstâncias de violência.

As memórias e os testemunhos das mães expressaram cenários de pobreza, de culpabilização como mãe, de revolta, de sentimento de impunidade, como também denotaram o sofrimento e a violência inscrita no território que elas habitam. A maioria das mães construíram aproximações com os movimentos sociais, com os partidos políticos de esquerda, com instituições jurídicas, assim como se depararam com a morosidade para solução/decisão para afirmar esse evento crítico como crime. Na versão delas, as providências tomadas estão sendo lentas, seja porque discorrem que o Estado age contra adolescentes e jovens por meio extermínio quanto defende os agentes de segurança, sendo brando quanto às punições aos policiais.

No que diz respeito à subjetividade, identificou-se intenso discurso de inculpação, elas se culpam pelo que aconteceu com os adolescentes, e algumas declaram que, se fosse possível, trocariam de lugar com os filhos. Para compreender esses sentimentos, foi significativo o encontro com a obra de Veena Das.

À luz das contribuições de Das, foi viável verificar como se estabeleceram as relações sociais após a chacina de Messejana, na qualidade de evento crítico vivenciado pelas mães dos adolescentes assassinados, possibilitando também ver de que formas essas mulheres acionaram a maternidade como constructo social e histórico frente a esse evento, relacionando com o papel operado pelo Estado.

Essas mães passaram a ter um status de vítimas e de protagonistas, que se movimentam em diferentes direções. Portanto, não é só vitimizar, mas mostrar que elas têm um movimento em diversas vertentes, com suas trajetórias de luto e de luta.

Nesse ínterim, constatou-se que as mães desenvolveram capacidades de resistências plurais. Algumas unindo-se a movimentos sociais e grupos de familiares vítimas da violência do Estado, outras usando medicamentos para dormir e mantendo objetos dos adolescentes em casa para fazer jus a memória do filho.

Esses recursos de resistências foram sendo construídos em condições diversas e adversas, revelando que não é uniforme e heterogêneo a forma de resistir. As descobertas desses trajetos que essas mulheres percorreram viabilizaram articular como elas estão fazendo o movimento para fora. Para isso, foi fundamental situá-las no contexto de capitalismo atual, de retrocessos de direitos, que vão incidindo nas lutas e tornando-as, muitas vezes, morosas.

Isso em razão da conjuntura de enfraquecimento dos sindicatos e de retrações dos direitos, o Movimento de Mães do Curió passou a frequentar eventos que debatessem a democracia e a participação social, para compreender como está o tempo presente para os movimentos sociais. A partir disso, elas enumeram a pauta dos direitos humanos no Brasil no cenário de ataque às estruturas democráticas, frisando que, atualmente, tudo o que leve à direção dos direitos humanos termina sendo interpretado como defesa de “bandidos”. Ao destacarem esses fatores, pondera-se que tudo isso vai impactar nas diversas direções de resistência.

A aproximação com as práticas cotidianas dessas mulheres-mães proporcionou visualizar as redes que elas tecem devagar e criam a reparação. O dizer, o mostrar, o fabrico diário de modos de viver dessas mães que foram exaltados neste artigo.

Assim sendo, tudo isso vai compor resistências plurais, as quais exigem tempo, enquanto atitudes e ações que podem ou não contar com o tempo a favor. Como conclusão, é que esse

tempo foi capaz de levá-las a uma dimensão favorável. Ou seja, favorável para a reconstrução delas como sujeitos.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burgio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 (2ª reimpressão).

_____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O conflito entre a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria de gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1992.

CANO, I. Seis por meia dúzia?: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas milícias no Rio de Janeiro. IN: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008.

CANTUÁRIO, M. Z. de A. Madeira. **Maternidade e conjugalidade**: múltiplos discursos na construção de um devir mulher. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC, 1998.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DAS, V. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. **Dilemas - Revista de estudos de conflito e controle social**. Rio de Janeiro (UFRJ). v. 5, n. 2, 2012

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14, nº 40, jun/1999.

_____. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad** / ed. Francisco A. Ortega. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008. 568p.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Indignos de vida:** a forma jurídica da política de extermínio de inimigos da cidade do Rio de Janeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Revan, 201

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber.** Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Força Letal:** violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e São Paulo. Dezembro/2009.

MACHADO, E. P; NORANHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 188-221

MÃES DE MAIO. **Do luto à luta:** Mães de Maio. São Paulo: Nós por nós, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 9. Ed. Ver. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em Sociologia apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

PISCITELLI, A. Gênero em Perspectiva, **Cadernos Pagu**, Nº 11, pg. 141-155, 1998. Disponível em <<https://tinyurl.com/336wye9c>>. Acesso em 21 Julho 2016.

_____. Re-criando a (categoria) mulher? In: Agrantí, L.M. (org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2001.

OSTERNE, M. do S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: n.º 19, jan./jun., 2012, p. 101-12

RODRIGUES, H. S. J; SÁ, L. D. de. Coração de mãe é terra que ninguém anda: Um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 37- 45, abr. 2015.

ROSA, F. S. **Mães em luto**: narrativas de sofrimento decorrentes do extermínio de jovens em Goiânia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2016.

SARTI, C. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014

SAFFIOTI, H. I. B. Abertura teórica e limites do conceito de gênero em sociologia. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 10. 2001, Fortaleza. Anais. Fortaleza: CBS, 2001.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20(2), jul./dez. 1995

SANTOS, A. R. D. Violência e poder: o conceito de Estado de Exceção para Walter Benjamin e algumas de suas implicações na Filosofia Política contemporânea. **Prima Facie**, V. 9, 16, Jan-Jun, 2010.

ZALUAR, A. **Integração Perversa**: Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

*S*ão iniciativas como essa que nos levam a crer que, na contramão do modelo neofascista, adotado por aqueles que assumem o poder central, na realidade brasileira contemporânea, existem muitas ideias sobre a sociedade que se quer, além de se imaginar que outro mundo é possível. Nesse sentido, torna-se oportuno destacar que não haverá Estado democrático que se afirme sem cidadania ativa e sociedade participante.

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne

